



R E V I S T A

CONTEXTOS

linguísticos

n° especial | Vitória | 2009
ISSN – 1982291 X

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITOR: *Rubens Sérgio Rasseli*

Vice-Reitor: *Rcinaldo Centoducatte*

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: *Francisco Guilherme Emmerich*

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretor: *Edebrande Cavalieri*

Vice-Diretor: *Iuri Drumond Louro*

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: *Santinho Ferreira de Souza*

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Mestrado em Estudos Linguísticos

Coordenador: *Luciano Novaes Vidon*

Coordenadora Adjunta: *Maria da Penha Pereira Lins*

Conselho Editorial

Hilda de Oliveira Olímpio, Lúcia Helena Peyroton da Rocha, Maria da Penha Pereira Lins, Lilian Coutinho Yacovenço, José Augusto Carvalho, Júlia Maria da Costa de Almeida, Luciano Vidon e Virgínia Beatriz Baesse Abrahão.

Conselho Consultivo

André Valente (UERJ), Antônio Suárez Abreu (UNESP), Ingedore Grunfeld Vilaça Koch (UNICAMP), Maria Luíza Braga (UFRJ), Maria da Conceição Paiva (UFRJ), Marília Blundi Onofre (UFSCAR) e Marta Scherre (UFES)

Editores:

Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Maria da Penha Pereira Lins

Design Gráfico e Capa: *Denise Pimenta*

Editoração: *Edson Maltez Heringer*

Revisão: *Os autores*

Impressão: *GM Gráfica e Editora Ltda.*

R E V I S T A

CON **TEXTOS**

linguísticos

Ano 3 | nº especial | Vitória | 2009

ISSN - 1982291X

ORGANIZAÇÃO

Lúcia Helena Peyroton da Rocha

Maria da Penha Pereira Lins

© 2009 - dos autores

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de qualquer parte desta publicação, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Linguísticos
Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais

Av. Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras – Vitória – ES
CEP.: 29075910 – Telefax: (27) 3335.2801
www2.cchn.ufes.br/ppgel - ppgel@cchn.ufes.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

REVISTA (CON)TEXTOS LINGÜÍSTICOS / Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Mestrado em Estudos Linguísticos (PPGEL), UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO. CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - Nº especial. - Vitória: PPGEL,
2009 -,
245 p.: 22cm.

Anual
ISSN 1982291X

1. Linguística - Periódicos. 2. Análise do Discurso - Periódicos. 3. Semântica - Periódicos.
4. Linguagem - Periódicos I. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
LINGÜÍSTICOS. MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (PPGEL), II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais.

CDU: 81'1 (05)

SUMÁRIO

- 9 • APRESENTAÇÃO
- 11 - 24 • ANÁLISE DISCURSIVA DA METÁFORA: REVISITANDO O ESTRUTURALISMO SAUSSURIANO
Luciana Moraes Barcelos Marques
- 25 - 39 • A ROTULAÇÃO NO DISCURSO: UMA ESTRATÉGIA SOCIOCOGNITIVO-INTERACIONAL NO FAZER TEXTUAL
Arlene de Araujo Saib
- 41 - 52 • (DES)ENQUADRES INTERATIVOS NOS QUADRINHOS DE DIK BROWNE E ZAPPA: UM ESTUDO SOBRE OS (DES)ALINHAMENTOS DE HELGA E JANDIRA
Joseane Serra Lazarini Pereira
- 53 - 70 • DIFICULDADE NO DOMÍNIO DE FONEMAS DO PORTUGUÊS POR CRIANÇAS BILÍNGUES DE PORTUGUÊS E POMERANO
Ludimilla Rupf Benincá
- 71 - 88 • PARÁFRASE: UMA QUESTÃO DE DISCURSO E DE SUJEITO
Ruth Léa Santos
- 89 - 98 • O DISCURSO FEMINISTA NO PÓS-GUERRA: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE FACE EM SIMONE DE BEAUVOIR E VALERIE SOLANAS
Emanuely Carneiro Antunes
- 99 - 116 • POSPOSIÇÃO DE SUJEITO EM MANCHETES JORNALÍSTICAS: UMA ABORDAGEM FUNCIONAL
Enoch Tótola Vieira Rosa

- 114 - 134 • O OPERADOR ARGUMENTATIVO AINDA:
POLIFONIA E SUBJETIVIDADE DISCURSIVA
Ilioni Augusta da Costa
- 135 - 144 • TRADUÇÃO E ENSINO-APRENDIZADO DE LÍNGUA
INGLESA: LEITURA E ANÁLISE CONTRASTIVA COMO
EXERCÍCIOS DE CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS
Tatiany Pertel Sabaini Dalben
- 145 - 158 • A IRONIA COMO PRODUÇÃO DE HUMOR E
CRÍTICA SOCIAL: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA
DAS TIRAS DE MAFALDA
Mônica Lopes Smiderle de Oliveira
- 159 - 170 • A TEORIA DO DIALOGISMO DE BAKHTIN E A
POLIFONIA DE DUCROT: PONTOS DE CONTATO
Elaine Cristina Medeiros Frossard
- 171 - 195 • A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO IR E A VARIAÇÃO
DE FORMAS PARA EXPRESSAR O FUTURO DO
PRESENTE: UMA FOTOGRAFIA CAPIXABA
Marcela Langa Lacerda Bragança
- 197 - 216 • LÓGICA, ENUNCIÇÃO E COGNIÇÃO: TRÊS
MOMENTOS NO ESTUDO DA PRESSUPOSIÇÃO
Karen Muniz Feriguetti
- 217 - 230 • DISCURSOS ESCOLARES SOBRE A ESCRITA:
A ESCRITA EM QUESTÃO
Celi Maria de Souza
- 231 - 245 • O EDITORIAL NA SITUAÇÃO DE REDAÇÃO DE
VESTIBULAR
Kátia Regina Franco

APRESENTAÇÃO

Este número da revista (Con)Textos Linguísticos é especial. Especial por tratar-se de um volume que contempla artigos de autoria de alunos da primeira turma do Mestrado em Estudos Linguísticos – PPGEL – da Universidade Federal do Espírito Santo. Esses estudos representam a concretização do desejo de ver funcionando o Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Assim, esta publicação marca a estréia da abertura de espaço para divulgar a produção científica advinda das pesquisas elaboradas para dissertações de mestrado dos alunos do PPGEL e, com isso, pretende propiciar momentos de interlocução, com vistas ao salutar debate a partir de diferentes orientações teóricas e metodologias variadas.

Estão contemplados neste número quinze artigos que focalizam desde pesquisa sobre descrição e análise linguística, como posposição do sujeito em manchetes de jornais, gramaticalização do verbo ir na variedade linguística capixaba, domínios de fonemas do português por crianças bilíngues, até estudos com perspectivas discursivo-interpretativas, como rotulação no discurso, alinhamentos e enquadres, construção de face, polifonia, tradução, ironia entre outros.

Com essa configuração, a Revista (Com)Textos Linguísticos, com este número especial, reserva aos pesquisadores iniciantes um lugar de posicionamento sobre conclusões estabelecidas a partir de investigações efetivadas, na medida em que dá visibilidade aos trabalhos realizados em diferentes áreas da Linguística

*Maria da Penha Pereira Lins
Lúcia Helena Peyroton da Rocha*

ANÁLISE DISCURSIVA DA METÁFORA: REVISITANDO O ESTRUTURALISMO SAUSSURIANO

Luciana Moraes Barcelos Marques

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar um resumo da pesquisa realizada para a consecução da dissertação de mestrado de mesmo título. Nela nos propusemos a revisitar o estruturalismo saussuriano buscando analisar os posicionamentos teóricos de Saussure no que tange às concepções de signo, valor linguístico e referência, intencionando abstrair deles o conceito de metáfora. Apoiando-se em uma perspectiva discursiva, defende-se a metáfora como constitutiva da linguagem, estando ancorada na concepção de valor linguístico gerado por Saussure e ratificado por Ricoeur (2000) e Barthes (1979).

Palavras-chave: Metáfora, valor linguístico, discurso político, discursividade.

1. INTRODUÇÃO

No momento em que a metáfora tem sido discutida no nível da cognição, em que ela é compreendida como sendo construída a partir das experiências sensório-corpóreas do indivíduo ou mesmo como lugar por excelência de construção da realidade em linguagem, como quer as teorias discursivistas, propomos um revisitar dos conceitos saussurianos que sustentam as concepções sobre a metáfora em seus primeiros momentos da instauração da Linguística como ciência da linguagem, a fim de observar as repercussões das concepções estruturalistas nas teorias mais atuais.

Esta pesquisa surgiu da comparação entre o livro *Escritos de Linguística Geral*, que publica parte dos manuscritos de Ferdinand de Saussure descobertos num anexo de sua residência em 1996, e o *Curso de*

Linguística Geral, resultado da compilação das aulas de Saussure na Universidade de Genebra nos anos de 1907, 1908/09 e 1910/11.

A partir desse cotejo, esta pesquisa se propôs a observar algumas das repercussões do estruturalismo saussuriano que se encontram em autores que abordam a metáfora, avançando, especificamente, por Ricoeur (*A Metáfora Viva*, 2000), por Foucault (*As Palavras e as Coisas*, 1966), por Barthes (*Elementos de Semiologia*, 1971), e por Lakoff e Johnson (*Metáforas da Vida Cotidiana*, 2002).

Cabe ressaltar que este artigo é uma síntese de uma dissertação de mestrado e objetiva apresentar ao leitor o desenvolvimento dessa pesquisa, os argumentos utilizados e os resultados atingidos. A seguir, apresentaremos sucintamente suas principais bases teóricas advindas a partir da comparação do *Curso* com os *Escritos*, e apresentaremos algumas repercussões saussurianas para os estudos da metáfora, bem como as conclusões da análise que realizamos, além de algumas considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A importância de Saussure é amplamente reconhecida no meio linguístico, desta forma pretendemos retomar sua obra pelo viés de seus manuscritos – nos *Escritos* – em contraponto com o famigerado *Curso de Linguística Geral*. Cabendo destacar que nosso objetivo não foi discutir os livros na íntegra, mas abordar principalmente algumas concepções saussurianas a partir da sua teoria do signo linguístico e seus desdobramentos sobre a metáfora.

É primordial compreendermos as noções de signo, valor linguístico e referência em Saussure, em contraponto com os demais autores, para conseguirmos abstrair um conceito de metáfora.

Para Saussure, o signo não aponta para o mundo, mas para a própria linguagem. O *Curso* afirma que “quando se fala em valor de uma palavra, pensa-se geralmente, e antes de tudo, na propriedade que tem de representar uma idéia, e nisso está, com efeito, um dos aspectos do

valor linguístico” (Saussure, 1973:132). Vemos, então, a representação de uma idéia e não de uma realidade, pois a relação linguagem-mundo não é seu objeto de estudo, pois deixaria de ser linguístico e, na representação dessa *idéia*, o valor seria os matizes de significado que o signo pode portar numa associação inter-signica. Em seus *Escritos*, Saussure afirma que

Em linguística, nós negamos, em princípio, que haja objetos dados, que haja *coisas* que continuem a existir quando se passa de uma ordem de idéias a outra, que seja possível considerar as “coisas” em várias ordens, como se elas fossem dadas por si mesmas (Saussure, 2002:173).

Verifica-se que, para o autor, linguagem e realidade são de ordens distintas, ele não nega a realidade, antes evidencia que não é próprio da língua nomear os objetos, mas expressar relações de valor nos signos. Dessa forma, a linguagem tem seu referente na própria linguagem, e o que determina o valor de um signo dado são suas relações inter-sígnicas. No *Curso*,

O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dêle, apesar de estar sob sua dependência. É necessário, contudo, esclarecer esta questão, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura (Saussure, 1973: 133).

A essa noção de valor, devemos acrescentar as ocorrências metafóricas, pois quando utilizamos metáforas, o valor do signo proposto passa a ser metafórico. Nos *Escritos*, Saussure afirma que “uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*”. (Saussure, 2002: 30).

Nesse sentido, a metáfora passa a ser uma “possibilidade de valor” que o signo pode vir a ter, restando somente retomar de que forma isso se configura. Nos *Escritos*, o autor afirma que “não há diferença entre o sentido próprio e o sentido figurado das palavras (ou: as palavras não têm mais sentido figurado do que sentido próprio) porque seu sentido é eminentemente negativo” (Saussure, 2002: 67).

Nesse pressuposto, estaria decodificado que a oposição “positivo *versus* negativo” refere-se ao conteúdo do signo, ou seja, as propriedades que o conteúdo do signo remetem em igualdade a outros signos expressam sua positividade, enquanto as diferenças em relação a outros signos, a sua negatividade. Pois “quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema” (Saussure, 1973: 136).

Sendo assim, para Saussure, a metáfora se configura como uma possibilidade de sentido que se materializa pelos traços de significação/distinção contidos no valor que lhe é atribuído na linguagem, diferentemente da noção de desvio que lhe era atribuída dentro do estruturalismo pós-saussuriano. De acordo com Lopes (1987), “o princípio do desvio tem sido, na realidade, o mais fecundo dentre os postulados estilísticos modernamente invocados para a construção de uma teoria da literatura em bases científicas” (Lopes, 1987: 07). Diferentemente,

Saussure deu realce ao fato de que a relação significante/significado sempre deve ser considerada à luz do sistema linguístico em que o signo se insere, e não das situações práticas em que a língua intervém ou das realidades extralinguísticas de que permite falar. Essa recomendação vai no sentido de uma linguística *immanentista*, ou seja, de uma linguística que procura minimizar as relações que a língua mantém com o mundo (Ilari, 2005: 64).

O valor linguístico tem sua base significativa dentro da comunidade linguística e, principalmente, dentro das possibilidades estabelecidas dentro do seu sistema de significação na sociedade, assim, “o vínculo social tende a criar a comunidade de língua e imprime talvez ao idioma comum determinados caracteres” (Saussure, 1973: 261), o que condiciona à idéia de metáfora como uma acomodação semântico-social sobre um valor no signo.

O postulado saussuriano de que “na língua só existem diferenças” comprova a dimensão social da língua em oposição à aceção individual da fala e a um suposto sistema fechado, pois as diferenças manifestam-se sobre os traços linguísticos e, ao mesmo tempo, põem em foco a linguagem

metafórica como a exterioridade dessas diferenças (contidas num feixe de valores linguísticos) que se materializam na esfera social.

Essas considerações demonstram que o signo, na visão de Saussure, não tem uma natureza hermética em relação ao par significante-significado e nem se presta a nomear a realidade pelo parâmetro conotação-denotação. Entende-se, portanto, que o signo linguístico integra “um sistema livre que só depende de princípios lógicos e, como uma ciência pura, de relações abstratas” (Saussure, 2002: 288).

Dessa forma, a língua passa a ser “tarefa de toda a gente; difundida por u’a massa e manejada por ela, é algo de que todos os indivíduos se servem o dia inteiro [...] cada qual participa a todo instante e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos” (Saussure, 1973:88, grifo nosso). Infere-se, então, que o papel da comunidade é relevante para produzir, a cada momento, novos sentidos; pois as influências recebidas ou transferidas podem recair sobre as construções metafóricas, de modo que todo esforço para sistematizar a língua só se viabiliza num *continuum* de relações sociais.

Nesse sentido, Ricoeur (2000) acrescenta a metáfora como uma acomodação semântica pela via interpretativa, pois

A metáfora não é viva apenas por vivificar uma linguagem constituída. Ela o é por inscrever o impulso da imaginação em um “pensar a mais” no nível do conceito. Essa luta para “pensar a mais”, sob a condução do “princípio vivificante”, é a “alma” da interpretação (Ricoeur, 2000: 465).

Vejamos na citação acima que Ricoeur apresenta a vividez da metáfora não apenas ao nível da linguagem, mas também ao da interpretação, como um “pensar a mais”. A metáfora apresenta-se, para o autor, “como uma estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela linguagem” (Ricoeur, 2000: 13).

Foucault (1967), por sua vez, não desenvolve o conceito de metáfora, mas o podemos inferir por seus posicionamentos quanto à relação linguagem

– referenciação. O autor afirma que

Não há linguagem quando a representação se exterioriza mas sim quando, de uma maneira regulada, ela tira de si um sinal e se faz representar por ele. Não é, pois, a título de sujeito falante, nem no interior de uma linguagem já feita, que o homem descobre em torno de si sinais que seriam como outras tantas palavras mudas a decifrar e a tornar audíveis de novo; é, pelo contrário, por a representação pôr em jogo sinais que as palavras podem nascer e, com elas, toda uma linguagem que não é senão a organização ulterior de signos sonoros (Foucault, 1967: 149, grifos nossos).

Portanto, a linguagem para Foucault também aponta para a própria linguagem, mas como construção de sentido, sendo que a metáfora é parte constituinte dessa linguagem. Cabendo destacar que nessa concepção de linguagem, a metáfora é intrínseca a essa “organização ulterior de signos sonoros”.

O conceito de valor também é trabalhado por Foucault, em que

[...] para que uma coisa possa representar outra numa troca, é necessário que elas existam já carregadas de valor; e, todavia, o valor só existe no interior da representação (actual ou possível), quer dizer, no interior da troca ou da permutabilidade (Foucault, 1967: 254).

Podemos observar que o sistema de valor de Foucault é mais explícito em suas relações internas, pois estabelece que “o valor só existe no interior da representação”, ou seja, a negociação do sentido se dá dentro das relações linguísticas que já vêm carregadas de significados prévios e previsíveis, e a metáfora, nesse contexto, é mais uma negociação de sentido, no valor linguístico.

De outra forma, Barthes evidencia a distinção do significado denotativo e conotativo, distinção esta que se perpetua até aos dias de hoje nos manuais de ensino, porém de maneira mais simplificada. Para o autor, o plano de denotação é similar à metalinguagem, na qual se tem o signo pelo signo – nas palavras do autor, “*uma Semiótica que trata de uma*

“semiótica” –, o sentido denotativo, então, é o sentido sem interferências dos sujeitos. Já o plano da conotação,

[...] compreende significantes, significados e o processo que une uns aos outros (significação), e é o inventário destes três elementos que se deveria primeiro empreender para cada sistema. Os significantes de conotação, que chamaremos *conotadores*, são constituídos por *signos* (significantes e significados reunidos) do sistema denotado (Barthes, 1979: 96).

A metáfora para Barthes, então, está imbricada ao sistema conotativo, subindo-se que este tem por significante um signo pré-existente no plano denotativo, que também opera na significação. Pois “seja qual for o modo pelo qual a conotação ‘vista’ a mensagem denotada, ela não se esgota: sempre sobra ‘denotado’ (sem o quê o discurso não seria possível)” (Barthes, 1979: 97); desta maneira, o sentido sempre terá uma base denotativa – pré-existente. O autor acrescenta que

[...] o conjunto de uma análise semiológica mobiliza ordinariamente, ao mesmo tempo, além do sistema estudado e da língua (denotada) que dêle se encarrega mais frequentemente, um sistema de conotação e a metalinguagem de análise que se lhe é aplicada; poderíamos dizer que a sociedade, detentora do plano de conotação, fala os significantes do sistema considerado, enquanto o semiólogo fala-lhe os significados; êle parece possuir, pois, uma função objetiva do deciframento (sua linguagem é uma operação) diante do mundo que naturaliza ou mascara os signos do primeiro sistema sob os significantes do segundo; sua objetividade, porém, torna-se provisória pela própria história que renova as metalinguagens (Barthes, 1979: 99, grifo nosso).

Quando o autor evidencia que a sociedade é detentora do sistema de conotação, ele prima pela condição natural dos sentidos conotativos, tendo, portanto, a metáfora como o sistema mesmo da língua. E este sistema aponta e constrói a realidade dentro da própria linguagem.

Diferentemente, Lakoff e Johnson, nos seus recentes estudos dentro do cognitivismo, entendem o sentido construído na interação, sabendo-se que ela se processa entre os sujeitos e entre o sujeito e o meio. As relações de

sentido se estabelecem baseadas em estruturas pré-determinadas (como as metáforas estruturais) e de acordo com a experiência corpórea a partir das coordenadas sujeito-sujeito e sujeito-mundo (como as metáforas orientacionais). Partindo disso, a realidade existe no discurso e a metáfora apresenta-se como construção dessa realidade por meio da interação.

Cabe ressaltar que, para Lakoff e Johnson, nessa perspectiva, a metáfora como construção de realidade delimita-se dentro das possibilidades apresentadas pela interação. Contrasta-se, portanto, ao “princípio onipresente em toda a sua ação livre” que Ricoeur enquadra a metáfora: como criação e recriação. Nas palavras dos autores,

[...] a maior parte de nossa realidade social é entendida em termos metafóricos e já que nossa percepção de mundo físico é, em parte, metafórica, a metáfora desempenha um papel muito significativo na determinação do que é real para nós (Lakoff; Johnson, 2002: 244).

Tendo por base toda a discussão acima referida, assumimos o posicionamento teórico de Saussure nos *Escritos*, no que tange às concepções de sujeito, discurso, referência e metáfora; assimilando também as proposições de Ricoeur (2000) e Barthes (1979) para a análise do *corpus*. Conforme Ricoeur,

[...] a linguagem, como bem o viu Shelley, é “vitalmente metafórica”; se “bem metaforizar” é ter domínio das semelhanças, então não poderíamos sem ela apreender nenhuma relação inédita entre as coisas. Longe de ser um desvio em relação à operação comum da linguagem, a metáfora é “o princípio onipresente em toda a sua ação livre”; não constitui um poder adicional, mas a forma constitutiva da linguagem (Ricoeur, 2000: 128, grifo nosso).

Temos, então, a metáfora como “a forma constitutiva da linguagem”, que se apresenta na construção da realidade, realidade esta que se faz no e pelo discurso. Nossa perspectiva discursiva entende o sujeito como sendo sócio-histórico-cultural e a formação dos valores linguísticos a partir da coletividade, instância detentora das coordenadas de sentido e significação.

Por entendermos a metáfora como própria da linguagem e não como desvio, e por entendê-la dentro do sistema de trocas que se dá no nível histórico-social e não somente como fator de interação alicerçado no social, olhamos no discurso do *Lula* não a condensação de metáforas que refletem o social e sim uma construção de realidade que tangencia a realidade, construindo e instalando as relações sociais.

3. AS METÁFORAS NOS DISCURSO DA VITÓRIA DO PRESIDENTE LULA: CONCLUSÕES DA ANÁLISE

Em nossa pesquisa de mestrado, nos propusemos a analisar as metáforas nos dois “Discursos da Vitória” do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o discurso de 2002 e o discurso de 2006. Esses discursos foram proferidos nos dias seguintes aos resultados das eleições e, por meio de uma entrevista coletiva, transmitidos pela mídia.

Nesta secção, apresentamos o balanço que foi feito entre os dois “Discursos da Vitória” do presidente Lula, principalmente quanto a suas diferenças. Visto que, considerando as análises, pudemos observar algumas mudanças de postura discursiva entre eles, tanto no que diz respeito à argumentação, quanto ao tom impingido a cada um deles.

O primeiro discurso mostrou-se muito mais emotivo em sua argumentação em relação ao segundo, verificando-se isso na base discursiva de cada um: “a *esperança* venceu o *medo*” e “deixa o homem *trabalhar*”, respectivamente.

A argumentação do discurso de 2002 baseia-se, quase em sua totalidade, no campo referencial de *guerra*; tanto no que se refere aos problemas a serem *enfrentados* quanto na premissa de *vencidos* e *vencedores*. A emotividade é manifesta no todo do discurso, tendo como exemplo,

Souberam resistir, *mantendo acesa a chama da solidariedade social*. Todos aqueles que não desertaram do nosso sonho, que às vezes sozinhos nas praças deste imenso Brasil, *ergeram bem alto a bandeira estrelada da esperança* (Lula, 2002, L. 38-41).

Nota-se um forte apelo emocional, principalmente, em “*ergueram bem alto a bandeira estrelada da esperança*”, que evoca os companheiros e companheiras de militância. Bandeira esta criada e defendida por Lula, em toda a história do PT; vista nas greves, nas assembléias sindicais, nas manifestações contra aumento de preços, no impeachment presidencial e em tantas outras manifestações em defesa dos desfavorecidos.

Já o discurso de 2006 mostra-se muito mais ameno em suas categorizações, de forma que não se remete apenas aos aliados políticos e militantes – como no primeiro discurso – nem polariza vencidos e vencedores, mas remete-se a toda a sociedade brasileira, não havendo mais adversários políticos:

Não haverá um único partido neste País que eu não chame para conversar para dizer o seguinte: agora o problema do Brasil é de todos nós (Lula, 2006, L. 92-93).

Há, nesse trecho, e impresso em todo o discurso, uma sobriedade quanto às relações políticas, de maneira que o presidente mostra-se muito mais aberto e, principalmente, convoca todos a um mesmo propósito: “*É trabalhar, trabalhar*”. A argumentação desse segundo discurso está firmada em dados concretos de realizações político-governamentais, enfatizando as obras que foram feitas e destacando a necessidade de continuidade para futuras conquistas.

Outra diferenciação que podemos destacar concerne ao tamanho do discurso: o primeiro é mais longo que o segundo, talvez, imprimindo a este uma moderação adquirida ao longo do primeiro mandato.

Quanto às metáforas, verificamos um uso metafórico muito mais marcado no primeiro discurso que no segundo, de maneira que isso se refletiu até na quantidade de ocorrências claramente metafóricas: o primeiro discurso apresenta quase o dobro de metáforas em relação ao segundo.

O campo referencial de *guerra*, embora mais explorado em 2002, também ocorre em 2006. No entanto, este retoma apenas a constante luta contra as mazelas sociais, e não mais determina vencedores – uma vez estando

todos do mesmo lado: do interesse social brasileiro. Talvez isso se dê porque nas eleições de 2002 o Lula tivesse um real adversário – o então presidente Fernando Henrique Cardoso – o que não ocorre em 2006, quando ele objetiva a reeleição, os adversários são os problemas até ali insolúveis.

Ha também uma continuidade discursiva no que se refere aos campos referenciais de *nascer/crescer*, pois, enquanto no primeiro discurso “sentia-se que um novo Brasil estava nascendo”, no segundo “não se tinha dúvidas do crescimento do país”. Ou seja, o discurso de 2002 estava imerso numa realidade de expectativas, da incerteza de como se efetivaria essa transição político-ideológica, uma incerteza com esperança – como um nascimento. Em 2006, por sua vez, “as bases já estavam consolidadas” de maneira que se apresenta muito o que continuar, além de buscar novas conquistas, mas sem sair do rumo adquirido.

Enfim, o primeiro discurso é pautado na *esperança* de transformação no cenário político social como um todo, tendo o Lula como herói – não só por romper com a inércia ideológica em 1980, mas por romper com a inércia da então democracia brasileira. O segundo apresenta o *trabalho* como base nacional, a voz do povo que clama “*deixa o homem trabalhar*” espera que o Lula trabalhando viabilize trabalho e crescimento econômico a todas as classes, especialmente às menos favorecidas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas a pesquisar as repercussões do estruturalismo saussuriano em algumas teorias atuais, retomamos quatro concepções de metáfora – primeiro com Ricoeur (2000), depois com Foucault (1967), em seguida com Barthes (1979) e por fim com Lakoff e Johnson (2002). A partir desse momento, pudemos definir nosso recorte teórico para a análise, no qual coadunamos as proposições de Saussure com as de Ricoeur (2000) e Barthes (1979).

Escolhido o *corpus*, os “Discursos da Vitória” de 2002 e de 2006 do atual Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva,

fizemos a análise discursiva de algumas metáforas selecionadas desses pronunciamentos, ressaltando-se que cada discurso resultou em uma análise em separado.

Destaca-se que não analisamos os discursos nos moldes da Análise do Discurso Francesa ou Americana, mas fizemos uma análise do fenômeno da metáfora, que tomou por base o discurso, à luz de Saussure (1973 e 2002), Barthes (1979) e Ricoeur (2000) em face à coletividade, que nos permitiram compreender a construção da realidade nos discursos do Lula.

Pretendia-se, por meio dessas análises, ratificar a discursividade encontrada em Saussure, em comparação com Barthes e Ricoeur; de maneira que a noção de significação, como um valor linguístico, admite influências histórico-sociais e principalmente a coletividade no entorno do discurso

Destarte, a análise mostrou que o tempo e a história modificaram o “Discurso da Vitória” do Lula; uma vez que, em virtude de sua luta para chegar à presidência da República, o primeiro discurso mostrou-se altamente emotivo, rico em metáforas de *guerra* e mais voltado aos seus companheiros militantes e à classe da sociedade que acreditou no sonho da mudança. Já o segundo discurso apresentou-se mais sóbrio em seus argumentos, buscando solidificar as conquistas até ali concedidas, além de ser mais moderado em sua argumentação, procurando ter como aliados todos os partidos, em prol da sociedade.

Nessa perspectiva, de diferenças sócio-históricas concernentes a cada discurso, pudemos verificar que o entorno coletivo influenciou a formação do valor linguístico não apenas no nível do signo, mas principalmente de cada discurso como um todo.

Portanto, aos que diziam que só era possível realizar uma análise com base em Saussure no nível linguístico-estruturalista, mostramos que esse autor transita com facilidade nas teorias discursivistas e, por meio de seus manuscritos, ainda há muito que se descobrir em Saussure, enquanto pesquisador, pois como ele mesmo afirmou:

É muito cômico assistir aos gracejos sucessivos dos linguistas sobre o ponto de vista de A ou de B, porque esses gracejos parecem supor a posse de uma verdade, e é justamente a absoluta ausência de uma verdade fundamental que caracteriza, até hoje, o linguista (Saussure, 2002:104, grifo nosso).

Por considerar essa total ausência de uma verdade fundamental é que esta pesquisa se coloca como um questionar de velhos paradigmas conceituais, não de forma conclusiva, mas propondo ser mais um ponto de vista – um recorte – dentro da linguística. Configurando-se como uma gota que integra um mar de possibilidades teóricas.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. 6. ed. SP: Cultrix, 1979.
- CAUVET, Louis-Jean. *Saussure: pró e contra: para uma linguística social*. Trad. M^a Elizabeth L. Salum. São Paulo: Cultrix, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. (Tradução de Antônio Ramos Rosa) São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- HARI, Rodolfo. *O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos*. In: Mussalim, Fernanda; Bentes, Anna Christina. (Org.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. V.3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da Vida Cotidiana*. Trad. Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora. Campinas: EDUC / Mercado de Letras, 2002.
- RIQUEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 5^a. Ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
- _____. *Escritos de Linguística Geral*. Trad. Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

ANÁLISE DISCURSIVA DA METÁFORA: REVISITANDO O ESTRUTURALISMO SAUSSURIANO
Luizana Moraes Barcelos Marques

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41735.shtml>. Acesso em 04/Janeiro/2007.

<http://vejaonline.abril.com.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=1281&textCode=120959&date=currentDate>. Acesso em 04/Janeiro/2007.

A ROTULAÇÃO NO DISCURSO: UMA ESTRATÉGIA SOCIOCOGNITIVO- INTERACIONAL NO FAZER TEXTUAL

Arlene de Araujo Saib

RESUMO

Este artigo é uma síntese da dissertação de mestrado de mesmo título. A pesquisa questiona a noção de referência como representação extensional dos referentes entendidos como categorias do mundo e, apoiando-se numa concepção sociocognitivo-interacional de linguagem, defende a referenciação como atividade discursiva voltada para a criação de objetos-de-discurso ancorados no contexto enunciativo e produzidos no fazer textual. A análise fundamenta-se num certo grau de indeterminação da linguagem e investiga o funcionamento argumentativo dos rótulos na interação.

Palavras-chave: Referenciação. objetos-de-discurso. rotulação. enunciação.

1. INTRODUÇÃO

As discussões acerca da referência perpassam os séculos e envolvem questões linguísticas e filosóficas, pois as indagações a respeito da tríade pensamento-realidade-percepção impõem uma resolução discursiva para o problema da referência. Em seu aspecto mais generalizante, a referência pode ser tomada como a experiência humana de referir pela língua; no entanto, numa abordagem que transcende a idéia de língua como instrumento de comunicação, pode-se dizer que a referenciação constitui uma questão de interação social, uma atividade discursiva realizada por sujeitos co-construtores do sentido na enunciação.

Adotando-se uma concepção sociocognitivo-interacional da linguagem, este artigo apresenta-se como uma síntese de uma dissertação de mestrado de mesmo título que leva em conta o deslizamento do conceito de referência para referenciação, tomada como “atividade discursiva” - Koch (1998; 2004) e Marcuschi (1998; 2001). O suporte teórico em que se assentam as reflexões aqui desenvolvidas, apoiado em Mondada & Dubois (2003), rejeita a discretização do mundo e concebe as categorias e objetos-de-discurso como construções produzidas a partir de práticas linguísticas sociocognitivamente situadas. À base teórica dessa explanação somam-se os conceitos de encapsulamento anafórico (Conte, 1996/2003) e de rotulação do discurso (Francis, 1994/2003).

Nessa perspectiva, os rótulos – expressões nominais provenientes do encapsulamento anafórico – serão analisados como unidades de articulação coesivo-argumentativa, posto que a escolha do nome núcleo das anáforas rotuladoras constitui uma seleção destinada a estabelecer o ponto de vista dos enunciadores, tratando-se, portanto, de estratégias discursivo-interativas. O *corpus* adotado é composto por matérias opinativas veiculadas na mídia impressa brasileira, no período de dezembro de 2005 a dezembro de 2007.

2. REFERÊNCIA, REFERENCIAÇÃO E REFERENTE

Pensar a relação língua-sujeito-mundo implica assumir que “a atividade linguística é constitutiva num sentido semanticamente relevante toda vez que resulta em questionar ou modificar o sistema de referências através do qual olhamos para a realidade.” (Ilari, 2003:71). Essas considerações estão alinhadas com o preceito de instabilidade entre as palavras e as coisas, pois

[...] no lugar de pressupor uma estabilidade *a priori* das entidades no mundo e na língua é possível reconsiderar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e linguísticas, assim como de seus processos de estabilização (Mondada; Dubois, 2003: 19).

Esse ponto de vista permite uma abertura para que se investigue a rotulação como processo de criação do objeto discursivo, em que o item

lexical constitui “uma paráfrase resumidora” (Conte, 1996/2003: 178) de proposições ou sequências de proposições difusas no co-texto precedente ou subsequente. Dessa forma, considerando o espaço discursivo como o *locus* privilegiado da produção de sentidos, o encapsulamento anafórico (Conte, 1996/2003) constitui uma estratégia discursivo-interativa de produção de sentidos, posto que

[...] uma língua não providencia uma semântica para o léxico, não estamos dizendo que as palavras são vazias de sentido, mas que o sentido por nós efetivamente atribuído às palavras em uso é providenciado pela atividade cognitiva situada. Assim, a língua é um sistema de indeterminações sintático-semânticas que se resolvem nas atividades dos interlocutores em situações sócio-comunicativas. Portanto, a língua não tem uma semântica determinada e a cognição não é apenas um fenômeno natural (Marcuschi, 2003: 51).

A partir dessa constatação, o mundo dito pela linguagem na interação rompe com a noção de um mundo etiquetado e situa-se no entremeio das relações dialógicas do sujeito organizador/planejador da linguagem, cuja desenvoltura se respalda em crenças, valores, conhecimentos partilhados e enquadres sócio-culturais.

3. A ROTULAÇÃO: MOVIMENTOS DISCURSOS E FUNCIONALIDADE DOS RÓTULOS

No âmbito da Linguística Textual de orientação sociocognitivo-interacional, o grande desafio em relação à língua como sistema é “[...] superar a noção meramente representacionalista e referencialista da língua, para privilegiar as relações intersubjetivas instauradas pelos interlocutores mediante os recursos linguísticos” (Marcuschi, 2004:273).

Para tal empreendimento, o estudo da referenciação e dos processos de rotulação encaminham-se no sentido “[...] do código para a cognição e, neste percurso, tudo indica que o conhecimento seja um produto das interações sociais e não de uma mente isolada e individual” (Marcuschi, 2003: 45). Esse percurso interativo comprova que a rotulação constitui “um meio de classificar a experiência cultural de modos estereotípicos, [...], não

é um processo aleatório de nomeação, mas uma codificação de percepções partilhadas, ou partilháveis do mundo” (Francis, 1994/2003: 226).

Esse mecanismo articula-se em dois planos distintos: um, em relação ao movimento discursivo – rótulos prospectivos, retrospectivos e prospectivos-retrospectivos –; e, outro, em relação à funcionalidade – rótulos de conteúdo e metadiscursivos (ou metaenunciativos). O rótulo prospectivo – uma estratégia de antecipação do conteúdo a ser lido / dito – constitui um domínio argumentativo-coesivo destinado a introduzir o objeto discursivo no modelo textual. Além de estabelecer a coesão lexical, o nome núcleo do rótulo prospectivo tem relevância argumentativa, posto que “não é selecionado independentemente, mas é um elemento numa configuração de escolhas lexicais e semânticas” (Francis, 1994/2003: 194). Para maior clareza dessas considerações, leia-se o texto abaixo:

(1) No reino dos mensaleiros

Em meio a apagão aéreo, idas e vindas do presidente Lula, militares rebeldes, comandantes irritados e tudo o mais, o acontecimento passou quase despercebido. O PP montou um time de primeira para administrar o partido: os deputados Paulo Maluf, Pedro Henry, o cassado Pedro Corrêa, o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti. Para gerir o cofre, ninguém menos do que o ex-deputado José Janene, aquele que se disse profundamente enfermo a tal ponto que não teve como prestar explicações ao Conselho de Ética no processo de perda de mandato por envolvimento com o mensalão. O mesmo que acabou absolvido em plenário por colegas solidários. (...). (Ana Maria Tahan – Jornal do Brasil – 07/04/07)

Neste parágrafo, a cena enunciativa é sumarizada numa instrução prévia, pois o rótulo prospectivo – “o acontecimento” remete a “uma opção que, embora possa parecer ‘neutra’, não deixa de ser significativa” (Koch, 2007: 10). A intensidade argumentativa desse rótulo gravita em torno da dissonância que há entre o nome “acontecimento” e o fato acontecido: a montagem de uma equipe composta por políticos de reputação duvidosa para administrar o PP.

Os rótulos retrospectivos, seguindo essa mesma linha teórica, são tratados como a categorização de um já-dito. Esse processo se dá a

partir de uma negociação dos sentidos que, sobre uma base comum de conhecimentos recuperáveis no co(n)texto, tem como característica “o ato de apresentar o *novo* com capa de *velho*” (Koch; Penna, 2006: 29) em que “categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, a concorrer com outras categorias sugeridas” (Mondada; Dubois, 2003: 33), conforme se pode observar em (2):

(2) Livre comércio?

O presidente Lula explicitou ontem, no seu programa de rádio, a estratégia que o Itamaraty já vinha desenvolvendo na retomada das negociações da Rodada de Doha: os países emergentes, reunidos no G-20, passariam a aceitar negociações em torno do setor de serviços para que, tanto Estados Unidos quanto União Européia, aceitem reduzir os subsídios agrícolas, permitindo que os países do Terceiro Mundo possam competir naqueles que são os maiores mercados do mundo.

O assunto, tema delicado nas negociações da falecida Alca, volta para o âmbito da Organização Mundial do Comércio - como, aliás, o Brasil sempre defendeu - mas agora tem como pano de fundo a parceria que pode ser firmada entre os Estados Unidos e o Brasil no setor dos biocombustíveis. (...)

Todas essas questões podem voltar agora à mesa, e talvez seja mais fácil hoje do que há dois ou três anos flexibilizar alguns procedimentos, já que agora há uma proposta concreta na mesa de negociações de parceria energética, na qual o Brasil tem posição privilegiada. (...)

Tudo vai depender do estado geral da economia mundial, depois que a turbulência das bolsas mundiais passar e ficar mais claro exatamente o que está acontecendo com os dois motores do mundo globalizado, os EUA e a China. (...). (Merval Pereira - O Globo - 06/03/07)

Os rótulos criados em (2) compreendem uma dimensão do discurso que se movimenta retrospectivamente como uma “instrução” que vai além de um suposto processo de recuperação, pois neles a ativação de objetos-de-discurso no modelo textual garante a progressão textual e a continuidade temática. Os núcleos desses são nomes genéricos - assunto, questões - que têm seu *status* discursivo assegurado no uso, posto que

[...] faz muita diferença examinar a palavra sozinha ou no fluxo discursivo, pois, no segundo caso, pode-se perceber que a contribuição

que a palavra dá ao sentido não é um tijolo para uma construção, e sim que ele tem uma contribuição ao mesmo tempo precisa e flexível e altamente dependente do co(n)texto” (Cunha-Lima, 2001: 157).

No entanto, no exercício pleno da linguagem como “inter-ação”, a função rotuladora não se limita a um percurso dicotômico, pois, ao contrário do que se possa pensar, a aglutinação desses dois movimentos – catafórico e anafórico – pode incorporar ao texto uma dimensão coesivo-argumentativa extra, já que o rótulo pode condensar o dito e o a ser dito. Essa perspectiva dual pode ser examinada no exemplo (3) que se segue:

(3) Na boca dos leões

Ao começar a ler este parágrafo, o leitor não imagina que, antes mesmo de chegar ao final, duas pessoas estarão tombando ou sendo vítimas de assaltos no território brasileiro. E mais, entre a leitura do jornal de hoje e o de amanhã, cerca de 110 pessoas morrerão e 55 serão feridas por arma de fogo. A estatística é gritante: segundo a OMS, o País é campeão mundial em número de homicídios, com a soma de 45 mil ao ano. Só na capital paulista morrem 5 mil. Em 20 anos, as mortes por causas violentas no Rio de Janeiro e em São Paulo aumentaram em 230%. A violência ceifou a vida de mais de 2 milhões de pessoas. E o que fazem os governos federal e estaduais? Dão tiros a esmo. (...). (Gaudêncio Torquato - O Estado de São Paulo - 11/03/07)

O rótulo destacado tem ação retrospectiva e prospectiva em que o movimento anafórico remonta a uma projeção baseada na violência cotidiana no Brasil e o movimento catafórico respalda-se num relatório da OMS. O termo situa-se numa fronteira discursiva: encapsula “um dito” e projeta-se sobre um “a ser dito”. Essa mediação coesiva confere ao rótulo uma significação dual.

No quadro geral da rotulação como estratégia interativa de criação de referentes discursivos, postulado por Francis (1994/2003), há uma abertura para que se examinem também as ocorrências de rótulos metafóricos, na maioria das vezes rótulos de conteúdo que, segundo Koch (2004:256), possuem “[...] o poder de orientar o interlocutor no sentido de determinadas conclusões”. Para sublinhar o estatuto discursivo

da metáfora, Ilari (2003: 70) destaca aspectos que convergem para a definição de rótulos metafóricos como estratégia sociocognitiva de relação de objetos-de-discurso, posto que

[...] por mais que Platão, assustado com o poder da metáfora, tenha expulsado os poetas da república das letras, dando a entender que a metáfora serve a objetivos incompatíveis com a conduta racional; por mais que Aristóteles tenha ensinado que se dever ver a metáfora como um meio extratécnico de argumentar e persuadir, o que levou a descrevê-la como mero ornamento de expressão, a metáfora é, acima de tudo, uma operação cognitiva (grifo nosso).

Seguindo de perto essa trilha e tendo como bússola o socio-interacionismo, leu-se o exemplo (não numerado) de Koch (2004:256-257):

Somos todos assassinos

A tragédia da morte de Celso Daniel – paradigma de homem cidadão e político suscita de novo a velha e inútil vocalização dos governantes: plano nacional contra a violência, lei de recompensa, contratação de civis para trabalhar na Polícia Militar etc. Como peça de resistência **nessa ladainha requentada de banalidades** que ouvimos todas às vezes que um fato trágico como esse se repete, ressurge a grande panacéia desse discurso político do crime: aumento das penas, prisão perpetua e pena de morte. [...] De nada nos adiantam essas proclamações indignadas e essas propostas de aumento de pena, que acabariam, isso sim, por distorcer o nosso sistema penal. Não queremos uma legislação do pânico. Esperamos por ações que substituam essas tristes e repetitivas exortações vazias. A sociedade precisa se mobilizar em torno dos objetivos corretos. Vamos aproveitar essa maré de indignação e horror para exigir dos governos, em todas as esferas, medidas e providências concretas (grifos de Koch).
(Marcio Thomaz Bastos – Folha de São Paulo – 22/01/2002)

O primeiro rótulo grifado por Koch – “nessa ladainha” – remonta a um campo semântico de repetições vãs que, junto com o adjetivo “requentada”, produz o sentido de uma lengalenga enfadonha, pois o que se discute, longe de ser uma proposta concreta para redução da violência, são *banalidades*. No segundo rótulo – “essas tristes e

repetitivas exortações vazias” – a noção de repetição se presentifica como algo esvaziado de sentido e o empacotamento das informações-suporte recaí sobre as discussões acerca de possíveis mudanças na legislação penal, mencionadas apenas quando surge uma barbárie e logo depois esquecidas. O terceiro rótulo da série – “essa maré de indignação e horror” – fecha o ciclo de repetições centrado num nome que por si só denota um vaivém contínuo – *maré*.

Quanto à funcionalidade, os rótulos metaenunciativos constituem uma operação especializada em condensar uma proposição ou um segmento textual sob a ótica de um ponto de vista criado sob o efeito da enunciação. Ou seja, no “aqui” e “agora” que o enunciador produz o seu enunciado, a expressão rotuladora dobra-se sobre o próprio enunciado rotulado. Francis (1994/2003) define essa categoria de rótulos a partir da seguinte sistematização:

a) Rótulos de atos ilocucionários

Os limites e alcances definidos pela Teoria dos Atos de Fala (1990) dão conta de estabelecer que “todo dizer é um fazer”. Nesse processo de rótulos de atos ilocucionários, como se trata de nomes com a mesma raiz léxica de verbos cognatos, tais “rótulos são, portanto, nominalizações de ações verbais” (Carvalho, 2005: 67). O caráter meta nos nomes ilocucionários faz o enunciado operar uma sequência no dizer/fazer, pois o nome dito ou a ser dito dobra-se sobre o conteúdo da ação verbal, conforme atesta o exemplo abaixo:

(4) Luz e escuridão

Para saber cada vez menos a pessoa tem de aprender cada vez mais. A frase é um contra-senso. Mas faz parte da lição de quem deseja conhecer o Brasil. Caso não concorde com a afirmação, resta a inversão do conhecido conceito de geometria analítica elementar: nos nossos trópicos tupiniquins, a menor distância entre dois pontos é uma curva, não uma reta. Vejamos. (...).
(Gaudêncio Torquato – O Estado de São Paulo – 11/06/07)

No texto acima, o rótulo (retrospectivo) “a afirmação” tem na força ilocucionária sua auto-suficiência argumentativa. Neste caso, o rótulo

é uma condensação sobre uma sobreposição de já-ditos: a porção do texto encapsulada e o dito popular (o provérbio), o que o torna altamente argumentativo.

b) Rótulos de atividades languageiras

Segundo Francis (1994/2003: 206), rótulos de atividades languageiras são “nomes que se referem a alguns tipos de atividade languageira ou aos resultados disto. São similares aos nomes ilocucionários, mas não têm verbos ilocucionários cognatos (embora possam ter).” Enquadrados num tipo de categorização como resultante de determinado tipo de operação cognitivo-discursiva, esses rótulos fornecem uma diretriz argumentativa “não-fossilizada”, pois recategorizam o enunciado sob a égide de uma apreciação sociocognitiva e interativamente situada.

No exemplo a seguir (5), no plano discursivo-argumentativo, o rótulo, “essa discussão”, condensa as informações precedentes sobre a não-discussão da questão do *desenvolvimento urbano sustentado*, que abarca não só moradia, como também a educação de qualidade. A escolha desse nome-núcleo tem relevância organizacional e discursiva por “fechar” um ciclo de questões pouco (ou quase nada) discutidas.

(5) A cidade condenada

O relatório das Nações Unidas sobre o “Estado das Cidades do Mundo”, divulgado esta semana, acaba condenando São Paulo, sem mencioná-la especificamente, nos seus dois extremos, os Alphavilles e os Jardins Ângela. Serve também para outras grandes cidades brasileiras.

Sobre os condomínios fechados, diz: “No mundo todo, os ricos criaram uma arquitetura de medo, ao se retraírem para encaves residencial fortificados”, que “contrariam os princípios do desenvolvimento urbano sustentado”.

Sobre as favelas, o relatório lembra que seus habitantes morrem mais cedo até do que os pobres das áreas rurais, em geral considerados os pobres entre os pobres. Além disso, são os mais

afetados por desastres naturais e “têm menos acesso à educação”.
(...)

Mais ainda do que para os pobres rurais, para os urbanos a inclusão social passa por outras vertentes, em parte mencionadas no relatório das ONU. Passa por educação de qualidade ao menos razoável (...). Passa por habitação, passa por segurança pública, passa por atendimento à saúde (mais necessário ainda pelas precárias condições sanitárias das favelas) e passa por emprego e renda. (...). Pena que essa discussão está, até agora, longe da campanha eleitoral brasileira. (Clovis Rossi – Folha de São Paulo – 18/06/06)

O elenco de expressões que poderiam figurar como “de atividades linguageiras” – *esse debate, esse tema, essas considerações, essas colocações* – oferece diferentes possibilidades argumentativas, pois, dependendo do auditório-destinatário e da intenção persuasiva, a escolha do nome-núcleo pode ter um grau maior ou menor de engajamento.

c) Rótulos de atividades mentais

Partindo da premissa de que o “mundo da cognição é espelhado no mundo do discurso, e as visões e opiniões que defendemos são frequentemente vistas em termos do modo como são expressas” (Francis, 1994/2003: 209), pode-se dizer que nomes como *crença, idéia, atitude, dúvida, hipótese* etc. refletem, quando usados como núcleos de rótulos, muitas vezes, uma avaliação processada na esfera cognitiva; não tendo, *a priori*, um laço léxico-semântico com o enunciado encapsulado. Assim, o rótulo “A dúvida” reúne o caráter metaenunciativo de um nome de processo mental e, argumentativamente, recai sobre o panorama de incertezas do cenário político. Trata-se de um diálogo entre o contexto enunciativo e unidade léxica. Leia-se:

(6) Armas e armadilhas

BRASÍLIA - Lula faz malabarismos para tirar o escândalo do dossiê da pauta e botar no lugar o que seria uma espécie de furor privatizante dos tucanos. Ele, os petistas e seus aliados,

não param de ameaçar com o lobo mau tucano, que vai engolir e privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil, a CEF e todos esses feudos do PT. (...).

A dúvida é: se a “esquerda” tem uma política de ocupação das estatais, e se a “direita” quer privatizar tudo, para onde correr? Ponto para a estratégia petista, que aparentemente estancou o movimento de indecisos e desconfiados rumo a Alckmin nas últimas semanas do primeiro turno, no mínimo para forçar o segundo turno. (...). (Eliane Castanhêde – Folha de São Paulo – 17/10/06)

ii) Rótulos de nomes de textos

No quadro teórico sistematizado por Francis (1994/2003: 210), a rotulação por meio de nomes de textos refere-se “à estrutura textual formal do discurso. Não há nenhuma interpretação envolvida: simplesmente rotulam extensões do discurso precedente, cujos limites precisos eles definem”. A relevância dos nomes nucleares, deste tipo de rótulos, está na metalinguagem dos termos relacionados à composição da estrutura textual, conforme se pode verificar no exemplo (7):

(7) Nós, os idiotas

“Curva a cabeça, sicambro! Adora o que queimaste e queima o que adoraste.” Segundo uma narrativa medieval, essas palavras de Remigius, bispo de Reims, assinalaram a conversão de Clóvis ao catolicismo, em 498, e a fundação mítica da França. O rei dos francos abjurou suas convicções pagãs em nome da unidade dos seus súditos e da vitória na guerra. Ele se converteu, não se vendeu. Na sua posse como ministro, amanhã, Roberto Mangabeira Unger queimará o que escreveu em 2005, quando, numa versão de qualidade inferior do J'Accuse, de Émile Zola, classificou o governo Lula como “o mais corrupto” da história do País e clamou pelo impeachment do presidente. (...). (Demétrio Magnoli – O Estado de São Paulo – 03/05/2007)

Em relação aos movimentos discursivos, observa-se que a construção do objeto discursivo se dá pelo processamento endofórico – anáfora e catáfora, respectivamente, retrospectão e prospecção. No entanto, o exame

do *corpus* apontou para a necessidade de ultrapassar o plano das relações anafóricas e integrar o funcionamento dos rótulos num referencial dêitico-enunciativo de linguagem. Para Lahud (1979), a compreensão da dêixis constitui uma “investigação arqueológica”, uma vez que “a existência de dêiticos na língua impõe à organização de experiência vivida” (Lahud, 1979: 42).

Corroborando essa assertiva e para melhor esclarecer o estatuto da dêixis, Cavalcante (2005:147), numa interpretação de Filmore (1971), faz a seguinte ressalva: “[...] os dêiticos só podem ser interpretados quando as sentenças em que ocorrem são compreendidas como ancoradas em algum contexto social definido de modo a identificar os participantes da enunciação e sua ‘localização’[...]”.

(8) Lula se enrosca na língua

SÃO PAULO - Os noticiários on-line atribuem a seguinte frase ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o programa “Roda Viva”, que foi ao ar ontem mesmo, a propósito do afastamento de Ricardo Berzoini da coordenação de sua campanha:

“Chamei o presidente do partido lá em casa e falei: eu quero saber quem fez essa burrice para não usar a palavra que estou pensando agora. Você, como presidente do partido, tem obrigação de dar uma resposta à sociedade. Ele não deu [a resposta], eu o afastei da coordenação da campanha”.(...) (Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – 17/10/06)

O domínio discursivo criado em torno de “essa burrice” é acessível no contexto histórico-social compartilhado, no qual o presidente-candidato a reeleição dirige-se a um auditório conhecedor dos fatos em evidência. O teor argumentativo desse rótulo reitera o preceito de que “a dêixis é o fenômeno subjetivo por excelência” (Cavalcante, 2005: 141), pois se encontra num *continuum* discursivo de idas e vindas ao contexto situacional.

Diferente seria o encapsulamento anafórico se “essa burrice” fosse uma retomada a proposições anteriores, como se vê no exemplo abaixo, em que o demonstrativo compõe a estrutura de um rótulo metafórico, ancorado cotextualmente, pois exige lexicalização intratextual para que o sentido seja acessado.

A quebra de decoro parlamentar, associada a um esquema de corrupção sistemática, enfraqueceu a base política do governo que, desesperado para garantir a vitória nas urnas, lançou mão de acordos escusos com políticos de reputação duvidosa. Essa burrice foi a causa da derrota.

Nesse exemplo, o demonstrativo compõe a estrutura de um rótulo metafórico, ancorado cotextualmente, pois exige lexicalização intratextual para que o sentido seja acessado e o demonstrativo, enquanto entidade formal marca um lugar de saliência no modelo textual. Assim, de acordo com Cavalcante (2000:15), há um “inevitável entrecruzamento da dêixis com as noções de referência, anáfora e correferência”, o que leva a pensar que a rotulação tem um funcionamento discursivo mais amplo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se compreender a dinâmica dos processos referenciais à luz das concepções sociocognitiva e interacionista da linguagem, cuja relevância se efetiva pela negação do representacionismo especular das palavras e das coisas. O percurso analítico pautou-se pelo recorte subjetivo e argumentativo das expressões nominais rotuladoras do discurso. A ênfase recaiu sobre os aspectos da interação, do dialogismo e das trocas intersubjetivas dos sujeitos co-produtores do sentido durante o ato enunciativo. Do ponto de vista da materialidade linguística, observou-se que tanto as escolhas lexicais do nome núcleo do SN rótulo, destinadas à síntese de conteúdos proposicionais na rotulação, assim como a seleção do determinante (definido ou demonstrativo) constituem produtos de cálculos mentais complexos, sendo, portanto, distantes da etiquetagem arbitrária.

Distanciando-se da concepção estrita dos processos endofóricos, nos quais se incluem a anáfora e a catáfora como um engatilhamento de termos precedentes ou subsequentes, respectivamente, observou-se nesta pesquisa que as considerações a respeito das anáforas encapsuladoras com elemento dêitico, nas propostas de Cavalcante (2000), resultam numa articulação entre os conceitos de anáfora e de dêixis, sugerindo

uma categoria híbrida. A análise do *corpus* comprovou que a rotulação exerce forte apelo manipulador e argumentativo, e a natureza do gênero escolhido – artigos opinativos veiculados na mídia impressa – configura um celeiro de subjetividade validada pela associação do estilo, forma e conteúdo que, numa ação dialógica, convoca o leitor a compartilhar sentidos e intenções.

REFERÊNCIAS

Cavalcante, Mônica M. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In. Koch, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., Bentes, Anna C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Expressões indiciais em contexto de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

Conte, Maria-Elisabeth. Encapsulamento Anafórico. In. Cavalcante, Mônica M., Rodrigues, Bernardete B., Ciulla Alena (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 [1996]– (Coleção clássicos da linguística).

Cunha-Lima, Maria L. Construção da referência e representação lexical: por um tratamento dinâmico da semântica lexical. *Caderno Estudos Linguísticos*, 41, 149-164. Campinas, 2001.

Francis, Gill. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In. Cavalcante, Mônica M., Rodrigues, Bernardete B., Ciulla Alena (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 [1994] – (Coleção clássicos da linguística)

Ilari, Rodolfo. *Linguagem – Atividade Constitutiva (Idéias e leituras de um aprendiz)*. Revista Letras, n.61, especial, 2003. Editora UFPR – <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/viewFile/2881/2363> - Acesso em 14/06/07.

Koch, Ingedore G. V. *Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido*. Unicamp/CNPq, 2007 (no prelo).

Koch, Ingedore G. V. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: Negri, Lígia, Foltran, Maria J., Oliveira, Roberta P. (Orgs). *Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Editora Contexto, 2004

_____. & Marcuschi, Luiz A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A* 14, 1998, p.169-190.

_____. & Penna, Maria A. O. Construção/reconstrução de objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. São Paulo: Campinas, 48 (1): 24-31, 2006.

Lahud, Michael. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

Marcuschi, Luiz A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: Negri, Lígia, Foltran, Maria J., Oliveira, Roberta P. (orgs). *Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. In: *Veredas, Revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v.6, n.1, 2003 (43-62).

_____. Atos de referenciação na interação face a face. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. São Paulo: Campinas, 41:37-54, 2001.

Mondada, Lorenza., Dubois, Danièle. Contrução dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: Cavalcante, Mônica M., Rodrigues, Bernardete B., Ciulla Alcna (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 – (Coleção clássicos da linguística).

(DES)ENQUADRES INTERATIVOS NOS QUADRINHOS DE DIK BROWNE E ZAPPA: UM ESTUDO SOBRE OS (DES)ALINHAMENTOS DE HELGA E JANDIRA

Joseane Serra Lazarini Pereira

RESUMO

Tomando como corpus as tiras de quadrinhos de Dik Browne (2006) e Gilberto Zappa (1999), este trabalho tem por objetivo analisar as atuações das personagens Helga e Jandira com seus maridos, respectivamente, Hagar e Gervásio, verificando os alinhamentos / (des)alinhamentos, tendo em vista que o comportamento das personagens não corresponde às expectativas sociais e culturais, em relação ao enquadre relacionamento conjugal harmonioso. A partir de estratégias verbais e de operações de *footings*, percebe-se, então, novos alinhamentos e um novo enquadre ou (des)enquadre, no caso das personagens analisadas: o relacionamento conjugal conturbado, o que gera a produção de humor nas tiras de Browne e Zappa.

Palavras-chave: Quadrinhos, humor, interação, sociolinguística Interacional.

INTRODUÇÃO

Os indivíduos, em geral, vivem em uma sociedade marcada por valores, ideologias, padrões, resultantes especialmente da cultura de um povo. Conseqüentemente, a linguagem, entendida em um contexto mais amplo, ou seja, englobando fala e comportamento, deve acompanhar esse sistema cultural, a fim de que os indivíduos ajustem-se aos padrões pré-estabelecidos. Entretanto, nem sempre as “regras” são cumpridas. O ser social está a todo o tempo modificando-se, transformando-se, em prol da situação e do objetivo que almeja. As relações sociais determinam, muitas vezes, a representação do indivíduo e este mudará sua atuação de acordo com elas.

Tendo em vista que as relações e as interações, de uma forma geral, são dinâmicas, as pessoas tendem a atuar em diferentes quadros sociais, ou seja, elas tendem a se enquadrar às situações, de acordo com o esperado pela sociedade. Quando, no entanto, há um comportamento contrário ao esperado, pode-se dizer que ocorreu um (des)enquadre, suscitando reações diversas, inclusive humor. Considera-se, a partir daí, que o (des)enquadramento social faz parte da linguagem do humor e que pode ser observado através de pistas verbais e não-verbais, que são mostradas durante o momento interativo.

Nesse sentido, as tiras de quadrinhos são excelentes instrumentos para se analisar a interação, observando-se por meio das pistas de contextualização, os diversos alinhamentos assumidos pelos personagens apresentados na narrativa. Com os elementos que compõem as tiras, principalmente os códigos verbal e não-verbal, essa observação fica mais rica e interessante. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar as tiras de quadrinhos dos autores Dik Browne e Zappa, verificando os (des)alinhamentos e (des)enquadre, em que atuam as personagens Helga e Jandira.

Para fundamentar, então, esta pesquisa, foi focalizada a perspectiva da Sociolinguística Interacional, especificamente a teoria dos enquadres, de Tannen e Wallat (1987), as noções de *footing*, de Goffman (1979) e de pistas de contextualização de Gumperz (1982). Para a análise, foram selecionadas algumas tiras referentes à coletânea de *O melhor de Hagar, o horrível*, de Dik Browne (2006), e que compõem o livro *O bom humor de Gervásio... e o mau humor de Jandira*, do cartunista capixaba Gilberto Zappa (1999).

GÊNERO TEXTUAL: QUADRINHOS

Os gêneros, considerados “tipos relativamente estáveis de enunciado”, conforme Bakhtin (2000), são marcados sócio-historicamente, pois estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais. Estas determinam um gênero com características próprias.

Bakhtin (2000) escreve a esse respeito

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse

uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. (p.261).

Assim, poderia afirmar-se que os gêneros textuais representam qualquer texto que cumpre uma finalidade social e que aparece em um tipo de situação, apresentando propriedades específicas. São textos encontrados na vida diária que operam em determinados contextos.

Um exemplo de texto bem cotidiano são os quadrinhos. Eles possuem uma modalidade própria de linguagem, combinando dois tipos de códigos gráficos: o visual e o linguístico. Segundo Lins & Pereira (2006), além dos dois códigos, há a presença dos balões que, juntamente com as onomatopéias, determinam um discurso direto e um efeito de natureza sonora. Toda essa combinação revela os quadrinhos como material privilegiado para análises linguísticas, tendo como foco de estudo a interação. Para a explicação de fenômenos linguísticos, os códigos visual e verbal complementam-se mutuamente, suprimindo as lacunas existentes. Desse modo, os quadrinhos mantêm um texto coerente, em que imagem e texto mostram, simultaneamente, a cena e a fala das personagens, permitindo uma análise comportamental de personagens em geral.

A partir desse momento de interação que os quadrinhos representam, observa-se que há alterações no contexto, de acordo com as personagens, a situação e, até mesmo, o conhecimento por parte do leitor das tiras.

Koch (2006) explica que

O contexto, da forma como é hoje entendido no interior da Linguística Textual abrange, portanto, não só o co-texto, como a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sociopolítico-cultural) e também

o contexto sociocognitivo dos interlocutores que, na verdade, subsume os demais. Ele engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos actantes sociais, que necessitam ser mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal: o conhecimento linguístico propriamente dito, o conhecimento enciclopédico, quer declarativo, quer episódico (*frames, scripts*), o conhecimento da situação comunicativa e de suas 'regras' (situacionalidade), o conhecimento superestrutural (tipos textuais), o conhecimento estilístico (registros, variedade de língua e sua adequação às situações comunicativas), o conhecimento sobre os variados gêneros adequados às diversas práticas sociais, bem como o conhecimento de outros textos que permeiam nossa cultura (intertextualidade). (p.24).

Dessa forma, algumas noções, como *footing* e enquadres, podem ser trabalhadas no gênero quadrinhos, a fim de se perceber alterações contextuais nas interações das tiras, devido a questões socioculturais.

NOÇÃO DE ENQUADRES E FOOTINGS

Em uma interação, cada interactante leva consigo seus conhecimentos, a partir do seu próprio contexto. A medida em que mudam as interações, os contextos também são alterados, ampliados, exigindo dos interactantes uma nova adaptação. Desse modo, os vários momentos de interação na vida do indivíduo revelam mudanças de enquadres e de *footings*, relacionadas com a formação sociocultural e com a intenção do falante.

Segundo Tannen (1979) nos jogos interativos, os interactantes ativam estruturas de expectativas em relação ao mundo para identificar eventos e produzir sentido sobre as atividades desenvolvidas. Assim, a autora explica que enquadres são modos significativos de falar.

Após essa conceituação, Tannen e Wallat (1986) propõem um novo conceito em que o enquadre representa a atividade que está sendo encenada, qual sentido os falantes dão ao que dizem. O ouvinte somente compreende o "jogo interativo" se souber dentro de qual enquadre ele foi composto. As autoras ainda afirmam que as pessoas identificam os enquadres pela associação entre pistas linguísticas e paralinguísticas, pela

Como as palavras são ditas e não apenas pelo que significam. Portanto, como acrescenta Lins (1997), "em situações de interação, os comportamentos verbais e não-verbais dos participantes são fontes potenciais de comunicação, e suas ações e intenções de significado podem ser entendidas somente em relação ao contexto imediato, incluindo o que antecede e o que pode vir a seguir". (p.46).

Uma outra importante noção para tratar da interação é a noção de *footing*. De acordo com Goffman (1981), o *footing* representa uma mudança de postura de um indivíduo na sua relação com o outro, consigo mesmo e com o discurso que está sendo construído, podendo, dessa forma, ser negociado e modificado durante a interação. Essa mudança é expressa na forma como o indivíduo conduz a produção ou a recepção de um discurso. O objetivo do autor ao introduzir o termo foi mostrar como os interactantes enquadram os eventos e, simultaneamente, negociam as relações que os constituem. Em grande parte, a mudança de footing está relacionada à linguagem, porém há casos em que aparecerão apenas pistas e marcadores paralinguísticos para revelar a mudança.

Os marcadores paralinguísticos são compreendidos contextualmente e, por isso, inserem-se nas pistas de contextualização proposta por Gumperz (1982). Para o autor, os sinais verbais e não-verbais utilizados por falantes e ouvintes em interação determinam as pistas de contextualização, e ele define como "traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais". Além dos marcadores paralinguísticos, como pausas e volume de voz, as pistas incluem prosódia, escolha do registro, formas de seleção lexical, gestos, expressões fisionômicas, movimento do corpo ou dos olhos. As pistas de contextualização são muito importantes na operação de *footings* para a determinação de alinhamentos e enquadres.

1.2.1.1. ESTRATÉGIAS VERBAIS DE (DES)ALINHAMENTO

Os (des)alinhamentos percebidos na postura das personagens Helga e Jandira podem ser observados através de mecanismos verbais, detectados nas interações com seus respectivos maridos, Hagar e Gervásio. Dentre

as possibilidades de estratégias verbais, foram privilegiadas aquelas que mostram as falas não-polidas das esposas das tiras analisadas. Segue-se, portanto, a análise de três estratégias verbais, fundamentais para a apresentação dos (des)alinhamentos assumidos pelas personagens.

1. Ato de fala de ordem

O uso de imperativos nem sempre é muito aceito em um diálogo, tendo em vista que o seu uso pode resultar em uma ameaça e, conseqüente, quebra de face. Entretanto, Helga e Jandira fazem questão de utilizá-los com frequência. Observe as tiras 1 e 2:



Tira 1



Tira 2

Na tira 1, Helga, mesmo sem aparecer, ordena a Hagar que saia da cama imediatamente. As letras grandes e a palavra *agora*, destacada em negrito, mostram com clareza a ordem da personagem e a irritação dela em relação à preguiça do companheiro. Este expressa tanto na fisionomia, quanto na fala, uma lamentação, mas a certeza de que precisará obedecer a ela. Com essa atitude, Helga assume uma postura não-polida, ao utilizar

o imperativo e ameaçar o marido com uma ordem. Ela poderia acordá-lo de uma forma menos autoritária, alinhando-se polidamente. Mas, parece que o constante comodismo de Hagar a deixa impaciente, fazendo com que ela se (des)alinhe, de modo não-polido, utilizando um ato de fala de ordem que não combina com os esquemas de conhecimentos esperados para o enquadre relacionamento conjugal.

Do mesmo modo acontece com Jandira e Gervásio. Ela se alinha impolidamente, ao dar uma ordem e lembrar ao marido, que se ele quiser um café, ele mesmo deve fazer. Na tira 2, isso está explícito, porque Gervásio apenas pensa em pedir um café e Jandira já manda, literalmente, que ele o faça. Ele fica desconsolado com a ordem e não insiste com o pedido. Ela deixa evidente o seu interesse em ter o seu lugar respeitado, ao mesmo tempo sendo dona-de-casa, ao empregar o ato de fala de ordem.

Com o uso de imperativos, as personagens se (des)alinham por meio da ordem, que leva à quebra de face, constringendo seus parceiros. Tendo a face ameaçada, eles não apresentam reação contra o autoritarismo das esposas. Na relação de poder, mesmo na proximidade que a relação marido/mulher permite, pode haver uma verticalidade nos papéis. No relacionamento dos casais analisados, o topo da verticalidade pertence às mulheres. É o que se percebe no próximo ponto.

3 Assimetria interacional

Em uma conversação pode haver uma relação simétrica ou assimétrica, dependendo do grau de intimidade dos interlocutores, o lugar social que ocupam e sua relação de poder. Na relação simétrica ou horizontal, entende-se que há uma maior proximidade entre os participantes. Mesmo observando e respeitando a distância social existente entre eles, o diálogo transcorrerá mais à vontade. Por outro lado, na relação assimétrica ou vertical, há uma maior distância entre os interactantes, os quais atentarão para o grau de poder e se limitarão a isso. Os dois tipos de relação ocorrem naturalmente na sociedade. O problema acontece quando pelo menos um dos interactantes exagera na distância ou no grau pré-estabelecido, criando um mal-estar durante a interação. Ou, ainda, quando, mesmo próximos socialmente, a relação horizontal é dificultada por motivos diversos, cedendo lugar à relação vertical. Em um relacionamento conjugal

comum, espera-se que o casal apresente uma relação simétrica, já que há uma intimidade entre os esposos e, que, por isso, o diálogo é desenvolvido mais tranquilamente. Porém, a relação simétrica não acontece com os casais estudados, como mostram os exemplos 3 e 4.



Tira 3



Tira 4

Os casais analisados dificilmente se comportam, respeitando o outro. Normalmente, são as mulheres que falam e os homens que ouvem e obedecem. Não há discussão. Essa atitude de ambas as partes reforça uma relação assimétrica, em que o poder das esposas se sobressai ao dos maridos, acarretando o enquadre “casamento conturbado” em que as personagens, pelo exagero com que se expressam, agem não-polidamente. Elas, aproveitando-se do consentimento de Hagar e Gervásio, respectivamente, intensificam a relação assimétrica, já que, assim, elas ganham mais espaço e poder.

Na tira 3, observa-se que Helga briga com Hagar, sem motivo óbvio, mas declara para a filha que, mesmo sem saber o que de errado o marido fez, ele sempre estará em desacordo com ela. Ele, por sua vez, fica sem reação e não responde, permitindo a ela o controle da situação.

Na tira 4, Gervásio parece feliz, ao cozinhar e afirmar que ele é um homem moderno. Todavia, Jandira manda que ele cale a boca e leve a comida rapidamente. Os papéis sociais, tradicionalmente marcados, de homem e mulher parecem se inverter nessa relação entre parceiros conjugais.

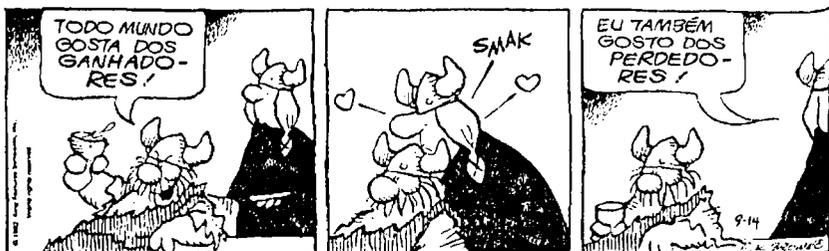
O alinhamento de esposa não-polida desenvolvido por Jandira não atende às estruturas de expectativas esperadas a partir do senso comum. No que se refere aos esquemas de conhecimentos internalizados nos indivíduos, parece estranha a cena em que a mulher assiste ao futebol e, ainda, dá ordens ao marido e, ele, por sua vez, assume o trabalho doméstico e obedece à esposa. Esse (des)alinhamento favorece um novo enquadre que se opõe a um relacionamento ideal.

Entende-se que a relação de um casal seja mais harmoniosa se os dois ocupam o mesmo patamar no relacionamento interpessoal. Entretanto, as tiras de quadrinhos mostradas produzem humor, justamente por mostrarem as diferenças e proporcionarem às mulheres a liderança no relacionamento. Este (des)alinhamento gera um novo enquadre “relacionamento conjugal conturbado/conflituoso”, no que diz respeito às estruturas de expectativas para o enquadre “relacionamento conjugal harmonioso”. Os autores das tiras destituem os homens do poder, quando eles chegam em casa, e restituem as mulheres como poderosas. Eles ainda brincam com as funções tradicionalmente machistas de Hagar e Gervásio, exibindo-os como fracos e medrosos perante suas esposas. O relacionamento assimétrico, portanto, contribui imensamente para os (des)enquadres de Helga e Jandira, que, apesar de serem vistas como simples donas-de-casa, são detentoras do poder na relação com os maridos, e contribui, também, para a produção de humor das tiras, já que os papéis de homem e mulher parecem se inverter, dando lugar a mulheres autoritárias e homens obedientes e submissos.

Outra forma de (des)alinhamento das personagens acontece através dos modos de ridicularização, as ironias e os sarcasmos, como se verifica a seguir.

3. Emprego de ironia e sarcasmo

As personagens em análise atuam, às vezes, fazendo chacotas dos seus companheiros. Helga, de modo mais suave, e Jandira com uma linguagem mais debochada. As tiras 5 e 6 sugerem essa situação.



Tira 5



Tira 6

Na tira 5, Hagar está contente e fala como se ele fosse um exímio ganhador. Helga o observa, um pouco descrente de sua fala e, no segundo quadro, ela, ironicamente, o beija. Ao afirmar que também gosta dos perdedores, ele entende a mensagem implícita da mulher que, juntamente com o gesto do beijo, transmite o que ele realmente é: um perdedor. Helga sai e Hagar fica estático, pensando na resposta dela. Com o uso da ironia, ela revela ao marido seu ponto fraco e, assim, ameaça sua face de *viking* vencedor. O alinhamento irônico de Helga reforça o fato de que Hagar não é tão bom quanto deseja, e ela está ali para lhe mostrar isso muito explicitamente.

Já Jandira, na tira 6, é mostrada pelo quadrinista, conduzindo uma metamensagem dos quadrinhos. Ao utilizar exageros, a personagem se diverte com uma luva enorme, batendo em Gervásio, que admite não gostar da brincadeira. Ela se mostra bastante sarcástica, ridicularizando o marido, que não reage às suas agressões. Ele tem sua face ameaçada

por ser apresentado impotente em relação à mulher, e ela se aproveita desta impotência, assumindo o alinhamento sarcástico, de forma verbal e não-verbal, para reafirmar seu poder.

No caso das duas personagens, em que os respectivos maridos não reagem às suas atitudes, os alinhamentos encenados por elas são diretos, deixando explícitos os atos irônico e sarcástico de ameaça à face de Hagar e Gervásio. Dessa forma, as posturas não-polidas são exercidas de modo "*on record*", revelando a real intenção de Helga e Jandira: a de constranger declaradamente os maridos e não através de inferências ("*off record*"), amenizando a situação.

CONCLUSÃO

Após as teorias fundamentadas e as análises realizadas, percebe-se que as personagens das tiras rompem com as estruturas de expectativas ativas pelos esquemas de conhecimento pré-estabelecidos pela sociedade e criam suas próprias regras de convívio, pelo menos em casa. Privilegiando-se as personagens Helga e Jandira, que foram o destaque da análise, verificam-se constantes (des)alinhamentos durante as interações com os maridos, Hagar e Gervásio, por meio de *footings*, que são detectados a partir de estratégias mostradas através do código verbal, com o objetivo de obter o comando da situação, já que os maridos são mostrados um tanto acomodados à situação. Com a autoridade e o poder em evidência, elas se tornam líderes, e eles, ainda que tentem burlar os interesses das esposas, acabam se calando e obedecendo. A partir desse contexto, afirma-se que as personagens, por meio dos (des)alinhamentos, geram um (des)enquadre no relacionamento conjugal, pois é através de comportamentos, às vezes, exagerados, que elas alcançam o que objetivam. Os comportamentos de Helga e Jandira apresentam pequenas diferenças, porém são imperceptíveis quanto ao interesse em comum. Mesmo sendo Helga mais sutil do que Jandira, o humor acontece nas duas histórias em quadrinhos, pois a temática é a mesma, já que as duas personagens rompem com a expectativa social, em relação ao enquadre relacionamento conjugal.

(DES)ENQUADRES INTERATIVOS NOS QUADRINHOS DE DIK BROWNE E ZAPPA:
UM ESTUDO SOBRE OS (DES)ALINHAMENTOS DE HELGA E JANDIRA
Joseane Serra Lazarini Pereira

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BROWNE, Dik. O melhor de Hagar, o horrível (1917-1989). v. 1, 2 e 3. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Desvendando os segredos do texto. 5ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIMA, Elcira Maria Rodrigues de. O emprego das noções de enquadre e footing em uma interação de tribunal de júri. In: VIEIRA, Josênia Antunes; SILVA, Denize Elena Garcia da (orgs.). Práticas de análise do discurso. Brasília: Plano Editora: Oficina Editorial do Instituto de Letras, UnB, p. 77-94, 2003.
- LINS, Maria da Penha Pereira. A construção do humor em tiras de quadrinhos: uma análise de alinhamentos e enquadres em Mafalda. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. RJ, 1997.
- LINS, Maria da Penha Pereira; PEREIRA, Joseane Serrra Lazarini. Manipulação da imagem: *uma análise de personagem de hq*. In: Revista Saberes Letras: linguística, língua, literatura. V.4, n.1. Vitória: Saberes Instituto de Ensino Ltda., p. 19-27, 2006.
- RIBEIRO, Branca Telles. Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso. (org. por Branca Telles Ribeiro e Pedro M. Garcez). Porto Alegre: Age, 1998.
- ZAPPA, Gilberto. O bom humor de Gervásio... e o mau humor da Jandira. Vitória: Zappa Criações, 1999.

DIFICULDADE NO DOMÍNIO DE FONEMAS DO PORTUGUÊS POR CRIANÇAS BILÍNGUES DE PORTUGUÊS E POMERANO

Ludimilla Rupf Benincá

RESUMO

O Brasil, mesmo tendo como língua oficial apenas o português, é um país multilíngue. Há, em seu território, falantes que adquirem no contexto familiar outras línguas que não sejam o português, e aprendem a língua oficial como segunda língua, muitas vezes apenas quando entram na escola. É o que ocorre com os descendentes de pomeranos, que falam o pomerano - língua de imigração da extinta Pomerânia - ainda amplamente utilizado pelos grupos remanescentes de descendentes dos imigrantes que a trouxeram. Essa língua normalmente é aprendida no contexto familiar, e é utilizada na integração da comunidade, nos rituais religiosos, no ambiente doméstico e na lavoura. O português falado pelas crianças é, então, carregado de marcas de sua língua materna, o que provoca, muitas vezes, discriminação e dificuldades para aprender o português. Por isso, este trabalho busca descrever o português falado pelos descendentes e identificar as marcas próprias de dificuldade de aprendizagem do português, bem como os erros de escrita característicos. Para isso, utiliza dois corpora de análise: oral, obtido através de entrevistas gravadas e escritas.

Palavras-chave: Língua oral, Variação linguística, Pomerano.

INTRODUÇÃO

O pomerano é uma língua praticamente extinta na Europa, onde surgiu; porém, ainda é utilizada por alguns grupos de descendentes dos imigrantes. No Brasil, esses grupos se encontram isolados em comunidades, grande parte das quais se concentra no Espírito Santo, em geral nas áreas rurais. Nessas comunidades, o pomerano é, normalmente, a língua materna dos

descendentes, utilizada no seu dia-a-dia: em casa, na igreja, na lavoura, nas festas típicas e até mesmo em algumas escolas. Muitas crianças aprendem a língua oficial apenas quando entram na escola, e, com um português carregado de marcas da língua materna, costumam sofrer preconceitos e ter dificuldades específicas na aprendizagem do português.

Quando essas crianças ingressam na escola, elas precisam cumprir, ao mesmo tempo, duas tarefas: alfabetizar-se – o que implica dominar um sistema simbólico diferente, aprender a lidar com letras e entender o que cada uma delas representa – e aprender português, que, na maioria das vezes, é uma língua estrangeira, desconhecida e ainda distante da realidade dos alunos, já que não está presente em seu convívio.

Dado esse quadro, não é difícil imaginar as dificuldades relacionadas à escolarização que os descendentes de pomeranos encontram. Existem também outros fatores, que, somados a esse principal, contribuem para essas dificuldades. Um deles é o preconceito, mas podemos citar também o fato de os professores, muitas vezes, não estarem preparados para lidar com esses problemas, que estão não só relacionados à aquisição da escrita e ao domínio dos conteúdos escolares, como também à socialização e integração desses alunos entre os não-pomeranos. Isso se traduz em um alto índice de analfabetismo, ocasionado pela evasão escolar. Dados do IBGE de 2000 mostram que 16,4% da população maior de 15 anos de Santa Maria de Jetibá não sabem ler e escrever, e esse número sobe para 48% (dados do IBGE de 1991) quando consideramos o analfabetismo funcional.

Partindo desses problemas e da escassez de estudos que foquem o bilinguismo entre pomerano e português, nosso objetivo neste trabalho, que é embasado nas teorias geossociolinguística e fonológica, é analisar cientificamente, a partir de dados coletados entre os alunos descendentes de pomeranos, as interferências de sua língua materna no português falado e escrito por eles. Buscamos tratar especificamente das influências que causam dificuldades entre os alunos, tanto a influência da língua materna, quanto a influência da língua falada na escrita.

Para atingir esse objetivo, analisamos os dados da fala contrastando fonemas do português com alguns do pomerano, e utilizamos alguns

utilizados que são os mesmos para a análise de ambas as modalidades, como troca de fonemas e estrutura silábica, que estão presentes tanto na análise do corpus oral, quanto na do corpus escrito.

Para a identificação dessas marcas, analisamos a oralidade, por meio de questionários gravados, e a escrita, através de redações produzidas pelos alunos sobre um tema previamente delimitado. Com esses corpora, buscamos fazer uma análise comparativa, e observar se as variações da fala são também encontradas na escrita, ou se cada uma dessas modalidades apresenta uma variação característica.

Assim, pretendemos contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, através da identificação das dificuldades que esses alunos enfrentam e do que causa essas dificuldades. Isso porque, sabendo das dificuldades específicas dos descendentes em relação à aprendizagem do português, é possível planejar trabalhos direcionados. Buscamos, então, enfatizar a necessidade de uma educação intercultural, que considere as diferenças, mas que seja direcionada e leve em conta as dificuldades, promovendo, assim, uma ruptura com o preconceito linguístico advindo dessas diferenças, mantido pelos colegas não-pomeranos e, muitas vezes, pelos professores, os quais, por desconhecerem as causas das dificuldades dos alunos, podem atribuí-la à falta de capacidade intelectual.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1. Estudos geossociolinguísticos

A Sociolinguística é a ciência responsável pelo estudo sistemático da variação linguística. A ela interessam principalmente as variações ocasionadas por diferenças de ordem sócio-econômica, também chamadas de variações diastráticas, e as variações estilísticas, ou diafásicas, relacionadas aos diferentes níveis de formalidade de um falante, decorrentes do contexto de enunciação, do grau de intimidade entre os envolvidos na situação de fala, do assunto etc.

O objetivo das pesquisas sociolinguísticas é registrar a fala de uma comunidade em situações naturais, por isso emprega métodos de coleta que

minimizam a monitoração estilística de seus falantes, como entrevistas com perguntas relacionadas a experiências de perigo pelo qual o informante passou, ou indicações de procedimentos, como receitas culinárias etc.

A Sociolinguística entende a variação linguística como inerente ao sistema, dissocia a idéia de sistema e homogeneidade. Para a Sociolinguística, toda variação, seja ela na comunidade ou na fala de uma mesma pessoa em diferentes situações, é governada por leis, que podem ser linguísticas ou não-linguísticas; ou seja, a variação não é aleatória. Não há, assim, variação livre. Toda variação é condicionada, já que pode ser sistematicamente explicada, quer por fatores linguísticos, quer por fatores não-linguísticos (SCHERRE, 1996, p. 39).

Para Mollica (2004, p. 09), a Sociolinguística é uma “ciência [que] se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos concretos, em especial os de caráter heterogêneo”. Então, o que a Sociolinguística busca é a descrição da diversidade linguística, a heterogeneidade, a partir de determinadas variáveis. Nas palavras de Elia (1987, p. 40): “A Sociolinguística se ocupa assim com o estudo da possível incidência das forças sociais sobre os estratos fonológico, morfológico, sintático e semântico”.

A Geolinguística ou Dialectologia tem o objetivo de registrar as variações diatópicas, ou seja, aquelas decorrentes de diferenças regionais. Seu objeto de estudo é o dialeto, que “pressupõe um sistema divergente de uma língua comum, viva ou desaparecida, normalmente com uma concreta limitação geográfica, mas sem forte diferenciação frente a outros de origem comum” (BRANDÃO, 1991, p.13). Assim, uma mesma língua possui falares distintos de acordo com a região geográfica, que são estudados pela Dialectologia. Nas palavras de Coseriu (1956, p. 05):

La expresión “geografía lingüística” designa exclusivamente un método dialectológico y comparativo que ha llegado a tener extraordinario desarrollo en nuestro siglo, sobre todo en el campo románico, y que presupone el registro en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una red de puntos de un territorio determinado.

Os estudos geolinguísticos podem culminar na publicação de atlas linguísticos, que são um registro em mapas especiais das variações detectadas nos inquéritos, e mostram variações nos níveis fonético, morfossintático e semântico de determinada área geográfica. “Em outras palavras, é um repositório de diferentes normas que coexistem num sistema linguístico e que configuram seus dialetos e/ou falares” (BRANDÃO, 1991, p. 25). Os atlas também definem isoglossas, que são linhas limítrofes com determinados traços comuns nas fronteiras linguísticas (id, p. 11).

Para Coseriu (1956, p. 13), esse tipo de pesquisa tem índole geográfica, “pues se trata de comprobar hechos en el espacio” (id, ibid). A importância do trabalho geolinguístico, em especial dos atlas linguísticos, é que a distribuição dos aspectos encontrados em mapas linguísticos permite “comprobar que las innovaciones en las ‘lenguas’ proceden de ciertos centros y su difusión se detiene en ciertos límites constituidos por ríos, montañas, fronteras políticas, administrativas o eclesiásticas” (id, ibid). Por essa tendência, as áreas mais distantes das zonas urbanas, principalmente as isoladas por barreiras geográficas ou sociais, costumam conservar formas mais antigas, ou seja, são mais resistentes às inovações.

É importante ressaltar que pesquisa geolinguística – assim como a sociolinguística – busca registrar a língua em uso, e não a norma padrão, prescrita. Essa exigência determina o tipo de informante, o tipo de entrevista etc. Para que se possam estudar as variações regionais em uma situação real de uso, é preciso partir de uma metodologia dialetal eficaz. Segundo Ferreira e Cardoso (1994), as etapas a serem observadas em uma pesquisa dialetal são: preparação da pesquisa; execução dos inquéritos; análise dos materiais recolhidos; e divulgação dos resultados obtidos por meio de atlas linguísticos.

1.2. Fonética e Fonologia

A fonética e a fonologia são duas áreas da linguística. Ambas as denominações são formadas a partir da raiz grega *phon*, que significa som, voz. No seu surgimento, no final do século XVIII, o termo fonologia era usado para indicar os estudos dos sons da fala, que hoje estão sob o campo de atuação da fonética, e “só a partir de 1928 passou a ter o sentido que tem hoje” (CALLOU; LEITE, 2005, p. 12). Atualmente, a

fonética é a disciplina responsável pelos sons da língua efetivamente falados, independentemente de serem ou não distintivos, enquanto a fonologia cabe estudar os sons que são distintivos.

Lyons (1987, p.71) apresenta o estudo do som como possuindo uma grande importância, inclusive superior ao estudo de outros meios de produção, como a escrita, pois o som é “o meio natural primeiro da linguagem humana” (id, ibid). A fonética se ocupa desse estudo, mas a ela interessa não qualquer som, e sim os sons de “meio fônico”, que são aqueles produzidos pelo aparelho fonador. Já a fonologia, para ele, “é uma das partes do estudo e da descrição dos sistemas linguísticos, sendo outra a sintaxe, e outra a semântica” (id, ibid).

Mesmo com domínios definidos e objetos diferentes, a fonética e a fonologia são disciplinas interdependentes. Isso porque para se determinar se uma unidade é ou não distintiva é preciso partir da realidade fonética. Callou e Leite (2005, p. 11) apresentam a identificação da fonética como a ciência da substância, e da fonologia como a ciência da forma. A menor unidade da primeira é o som da fala, ou fone, e da segunda, os fonemas, que são unidades distintivas.

1.3. Multilinguismo

O multilinguismo é uma situação de utilização de mais de uma língua. Pode se dar no nível individual ou social. No primeiro, uma pessoa domina mais de um sistema linguístico. Nesse caso, o multilinguismo, segundo Clyne (1997, p. 301), é representado principalmente pelo bilinguismo, por ser mais comum pessoas utilizarem regularmente dois sistemas, embora haja aquelas, em menor quantidade, que utilizam mais de dois.

Muitas vezes, em situações de multilinguismo as línguas envolvidas são usadas com diferentes funções sociais, ou seja, há uma especialização funcional das línguas. Além disso, os valores atribuídos socialmente às línguas não são iguais, e obedecem a uma hierarquia. Uma delas é considerada superior, tem maior prestígio social e é mais usada em situações formais e institucionais, enquanto a outra, considerada variedade baixa, é usada em situações informais. Essa situação de desequilíbrio caracteriza a diglossia.

Uma comunidade se encontra em situação diglósica quando, pela visão de Ferguson (apud TARALLO e ALKMIN, 1987, p. 68), há uma hierarquia entre duas variedades, uma alta e outra baixa. A variedade alta, no nível funcional, é usada formalmente nos registros escrito e oral, e ainda, "coloca-se como principal veículo literário" (TARALLO e ALKMIN, 1987, p. 68), enquanto a variedade baixa é mais usada em situações informais. Como exemplo de comunidades diglósicas, Ferguson cita, entre outras, o Haiti, que tem como língua alta o francês-padrão e como língua baixa, o crioulo (id, p.69).

O Brasil é um país multilíngue, e é um erro pensar que, por ter uma língua oficial que é majoritária, não há manifestações linguísticas em comunidades que não utilizam o português como língua materna. São faladas, atualmente, em território brasileiro, cerca de 180 línguas indígenas (ILARI; BASSO, 2006, p. 90) e outras tantas línguas de imigração. Esse fato não pode ser desconsiderado, e é importante que essa diversidade seja preservada.

2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

2.1. Corpus oral

A distorção de sonoridade consiste na perda da sonoridade de algumas consoantes, que são substituídas na fala pela correspondente surda, a qual apresenta o mesmo ponto e modo de articulação. É um processo muito frequente entre os descendentes de pomeranos.

As questões em que registramos a distorção de sonoridade foram: 1 (abelha); 4 (dragão); 7 (blusa); 8 (janela); 9 (enxada); 10 (anzol); 11 (garfo); 15 (bola), 16 (dado); 23 (bom dia); 24 (boa tarde); 25 (rasgar); 26 (Brasil); 27 (goiaba); 29 (feijão); 30 (boldo); 37 (barba); 39 (grande); 41 (azul).

No caso de dragão (questão 4), há duas consoantes sonoras compondo a palavra, uma em posição inicial, [d], e outra intervocálica, [g]. No corpus analisado, as duas apresentaram distorções, realizando-se como: [tra'gãw]; [tra'kaw] e [dra'kãw]. Foi mais frequente entre os

informantes, nessa palavra, o ensurdecimento da consoante inicial [d], o que ocorreu em 22% dos casos, contra 16% do mesmo processo em posição intervocálica [g]. Isso porque o [g] possui vizinhos sonoros, as vogais, o que torna propícia a manutenção da sonoridade da consoante, conforme constatamos em outra pesquisa (BENINCÁ, 2006).

Em janela (questão 8), encontramos uma distorção de sonoridade muito comum, por estar a consoante sonora em posição inicial. Nessa questão, ocorreram a forma padrão [ʒa'nele], em 64% dos casos, e a realização [ʃa'nele], iniciada pela consoante surda [ʃ], em 36% das respostas dos informantes.

A questão 9 (enxada) apresentou uma variação inesperada para nós, já que a distorção de sonoridade se deu da surda para a sonora, gerando a seguinte forma: [ĩn'zade]. Esse não foi um processo recorrente, já que apareceu na fala de apenas um informante, então podemos classificar essa forma como um erro não-sistemático. A consoante surda em enxada se encontra precedida e sucedida por fonemas sonoros, o que propicia a assimilação desse traço. Porém, como esse processo não é comum entre descendentes de pomeranos, não devemos apontá-lo com um problema específico, mas uma ocorrência provocada pela dificuldade com os fonemas surdos e sonoros.

Outro fator que contribui para essa distorção é a trava nasal da sílaba anterior; normalmente nessa posição as consoantes sonoras não sofrem alteração na fala dos descendentes, ou aparecem em poucos casos, como em anzol (questão 10), em que apenas um informante substituiu a consoante sonora [z] pela correspondente surda [s], conforme podemos observar no gráfico do final deste tópico.

Quando o que ocupa a posição de declive da sílaba, ou seja, a trava, é o tape /r/, não é comum ocorrer a distorção da sílaba seguinte, como ocorreu com árvore (questão 19), em que [v] não passou a [f] na resposta de nenhum informante, e barba (questão 37), em que a mesma consoante oclusiva bilabial sonora [b] teve diferentes comportamentos quando se encontrava no início da palavra e depois da trava silábica /r/. No primeiro ambiente, houve ensurdecimento em 9%, enquanto no segundo, esse processo não foi registrado em nenhuma resposta dos informantes.

Já o arquifonema /S/ na posição de trava, como aparece nas respostas da questão 25 (rasgar), não é um elemento inibidor do processo de distorção, já que 10% dos informantes substituíram [g] por [k]. Essa substituição afetou a trava da sílaba anterior, que, por assimilação do traço surdo da consoante distorcida, realizou-se também como surda. Assim, ocorreram as variantes [haz'gax] e [haz'ga], com a consoante sonora [g], e [has'ka] e [hus'kah], com a consoante surda [k].

Como mostram as variações encontradas, a ocorrência da distorção é maior em palavras em que a consoante em questão se encontra em posição final. Em pomerano, é comum as consoantes finais se ensurdecem, como em 'wand', realizado como [vānt], e 'mang', realizado como [māŋk] (KRESSMANN, 2006). Mas a posição em que essas consoantes se encontram na palavra é bastante diferente da posição das consoantes ensurdecidas no corpus, já que em pomerano esse ensurdecimento sistemático acontece com consoantes oclusivas na posição de trava, posição não ocupada por oclusivas em português. Em português, nos casos em que houve distorção, a oclusiva encontrava-se em posição de ataque, principalmente no início das palavras. Embora o ambiente de ocorrência da distorção não seja o mesmo, é possível que estejamos diante de uma influência da LM, pois os falantes podem estender a regra de distorção às outras posições da sílaba e da palavra. No gráfico 1, podemos ver o ambiente fonético correspondente à quantidade de consoantes distorcidas, e no gráfico 2, a porcentagem de distorção de cada consoante.

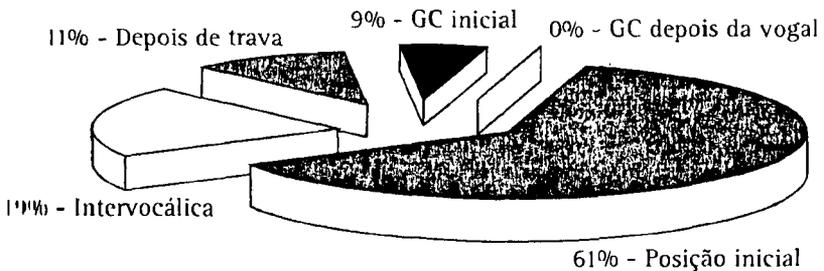


Gráfico 1 - Frequência da distorção em cada posição

1 GC = grupo consonantal

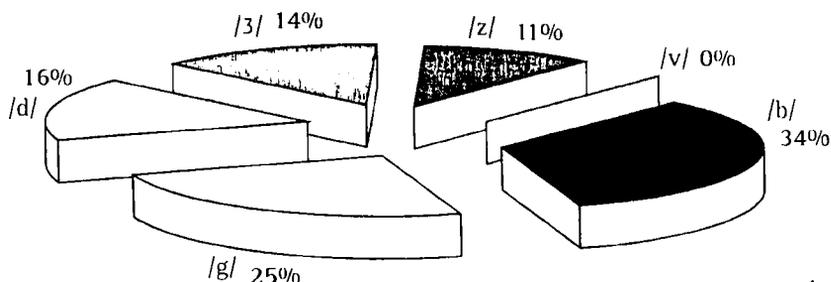


Gráfico 2 - Consoantes passíveis de distorção, e sua frequência de distorção no corpus

Como mostram os gráficos acima, a consoante que mais sofreu distorção em todos os ambientes foi /b/, tendo sido realizada como [p] em 23 ocasiões nas palavras em que aparece o fonema /b/. Somando todas as posições, a distorção de /b/ a /p/ totalizou 34% de todas as ocorrências de distorção encontradas. As fricativas sofreram menos distorção, e uma delas, /v/, não foi pronunciada como surda por nenhum dos informantes no questionário fonético-fonológico (QFF). A posição prototípica para o aparecimento da distorção é a inicial – confirmando constatação de Benincá (2006) – já que 62% de todas as distorções que ocorreram no corpus encontravam-se nessa posição. Os ambientes menos propícios para esse processo de troca são: depois de trava, em especial da trava nasal, e no grupo consonantal, principalmente quando precedido por vogal, posição em que, no corpus, não houve nenhuma variação.

As trocas de modo de articulação foram muito restritas, já que apareceram em apenas uma questão do questionário fonético-fonológico; por isso, esse processo não está discriminado no gráfico anterior como um dos processos de troca do corpus oral. São consideradas trocas de modo verdadeiras o processo do rotacismo, que ocorre quando as laterais passam a vibrantes ou vice-versa, e a distorção de continuidade, caracterizada pelo acréscimo ou pela perda do traço da continuidade, em que a consoante torna-se, respectivamente, oclusiva e fricativa. O rotacismo foi muito pouco recorrente, já que se deu em apenas 13,6% das respostas de uma questão, a questão 6 (fralda); já a distorção de continuidade não ocorreu em nenhuma das questões do questionário. Esses dados mostram que a troca de modo não identifica os descendentes de pomeranos, tampouco representa um problema de aprendizagem do português para eles.

Quanto às variações na estrutura da sílaba, pudemos observar que foram muito recorrentes processos como o destravamento provocado pela vocalização do /l/ ou pelo apagamento do /r/ final, mas esses processos não são particularidades dos monolíngues, portanto, não representam uma dificuldade. Por outro lado, houve muitas alterações na estrutura da sílaba que apontam para dificuldades específicas dos falantes de pomerano. Entre elas, podemos citar as inserções de vogais, com a alteração do número de sílabas da palavra; a redução de grupos consonantais; o apagamento de vogais átonas finais, transformando em trava a oclusiva que ocupava a posição de aclave, entre outras.

Ocorreram também, tanto no QFF quanto no discurso semidirigido, processos envolvendo fonemas vocálicos. Destaca-se a desnasalização dos ditongos, como ocorreu com feijão (questão 29), em que o ditongo final [ãw] se realizou como oral [aw] em 14% das respostas. O mesmo se deu com dragão (questão 4), mas em apenas um informante. É importante ressaltar que em pomerano, o ditongo [aw] existe como oral, e não como nasal, como aparece nas palavras 'kau', 'gaud', 'hauw', o que aponta para uma interferência da língua materna. Avaliamos também como específico dos descendentes a ditongação ocorrida em [es'kwɔlɛ], em que se forma um ditongo crescente, diferentemente do que ocorre entre os falantes monolíngues de português, que também formam ditongos em algumas palavras, mas que são decrescentes.

Outros processos frequentes de troca ocorreram com o fonema /a/, trocado por [o]; /o/ por [a] e da média fechada /o/ para a aberta [ɔ]. A primeira se deu quando a vogal /a/ encontrava-se em um ditongo decrescente, e se mostrou na escrita, como veremos adiante, muito regular, embora na fala sua extensão tenha sido pequena. No questionário fonético fonológico, essa troca ocorreu apenas na questão 22 (alface), em que um informante pronunciou [ow'fasi], embora houvesse outras questões com essa possibilidade de troca, mas no discurso semidirigido, apareceram também em [li'mõw]. Inversamente à troca anterior, apareceu no corpus oral uma troca de /a/ por /o/, na palavra do discurso semidirigido ['bãwn] (bom).

A terceira troca ocorreu na fala com uma frequência bastante alta. No corpus oral, as questões em que essa troca apareceu foram a 31, em que

36,4% dos informantes utilizaram a vogal aberta [ɔ] para pronunciar homem, o que gerou a forma ['õmẽj], e a 34 (ombro), na qual 21,1% dos informantes respondeu ['õmbɾɔ]. No discurso semidirido, essa troca ficou bastante evidente, já que ao responder a idade (onze), cinco dos informantes utilizaram a vogal [ɔ]. É importante notar que essa troca se dá sempre quando a vogal é nasalizada e que não é comum entre monolíngues.

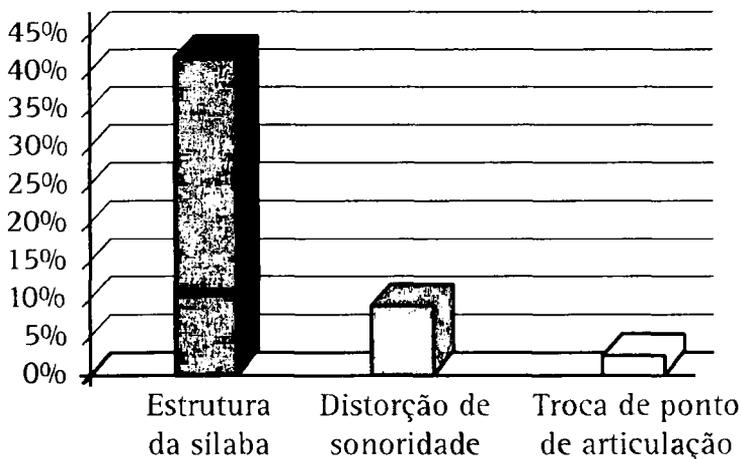


Gráfico 3 - Percentagens de ocorrências em relação ao esperado para cada tipo de variação do QFF

O gráfico acima mostra a porcentagem de todas as trocas ou variações encontradas na fala. Nele é possível observar que os processos que reúnem a maior quantidade de ocorrências são as relacionadas à estrutura das sílabas, mas vale lembrar que nesse tópico incluem-se processos de variação que são frequentes entre monolíngues. As dificuldades dos alunos realmente se concentram na distorção de sonoridade, pois, embora tenha ocorrido em apenas 9% do total de ambientes em que poderia ocorrer, é um processo que está presente nos descendentes em vários níveis de escolaridade, não apenas no período pré-alfabetização, como ocorre com os monolíngues.

1.1. Corpus escrito

Por meio da análise do corpus escrito, foi possível identificar algumas dificuldades entre os informantes que são comuns entre crianças de grupos monolíngues, principalmente as relacionadas à ortografia, ou à influência da língua oral ou ainda à falta de domínio do código escrito, o que levou a grafia de um fonema com a utilização de um grafema utilizado para representar outro fonema. No gráfico ao lado, é possível perceber quanto cada tipo de erro de escrita ocupa do total de erros encontrado no corpus.

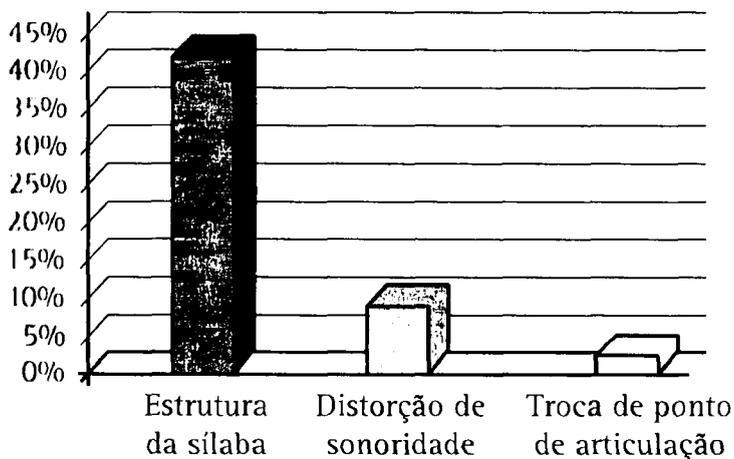


Gráfico 4 - Todos os tipos de erros encontrados no corpus escrito

Como se pode observar em tal gráfico, os erros de escrita encontrados no corpus, o mais comum foi a troca de fonemas, representando 30% de todos os erros. Nesse tipo de erro, encontram-se as formas escritas nas quais um grafema foi utilizado para representar um fonema diferente do que se buscava representar naquela palavra, como em moivas (noivas), por exemplo. Muitos desses erros ocorreram pela troca de consoantes mudas e sonoras, responsáveis por 20% das trocas de fonemas. Como a distorção foi um processo relativamente muito frequente na oralidade, podemos dizer que houve uma transferência desse fato para a escrita.

Assim como verificamos no corpus oral, na escrita, a distorção ocorreu da sonora para a surda, e apenas um erro se deu pela troca da surda pela sonora: em *jegam* (chegam).

Ao compararmos os dados da oralidade com os da escrita, podemos perceber que a troca de consoantes surdas e sonoras é muito recorrente na fala em alguns ambientes fonéticos, e por isso, também muito frequentes na escrita. Isso mostra que realmente estamos diante de uma dificuldade específica dos descendentes de pomeranos, pois está presente nas duas modalidades da língua, e perpassa vários níveis de escolarização, sendo amplamente recorrente na 5ª série, enquanto entre os monolíngues, salvo casos especiais, esse processo de troca não ultrapassa com regularidade o nível de alfabetização, conforme mostramos anteriormente.

Mesmo que se tratasse de influência da oralidade, incluímos os erros relatados no parágrafo anterior como trocas de fonemas porque os pares de consoantes compostos pela surda e sonora correspondentes em ponto e modo de articulação são fonemas diferentes em português. Há, porém, outras influências da oralidade que não representam trocas de fonemas, como a monotongação ou a ditongação, a vocalização da trava lateral, o apagamento de segmentos. Alguns dos erros de escrita ocasionados por essa influência não são específicos do grupo em questão, como vocalização do /l/ e o apagamento do *tape* na posição de trava, que foram muito frequentes no corpus oral e no escrito, e também ocorrem na fala e na escrita de falantes monolíngues.

Nos textos dos alunos monolíngues, é muito comum o erro ortográfico causado pela múltipla possibilidade de representação. Zorzi (1998) o define, a partir de sua pesquisa, como o mais recorrente, ocupando 47,5% dos erros, enquanto o apoio na oralidade, o segundo mais obtido na pesquisa desse autor, representa apenas 16,8%. Nesta pesquisa, o erro causado pela múltipla possibilidade de representação, que denominamos "Desacordo entre fonema e letra", é o terceiro mais recorrente, com 21%.

Esse dado é importante, pois mostra uma dificuldade específica dos alunos bilíngues, já que é mais comum entre eles a representação de

fonemas diferentes com o grafema escolhido para escrever determinadas palavras do que a simples grafia não-coincidente com a grafia padrão, utilizando uma das possibilidades da língua para grafar tal fonema. Dessa forma, o planejamento das aulas deve levar em conta esse fato, para que haja maior efetividade na busca de meios de trabalhar as dificuldades.

Além, se para um aluno monolíngue, o foco de interesse do professor deve ser a grafia das palavras coincidente com a ortografia padrão, e não qualquer outra que o sistema linguístico permite, para um aluno bilingue de português e pomerano, o trabalho deve ser com a diferenciação da representação dos fonemas, além de uma maior reflexão a respeito da transposição da fala para a escrita.

CONCLUSÃO

Considerando o corpus de língua oral, pudemos identificar muitas dificuldades entre as crianças bilingues para dominar os fonemas do português, dada a influência da língua materna. As variações mais recorrentes entre todos os dados analisados do questionário fonético-fonológico foram as alterações relacionadas à estrutura da sílaba, que nos mostraram, em alguns casos, um problema de aprendizagem para os descendentes, já que lideraram as trocas da oralidade e foram muito recorrentes na escrita, embora não tenham representado nesta a maioria das trocas. Embora não tenham sido tão recorrentes quanto os outros processos mencionados, as trocas de sonoras por surdas foram bastante relevantes, já que não costumam ocorrer de maneira tão regular entre falantes monolíngues. Na escrita, lideraram os erros de trocas de fonemas, que representaram 30% do total de erros de escrita, o que confirma o dado encontrado na oralidade.

O planejamento didático-pedagógico deve levar em consideração as dificuldades específicas dos descendentes, apontadas nesta pesquisa, buscando aprimorar, na oralidade, por exemplo, a distinção de surdas e sonoras, o que se refletirá na escrita com a diminuição dos erros por trocas de fonemas. A estruturação das sílabas também deve receber uma

atenção especial, já que também se apresenta como uma dificuldade. O trabalho enfocando-a deve partir de estruturas mais simples, para que se chegue ao tratamento das mais complexas, que geram maiores dificuldades.

O que pode dar suporte ao professor para a compreensão dos problemas encontrados pelos alunos e para encontrar maneiras de solucioná-los são os conhecimentos de fonética e fonologia, já que ambas podem explicar os processos de trocas que ocorrem na fala, e também as que são, por influência da oralidade, transmitidas para a escrita.

Todavia, vale ressaltar que os professores do primeiro ciclo do ensino fundamental, que são quem proporciona o ensino da língua portuguesa como segunda língua aos alunos, muitas vezes ainda monolíngues de pomerano, e também quem apresenta aos alunos o código escrito, não receberam em sua formação conhecimentos aprofundados de fonética e fonologia. Por isso, é tão importante que os órgãos competentes (prefeituras, Estado etc.) ofereçam, com base em pesquisas como esta, que apontam as dificuldades encontradas por aquele grupo específico de alunos, cursos de aperfeiçoamento aos professores que lidam com comunidades bilíngues.

A falta de compreensão por parte dos professores a respeito dos problemas encontrados pelos alunos e suas dificuldades com a língua portuguesa, que para os descendentes é como se fosse uma língua estrangeira, já que muitos dos alunos só a aprendem no contato com a escola, pode ser interpretada como falta de capacidade intelectual ou como desleixo por parte do aluno. Isso pode gerar preconceito advindo dos professores e dos alunos monolíngues, o que leva o aluno bilíngue a se sentir desmotivado e a abandonar a escola, aumentando os índices de evasão escolar e analfabetismo.

A escola precisa promover a igualdade entre os alunos, e deve ampliar suas oportunidades. No caso do grupo dos descendentes de pomeranos, a língua materna dos falantes pode representar um entrave a seu desenvolvimento econômico, já que o português falado por eles está carregado de marcas do pomerano. A escola deve possibilitar ao aluno

bílingue que ele tenha condições de disputar com os monolíngues que têm a língua portuguesa como materna o mercado de trabalho. Para que isso ocorra, é necessário abandonar a postura do preconceito, o que se realiza com o conhecimento das dificuldades e com o trabalho direcionado.

REFERÊNCIAS

- BENINCÁ, Ludimilla Rupf. A distorção de sonoridade do português entre crianças descendentes de pomeranos. Trabalho apresentado na IV Semana de Pesquisa em Letras. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. A geografia linguística no Brasil. São Paulo: Atica, 1991.
- CAILLOU, Dinah; LEITE, Yonne. Iniciação à fonética e à fonologia. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CYNE, Michael. Multilingualism. In: COULMAS, Florian (ed.). The handbook of Sociolinguistics. London: Basil Blackwell, 1997.
- OSERIU, Eugenio. La geografia linguística. Montevideo: Universidad de la República, 1956.
- PIIA, Sílvio. Sociolinguística: uma introdução. Rio de Janeiro: Padrão; Niterói: Luff / Proed, 1987.
- ARRI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos e a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.
- LYONS, John. Linguagem e Linguística: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (orgs.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: SILVA, Gisele Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Padrões sociolinguísticos: análise os fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1996.

TARALLO, Fernando; ALKMIN, Tânia. Falares crioulos: línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987.

TRESSMANN, Ismael. Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 2005 Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PARÁFRASE: UMA QUESTÃO DE DISCURSO E DE SUJEITO

Ruth Léa Santos

RESUMO

Este artigo é uma síntese de nossa dissertação, que consistiu na investigação da atividade parafrástica como estratégia argumentativa do sujeito, concebida como um ato de (re)formulação de um enunciado. Buscamos uma compreensão dessa argumentatividade e dos deslocamentos provocados pela paráfrase na efetiva participação do sujeito/autor ao realizar a estruturação textual na construção/produção de sentido do texto. Como estratégia metodológica recorreremos às categorias de paráfrase postuladas por Ribeiro (2001), ou seja, a modalizadora, intensificadora ou enfática, gradativa, referenciadora, explicativa, explicitadora e exemplificadora. Os resultados levaram a defesa de que a paráfrase é produzida argumentativamente, de acordo com o projeto de dizer do sujeito/autor, que na retomada de um 'já-dito', dito de outro modo, acrescenta outros novos sentidos ao texto.

Palavras-chave: Paráfrase, Argumentação, Sujeito, Construção de sentido.

1. INTRODUÇÃO

A escolha da atividade parafrástica como mote de pesquisa deve-se ao fato de ela ser um dos vetores estruturantes do discurso, que opera deslocamentos significativos na produção de sentidos. Essa atividade é repensada por diferentes correntes, mas, segundo Fuchs (1985), nos estudos linguísticos é vista sob três perspectivas: a lógica da equivalência formal; a gramatical da sinonímia e a retórica da reformulação. É nesta última que este trabalho se insere, considerado os princípios discursivos, que, dentro de uma concepção moderna, constituirão o eixo de abordagem da pesquisa.

Interessamo-nos na questão parafrástica, particularmente, pelo papel que o sujeito assume na própria construção e produção de sentido textual. Mediante tais aspectos, buscamos autores que dessem suporte a uma análise da paráfrase enquanto estratégia argumentativa do sujeito, que revelasse o “quadro” de suas escolhas e as funções que essa atividade pode assumir nesse processo. Nesse percurso são revisitadas discussões sobre a paráfrase que perpassam desde uma concepção lógico-formal até uma de vertente mais discursiva, enfatizando os autores como Fuchs (1982 e 1985) e Hilgert (2002). Contudo, a base teórica de sustentação está em Koch (2002a,b,c) e a metodológica em Ribeiro (2001). Cabe acentuar quanto à semelhança dos autores que formam o referencial teórico-metodológico, exceto Fuchs (1982, 1985), que analisa um *corpus* escrito, os demais autores investigam *corpus* oral. Quanto às diferenças, Koch (2002c) investiga se a paráfrase se apresenta como argumentativa, retórica ou didática; Hilgert (2002) observa os deslocamentos de sentido por ela provocados; Ribeiro (2001) centra-se no papel da argumentatividade do fenômeno. Fuchs (1982), além do percurso histórico, aborda o fenômeno de modo global. Contudo, todos esses autores apresentam como unidade de análise o aspecto enunciativo-discursivo da linguagem.

Em se tratando de um artigo-síntese da dissertação, o objetivo é apresentar ao leitor apenas o eixo central de desenvolvimento da pesquisa, isto é, os principais argumentos que a embasam e os resultados atingidos. De modo que, a seguir, apresentaremos sucintamente as principais bases teóricas que serviram de suporte para a pesquisa da atividade parafrástica enquanto estratégia argumentativa do sujeito.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa da atividade parafrástica é motivada pelo destaque da subjetividade envolvida na questão do fenômeno, por entendermos que esta é uma das questões centrais de linguagem que proporciona inúmeras possibilidades entre o dito e os modos de dizê-lo (consciente ou não) que interferem na produção de sentido. Subjetividade essa negada pelas concepções tradicionais da paráfrase, portanto, o que

suscita à discussão é o envolvimento do sujeito, o seu papel e a sua capacidade de interagir pela linguagem, pelas mais diversas formas e pelos mais diversos propósitos e resultados. Por esse ângulo, buscaremos situar neste estudo a atividade de (re)formulação para refletir sobre a ocorrência da paráfrase na linguagem escrita.

O recorte teórico-metodológico respalda-se na paráfrase como instância interativo-discursiva destinada à produção de sentidos, a partir de um ponto de vista intencional do enunciador/ locutor/ escritor. Entendida na linha de Fuchs (1982, p.175), para quem

la paraphrase est un phénomène langagier (c'est-à-dire une activité de langage menée par des sujets dans des situations de discours données), qui n'est que partiellement linguistique (c'est-à-dire s'appuyant sur des relations complexes en langue, qui contribuent à l'établissement d'un jugement de paraphrase, sans pour autant le déterminer absolument).¹

Nesse sentido, carregamos também a atividade argumentativa dos sujeitos que realizam/participam da estrutura textual e da construção do sentido, o que implica a presença de outras vozes e, conseqüentemente, reescrituras polifônicas. Por esse ângulo, apoiamos-nos em Koch (2002c, p.79), na defesa de que a atividade parafrástica é um fazer textual, uma atividade de (re)formulação que, “em se fazendo”, vai adquirindo “forma” e “encorpendo” o já dito num novo dito. Sob tal aspecto a paráfrase pode ser avaliada no entremeio das relações dialógicas e argumentativas. Desse modo, cumpre-nos observar de que maneira a paráfrase se articula na organização argumentativa – foco de investigação da pesquisa, já que, segundo Koch (2002a), filiando-se à corrente ducrotiana, a linguagem é essencialmente argumentativa.

¹ A paráfrase é um fenômeno linguageiro (isto é, uma atividade de linguagem realizada por sujeitos em situações de discurso dadas), que só é parcialmente linguística (isto é, que se apóia em relações complexas em língua, que contribuem para o estabelecimento de um julgamento de paráfrase, sem por causa disso determiná-lo absolutamente). Obs: Trecho da obra de Fuchs, C. *La paraphrase*, 1982, foi traduzido, para fins didático, pelo Prof. Dr. José Augusto de Carvalho.

A atividade de reformulação trata da retomada de um conteúdo de um texto fonte em um texto reformulado ou traduzido, como enfatiza Jakobson (1973); ato que conduz o estudo da paráfrase para uma perspectiva enunciativa, discursiva e pragmática da linguagem. Essa noção de reformulação ligada as interfaces dialógica e interacionista da linguagem nos reporta à metáfora que Authier-Revuz (1990, p.27) tomou a Bakhtin, na defesa de que “só o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não questionado, teria sido capaz de produzir um discurso livre do já dito da fala de outrem”. Temos, portanto, por hipótese que a paráfrase nunca é mera repetição de um conteúdo anteriormente dado, sendo ela um ato de (re)formulação, já que se constitui como uma atividade de um sujeito inserido em condições de produção específicas e com intencionalidades diferenciadas. Desse modo, a questão que este trabalho levanta é: qual a efetiva participação do sujeito/ autor na expressão da atividade parafrástica em função da construção/ produção de sentido do texto?

Dominique Maingueneau (2000, p.121) defende que

num sentido bem vasto, entendemos, por *reformulação* a transformação de uma unidade discursiva de tamanho variável (da palavra ao texto) em outra, considerada semanticamente ‘equivalente’ de uma maneira ou de outra. Essa operação assume contornos muito variados, segundo o nível no qual ela intervém, o tipo de discurso sobre o qual ela se estende e a natureza dessa transformação (grifo nosso).

Maingueneau (2000, p.121) postula dois tipos de paráfrase - a reformulação interdiscursiva - a transformação de um texto em outro; e a intradiscursiva - aquela em que o enunciador põe em relação duas unidades sucessivas de seu discurso apresentadas como equivalentes. Desse modo, entende Maingueneau (2000, p.122) que “na dinâmica da interação, a *reformulação* permite ao enunciador negociar os obstáculos que surgem [...]”; logo tende a ser uma prática discursiva negociada. Uma premissa relevante para a compreensão da paráfrase, o seu papel e a sua importância no jogo discursivo entre sujeitos que, de posse de um texto fonte, operam intervenções que, pela própria natureza humana, são intervenções sociais, portanto, interativas. Assim, análise

da paráfrase comporta também uma face metalinguística, porque, segundo Morato (2005, p.317)

podemos dizer da linguagem que ela é uma ação humana (ela predica, interpreta, representa, influencia, modifica, configura, contingencia, transforma etc.) na mesma proporção em que podemos dizer da ação humana que ela atua também *sobre* a linguagem, [...] (grifo nosso).

Assim, portanto, a paráfrase é, então, vista a partir de uma concepção da linguagem, conforme anuncia Bakhtin [1979] (2000), inserida num processo de interação verbal, ou seja, uma comunicação dialógica que propicia, segundo Flores (2005, p.58), um “[...] espaço de tensão entre vozes sociais”. Acreditamos, pois com Koch (2002a,b,c), que os estudos acerca da paráfrase, inserida na perspectiva da (re)formulação, encontram-se no quadro geral da linguagem como interação, e esta se caracteriza, fundamentalmente, pela argumentatividade. Tomaremos, portanto, a autora os princípios de que o texto é a fonte propícia para análise, entrelaçado com a noção de discurso; e ainda que o sentido não está no texto. Por esse viés da escolha e do sentido construído a partir do texto (e não nele e por ele), a paráfrase pode ser assimilada para Koch (2002c, p.23) como atividade de formulação, que se constitui naqueles “[...] procedimentos a que recorrem os interlocutores para resolver, contornar, ultrapassar ou afastar dificuldades, obstáculos ou barreiras de compreensão”. Esse conceito abarca a paráfrase como uma estratégia discursiva do sujeito e um recurso linguístico-enunciativo de elevado teor argumentativo, capaz de imprimir ao texto matizes de sentidos diferenciados.

Em Ribeiro (2001), buscamos as categorias de análise apresentadas em sua dissertação de mestrado intitulada *A paráfrase: uma atividade argumentativa*. Em sua análise conclui que a paráfrase participa da atividade discursiva dos sujeitos, bem como da estruturação e construção do sentido do texto. Desse modo, postula sete categorias: a paráfrase modalizadora, intensificadora ou enfática, gradativa, referenciadora, explicativa, explicitadora e exemplificadora. Para Ribeiro (2001, p.95),

[...] as paráfrases funcionam como marcas que materializam as atividades argumentativas. A atividade parafrástica cumpre o papel de constantes retomadas, assinalando lugares de estratégias argumentativas que atuam na estruturação do discurso [...]. Nessas retomadas há sempre processos de re-significação, de algum modo.

Para autora, são essas marcas deixadas no movimento parafrástico que confirmam suas funções e, conseqüentemente, determinam sua categorização. Logo, o perfil dessas categorias demanda um olhar sobre os processos de re-significação da linguagem. De tal modo que, buscaremos investigar essas categorias ao analisarmos a subjetividade em redações de vestibular. Recorreremos às categorias porque permitem focalizar as estratégias textuais a que o sujeito recorre no ato de parafrasear, e, conseqüentemente, demonstrar, de certo modo, a “materialização/textualização” desse “fazer” persuasivo do sujeito no ato de argumentar. Ao buscar a subjetividade presente nos textos, admitimos com Koch (2002a, p.10) que o

[...] comunicar não é agir na explicitude linguística e sim montar o discurso envolvendo as intenções em modos de dizer cuja ação discursiva se realiza nos diversos atos argumentativos construídos na triade do falar, dizer e mostrar (grifo da autora).

Sob esse tripé discursivo - falar, dizer e mostrar, assentamos nossa proposta de resgate da subjetividade e da argumentatividade inscritas nos textos, assumindo que a função básica da linguagem é acima de tudo possibilitar sentidos, e que a paráfrase participa, como estratégia discursiva, do processo de (re)leitura do mundo a ser discursivizado na (re)formulação. Desse modo, objetivamos contribuir para uma aproximação entre a discussão sobre a paráfrase e a efetiva produção de texto em salas de aula, na medida em que trazemos autores que a concebem sob o prisma da argumentatividade e que retiramos dela o “simplismo” da mera repetição, ou seja, “dizer a mesma coisa com outras palavras”. Entendemos que essa discussão sobre o processo parafrástico contribui para esclarecer o produtor de texto sobre os mecanismos da construção textual. Nesse sentido, as categorias se apresentam como passíveis de apreensão pelo professor e pelos alunos. Todavia, este

recorte' de aplicação das categorias implica uma fragmentação e/ou compartimentalização, apesar delas poderem ser multifuncionais; isso se explica pelo viés metodológico da pesquisa e da própria natureza dos exemplos selecionados,

Portanto, a proposta é demonstrar, por meio de redações de vestibular, o valor argumentativo da paráfrase, já que a discussão ainda não chegou às salas de aula ou manuais de redação. Uma tentativa de concretização dessa aproximação tão necessária, todavia não alcançada. Cabe mencionar que a construção parafrástica não é apenas uma prática de um sujeito repetidor, mas de um sujeito discursivo-pragmático que, ao elaborar um "novo" texto, leva em conta que o interlocutor-leitor seja capaz de retomá-lo ou pelo contexto ou pelo seu conhecimento de mundo. Esses aspectos configuram a base de produção de sentidos para que o sujeito possa interagir discursivamente, mobilizando conhecimentos cristalizados (culturais, históricos, ideológicos, etc). O texto parafraseado é atravessado por elementos novos, tanto em relação às escolhas linguísticas quanto à estrutura sintática - que cumprem funções relevantes na argumentatividade, pois apresentam papéis diferenciados na reformulação. Essa estratégia possibilita apresentar um "já dito" com um novo olhar, sob diferentes contornos discursivos, o que imprime singularidade ao novo texto. De tal modo que, esta pesquisa parte de uma concepção de paráfrase vista como uma atividade de (re)formulação, inserida num quadro argumentativo-discursivo; atividade esta reveladora da intenção e da interação do sujeito que se faz e se constrói na e pela linguagem. Assumimos, portanto, que, na condução desta pesquisa, o processo de produção de sentidos é tributário da "inter-ação pela linguagem".

1. ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO PARAFRÁSTICA COMO ATIVIDADE DISCURSIVA

Pelo percurso construído, é inevitável dizer que a subjetividade está envolvida na questão da construção da paráfrase. Partimos da concepção de paráfrase vista como uma atividade de (re)formulação, inserida num

quadro de argumentatividade, que se faz presente em todos os atos comunicativos, como pontua Koch (2002c), revelando a intenção e a interação do sujeito que se constrói na e pela linguagem.

Quanto ao *corpus*, optamos por duas provas de redações da UFES, especificamente, a 3ª questão do vestibular/2006, denominadas A e B. Cada redação foi tomada de *per si*, não interessava a frequência na utilização das categorias, e sim a produção de sentido por elas evocada, além das diferenças de construção argumentativa de um texto para outro. A redação, vista a seguir, apresenta uma coletânea cujos argumentos são reformulados e apropriados pelos candidatos como argumentos próprios. Por isso, escolhemos esse *corpus*, pois nos interessam os tipos de estratégias, ou melhor, os modos de abordagem das paráfrases nas redações, tendo em vista as relações que estas estabelecem com a coletânea.

Haiti

*Quando você for convidado pra subir no adro,
da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quasc todos
pretos, dando porrada na nuca de malandros
pretos, de ladrões mulatos e outros quase
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres
São tratados (...)
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado.
Nem a lente do Fantástico.
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão.
(Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1994)*

“Lançada pelo IBGE em junho de 2003, a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante, - indo-europeus e outras etnias brancas -, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres.”

(Mir, Luis. Guerra Civil: estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004, p.81.)

Imagine a seguinte hipótese: você está inaugurando um jornal de uma Organização Não Governamental – voltada para a questão da injustiça social no Brasil.

Tendo em vista a canção Haiti, de Caetano Veloso e de Gilberto Gil, e a citação estatística de Luis Mir, escreva o editorial de inauguração do referido jornal.

Quadro: Coletânea e tema referente à 3ª questão do Vest/Ufes2006.

Ora, a letra da música Haiti, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, transcrita, a nosso ver, tematiza a questão do tratamento dado ao negro no Brasil e também aos pobres de modo geral, inclusive aos brancos pobres.

Tendo por base as categorias postuladas por Ribeiro (2001), passamos a observá-las nas redações, já que em si apontavam para a produção do sentido e para a presença da subjetividade. Além disso, as categorias nos permitem observar a paráfrase em profundidade, a partir do pulso da discursividade, da construção verbal, da interatividade, da dialogicidade textual e da produção de sentido. Tais concepções abarcam intencionalidade, negociação, persuasão, enfim, uma argumentatividade em qual o “querer-dizer” do sujeito no discurso se faz na e pela linguagem. Vale frisar que embora as categorias apresentem na maioria dos casos apenas um único aspecto funcional, elas podem ser multifuncionais.

Tanto o “recorte” quanto o viés metodológico de análise se deram pelo prisma didático de apresentação das categorias, já que um dos objetivos da pesquisa é que tais categorias sirvam de suporte a professores e alunos. As conclusões advêm, portanto, não da aplicação adequada (ou não) da paráfrase ou das categorias analisadas, mas dos efeitos de sentido provocados pelas escolhas das estratégias operadas pelos sujeitos. Concluimos em favor da produtividade (ou não) da paráfrase e pela sua aplicabilidade (ou não) nas salas de aula. É preciso esclarecer ainda que nem todas as categorias estarão presentes nas redações. Nos casos aqui analisados, redações que têm por base uma coletânea, a paráfrase referenciadora (a que remete a algo anteriormente dito ou a outro texto, e o presentifica) é a mais reveladora. Já a paráfrase modalizadora faz parte de gêneros mais interativos, como verificado por Ribeiro (2001). No entanto, as categorias só explicitam os tipos de paráfrase, o que em muito acrescenta, sem dúvida, mas, interessa, sobretudo, é observar a presença de um sujeito manipulador de sentido na atividade parafrástica.

Apresentamos, inicialmente, a primeira redação, denominada de TEXTO A, objeto de nossa análise:

TEXTO A

Em 1888 foi assinada a Lei Áurea, concedendo liberdade aos escravos do Brasil. Liberdade de direito, pois a liberdade de fato não foi consumada. Os afrodescendentes continuaram marginalizados, tornando-se vítimas do preconceito, fruto de séculos da escravidão negra.

A falta de assistência aos escravos recém-libertos, como políticas de inserção social, levou a situação que se observa na atualidade. Da minoria mais rica, poucos são os indivíduos pardos ou preto, sendo a maioria esmagadora branca. Já na ala mais pobre da sociedade, os negros e pardos são a maioria, porém os brancos têm uma participação maior entre os pobres, proporcionalmente falando, do que negros e pardos entre os ricos. Percebe-se,

ironicamente, que a pobreza, no Brasil, é mais democrática que a riqueza. O caminho para mudar essa situação passa pela educação do povo, para que sejam derrubados os pilares que sustentam o preconceito e que também servem de alicerce para as injustiças sociais, e o principal desses pilares é a ignorância.

Faz-se necessário democratizar a riqueza, tirá-la das mãos dos poucos que a concentram e melhor distribuí-la entre todos, independente da cor da pele, como se fosse um “Robin Hood” moderno. Esse “Robin Hood” serviria para complementar, mesmo que tardiamente, a Lei Áurea, dando a todos a liberdade de fato, liberdade essa que só pode ser conquistada através de uma maior justiça social.

Nesse Texto A, o sujeito trabalha seus argumentos a partir de um “jogo de contrários” ao respaldar-se em argumentos dicotômicos – *maioria-minoria*, *pobres-ricos* e *negros-brancos* –, para traçar a discussão em direção à tese levantada sobre a questão do preconceito e da injustiça a que estão submetidos os negros no Brasil. Esse “jogo de contrários” percorre, de um modo marcante, todo o texto. Via de regra, esse sujeito suscita para essa fundamentação, argumentos presentes na memória histórico-social do país, a saber: a condição de escravidão a que o negro esteve submetido, a sua alforria pela Lei Áurea; enfim, o papel marginal que tem sido imposto a esse grupo social desde a sua chegada ao Brasil e que continua a prevalecer. Admite, ainda, que não houve a preocupação de um reparo dessa situação. Assim, o objetivo do sujeito é seduzir e persuadir para a questão proposta e desenvolvida, isto é, de que há “injustiça social no Brasil”, no que tange à condição de existência dos afrodescendentes. Para tanto, realiza toda a sua argumentação em torno dos indicadores econômicos que revelam a disparidade sócio-econômica entre negros e brancos no Brasil. Esses indicadores encontram-se no texto da coletânea, ou seja, a fundamentação desse texto é realizada quase que totalmente a partir de dados e/ou argumentos apresentados na coletânea.

A paráfrase, nesse texto, ganha contornos de um novo dizer, cuja *performance* discursiva é de apropriação do texto fonte e não de sua repetição ou remissão. Ela cumpre o papel fundamental de realizar essa atividade

eminentemente discursiva de elaboração textual. Ao buscar o “jogo de contrários”, o sujeito além de marcar o diferencial em relação à coletânea, constitui a sua marca de subjetividade, ou seja, o modo pelo qual o sujeito tenta estabelecer a relação com a coletânea revela uma singularidade do enunciador e um lugar de relevo para o qual pretende dirigir o foco de atenção do leitor, que é a questão da injustiça social. O efeito de sentido provocado é de um certo “tom” inusitado que se evidencia num “quadro” de elaboração textual cujas retomadas e avanços acontecem numa “discussão” que revela a “imagem” que se quer (ou se tenta) passar; nesse caso, o “quadro” de disparidade existente entre negros e brancos no Brasil.

O TEXTO B, nosso outro objeto de análise, se nos apresenta diferente:

TEXTO B

Os problemas sociais aos quais a população mundial está cada vez mais exposta e desprotegida são inegavelmente visíveis e perturbadores. Avançamos, claro. Contudo, algumas questões ainda nos fazem refletir sobre até que ponto nós podemos nos considerar evoluídos. Analisemos:

Já há algum tempo, o Brasil comanda uma missão de paz no Haiti, praticamente exterminado por uma guerra civil. Lá, os índices de pobreza são altíssimos, e a miséria não pára de crescer. No entanto, em meio a toda essa problemática, nota-se um fato ainda mais alarmante: a pobreza concentra-se entre negros.

Além da miséria a qual estão submetidos, os atos racistas ainda são cometidos brutalmente.

Trazendo essa questão para territórios brasileiros, notamos pouca diferença. Os índices de pobreza são muito maiores em regiões onde a etnia negra é predominante. Estatísticas revelam que, no Brasil, dentre o 1% mais rico da população, 88% são brancos.

Diante de tudo isso, uma pergunta é óbvia: como o Brasil pode liderar uma missão de paz em territórios alheios levando-se em consideração nossos índices socioeconômicos? Evidentemente, alguns de nossos líderes preferem fechar os olhos a tamanha incompatibilidade e viver em uma realidade utópica inexistente.

Ao contrário do texto anterior, o sujeito/ autor do Texto B não elabora a sua argumentação a partir da dualidade entre brancos e negros, no que se refere à situação social. O enunciador, aqui, assume o tema proposto: “a injustiça social no Brasil” a partir da perspectiva mundial. Com essa abordagem, apresenta a situação do negro no Haiti para compará-la com a do negro no Brasil. Além disso, esse sujeito acredita nos avanços na resolução dos problemas sociais, apontando a questão do negro como um dos problemas ainda não resolvidos. Na sequência da sua argumentação, inicia o texto discutindo a injustiça social dentro de um quadro mundial, remete ao Haiti, chega ao Brasil, mas ao final do texto questiona as missões de paz do Brasil a outros países, ou seja, volta à questão mundial. Já o sujeito/ autor do Texto A fixa-se na questão do negro no Brasil, iniciando e finalizando sua argumentação com injunções sobre a Lei Áurea.

Sobre as categorias de paráfrase encontradas nos dois textos, cabe dizer que: no Texto A - além da paráfrase referenciadora (remissão ao texto de Luís Mir e a partes no interior do próprio texto) -, há também a presença da paráfrase explicativa e explicitadora, além da exemplificadora. No Texto B - entretanto, só foram encontrados fatos de paráfrase referenciadora, isso não é de se estranhar, já que, quando se trata de retomadas e reformulações, a estratégia argumentativa de base é, sem dúvida, a referência (seja de dados da coletânea, seja de outros elementos do texto).

No Texto A, segundo Ribeiro (2001, p.132), a categoria de paráfrase explicativa é aquela que busca definir o sentido de uma palavra e - a paráfrase explicitadora - tem a função de definição e/ou precisão de informações presentes em um enunciado. A diferença crucial entre as duas categorias é que enquanto a explicativa delimita o alcance de um termo, a explicitadora precisa enunciados maiores no texto, ocupando-se do andamento do discurso. Observe que, na introdução do texto, o sujeito fala em “liberdade” concedida aos escravos:

Em 1888 foi assinada a Lei Áurea, concedendo liberdade aos escravos do Brasil. Liberdade de direito, pois a liberdade de fato não foi consumada.

Portanto, ao retomar do seu próprio texto a palavra “liberdade” e explicá-la: “Liberdade de direito”, o sujeito/ autor delimita-a, a partir do ponto de vista a ser desenvolvido no texto, produzindo aí uma paráfrase explicativa. Já quando explicita o enunciado: “pois a liberdade de fato não foi consumada”, o enunciador precisa os limites da informação contida no enunciado anterior, através de uma paráfrase explicitadora, posto que essa liberdade não é ampla e nem total. Em princípio, a palavra “liberdade” poderia criar no leitor a idéia de que o negro alcançou uma condição plena e totalitária, trazendo, a reboque, outras possíveis significações, tais como: ter chegado ao patamar do branco em termos sociais e econômicos, o que para o autor, não é verdadeiro. Para esse sujeito/ autor o negro alcançou apenas a “liberdade de direito”, perceba que ao final do texto expõe seu ideal de liberdade:

“a liberdade de fato, liberdade essa que só pode ser conquistada através de uma maior justiça social.”

Por isso, conclui a sua redação expressando explicitamente o que entende por “liberdade de fato”. E, nesse caso, já se utiliza novamente da paráfrase explicitadora, precisando as informações.

Outra categoria, a paráfrase referenciadora aparece neste Texto A, principalmente, em seu aspecto de remissão, fato que se explica pela obrigatoriedade da retomada da coletânea. De tal modo que, boa parte da argumentação é realizada com tais elementos/ argumentos:

TEXTO DA COLETÂNEA

“[...] a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante, - indo-europeus e outras etnias brancas -, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres.”

PARÁFRASE

“Da minoria mais rica, poucos são os indivíduos pardos ou preto, sendo a maioria esmagadora branca. Já na ala mais pobre da sociedade, os negros e pardos são a maioria, porém os brancos têm uma participação maior entre os pobres, proporcionalmente falando, do que negros e pardos entre os ricos. Percebe-se, ironicamente, que a pobreza, no Brasil, é mais democrática que a riqueza.”

É necessário destacar que esse trecho também foi abordado como exemplo de uma paráfrase explicitadora. Porém, na relação deste com a coletânea, evidencia-se aí uma paráfrase referenciadora. Tal aspecto abordado não coloca em xeque a análise anteriormente proposta, até porque, como afirma Ávila (2002) em sua dissertação intitulada *Quem conta um conto, aumenta [ou diminui] um ponto [...]* “a paráfrase exerce diferentes funções num só tempo”, significando, portanto, que as categorias se mesclam e se imbricam. Evidencia-se, assim um dos aspectos da referenciadora, isto é, o seu papel de remissão ao texto matriz, que não diz respeito à relação da palavra com a realidade concreta, mas sim ao processo de referenciação. Apesar da obrigatoriedade dessa retomada da coletânea, isso não tolhe a sua criatividade e a reorganização textual por ele proposta, ou seja, a ocorrência se dá mediante uma “atualização” de argumentos por parte do sujeito/ autor, numa clara demonstração da subjetividade presente no texto.

No Texto B, um fato que chama à atenção é o aspecto “resumitivo” da paráfrase referenciadora, aparecendo em mais de um ponto do texto:

No entanto, em meio a toda essa problemática, nota-se um fato ainda mais alarmante: a pobreza concentra-se entre negros.

Trazendo essa questão para territórios brasileiros, notamos pouca diferença.

Diante de tudo isso, uma pergunta é óbvia: como o Brasil pode liderar uma missão de paz em territórios alheios levando-se em consideração nossos índices socioeconômicos?

Nesses enunciados, segundo Ribeiro (2001), evidencia-se o outro aspecto da categoria referenciadora, o caráter resumitivo, que cumpre a função de remeter a um enunciado anterior, no sentido de “fechamento/ amarração/ conclusão” de toda uma discussão. O “efeito de fechamento” emerge como um processo avaliativo, ou seja, há matizes de subjetividade em torno das escolhas formais e sintáticas atravessando o processo parafrástico. A expressão “em meio a toda essa problemática” resume toda a abordagem referente aos problemas sociais, aos conflitos e aos índices de pobreza, em especial, no Haiti, onde o Brasil intervém diplomática e militarmente em uma missão de “paz”. Na sequência, os enunciados “essa questão” e “Diante de tudo isso” conferem ao novo dito consistência argumentativa, pois o uso dos demonstrativos esse e isso já fazem uma incursão intratextual (movimento anafórico). Entretanto, nesse caso, o sujeito almeja também manter viva uma “discussão” anteriormente realizada ou o “fechamento/ amarração” dos argumentos. Assim, introduz o assunto para depois retomá-lo, portanto, há primeiro uma “recapitulação” e a posteriori o resumo dos fatos. Os dados nos mostram que a paráfrase apresenta um papel relevante na atividade discursiva do sujeito na escrita, não se trata de mero acaso. Essa referenciação se apresenta como uma eleição/elaboração do que é “central”, isto é, a tese defendida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que nos textos do corpus – A e B – a diferença entre os dois foi marcante, o que aponta para fatores de subjetividade presentes nos textos. Os dados demonstram que a paráfrase exerce um papel fundamental, na qual a intencionalidade do sujeito não pode ser negada. Pensamos comprovar a hipótese de que a paráfrase não é mera atividade repetidora e sim um ato de (re)formulação, bem como responder à questão inicial sobre o papel do sujeito, pois mesmo quando retoma um dado da coletânea, ele o faz provocando um efeito de sentido diferenciado daquele do texto matriz. Nesse sentido, podemos afirmar com Perelman (1998, p.165) que as escolhas dos sujeitos “[...] incidirão tanto sobre as teses em que ele apoiar sua argumentação como sobre a maneira de formulá-las”. Vale frisar, que não estamos querendo dar conta da

atividade parafrástica, até porque investigamos de um lugar – o da escrita; analisamos um gênero – redação de vestibular; e de um ponto de vista – o da Linguística Textual.

Ao recorrermos às categorias de Ribeiro (2001), pudemos demonstrar que a paráfrase, enquanto atividade interativo-discursiva, determina diferenças ora marcantes, ora tênues em seu movimento. Às vezes, o sujeito recorre a estratégias explicativas, a exemplificação ou a explicitação de argumentos, etc, e são essas diferenças que determinam os efeitos de sentido produzidos. Por isso, acreditamos que essas categorias podem contribuir em uma análise/ produção de textos nas salas de aulas. Concluímos, por uma concepção de paráfrase num “quadro” contextual que envolve estratégias, meios e negociações, porque, como diz Bakhtin [1979] (2000, p.282), *a língua penetra na vida e a vida na língua*.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Retórica. Tradução de Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. Tradução de Celena M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, n.19, p.25-42, 1990.
- ÁVILA, C. C. F. Quem conta um conto, aumenta ou [diminui] um ponto: a paráfrase como articuladora de significado diferente em texto oral e escrito. 2002. 130f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, c1979, 2000. p. 274-326.
- DUCROT, O. Argumentação e *topoi* argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). História e sentido na linguagem. Campinas: Pontes, 1989. p.13-38.
- FLORES, V.; TEIXEIRA, M. Introdução à linguística da enunciação. São Paulo: Contexto, 2005. p. 28-87

FUCHS, C. La paraphrase. Paris: Press Universitaires de France, 1982.

FUCHS, C. A paráfrase linguística. equivalência, sinonímia ou reformulação. Tradução de João Wanderley Geraldi. Cadernos de estudos linguísticos, Campinas, n. 8, p.129-134, 1985.

HILGERT, J. G. A paráfrase na construção do texto falado: O caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: KOCH, I. G. V. (Org.). Gramática do português falado: Desenvolvimentos. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2002d, v. 6, p. 143-158.

JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1973. p.35-73.

KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002b.

KOCH, I. G. V. O texto e a construção dos sentidos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002c.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. v. 3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 311-351.

PERELMAN, C. Lógica jurídica: nova retórica. Tradução de Virgínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REFORMULAÇÃO. In: MAINGUENEAU, D. Termos-chave da análise do discurso. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 121-123.

RIBEIRO, N. B. A paráfrase: uma atividade argumentativa. 2001. 159f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

O DISCURSO FEMINISTA NO PÓS-GUERRA: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE FACE EM SIMONE DE BEAUVOIR E VALÉRIE SOLANAS

Emanuely Carneiro Antunes

RESUMO

Este trabalho discute a elaboração da imagem social das autoras feministas Simone de Beauvoir e Valerie Solanas em seus respectivos textos “A mulher independente” e “ SCUM Manifesto”, sob o prisma da noção de interação abordada por Goffman (1980) em seus estudos sobre a teoria de elaboração de face. A importância do contexto em análises textuais, aspecto defendido por Koch (2005), se faz notória nesta pesquisa que busca examinar os traços socialmente construídos na utilização da linguagem.

Palavras-chave: Interação. Contexto. Imagem social. Feminismo.

1. INTRODUÇÃO

Sendo considerado fundamental para esta pesquisa o reconhecimento mais abrangente dos aspectos comunicativos, é adequado, então, que se trabalhe a partir da perspectiva sócio-interacional da linguística, já que, contidos nela estão, além do conhecimento linguístico, os conhecimentos social e cultural, sobre a base dos quais se efetiva a interação comunicativa.

Desse modo a presente pesquisa aborda teorias que se enquadram na perspectiva da sociolinguística, justamente por considerarem aspectos extralinguísticos. Uma delas é a teoria da imagem social formulada por Goffman (1980), que trata dos padrões e sequências naturais de comportamento na perspectiva de uma sociologia de ocasiões, que compreende a relação entre os participantes e a relação da ação com o tempo em que ocorre.

Para o senso comum, o “discurso feminista” geralmente é mencionado de forma pejorativa e lhe são atribuídas características como superficialidades, agressividade, enunciação repetitiva de senso (feminista) sem profundas estratégias de argumentação, uma revolta de causas até relevantes, mas desembasadas e desprovidas de senso de realidade.

O que acontece é que esse discurso é visto sob o conceito de uno, quando, na verdade, sua especificidade está vinculada ao tempo, ao espaço, aos acontecimentos e aos indivíduos. O feminismo, que provoca o discurso feminista, não é um só, não foi fundado nem sobrevive sobre uma mesma base. Questões políticas diferentes e questões sociais diferentes formaram “feminismos” diferentes que culminaram em criações humanas diversas.

Elementos como, no caso da pesquisa proposta, escritoras/ leitores, tempo, lugar e fatores sócio-culturais muito se relacionam com tudo que estrutura uma face: a relação de dependência entre interlocutores, as influências exteriores e o *frame*, a manutenção da honra e da dignidade.

2. DISCURSO E IMAGEM SOCIAL

As obras de ambas as autoras tratam da sociedade construída a partir da visão do sexo masculino. Apresentam, porém, direcionamentos diferentes em seus enunciados. Esses direcionamentos chamaremos, neste trabalho, de alinhamentos, os padrões de atos esperados.

Segundo Goffman (1980), toda pessoa, em contato com outros participantes, tende a assumir um padrão de atos, avaliando os participantes e a si mesma, além de levar em consideração a impressão que possivelmente formarão dela. A este padrão chamou de alinhamento.

Este primeiro momento do desenvolvimento da análise é direcionado a observação dos assuntos dos quais SB e VS tratam, das suas motivações e dos caminhos discursivos que decidem tomar. A visão Goffiniana é tomada como base na verificação de cada enunciado exibido a fim de que se ambiente a teoria de faces ao trabalho interpretativo das duas obras estudadas nesta pesquisa, *O Segundo Sexo* e o *SCUM Manifesto*.

SB e VS ocupam um lugar social feminista e suas proposições estão mergulhadas em “jogos discursivos”, que influenciam suas atitudes com o discurso. O que determina seus enunciados são as pressuposições sobre quem são seus leitores, como estão elas, as autoras, inscritas em seu meio, e sob que olhar seus leitores as vêem.

Em o *Segundo Sexo*, SB solidifica reflexões que já estão no andamento de seus estudos há algum tempo e direciona seu discurso para a imagem de um leitor político-acadêmico de esquerda, científico que é alcançado satisfatoriamente através de expressões ratificadoras do *status-quo*, desde que otimizados por uma estratégia conciliadora não radical. Tais expressões são, por exemplo, os verbos no futuro do pretérito e os termos polidos que serão observados e discutidos a partir de trechos da referida obra de SB.

Ao se referirem ao tema “trabalho”, por exemplo, VS e SB, fazem diferentes abordagens em concordância com o alinhamento que cada uma quer tomar dentro do contexto sócio-político em que se encontram. Em *O Segundo Sexo*, termo “hoje” aparece no fragmento: (1) *Em sua maioria os trabalhadores hoje não são explorados (p:450)*, e acaba por inferir um abrandamento à crítica veiculada pelo enunciado, direcionando-a não à instituição “trabalho”, mas à exploração dele.

Já no *SCUM Manifesto*, o trabalho é tomado como um fardo, como se pode verificar no seguinte trecho: *Não há razão humana para alguém trabalhar mais de dois ou três dias por semana, no máximo* (p: 13

VS poderia ter dito simplesmente que não seria necessário que se trabalhasse mais dois ou três dias por semana, no entanto, decidiu destacar sua oposição a esta instituição, utilizando-se das expressões enfatizadoras “não há razão” e “no máximo”

Esta forma de enunciar causa efeito contrário ao abrandamento. O efeito conseguido foi o de ênfase à crítica, destacando-a, tornando-a mais óbvia, determinando um repúdio ao *status quo* e a inauguração de uma bandeira de luta.

Ainda segundo Goffman (1980), o termo face pode ser definido como valor social positivo que uma pessoa reclama para si através daquilo que os outros presumem ser seu alinhamento. Uma pessoa está na face certa quando seu valor social está integrado à linha sustentada por ela.

SB consegue manter o alinhamento esperado de uma escritora intelectual: a afirmação relativizada e polida, uma imagem construída dentro do meio acadêmico; aceita socialmente e dividida por todos; não sofreu quebra. Desta forma, seu ato é confiável, aceito e é preservada sua face, assim com postulam Brown e Levinson (1987).

Pode-se constatar tal comportamento da autora no seguinte trecho que trata da autonomia econômica e social que a mulher alcança com o trabalho: (3) *Em verdade, nada autoriza a dizer que (as mulheres) seguem um caminho errado, e, no entanto, é certo que não se acham tranquilamente instaladas em sua nova condição: não passaram ainda da metade do caminho* (p: 451).

Neste trecho pode-se observar que SB abordou as duas posições existentes quanto ao tema: uma, a das anti-feministas que consideram que o trabalho não é necessário para a emancipação da mulher, e outra, a das feministas que crêem que este é o caminho.

A autora inicia salientando que é importante que se resguarde de qualquer afirmação definitiva sem que haja dados que autorizem tal atitude. Este é um passo característico de um cientista, de alguém que deve precaver-se de impulsos em função de alcançar credibilidade e confiabilidade.

É verdade que a posição de Simone de Beauvoir se faz notável quanto a concordar com o fato da não estabilidade feminina, principalmente quando a autora utiliza-se da expressão “é certo que”. No entanto, logo em seguida, o abrandamento da afirmação aparece na suavização proporcionada pela sequência “não se acham tranquilamente instaladas” e pelo cunho de intensidade diminuída causado pela palavra “ainda”.

É sabido que o adjunto adverbial de tempo “ainda” significa “até agora; até o momento presente”, mas o uso cotidiano do vocábulo pode referir-se a

algo que está demorando a se dar, como algo que já deveria ter acontecido. Assim, a partir desse uso, SB pode deixar de afirmar claramente que as mulheres estão aquém da situação ideal, a fim de fazer uma crítica velada à atual posição delas e a seus passos lentos na luta por novos direitos.

Agindo desta forma, SB acompanha o caminho comumente exigido pela tradição acadêmica, conseguindo, assim, manter o alinhamento a que se propõe seguir.

Vejamos, agora, o caso de VS, observando o seguinte trecho do *SCUM manifesto*: (4) *Todos os trabalhos não criativos (praticamente todos os trabalhos atuais) já poderiam ter sido automatizados há muito tempo. E numa sociedade sem dinheiro as mulheres poderiam ter o melhor de tudo o que quisessem* (p.13).

Diferentemente de SB, VS faz duas afirmações sem apresentar fundamentos lógicos ou dados para tal. A primeira é de que todo trabalho não criativo poderia ser efetuado automaticamente, mas a autora não expõe de que fontes inferiu essa idéia. É possível, ainda, notar, quanto à segunda afirmação, de que as mulheres poderiam ter de tudo em uma sociedade sem dinheiro, que a autora baseou-se exclusivamente em suas crenças pessoais.

Nessa perspectiva, VS também conseguiu manter seu alinhamento, já que ruptura e crueza são o que se espera de alguém absolutamente avessa às regras sócio-institucionais. Assim, a face elaborada por VS é atribuída ao seu meio *punk* e anarquista. A confiabilidade de seu discurso não passa por todos os meios, mas é mantida sua face positiva, pois suas aspirações são, dessa forma, aceitas pelo grupo ao qual o *SCUM Manifesto* é endereçado, o das feministas extremas.

Quando uma pessoa está agindo dentro da face pretendida exprime sentimentos de confiança e segurança, mantém sua cabeça erguida e apresenta-se abertamente. Podem-se observar, no discurso de VS, esses aspectos, a partir de expressões utilizadas pela escritora, tais como “Há muito tempo”, “no máximo”, e verbos no tempo presente do indicativo, em tom de afirmação, e utilização de palavras enfáticas como providência.

A manutenção destes dois tipos extremos de construção de imagem social, a imagem acadêmica e a imagem anárquica, é possível porque a interação do sujeito com seu meio é que visa à elaboração do conceito de face. O Discroll (1996) diz que “é universal o desejo pela boa face” e que “os constituintes da boa face são culturalmente variados”. Mantendo uma ordem expressiva que regula o fluxo de eventos em conexão com os atos, o locutor mantém a face.

Quando o locutor age desta forma por cumprimento a um dever a unidades sociais amplas e recebe apoio de tais unidades, fala-se em honra. Este é o caso de SB em seu texto. Quando isto acontece por dever do locutor consigo mesmo, fala-se em orgulho, é o que faz VS em sua marginalidade.

A polidez, a afirmação relativizada presente em *O Segundo Sexo* está não no conjunto geral das idéias, mas nas estratégias discursivas de suavização dos enunciados, como se pode observar nos trechos a seguir.

(5) *Em sua maioria as trabalhadoras hoje são exploradas. A estrutura social não foi profundamente modificada pela educação da condição feminina; este mundo que sempre pertenceu aos homens conserva ainda a forma que eles lhe imprimiram* (p. 450).

(6) *E talvez mesmo aceitassem alegremente a acumulação* (p.450).

A relativização dos conceitos atribui ao intelectual, na visão de seu interlocutor, a credibilidade da observação como pesquisa, como algo em constatação. A afirmação incontida pressupõe desestabilização para esse interlocutor de *O Segundo Sexo*, mas pode significar força, personalidade e coragem para o interlocutor do *SCUM Manifesto*, já que nele destaca-se a presença do sentido de absoluto nas expressões.

(7) Não há razão humana para alguém trabalhar mais de dois ou três dias por semana, no máximo. Todos os trabalhos não criativos já poderiam ter sido automatizados há muito tempo. E numa sociedade sem dinheiro todas as mulheres poderiam ter o melhor de tudo que quisessem (p: 13)

(8) Não há razão para que uma sociedade composta de seres racionais precise de governos (p13).

Paralelamente, SB quer também, confirmando a teoria dos desejos do dualismo, apresentada por Goffman (1980), criticar a sociedade do momento, procurando, porém, a associação ao meio intelectual por utilização do discurso acadêmico e científico. VS não se esforça em dar espaço para que haja inserção, participação coletiva por consenso em seu discurso. A independência e a individualização, outro ponto do dualismo, parece ser o que busca esta autora, ao utilizar afirmações peremptórias.

Essas posições discursivas ocorrem também de acordo com o lugar a partir do qual o sujeito fala. Segundo Goffman (1980), pré-existe ao dizer algum tipo de relação social entre quem diz e os outros interessados, assim como uma expectativa da parte do enunciador quanto à relação que manterá com as outras pessoas após o dito. *O Segundo Sexo* tem seu sujeito colocado no lugar científico - acadêmico, enquanto o *SCUM Manifesto* tem seu sujeito posto no lugar da marginalidade social. O que é esperado das afirmações desses sujeitos são competências argumentativas diferentes. O lugar científico tem uma autoridade que só permanece se forem mantidas noções como base, rigor, imparcialidade emotiva. O lugar marginal não é fundado nos mesmos pressupostos, ele é a ruptura de todos eles, a emoção e o escândalo fazem parte de seu caráter.

Em *O Segundo Sexo*, SB não deseja que se rompam relações existentes entre a escritora e seus leitores. Para impedir o rompimento das relações é necessário que se evite "sair" do alinhamento esperado, já que é esta relação que levará a autora a permanecer participando dos novos eventos com esse público numa situação de dependência. Um exemplo disto está no seguinte trecho:

(9) Em alguns casos, essa ajuda lhe permitirá melhorar sua situação e conquistar uma independência verdadeira; por vezes, ao contrário ela abandonará seu ofício. Para a mulher casada, o salário, geralmente, representa apenas um complemento (p: 451).

A polidez em *O Segundo Sexo* é uma poética do silêncio que censura aquilo que não é próprio de se dizer, mas que se pressupõe na conjuntura do discurso acadêmico. As pressuposições podem trazer significados

adicionais que estão implícitos em certas expressões linguísticas e uso de tempos verbais. Tomemos outro trecho de SB:

(10) *Somente em um mundo socialista a mulher, atingindo o trabalho, conseguiria a liberdade (p:).*

Neste fragmento, a utilização do verbo “conseguir” no futuro do pretérito possibilita que a autora, de forma camuflada, negue a existência da liberdade no trabalho conforme ele se apresenta. Desta forma, a autora consegue fazer uma crítica ao sistema capitalista, mantendo certo distanciamento pela indiretividade.

Também, os implícitos têm funcionalidade no discurso de SB. As inferências que podem ser sugeridas a partir do termo “ainda”, levam a uma reflexão responsável e racional sobre o tema abordado.

(11) *Este mundo que sempre pertenceu aos homens conserva, ainda, a forma que eles lhe imprimiram (p: 450).*

O sentido contido remete a contextos como a desigualdade, o preconceito, a exploração entre muitos silenciados, mas inferidos.

As relações de poder advindas da posição do sujeito de *O Segundo Sexo* produzem esses silenciamentos, mas no *SCUM Manifesto* isto muda, sendo outro o lugar do sujeito, parece que o que antes foi silenciado, aqui surge clara e agressivamente, como se pode observar nos trechos a seguir:

(12) *Todos os trabalhos não criativos (praticamente todos) já poderiam ter sido automatizados há muito tempo (p. 13).*

(13) [O homem] criou autoridades - padres, especialistas, chefes, líderes, etc - e o governo” (p. 24).

Nos trechos acima, percebe-se que o discurso afirma a negatividade do trabalho não criativo, portanto não livre, e expõe a forma social imprimida pelo homem: o governo, entre outras coisas, todas negativas do ponto de vista desse sujeito um tanto exacerbado.

É possível observar que a relação de face parte de um contrato com o meio e este acordo permeia todo o discurso no que diz respeito a estratégias tais como: o grau de polidez, implicaturas e desejos dualísticos em razão da função do alinhamento para a manutenção da face. Este fim é buscado pelo reconhecimento da dependência entre o autor e o leitor, para a permanência e participação em novos eventos. Ambas autoras alcançam este objetivo tendo em vista que partem de diferentes constituintes de boa face. Enquanto SB procura elaborar sua face de modo positivo perante uma sociedade acadêmica, utilizando para isso um discurso próximo da racionalidade, VS, ao contrário, extrapola de modo imaturo, ao utilizar afirmações absolutas sem fundamentação na realidade.

3. CONCLUSÃO

Pôde-se observar que, sendo SB uma autora ligada à tradição acadêmica, seu discurso tende a exigir certa delicadeza ao tratar de questões político-sociais de gênero. Assim, é comum em seus enunciados, o uso de termos atenuadores como verbos no futuro do pretérito, relativizações, polidez e implícitos. A autora assume a face de intelectual polida sem deixar de manter seu posicionamento político-socialista. Desse modo, consegue manter-se em face não decepcionando seus leitores, não só por não chocá-los ou por evitar o constrangimento deles, mas, principalmente, por seguir na crítica social a que se propõe de forma firme e confiável.

VS também alcançou a manutenção de sua face utilizando-se de estratégias linguísticas diferentes das de SB. A autora, de características próprias da radicalidade, fartou-se do uso de afirmações absolutas não fundamentadas em bases científicas ou filosóficas sólidas, mas sim em concepções próprias e subjetivas. Fez uso também de termos de cunho enfático e, por vezes, exagerados, abdicou da polidez em detrimento inclusive de xingamentos e palavrões. É possível perceber que em seu discurso afirmativo Solanas não se preocupa em formular questões que auxiliem na reflexão dos leitores acerca dos assuntos abordados, não havendo, por vezes, nem mesmo uma ligação cadenciada entre eles.

FUCHS, C. La paraphrase. Paris: Press Universitaires de France, 1982.

FUCHS, C. A paráfrase linguística. equivalência, sinonímia ou reformulação. Tradução de João Wanderley Geraldi. Cadernos de estudos linguísticos, Campinas, n. 8, p.129-134, 1985.

HILGERT, J. G. A paráfrase na construção do texto falado: O caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: KOCH, I. G. V. (Org.). Gramática do português falado: Desenvolvimentos. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2002d, v. 6, p. 143-158.

JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1973. p.35-73.

KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002b.

KOCH, I. G. V. O texto e a construção dos sentidos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002c.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. v. 3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 311-351.

PERELMAN, C. Lógica jurídica: nova retórica. Tradução de Virgínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REFORMULAÇÃO. In: MAINGUENEAU, D. Termos-chave da análise do discurso. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 121-123.

RIBEIRO, N. B. A paráfrase: uma atividade argumentativa. 2001. 159f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

POSPOSIÇÃO DE SUJEITO EM MANCHETES JORNALÍSTICAS: UMA ABORDAGEM FUNCIONAL

Enoch Tótola Vieira Rosa

RESUMO

Este estudo investiga o comportamento discursivo da ordem VS (verbo + sujeito) em manchetes jornalísticas, confrontando-a com a ordem SV (sujeito + verbo). Sob uma perspectiva funcionalista, consideram-se os aspectos sintático, semântico e pragmático da linguagem, a partir dos quais se conclui que as ordens VS e SV instalam-se na língua portuguesa num *continuum*.

Palavras-chave: Ordem. Sujeito posposto. Funcionalismo. Discurso.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo pretende analisar a ordem VS (verbo + sujeito) em manchetes jornalísticas dos jornais A Tribuna e A Gazeta, de Vitória – ES, confrontando-a com a ordem SV (sujeito + verbo), a fim de observar-se, por um viés funcionalista, como a ocorrência desses arranjos sintáticos pode estar vinculada ao discurso.

Também é nosso interesse, embora não constitua um objetivo central deste artigo, questionar se em sentenças VS há ou não uma estrutura tópico/comentário. O sujeito posposto carrega sempre informações novas e deixa de figurar como tópico sentencial? Por outro lado, no comentário (ou rema) residem apenas informações novas, conforme se costuma afirmar em estudos como o de Vilela e Koch (2001, p. 509), por exemplo?

A partir desses questionamentos, procederemos à análise de manchetes jornalísticas, por meio das quais será constatado que o fenômeno da

posposição do sujeito (e também da anteposição) não pode ser estudado apenas sob o olhar da sintaxe, segundo o qual o sujeito posposto ocorre, potencialmente, com verbos monoargumentais, ou seja, os denominados intransitivos.

2. ORDEM E POSPOSIÇÃO DE SUJEITO

Nos compêndios gramaticais, o fenômeno da ordem costuma ser abordado, normalmente, como um fato de caráter mais estilístico, conforme defende, por exemplo, Melo (1968, p. 363), ao afirmar que “a ordem é muito mais assunto de Estilística do que de Gramática”.

De modo geral, nos estudos gramaticais canônicos, os capítulos mais diretamente ligados à ordem detêm-se na colocação dos pronomes oblíquos átonos, um aspecto que Carone (1999, p. 58) afirma ser sintaticamente irrelevante.

As gramáticas normativas, que lidam com uma abordagem cuja finalidade é apresentar a língua de modo asséptico, parecem não permitir que se estabeleçam paralelos entre a ordem direta, em que o sujeito precede o verbo, e a indireta, em que o verbo é que precede o sujeito.

Não é comum um SN na função de sujeito se posicionar à direita de um verbo, quando este seleciona, simultaneamente, dois argumentos, ou seja, quando, além de sujeito, um verbo exige complemento. Há até mesmo autores que afirmam que “não se pode pospor o sujeito se houver objeto direto na oração” (Perini, 1996, p. 233).

Dada a natureza de muitas obras de cunho normativista, é frequente pôr em relevo o aspecto sintático da língua, ao ser abordado este ponto. Isso acaba inibindo que se efetuem, no estudo do sujeito posposto, considerações de natureza semântico-discursiva, como, por exemplo, o grau de informação contida num SN. E a sintaxe de uma língua não é capaz de, isoladamente, compreender as motivações que muitas vezes conduzem um usuário a antepor ou pospor um SN-sujeito.

Embora reserve, como os demais gramáticos, mais espaço para a colocação dos pronomes oblíquos átonos, Rocha Lima (2005), ao estudar a ordem, alerta para o fato de que a posposição do sujeito em orações com verbo intransitivo “pode levar o leitor a interpretar como objeto o sujeito posposto” (p. 237).

Na verdade, a recomendação desse autor visa apenas a pôr em pauta o fenômeno da concordância verbal, pois o que se pretende é evitar que numa sentença como “Restam, ainda, algumas esperanças” (exemplo do autor), não se permita a ocorrência de “Resta, ainda, algumas esperanças”.

Na perspectiva da linguística, todas as obras que se debruçaram sobre o fenômeno do sujeito posposto em português, dentre as quais Lira (1982), Pontes (1988, 1989, 1997), Berlinck (1986, 1997), Naro e Votre (1991, 1999), Coelho (2000), Ciriaco e Cançado (2004) e Pilati (2006), assinalaram um aspecto incontestável: a ordem VS (verbo + sujeito) ocorre preferencialmente com verbos *mono-argumentais*, ou seja, os *intransitivos*.

Pontes (1986), na obra *Sujeito: da sintaxe ao discurso*, defende que o SN pós-verbal está mais para *complemento* do que *sujeito* do verbo. Apoiando-se em estudos de Givón (1979), para quem “a posição de acusativo ou objeto direto é a maneira principal de introduzir novos argumentos diferenciais no discurso” (p. 52), Pontes (1986) advoga em favor de que o SN posposto não figura como tópico e, por isso, perde o *status* de sujeito.

Com pensamento similar, Pezatti (1993, p. 163) admite que o falante, “colocando o SN em posição pós-verbal, descaracteriza-o, então, como sujeito e tópico da sentença, de modo que a sentença toda é a expressão do estado de coisas.”

Essa posição pós-verbal de muitos SNs sujeitos, segundo Pontes (1986), e também outros autores como Lira (1982), é fundamental para introduzir novos argumentos no discurso, constituindo a ordem VS uma das principais estratégias de apresentação de uma notícia, no discurso jornalístico, o que não significa dizer que o sujeito posposto tenha apenas essa função discursiva, ou seja, a de apresentar um fato.

Pontes (1986) entende que os traços [+afetado] e [-animado] do SN pós-verbal parecem conduzi-lo mais para a função de objeto do que de sujeito, é importante reiterar. Pelo menos, discursivamente, esse fenômeno pode ser constatado nos três exemplos seguintes, entre inúmeros outros encontrados por nós:

1. Sai resultado da prova de Guarapari (*A Tribuna* – 27/03/2007)
A Prefeitura de Guarapari liberou o resultado da prova objetiva do magistério aplicada no dia 11.
2. Sai lista de aprovados para agente penitenciário (*A Gazeta* – 28/03/2007)
A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) divulgou ontem a relação provisória dos candidatos aprovados no processo seletivo, que visa ao preenchimento de 345 vagas para o cargo de agente penitenciário – designação temporária.
3. Saem regras de isenção da taxa do Cefet (*A Tribuna* – 02/04/2007)
O Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefet-ES) divulgou as regras para isenção do pagamento da taxa de inscrição do seu processo seletivo.

Observe-se que os SNs pós-verbais são reintroduzidos no corpo do texto na função de objetos diretos, como se verifica por meio dos itens lexicais resultado (no texto 1), relação, que retoma semanticamente lista (texto 2) e regras (texto 3). Logo, parece consistente afirmar que esses SNs pospostos não são *sujeitos prototípicos*, que costumam figurar como [+agentes] e [tópico] de sentenças.

Não se pretende categorizar que os SNs pós-verbais veiculem, incondicionalmente, informações novas. Aliás, num estudo funcionalista, convém considerar que, no sistema da língua, as categorias linguísticas instalam-se num *continuum*. Ou seja, deve-se entender que um SN pós-verbal pode tanto apresentar caráter [-novo] quanto [+novo]. É o que parece ocorrer nos exemplos seguintes:

Saem os vencedores de promoção

Vinte desenhos
do "Colorindo a
Páscoa" foram
escolhidos
entre 10 mil
concorrentes

A promoção "Colorindo a Páscoa" de A Tribuna já tem os seus vencedores, que poderão retirar seus prêmios hoje e sábado. As 20 melhores pintu-

ras selecionadas ganharam um kit com 20 quilos e 180 gramas de chocolates Garoto.

De acordo com o coordenador de Promoções e Marketing da Garoto, Adilson Panzão, os 20 desenhos foram escolhidos entre mais de 10 mil pósteros.

Segundo a supervisora do Programa de Visita da Garoto e uma das juradas da promoção, Eliana Brasiliant, as crianças abusaram da criatividade.

Um dos ganhadores, Kellyson Petrocínio, 10 anos, morador de Itacibá, Cariacica, vibrou ao saber que tinha sido um dos ganhadores. "Eu ganhei? Nossa!", comemorou. Ele utilizou lápis de cor e técnica de sombreamento no desenho.

Milena Baldan Betzel, 11, moradora de Campo Grande, Cariacica, também foi uma das vencedoras. Sua mãe, a dona-de-casa Scheila Baldan Betzel, contou que a filha não saiu do lado

do telefone na tarde de ontem, na expectativa de ser uma das ganhadoras. Milena contou que usou lápis de cor, aquarela e purpurina no desenho.

Janina Thompson Nascimento, 12, moradora de Cruzairó do Sul, Cariacica, não se conteve com a notícia de que tinha ganhado um dos kits. Sua mãe, a comerciante Lígia Thompson Nascimento, contou que a filha começou a chorar.

Os kits poderão ser retirados na lojinha da fábrica de Chocolates Garoto, que fica na Praça Meyerfreund, Glória, Vila Velha, hoje, das 9 às 18 horas, ou no sábado, das 8h30 às 14 horas. As crianças deverão ir acompanhadas dos pais ou responsáveis.

A Tribuna - Vitória-ES, 05/04/2007

NÚMERO ESTE ANO, FORAM REGISTRADOS 248 INCÊNDIOS FLORESTAIS NA GRANDE VITÓRIA, MAIORIA NO MUNICÍPIO DA SERRA

Aumenta o número de incêndios florestais

MARCELLA ANDRADE
mandrade@redogazeta.com.br

A massa de ar quente que está sobre a Região Sudeste está trazendo prejuízos para o meio ambiente do Estado. Sem chuvas, as áreas com vegetação estão mais propensas à ocorrência de incêndios.

Somente este ano, o Corpo de Bombeiros registrou 248 incêndios florestais, dos quais 167 ocorreram só no mês de março.

A Grande Vitória é responsável pela maioria das ocorrências, que chegam a

99. Os municípios mais afetados foram a Serra (33), Vitória (24), Cariacica (23) e Vila Velha (11).

ALERTA. Segundo o assessor de comunicação do Corpo de Bombeiros do Espírito Santo, Samuel Rodrigues, foi verificado, em pesquisas, que 72% dos casos de incêndio florestal foram causados por pessoas, com ou sem intenção.

A população precisa tomar cuidados para evitar esse tipo de incêndio. "Em época de estagem as pessoas não devem usar fogo

para limpar os terrenos, seja para queimar mato ou lixo", ressalta Rodrigues.

Se tiver que fazer alguma queimada, o cidadão deve procurar o órgão ambiental para obter uma licença, mas sempre lembrando de não atear fogo das 10 às 16 horas, por ser um horário de maior incidência dos raios solares.

O Corpo de Bombeiros tem feito ações de conscientização junto à população do Estado, inclusive ministrando cursos sobre prevenção e combate a incêndios florestais.

A Gazeta - Vitória-ES, 02/04/2007

No texto à esquerda, concordamos que, até certo ponto, a manchete na ordem VS parece ilustrar uma função *apresentativa*, que é a de introduzir

uma informação no discurso. Todavia, entendemos que havia uma expectativa quanto à divulgação dos nomes dos indivíduos vencedores que participaram do “concurso” promovido pelo jornal. Logo, embora ainda não se soubesse quem eram os vencedores, o fato em si já trazia pressuposta a idéia de que alguém venceria a competição.

Neste caso, portanto, a ordem VS não apresenta propriamente uma informação nova, sobretudo se se considerar que os indivíduos envolvidos no evento promovido por *A Tribuna* estavam na expectativa de serem contemplados por essa notícia.

Não é o que acontece no texto da direita, em que parece instalar-se conteúdo [+novo] no SN o número de incêndios florestais, diferentemente do SN os vencedores de promoção. Enquanto neste se representam muitos indivíduos que estavam à espera do resultado do concurso, naquele a informação parece [+nova], na medida em que não se sabia, de fato, de nenhum dado referente a incêndios na região da Grande Vitória.

Verifique-se, a seguir, outro exemplo de sujeito posposto que não veicula informação nova, o que contraria autores como Lira (1982), que, embora tenha analisado esse fenômeno num *corpus* de língua oral, afirma ser a posposição do sujeito uma estratégia que o falante tem para introduzir novos referentes no discurso:

Morre o ator que passou mal no palco

Alvin Barbosa, que atuou com grandes nomes do teatro nacional, sofreu 4 paradas cardíacas



Alvin Barbosa foi diretor de Teatro Carlos Gomes

Morre o ator Alvin Barbosa, 72 anos, após sofrer quatro paradas cardíacas seguidas. Ele está ve internado no Centro Integrado de Atenção à Saúde (Cias) da Unimed, em Itararé, Vitória, há seis dias.

No sábado passado (dia 26), Alvin passou mal quando estava no palco do Teatro Municipal de Vila Velha atuando na peça "Morto por 10 dias". Ele sofreu uma trombose, em consequência de um problema na veia.

O sobrinho dele, Vinícius Barbosa, 44 anos, explicou que o ator morreu por volta das 13 horas de última sexta-feira. "De manhã, inclusive, os médicos tinham falado que ele poderia sair da Unidade de Terapia Inten-

siva (UTI) para o quarto, pois estava ficando e hora melhor", comentou.

Enquanto esteve internado, Alvin fez amizade com a equipe médica do Cias e chegou a dizer para a família que faria uma apresentação exclusiva para os profissionais de lá. Disse a todos que precisava se recuperar até sexta-feira, quando faria que participaria do espetáculo.

"Ele morreu na mesma noite em que deveria estar no palco. A gente costuma ser egóísta, dizendo que perdemos um amigo. No entanto, perdemos um grande homem do teatro capixaba a brasi-

leiro. Na verdade, foi o ator que perdeu um resistente e batalhador", disse Alberto Mendes Filho, secretário de Cultura de Vila Velha e colega de Alvin no espetáculo "Morto por 10 dias".

Alvin trabalhou no teatro brasileiro durante muitos anos e atuou com Proclínio Ferreira, Fernando Montenegro, Regina Duarte entre outros. Também foi produtor musical de Wandemêis, diretor do Teatro Carlos Gomes e escritor.

O corpo foi velado e sepultado no Cemitério Parque Jardim da Paz, na Serra, às 16 horas de ontem.

A Tribuna - Vitória-ES, 03/06/2007

Parece que, na manchete acima, elementos como o artigo definido [o] e a própria oração adjetiva [que passou mal no palco] contribuem para pressupor conteúdos já veiculados e instalados na própria memória do leitor: a morte do ator de que fala o texto deuse após uma sequência de dias em que seu estado de saúde vinha sendo divulgado pela mídia. Logo, a morte desse ator, de certa forma, não indicia um fato novo.

Fenômeno semelhante ocorreu com relação à notícia da morte da atriz Nair Bello e do diretor de novelas Herval Rossano. Para efeito de argumentação, vale a pena levantar que, por ocasião da morte da atriz, tanto na primeira página do *Caderno AT2* de *A Tribuna*, em 18/04/2007, quanto na terceira página, foi empregada a ordem SV para noticiar seu falecimento: "Nair Bello morre aos 75 anos".

Todavia, com respeito à morte de Rossano, o mesmo jornal utilizou estratégia diferente: na primeira página do *Caderno AT2 de A Tribuna*, em 10/05/2007, estampou-se “Morre Herval Rossano.” Já no interior do jornal, ocorreu sentença-manchete SV – “Herval Rossano morre aos 72 anos.”

Nair Bello já estava acamada há cinco meses, quando ocorreu sua morte. Havia expectativa quanto à possibilidade de falecimento da atriz. É provável, portanto, que pragmaticamente, justifique-se a opção pela ordem SV, uma vez que, nesta ordem, o sujeito costuma veicular uma informação partilhada pelos interlocutores. Quanto a Rossano, porém, sabe-se que sua morte ocorreu sem que houvesse expectativa de que tal fato se cumprisse.

Logo, parece mais justificável que o jornal preferisse primeiro a ordem VS, antes que a notícia fosse veiculada na íntegra. A morte de Rossano parece ter constituído uma informação [+nova] do que a morte de Nair Bello. Além disso, a atriz tinha uma popularidade relativamente maior que a de seu colega de profissão.

É por isso que propomos que o estudo do sujeito posposto em português seja efetuado numa perspectiva que privilegie a *sintaxe*, a *semântica* e a *pragmática*. Desse modo, devem ser considerados, simultaneamente, alguns aspectos, tais como:

- a) o grau de informatividade de um SN (*dado* ou *novo*);
- b) a natureza semântica das formas verbais;
- c) a extensão do SN sujeito: SN [+pesado], com *mais de três palavras*, de acordo com Zilles (2000), costuma ocorrer à direita do verbo, como se vê, por exemplo, na manchete Saem regras de isenção da taxa do Cefet, extraída de *A Tribuna* em 02/04/2007;
- d) o caráter animado/volitivo do SN: verifique-se, na manchete citada no item c acima, que o núcleo regras é [-animado] e [-volitivo], traços que costumam favorecer a posposição do sujeito.

Entretanto, as condições acima apresentadas não devem constituir axiomas. Isso seria contrariar um princípio básico do Funcionalismo,

segundo o qual numa língua as categorias linguísticas não se instalam de modo discreto, asépticamente. Ao contrário, os elementos léxico-gramaticais só valem pelo que são nas situações discursivas em que um falante os atualiza.

Berlinck (1997), que também questiona se um SN pós-verbal caracteriza informação nova, conclui que nem sempre isso se cumpre. Esta autora efetua estudo sobre o sujeito posposto sob uma perspectiva diacrônica. E afirma que a disposição dos sintagmas oracionais no português brasileiro tem apresentado mudanças significativas: (1) as ordens VSO e VOS eram mais comuns, nessa língua, nos séculos XVIII e XIX; (2) tem ocorrido um decréscimo de frequência VSO e um enrijecimento da ordem SVO, a qual vai predominar no português brasileiro contemporâneo, embora no português europeu sentenças como *Trouxe você o livro?* (VSO) sejam ainda comuns, informa a autora.

Naro e Votre (1991; 1999), por meio de um estudo de caráter funcionalista, propõem que há um alicerce discursivo que gerencia a ordem VS em português. Esses autores trabalham com a língua portuguesa falada do Rio de Janeiro e examinam a relação entre o *status* informacional dos constituintes nas sentenças e a ordem que estes ocupam na estrutura da frase portuguesa. Mostram que a ordem VS incide em ambientes em que o sujeito não configura informação relacionada ao tópico do discurso. E concluem que as ordens SV e VS estão em *distribuição complementar* na língua. Ou seja, dizer *Nair Bello morre aos 75 anos* (*A Tribuna* - 18/04/2007) pode não ser adequado num ambiente discursivo cuja finalidade seja dizer *Aos 75 anos, morre Nair Bello*, se se quiser, por exemplo, topicalizar a idade da atriz e/ou lamentar sua morte ainda precoce.

Coelho (2000) opta por uma linha sociovariacionista, aliada aos Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa. Apóia-se em estudo de Kayne (1994), para quem a ordem linear (SVO) é axiomática, sendo as demais - OVS, OSV, VOS, raras, de tal forma que a SVO passa a ser mais fixa e predominante nas línguas. O estudo desta autora envereda também pela diacronia. E confirma as proposições de Berlinck (1986; 1989), cujos resultados já expusemos anteriormente.

O trabalho de Ciriaco e Cañado (2004), embora não seja pioneiro no sentido de analisar os verbos mono-argumentais em português, é importante no sentido de propor parâmetros responsáveis por explicar melhor a ocorrência dos verbos intransitivos, cujo comportamento não é homogêneo e, por isso, exige cuidado quando se estuda a ordem VS, pois não basta que um verbo seja mono-argumental para que fique favorecida a posição do sujeito. Os verbos intransitivos, na verdade, dividem-se em duas classes distintas: os *inergativos* e os *inacusativos*.

Para maiores esclarecimentos, observem-se os dois exemplos seguintes:

4. O menino correu pelo parque.
5. Morre operário ferido com a queda de laje (*A Tribuna* – 14/06/2007)

Embora o ambiente discursivo das sentenças acima seja restrito, os exemplos valem para reforçar os argumentos apresentados por Ciriaco e Cañado (2004), quando procuram distinguir verbos *inergativos* de *inacusativos*, conforme quadro abaixo, adaptado por nós de um texto destas autoras:

Inergatividade

1. SN-sujeito desencadeador de um processo verbal;
2. Verbo inergativo aceita expressão durativa;
3. Verbo inergativo não favorece posição de sujeito;
4. Verbo inergativo aceita indeterminação de sujeito;
5. Verbo inergativo não aceita participio absoluto.

Inacusatividade

1. SN-sujeito afetado pelo processo verbal;
2. Verbo inacusativo inibe expressão durativa;
3. Verbo inacusativo favorece posição de sujeito;
4. Verbo inacusativo inibe indeterminação de sujeito;
5. Verbo inacusativo aceita participio absoluto.

Verifica-se que o verbo *correr* facilmente pode ser caracterizado como *inergativo*, já que não é difícil notar que, no contexto apresentado, o SN *o menino* é desencadeador do processo verbal, enquanto o SN *operário*

ferido com a queda de laje é afetado pelo processo verbal; é possível agregar-se uma *expressão durativa*, na primeira sentença: O menino correu pelo parque durante dez minutos Tal procedimento, entretanto, parece não ser natural na segunda: *Morre durante dez minutos operário ferido com a queda de laje.

É possível concluir-se que a posposição fica favorecida com o verbo morrer, da segunda sentença, fato que permite incluí-lo na classe dos mono-argumentais inacusativos; por outro lado, a posposição não parece favorecer-se na primeira sentença do grupo (Correu o menino...), o que conduz o verbo correr para a categoria dos mono-argumentais inergativos. A posposição neste caso seria possível, por exemplo, se se subordinasse ao item lexical menino uma oração atributiva (Correu pelo parque o menino que roubara o livro), conforme aponta estudo de Pilati (2006), que destaca a importância da oração adjetiva para a gramaticalidade de certas sentenças, em português.

Além desses aspectos semânticos que gerenciam o comportamento dos verbos monoargumentais, é preciso levar em conta que fatores de ordem pragmática podem ser muito importantes no favorecimento da ordem VS (ou SV) na língua portuguesa, como por exemplo, o grau de informatividade contida num SN, que pode veicular uma informação dada ou uma informação nova no discurso.

Num *corpus* jornalístico, afirmar que “a informação temática é normalmente dada, enquanto a remática constitui, em geral, informação nova” (Vilela e Koch, 2001, p. 509) não parece consistente. Informações conhecidas podem instalar-se tanto no tópico/tema quanto no comentário/rema. A organização dos sintagmas decorre da interação entre os usuários da língua, ocasião em que potencialmente emerge a pragmática, conforme pode ser verificado na manchete da reportagem seguinte.

MEDICAMENTO É PARA TRATAMENTO DE TUMOR CEREBRAL EM MENINA DE 5 ANOS, MORADORA DE MARILÂNDIA

Falta de remédio transforma Saúde em caso de Polícia

Secretário da Saúde ficou preso durante oito horas por não ter entregue medicamento contra câncer dentro do prazo dado pela Justiça

A ausência do Estado em atender a pedido de remédio para doença rara levou a prisão do secretário da Saúde, Aécio José Trindade, por oito horas por não ter entregue medicamento para tratar o tumor cerebral em uma menina de 5 anos. O libertado no início da manhã, após ter cumprido um habeas corpus, não se apresentou ao juízo para prestar sua versão. Fonte: *Ofício de Imprensa*, 15/05/2007. Disponível em: www.13.org.br

A Gazeta – Vitória-ES, 15/05/2007

No dia anterior, 14/05/2007, a notícia acima havia sido divulgada na mídia. A informação contida na manchete – tanto na parte correspondente ao tema (falta de remédio) quanto na correspondente ao rema (transforma Saúde em caso de Polícia) – trazia conteúdos familiares ao leitor: já era sabido que a falta de remédio desencadeara a prisão do Secretário de Saúde do Estado do Espírito Santo. Aliás, o referente secretário aparece “metonimizado” no objeto direto Saúde, que faz parte do rema, e assim pode ser justificado, conforme Ilari (1992, p. 135), para quem:

... podem aparecer como remáticas porções da frase que identificam indivíduos com os quais o interlocutor tem obviamente familiaridade, ou que verbalizam ações ou estado de coisas dos quais o ouvinte tem obviamente conhecimento.

Retomando nossas considerações sobre o sujeito posposto em português, cumpre-nos arrematar esta seção destacando mais um trabalho dedicado a esse fenômeno, Pilati (2006), que provavelmente seja uma das fontes mais recentes que se preocuparam com o estudo do sujeito posposto. A autora revisita outros estudos já empreendidos sobre isso, notadamente os de linha variacionista e gerativista.

Pilati (2006), que não desconsidera o fato de a posposição do sujeito ocorrer com verbos intransitivos, avança para outros casos em que a posposição desse elemento também se cumpre com verbos que selecionam objetos diretos, conforme pode ser verificado em exemplos abaixo, colhidos no trabalho da própria autora:

6. Tomou posse o ministro da Educação.
7. Ergue o braço o juiz.
8. Ganha o jogo a equipe que fizer cinco pontos.

Em 6, a autora justifica a posposição em *textos que informam exhaustivamente os fatos*; em 7, em *narração de partidas esportivas*, cujas orações apresentam *predicados previsíveis*; em 8, tem-se um tipo de sentença característica de *textos que veiculam instrução*, além do fato de, neste caso, apresentar-se a *oração atributiva* (adjetiva) como um elemento responsável pela própria gramaticalidade da sentença, pois não seria “natural” a nenhum falante uma sequência como “*Ganha o jogo a equipe.”

Depois de apresentados alguns dos principais estudos que se dedicaram à posposição do sujeito em português, convém analisar alguns casos de manchetes em que o verbo sair, mesmo que tradicionalmente caracterizado como intransitivo (monoargumental), ocorre também com sujeito anteposto, conforme casos abaixo:

9. [Gabarito do Prominp] sai hoje
(*A Tribuna* – Vitória-ES, 16/04/2007)
10. [Primeiro relatório sobre acidente] sai esta semana
(*A Tribuna* – Vitória-ES, 23/04/2007)
11. [Aumento de salário] sai após o feriado
(*A Tribuna* – Vitória-ES, 29/04/2007)
12. [Edital do centro de eventos] sai em 2 meses
(*A Gazeta* – Vitória-ES, 29/05/2007)
13. [Consulta ao segundo lote do IR] sai na 2ª
(*A Tribuna* – Vitória-ES, 05/07/2007)

Em todas as sentenças acima, apesar de monoargumental, o sujeito precede o verbo sair. Em alguns casos, o fato de o sintagma-sujeito constituir-se de mais três palavras e, portanto, ser [+pesado], não acarreta sua posposição, como costuma acontecer quando um SN longo ocupa paradigmaticamente essa função sintática.

Por outro lado, verificamos que o sujeito não aparece posposto, nos ambientes acima, porque o verbo sair parece selecionar também um SPrep

adjunto adverbial. Nesse caso, tal verbo torna-se [-monoargumental]. Se, discursivamente, não se manifestassem esses adjuntos, acreditamos que as sentenças-manchetes ocorreriam com sujeito posposto, já que, provavelmente, os arranjos sintáticos abaixo não parecem “naturais” à índole da língua portuguesa:

14. *Gabarito do Prominp sai.
15. *Primeiro relatório sobre acidente sai.
16. *Aumento de salário sai.
17. *Edital do centro de eventos sai.
18. *Consulta ao segundo lote do IR sai.

Ou seja, a posdição do sujeito, com a ausência do adjunto adverbial, certamente seria preferível à sua anteposição, conforme pode ser constatado em:

19. Sai Gabarito do Prominp.
20. Sai primeiro relatório sobre acidente.
21. Sai aumento de salário.
22. Sai edital do centro de eventos.
23. Sai consulta ao segundo lote do IR.

Aliás, nestes últimos contextos, o verbo sair apresenta traço [+inacusativo], tem valor [+abstrato], não indica “ação”, mas um “processo” verbal, condições favoráveis à ocorrência do sujeito posposto. Além disso, simultaneamente nenhum outro sintagma (adjunto adverbial) é selecionado pelo verbo, conforme pode ser verificado em:

24. Sai lista de aprovados no Universidade para Todos
(*A Gazeta* - Vitória-ES, 18/03/2007)
25. Sai lista de aprovados para agente penitenciário
(*A Gazeta* - Vitória-ES, 28/03/2007)
26. Sai resultado final da seleção da Cesan
(*A Tribuna* - Vitória-ES, 10/04/2007)
27. Saem as novas regras para funcionamento do comércio aos domingos
(*A Tribuna* - Vitória-ES, 24/05/2007)
28. Sai lista de aprovados no vestibular da UFES
(*A Gazeta* - Vitória-ES, 29/06/2007)

Logo, o sujeito posposto com o verbo sair, nas manchetes jornalísticas, costuma ocorrer frequentemente sob as seguintes condições:

- a) quando sair apresenta caráter [+abstrato], ou seja, não indica ação;
- b) quando o SN sujeito é [+afetado], [+passivo], por isso, tal sintagma parece exibir mais traços de objeto do que de sujeito, propriamente;
- c) quando o SN é [+pesado], aspecto que costuma favorecer a posposição do sujeito, sobretudo se também não ocorrer adjunto adverbial na sentença;
- d) quando o item lexical que ocupa, paradigmaticamente, a posição de sujeito, costuma apresentar caráter [-animado] e [-volitivo].

A posposição do sujeito, e na verdade a própria ordenação sintagmática das sentenças, pode estar subordinada a um "princípio de equilíbrio da informação, segundo o qual o último elemento da frase é o mais 'pesado' do ponto de vista da informação, quer ele seja sujeito ou um complemento" (Berlinck, 1997, p. 57).

Enfim, para reilustrar como nem sempre o que está posposto ao verbo tem caráter [+novo], observem-se os dois exemplos seguintes:

Calendário do PIS sai até sexta-feira

O calendário de pagamento do PIS/Pasep 2007 deverá ser divulgado até o final desta semana, de acordo com informações do Ministério do Trabalho.

As novas datas são referentes ao ano-base 2006 para trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos. Um cronograma foi divulgado ontem por um jornal do Rio de Janeiro, mas a Caixa informou que os dados não estão corretos.

Até o dia 30 deste mês, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil vão pagar os abonos relativos a 2006 (ano-base 2005) para aqueles que ainda não fizeram o saque do calendário do ano passado.

No Espírito Santo, 90,1% dos beneficiados pelo Pasep já retiraram o abono no Banco do Brasil e 90,53% dos cadastrados no PIS fizeram seu saque na Caixa, conforme informaram as instituições.

Sai o calendário do PIS

O pagamento do abono começa no dia 8 de agosto. O dinheiro é liberado de acordo com a data de nascimento

Com o pagamento do abono a pagar em 10 dias, o trabalhador recebe o dinheiro em 10 dias. O dinheiro é liberado de acordo com a data de nascimento.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Cofati) aprovou o plano de pagamento do abono em 2007. No entanto, a estimativa é de que o mesmo não seja pago até 2008.

É aduado de que, além de não ter sido pago o abono em 2007, o trabalhador não recebeu o dinheiro em 2008. O dinheiro é liberado de acordo com a data de nascimento.

O trabalhador que não recebeu o abono em 2007 e não recebeu o dinheiro em 2008 pode receber o dinheiro em 2009.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 7,7 milhões de trabalhadores do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) não receberam o dinheiro em 2007. O dinheiro é liberado de acordo com a data de nascimento.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o dinheiro é liberado de acordo com a data de nascimento.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o dinheiro é liberado de acordo com a data de nascimento.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o dinheiro é liberado de acordo com a data de nascimento.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o dinheiro é liberado de acordo com a data de nascimento.

ANOTE	
Tabela de Benefícios e Pensões em 2008	
Benefício em	Diretorias em
Julho	24,98
Agosto	14,98
Setembro	14,98
Outubro	12,98
Novembro	14,98
Dezembro	24,98
Jan. 08	24,98
Fev. 08	17,98
Mar. 08	24,98
Abr. 08	12,98
Mai. 08	12,98
Jun. 08	24,98

A Tribuna - Vitória-ES, 07/06/2007

É de se notar que a posposição do sujeito, no último exemplo, efetivou-se num contexto discursivo em que o SN [o calendário do PIS] já não constituía, necessariamente, uma informação nova. Até porque a segunda manchete, de 07/06/2007, retoma o assunto discutido pelo texto anterior, de 06/06/2007.

Neste caso, o apagamento do SPrep adjunto adverbial de tempo [até sexta-feira], na segunda manchete, também veio contribuir para que o sujeito ficasse posposto, o que naturalmente inibiu a sequência "O calendário do PIS sai", construção que de fato parece não se cumprir, quando o verbo sair apresenta conotação [+abstrata].

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve estudo, buscamos uma releitura do papel discursivo da ordem VS em português. E concluímos que tanto esta ordem quanto a ordem SV devem ser analisadas num *continuum*. Nem sempre onde uma ocorre pode a outra ocorrer. Um sujeito posposto tanto pode veicular

informação nova quanto dada; nas manchetes jornalísticas, a ordem VS nem sempre é usada como estratégia de apresentação de uma notícia; SNs pós-verbais, mesmo que funcionem, sintaticamente, como sujeitos, costumam ser reintroduzidos, no discurso, como objetos.

Para nós, também, ficou constatado que o sujeito posposto não pode ser investigado apenas sob uma instância da linguagem, o que significa dizer que não só a sintaxe dá conta de justificar a ordem VS (ou SV), nem os traços semânticos de *inergatividade* ou *inacusatividade* dos verbos são capazes, por si, de explicar o fenômeno do sujeito posposto. Além desses aspectos, entra em cena a pragmática: a finalidade com que o usuário pretende topicalizar ou não um elemento da sentença só pode ser compreendida na interação discursiva.

Certamente, ficam abertas outras observações, como a possibilidade de o verbo sair estar em processo de *gramaticalização*, no português, especificamente nos contextos em que esse verbo apresenta conteúdo [+abstrato] e ocupa posição [+fixa] na sentença, conforme pôde ser constatado em diversas manchetes apresentadas, embora muitas delas não tenham sido acompanhadas de suas respectivas matérias. Acreditamos, porém, que isso não invalida nossas reflexões, pois “qualquer proposta funcionalista pode ser invocada para verificar o tratamento da frase enquanto ato de interação, enquanto peça de comunicação real” (Neves, 1997, p. 17).

REFERÊNCIAS

A *Gazeta*, Vitória (ES). 18/03/2007; 28/03/2007; 02/04/2007; 15/05/2007; 29/05/2007; 29/06/2007.

A *Tribuna*, Vitória (ES). 27/03/2007; 02/04/2007; 05/04/2007; 10/04/2007; 16/04/2007; 18/04/2007; 23/04/2007; 29/04/2007; 10/05/2007; 24/05/2007; 03/06/2007; 06/06/2007; 07/06/2007; 14/06/2007; 05/07/2007.

BERLINCK, R. de A. A ordem VS no português do Brasil: sincronia e diacronia. Dissertação de mestrado. Campinas, UNICAMP, 1988.

BERLINCK, R. de A. A construção V + SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. Nem tudo que é posposto é novo: estatuto informacional do SN e posição do sujeito em português. *Alfa*. São Paulo, v. 41, 1997, p. 57-78.

CARONE, F. *Morfossintaxe*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CIRÍACO, L.; CANÇADO, M. Inacusatividade e inergatividade no PB. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 46(2), 2004, p. 207-225.

COELHO, I. A ordem V-DP em construções monoargumentais: uma restrição sintáticosemântica. Tese de doutorado. UFSC, 2000.

GIVÓN, T. *On understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

ILARI, R. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2. ed. ver. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

LIRA, S. A. *Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese*. Tese de doutorado. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1982.

MELO, G. C. de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

NARO, S.; VOTRE, A. *A base discursiva da ordem verbo-sujeito em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

_____. *Discourse Motivations for Linguistic Regularities: verb/subject order in spoken Brazilian Portuguese*. *PROBUS*, 11, 1: 76-100, 1999.

NEVES, M. H. M. A gramática de usos é uma gramática funcional. *Alfa*. V. 41, 1997, p. 15- 24.

PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PILATI, E. *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com verbo-sujeito no português do Brasil*. Tese de doutorado, UnB, 2006.

PEZATTI, E. G. A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa*, v. 37, 1993, p. 159-178.

PONTES, E. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *O tópico no português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.

ZILLES, A. M. S. A posposição do sujeito na fala de Porto Alegre e São Borja. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M. do C. *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

O OPERADOR ARGUMENTATIVO AINDA: POLIFONIA E SUBJETIVIDADE DISCURSIVA

Ilioni Augusta da Costa

RESUMO

Este artigo apresenta, de forma sintética, dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos, cujo objeto de análise é o operador argumentativo *ainda*, em enunciados-títulos do jornal *Folha de S. Paulo*, anos 2006-2007. Adota-se, como referencial teórico, a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), desenvolvida por Oswald Ducrot, em parceria com Jean Claudé Anscombre e, mais recentemente, com Marion Carel. A TAL, ou Semântica argumentativa, parte do princípio de que a argumentatividade está inscrita na língua, entendida como um jogo de vozes com as quais o locutor concorda, das quais discorda ou as quais assimila. É justamente esse posicionamento do locutor diante dos variados pontos de vista possíveis em um dado enunciado, orientando o destinatário para determinada conclusão e não para outra, o que faz com que a língua se apresente como um “lugar” de subjetividades, em que o locutor busca a adesão do interlocutor às suas idéias.

Palavras-chave: Argumentatividade. Polifonia. Subjetividade.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa observar o comportamento de algumas palavras, como as denominadas denotativas (conforme gramáticas tradicionais), e de alguns morfemas adverbiais, com atenção especial ao operador *ainda*, em enunciados-títulos do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP), anos 2006-2007 - e, após essa observação, descrever e explicar o valor argumentativo desse operador, especificamente naqueles enunciados; além de comprovar que esse morfema não exerce na língua em uso uma função meramente

acessória, conforme sustentam as gramáticas tradicionais, mas que, ao contrário, é essencial na construção dos sentidos.

A linha teórica que fundamenta este estudo é a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) ou Semântica Argumentativa, desenvolvida por Oswald Ducrot, em parceria com Jean Claude Anscombre. A TAL, ao longo de seus quarenta anos de existência passou por reexames, sofrendo algumas alterações conceituais, sem, contudo, perder de vista seu postulado principal: o de que “a argumentação está na língua”.

Ducrot parte do princípio de que a língua é um jogo, uma prática discursiva. Assim, cabe ao estudioso da linguagem investigar o modo por que, utilizando-se determinado tipo de enunciado, interrogativo ou imperativo, por exemplo, se obriga o interlocutor a determinado comportamento. Para o autor, essa obrigação de agir ou responder, impelida ao interlocutor, é efeito da própria enunciação, o que o leva a concluir que todo enunciado carrega uma qualificação de sua enunciação e que essa qualificação encerra o sentido do enunciado.

A língua é, na concepção ducrotiana, um lugar de embate entre sujeitos; estudá-la, portanto, requer que se vá além da descrição das estruturas frasais; ou seja, que se considerem os sentidos produzidos, quando da seleção pelo locutor, na construção dos enunciados, de algumas palavras e não de outras, a fim de orientar o destinatário para determinadas conclusões. Exemplificando, em um enunciado como (1):

(1) Estou cansado,

em uma situação em que locutor e destinatário falam sobre a exibição, naquele mesmo dia, de determinado filme a que ambos já tivessem manifestado interesse em assistir, o locutor, ao enunciar (1) “Estou cansado”, não o faz apenas para informar ao destinatário o seu estado físico e/ou psicológico. Se assim o fosse, sua fala resultaria absurda. Compreende-se que, talvez, por uma questão de economia linguística, em lugar de o enunciadador dizer que, embora desejasse muito assistir ao filme, não iria ao cinema, porque se sentia cansado e preferia ficar em casa para repousar, ele enunciou (1) “Estou cansado”. Assim, para a

compreensão desse enunciado, o sentido deve ser procurado não em sua superfície linguística, mas nos motivos que levaram o locutor a enunciar-lo. Ao questionar-se por que o locutor disse o que disse, o alocutário, encontrará em (1), (1') "Embora eu quisesse ir ao cinema assistir a esse filme, não irei porque estou cansado".

Examinando-se os exemplos:

- (2) Pedro está na graduação;
- (3) Pedro ainda está na graduação;
- (4) Pedro já está na graduação;

observa-se que a informação veiculada pelos enunciados é a mesma. Assim, teríamos em (2), (3), (4) a informação de que "Pedro faz curso superior".

Imagine-se, agora, uma situação em que alguém, criticando o comportamento de Pedro, comentasse que ele se dedica pouco ao trabalho e à família, e ouvisse de seu interlocutor, como justificativa para a atitude do rapaz - e em sua defesa -, que "Pedro está na graduação". Nesse caso, (2) deixa de ser simplesmente uma asserção, com valor constativo, e passa a caracterizar um enunciado cuja orientação argumentativa é equivalente a (2') "Pedro não tem tempo para se dedicar mais ao trabalho e à família, porque ele faz curso superior".

Verifica-se em cada um dos enunciados de (2) a (4) estatuto diferente, ou seja, orientações argumentativas diversas. Observa-se em (3) "Pedro ainda está na graduação" e em (4) "Pedro já está na graduação", que nos próprios enunciados há marcas linguísticas que orientam o destinatário para determinada conclusão.

Aparentemente, tem-se, em (3) um julgamento do enunciador que aponta para o sentido de que "Pedro não tem tempo para o trabalho e para a família, porque está atrasado em sua formação acadêmica, precisa dedicar-se aos estudos". Avaliação que, mesmo justificando a falta de tempo de Pedro, depõe contra ele no que diz respeito ao nível de escolaridade.

Já em (4) “Pedro já está na graduação”, verifica-se que, em função da presença do operador *já*, esse enunciado, ao contrário de (3), além de justificar a falta de tempo de Pedro para o trabalho e a família, é favorável a ele quanto ao nível de formação acadêmica. Tem-se em (4) - com a presença do operador *já* -, como possibilidade de interpretação, que “Pedro está, em compensação, academicamente adiantado”. Ou seja, em (4)), a atitude de Pedro em dedicar-se pouco à família e ao trabalho justifica-se pelo fato de ele empenhar-se em seus estudos. Assim, estar academicamente “adiantado” está posto como uma forma de compensação.

As possibilidades de interpretação orientadas por (3) e (4) se verificam em função de marcas discursivas que, nos enunciados, mostram o raciocínio que o ouvinte deve ter para chegar a determinada conclusão. Ou seja, esses operadores, uma vez constituintes de enunciados, produzem neles uma reorganização semântica, determinando os encadeamentos possíveis (ou proibidos) no encadeamento discursivo.

Os efeitos de sentido acrescidos por *ainda* e *já* são, aparentemente:

- (3) Pedro ainda está na graduação. (está academicamente atrasado);
- (4) Pedro já está na graduação. (está academicamente adiantado);

o que significa que esses operadores não têm função apenas acessória, conforme postulam as gramáticas tradicionais. Eles funcionam, nos enunciados descritos, como marcas linguísticas que revelam o caráter persuasivo do próprio ato de enunciar, orientando o destinatário para a adesão do ponto de vista com o qual o locutor concorda.

A escolha do operador *ainda* para estudo justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de ele pertencer à categoria dos termos considerados “meramente” circunstanciais, sempre relegados a um plano secundário pelas gramáticas tradicionais - conforme postulados da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) -, tanto do ponto de vista morfológico, quanto sintático e semântico; e, em segundo lugar, por serem poucas as pesquisas linguísticas, em língua portuguesa, em que o operador *ainda* seja tema de estudo.

De acordo com Koch (1984, p. 103),

É a macrossintaxe do discurso – ou semântica argumentativa – que vai recuperar esses elementos, por serem eles justamente que determinam o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, pois, em marcas linguísticas importantes da enunciação (grifos da autora).

A linguagem jornalística, tradicionalmente, com o propósito de atribuir maior veracidade aos fatos relatados, se apresenta como neutra, pois, conforme afirma Martins (2001, p. 22), no *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, “A busca da objetividade jornalística e o distanciamento crítico são fundamentais para garantir a lucidez quanto ao fato e seus desdobramentos [...]”. Dessa forma, a fidedignidade no relato dos fatos, em textos jornalísticos, permitiria que o leitor chegasse às próprias conclusões, sem sofrer influências das escolhas do redator.

Embora na mesma obra (p. 45), haja o reconhecimento de que “Não existe objetividade em jornalismo”, em recomendação posterior, lê-se que “Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse”.

De acordo com Koch (1984, p. 17), “A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade” (grifo da autora). Assim, podem-se observar, nos títulos jornalísticos selecionados para análise, direcionamentos para conclusões que expressam o sentido pretendido pelo redator.

No entanto, como uma descrição linguística de base estruturalista, conforme postula o próprio Ducrot, não insere em seus estudos o sujeito no mundo (neste caso, o redator), visto não trabalhar com a equivalência língua/realidade, identifica-se nesse tipo de pesquisa a figura do locutor – responsável pelo enunciado – que, por sua vez, põe em cena vozes, pontos de vista de enunciadores com os quais pode ou se identificar ou concordar ou, ainda, dos quais pode discordar.

A propósito da posição do locutor, diante dos pontos de vista dos enunciadores, Ducrot (1984, p. 193) afirma que:

[...] pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não se assimile a eles [...]

Desse modo, partindo-se do postulado ducrotiano da não-unicidade do sujeito, e, amparando-se na teoria da polifonia, procura-se identificar não só as vozes que se fazem “ouvir” nos enunciados-títulos selecionados como também a postura do locutor diante dessas vozes.

Nessa perspectiva, da Semântica Argumentativa, a linguagem deixa de ser entendida como uma atividade de codificação e descodificação de signos linguísticos ou de transmissão de pensamentos, e passa a ser entendida como um *jogo*, do qual participam diferentes enunciadores, que nem sempre são assimilados pelo locutor.

2. ALGUNS CONCEITOS DA TAL

Partindo-se do princípio de que o sentido não é inerente à frase fora de qualquer situação de uso, mas produzido no interior de uma situação discursiva, há que se acatar a tese de Ducrot (1984, p. 90), segundo a qual “[...] o valor referencial do enunciado e, por consequência, as informações que ele dá, dependem do ambiente no qual ele é empregado – já que é o ambiente que permite dar um referente às expressões dêiticas [...]”.

Outros conceitos da teoria saussuriana são mantidos por Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. Saussure postula que a língua é um sistema formado por um lado social, a *langue*, e um lado individual, a *parole*, sendo ambas inseparáveis; por razões metodológicas; Ducrot, assim como Saussure, elege a *langue* como objeto de estudo da Linguística, defende, no entanto, que a semântica linguística estude a língua em uso, ou seja, o semanticista coloca no bojo dos estudos linguísticos a própria fala.

O sentido, na TAL, corresponde ao valor, no estruturalismo, ou seja, às relações paradigmáticas e sintagmáticas entre um signo e outros signos. No entanto, Ducrot lança mão, em sua teoria apenas das relações sintagmáticas, aquelas responsáveis pelos encadeamentos discursivos.

O autor elabora, ainda, a distinção entre frase, enunciado e enunciação. Para Ducrot, a frase representa uma entidade linguística abstrata; o enunciado, a ocorrência particular da frase; e a enunciação, a ação de produzir este ou aquele enunciado, ou seja, a realização concreta da frase. Enquanto a frase é idêntica a si mesma, em qualquer ocorrência, o enunciado apresenta várias possibilidades de interpretação, conforme a situação de uso. Daí considerar-se para a frase uma primeira interpretação, um 'sentido literal' e, para o enunciado, as circunstâncias da enunciação, que produziriam uma segunda interpretação, sobre a qual o 'sentido literal' recairia.

Segundo Ducrot (1984, p. 93), um mesmo enunciado pode ser interpretado de diferentes modos, conforme "[...] as diferentes imagens que o interpretante pode fazer da situação de discurso", mas cabe ao locutor o compromisso, a responsabilidade, apenas com o 'sentido literal' do que fora dito.

A interpretação do sentido do enunciado, numa concepção polifônica de sujeito, perpassa a identificação do(s) locutor(es) e do(s) enunciator(es) responsável(eis) pela enunciação. Além disso, a análise semântica deve descrever a posição que o locutor ocupa em relação ao(s) enunciator(es): se o locutor se identifica com o enunciator; se o aprova; ou se a ele se opõe.

3. DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA: A POSIÇÃO DO LOCUTO

Analisa-se, a seguir, três enunciados-títulos do jornal *Folha de S. Paulo*. Nos dois primeiros o operador *ainda* é utilizado em enunciado negativo. Enquanto em (01), "Seis dias depois do desabamento, Alckmin

ainda não comenta caso”, o *ainda* antepõe-se ao morfema não, em (02), “Não é ainda caso de suicídio”, esse operador pospõe-se a ele. No enunciado-título (03), descreve-se o valor semântico de *ainda* em frase comparativa, acompanhado do morfema *mais*.

Observem-se, os enunciados, seguidos de excertos da matéria a que serviram de título:

(01) Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso (*FSP*, Cotidiano, 19-01-2007)

Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso

DA REPORTAGEM LOCAL

Seis dias depois do pior acidente na história do metrô de São Paulo, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) ainda não se manifestou sobre as vítimas nem sobre a contratação pelo tipo “turn key” (chave na mão, em tradução livre).

Contra o tucano pesa a crítica de ter feito uma contratação que deu autonomia ao Consórcio Via Amarela de se autofiscalizar na execução da obra.

[...]

Alckmin vem sendo procurado pela Folha desde segunda. Extra-oficialmente, seus assessores afirmam que ele não quer politizar um problema técnico.

(*FSP*, 19 de janeiro de 2007)

O enunciado-título (1) “Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso”, refere-se à postura do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, diante do desabamento das obras do metrô,

naquela cidade. Como governador, na época da contratação da empresa responsável pela obra, caberia a Alckmin o compromisso de zelar pela qualidade das obras públicas, e, inclusive, de prestar contas à população sobre a contratação das empresas que realizam essas obras.

Em (1), o locutor expressa sua opinião a respeito da postura do ex-governador de recusar-se a dar entrevistas sobre o assunto. O operador *ainda*, nesse enunciado, posposto à informação dos dias transcorridos após o desabamento, aponta para a conclusão de que o ex-governador já deveria ter-se manifestado sobre o acidente e orienta para a conclusão de que ele está sendo omissos na sua função, ao negar à população informações sobre a responsabilidade do desabamento.

O julgamento do locutor aponta para uma conclusão desfavorável ao ex-governador, o que se pode verificar na continuidade do discurso, em que se lê: "Contra o tucano pesa a crítica de ter feito uma contratação que deu autonomia ao Consórcio Via Amarela de se autofiscalizar na execução da obra." Nesse excerto, o que se critica é o fato de o ex-governador ter-se eximido da responsabilidade administrativa de fiscalizar os trabalhos da empresa contratada, permitindo que ela mesma julgasse a qualidade de seus serviços, o que, evidentemente, deixa margens para negligência na avaliação.

Retirando-se desse enunciado o operador argumentativo *ainda*, tem-se (1a) "Seis dias depois do desabamento, Alckmin não comenta caso", em que, embora se mantenha o mesmo conteúdo informacional de (1) sobre a postura de Alckmin em não falar sobre o acidente, após seis dias do acontecimento, não se direciona para a conclusão de que o ex-governador já deveria ter-se pronunciado sobre o assunto, ponto de vista de um enunciador com o qual o locutor se identifica.

O *ainda*, dessa forma, não tem em (1) função apenas de relacionar uma circunstância de tempo (passado/presente) ao fato relatado; mais que isso, apresenta-se como um marcador argumentativo com função fundamentalmente persuasiva, pois não só marca a posição do locutor em relação aos pontos de vista que o enunciado apresenta, mas também orienta o destinatário para determinada conclusão.

Observa-se, também, que, em (1) “Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso”, o operador *ainda* se refere a um mesmo fato que ocorria no passado e que ocorre no presente, mas não parece indicar para mudanças desse fato no futuro. Esse enunciado não parece direcionar para o sentido de que Alckmin em um futuro, próximo ou não, vai se manifestar sobre o desabamento das obras do metrô, o que até deporia favoravelmente ao ex-governador, mas para a conclusão, desfavorável a Alckmin, de que o ex-governador já deveria ter falado sobre o assunto.

Isso posto, a análise do enunciado (1), em que operador *ainda* constitui enunciado negativo, e está anteposto ao *não*, inicialmente, contraria o que postula Ducrot (1981, p. 200), ao afirmar que “todo enunciado do tipo X está ainda no estado E no momento t”, tem como pressuposto que “Num momento ulterior t, X não estará no estado E”. Visto que, aparentemente, e em conformidade com os encadeamentos observados na matéria subsequente ao título, não há orientação para a conclusão de que a atitude de Alckmin (de não falar sobre o desabamento) sofrerá qualquer alteração, ao contrário, o que se sustenta é o direcionamento para a conclusão de que o ex-governador manter-se-à em silêncio quanto ao fato.

Já o enunciado-título (2), “Não é ainda caso de suicídio”, em que o *ainda* está posposto ao verbo, diferentemente de (1), já admite a possibilidade de mudança do estado de coisas em um momento ulterior à enunciação, conforme:

(2) Não é ainda caso de suicídio (FSP, Opinião, 25 janeiro de 2007)

Não é ainda caso de suicídio
Clóvis Rossi

DAVOS - A crise do jornalismo, o impresso pelo menos, entrou na agenda do encontro anual 2007 do Fórum Econômico Mundial. Pena que tenha sido em sessão fechada, com a participação de cerca de 80 jornalistas tidos como entre os mais “respeitados e influentes” do planeta.

Não posso, portanto, reproduzir o inteiro teor da discussão, mas resgato uma avaliação e uma pesquisa (do Gallup) que vão na contramão da perspectiva de fim dos jornais (ao menos do jornal em papel). A frase é de Mathias Döpfer, executivo-chefe do grupo de mídia alemão Axel Springer, publicada no ano passado pelo "Die Welt": "Precisamos tomar cuidado para não cometer suicídio por medo de morrer.

Alarmem-se, portanto, os leitores: não me sinto estimulado a cortar os pulsos. Ainda há vida para o jornalismo impresso, a única atividade remunerada que tive.

A pesquisa do Gallup é mais eloquente. Feita com 55 mil pessoas de 60 países (o Brasil não está na lista), mostra que a mídia tradicional ainda é, de muito longe, a fonte principal tanto de informação como de análise.

[...]

(FSP, Opinião, 25 de janeiro de 2007)

A matéria a que (2) serve de título trata de uma hipotética crise no jornalismo impresso, suplantado pelos meios eletrônicos de informação. O enunciado em questão "Ainda não é caso de suicídio" responderia à afirmação de um executivo-chefe de mídia alemão, Axel Springer, segundo o qual "Precisamos tomar cuidado para não cometer suicido por medo de morrer". Ou seja, atesta-se, em (2), a tese ducrotiana de que há em um enunciado negativo, pelo menos, dois enunciadores: o primeiro que afirma um fato, e o segundo que, opondo-se a ele, nega esse fato. O primeiro enunciador de (2) se apresenta pela retomada do conteúdo do enunciado do executivo-chefe de que existe possibilidade de suicídio, e o segundo enunciador se apresenta como aquele que nega essa possibilidade, por meio do morfema *não*.

Para negar a hipótese de suicídio premente teorizada por Springer, o locutor desse enunciado-título se apóia em uma pesquisa do Gallup, cujo

resultado é o de que a mídia tradicional ainda é a mais importante fonte de informação. No entanto, não se pode negar que o assunto sobre o fim do jornalismo impresso está em discussão e, provavelmente, aflige os profissionais da área. Assim, esse *ainda*, mesmo negando a hipótese de suicídio, manifestada por outrem em um momento anterior, admite que alguém aventou essa possibilidade para um tempo que há de vir. O operador *ainda*, nesse enunciado, remete a uma enunciação anterior (de um primeiro locutor) e expressa uma apreciação do locutor responsável por (2) sobre o mesmo tema, mas num momento atual, sem demonstração explícita do compromisso ou da certeza de que a realidade permanecerá a mesma no futuro. Com relação aos pontos de vista apresentados em (2) “Não é ainda caso de suicídio”, o locutor, responsável pelo material linguístico desse enunciado, opõe-se a E1 e se identifica com E2 e com E3. Ao se identificar com E2 e E3, esse locutor orienta o destinatário tanto para a conclusão de que o presente nega a hipótese levantada por E1 no passado, quanto para a conclusão de que esse estado de coisa pode se modificar no futuro.

Para a análise do enunciado (3), “Lula ainda mais forte”, utilizam-se os estudos de Vogt (1977), que, ao analisar enunciados de estrutura comparativa, com o propósito de evidenciar o caráter argumentativo desse tipo de estrutura, inscreve em sua pesquisa operadores como *mesmo*, *também* e *ainda*. Conforme esse pesquisador (1977, p. 97), o operador *ainda* introduz no enunciado em que está inserido “[...] a marca da apreciação do locutor”.

Vogt, no estudo da comparação, (op. cit., p. 106) afirma que o termo *ainda* representa uma apreciação de excesso por parte do locutor e explica que uma estrutura comparativa do tipo A é *ainda mais f* que B, significa: “a) $f(a) > f(b)$: o que é dado pelo *mais*; b) ter uma ‘efidade’ superior à ‘efidade’ de B é um excesso: o que é dado pelo *ainda*”.

A partir das conclusões a que chegou Vogt em seus estudos, analisa-se, a seguir, o enunciado-título (3) “Lula ainda mais forte”, de estrutura comparativa:

(3) “Lula ainda mais forte” (*FSP*, Opinião, 17-03-2007);

FERNANDO RODRIGUES

Lula ainda mais forte

BRASÍLIA - Lula foi reeleito em 29 de outubro do ano passado. Mais de quatro meses e meio depois, está apenas finalizando sua reforma ministerial. Deve concluí-la antes do feriado de Páscoa.

Nesse período, o petista aproveitou para demonstrar desprezo por muitos partidos da coalizão governista. Eis uma breve lista: 1) PT - Marta Suplicy foi fritada em público. Deve ficar com uma pasta de segunda linha, o Turismo.

Nenhum petista foi escolhido para cargos de liderança no Congresso nem para a articulação política dentro do Planalto;

2) PMDB do Senado - Renan Calheiros foi humilhado. Lula não o atendeu por telefone. O Planalto destruiu a pretensão de Nelson Jobim de comandar a legenda;

3) PMDB da Câmara - pensa ter recebido dois ministérios. Só um está confirmado, e veio pela cota do governador da Bahia, Jaques Wagner - como recompensa ao aliado local, Geddel Vieira Lima. A outra pasta ainda é uma incógnita;

4) PSB e Ciro Gomes - ficaram à míngua. Lula queria Ciro ministro. Ciro não quis. O PSB perdeu a Integração Nacional. Essa desenvoltura de Lula é incomum para presidentes em segundo mandato. Em geral, depois da reeleição, os políticos se fragilizam. Param de exalar perspectiva de poder.

Com o petista ocorre o oposto: parece hoje mais à vontade e forte do que em 2003, quando tomou posse pela primeira vez.

[...]

(*FSP*, Opinião, 17 de março de 2007)

O enunciado (3), a partir do qual se produz (88a) “Lula mais forte” - sem o operador *ainda* - apresenta, por meio do advérbio *mais*, estrutura

comparativa cujo pressuposto é o de que “Lula estava forte” e posto o de que “Lula permanece forte”. No entanto, essa característica “de estar forte”, no momento da enunciação, mostra-se mais acentuada que no passado, visto que o *mais* expressa a superioridade de A (Lula) em dois momentos, em uma escala que se poderia representar da seguinte forma:

↑ A está mais forte (agora)
| A estava forte (antes)

Nesse caso, o morfema *ainda* perde a característica de elemento pressuposicional, assumida, agora, pelo *mais* e orienta não só para a conclusão de que a “efidade” de A está hoje superior ao que era antes, mas também para a conclusão de que essa superioridade é excessiva, o que se pode representar numa escala como:

↑ A está ainda mais forte (no momento da enunciação)
| A estava mais forte (num passado mais próximo ao momento da enunciação)
| A estava forte (num passado mais distante)

Identificam-se, em (3) “Lula ainda mais forte”, um E1: responsável pelo ponto de vista coletivo, segundo o qual Lula estava forte no passado; um E2: responsável pelo ponto de vista, segundo o qual a característica de “estar forte” de Lula se intensificou, referência a um passado mais próximo ao momento da enunciação; um E3: responsável pelo ponto de vista, segundo o qual a característica de “estar forte” de Lula, no presente, é excessiva.

Em relação aos pontos de vista desses enunciadores, o locutor concorda com E1, incluindo-se em um sentimento coletivo, e com E2, reconhecendo que a característica de “ser forte” de Lula se intensificou em relação ao passado; e se identifica com E3, assumindo o ponto de vista de que essa característica de “estar forte”, no presente, é excessiva.

Quanto aos encadeamentos discursivos, que compõem a matéria em questão, verifica-se que o enunciado (3) sugere a existência de um outro enunciador, E4, para o qual Lula estaria se enfraquecendo. Esse E4 só

se torna identificável, a partir das informações expressas na matéria de que: “Em geral, depois da reeleição, os políticos se fragilizam” e de que com Lula (identificado na sequência textual como “o petista”) ocorreu o contrário: “Com o petista ocorre o oposto: parece hoje mais à vontade e forte do que em 2003, quando tomou posse pela primeira vez.”. O locutor de (3) se opõe ao ponto de vista de E4, não partilha com ele da opinião de que Lula estaria fragilizado, consequência natural de uma reeleição, conforme o texto.

Verifica-se que, diante dos pontos de vista de diversos enunciadores, o locutor só se responsabiliza por um: o que se expressa por meio da inserção do operador *ainda*, orientando para a conclusão de que a característica de “estar forte” de Lula, hoje, não é apenas superior à do passado, mas ultrapassa os padrões da “normalidade”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões deste estudo não se pretendem definitivas. Objetiva-se que as análises aqui desenvolvidas se somem às já existentes e incentivem outras que, de forma mais ampla e aprofundada, possam mostrar o valor argumentativo de alguns morfemas, relegados a um plano secundário pelas gramáticas tradicionais.

Conforme a teoria de que se serviu para o desenvolvimento desta pesquisa, a argumentação não se acrescenta à língua, mas está inscrita na língua. Desse modo, e considerando que ninguém fala por acaso (princípio segundo o qual toda fala é motivada), o próprio evento enunciativo já anuncia a intenção de um locutor de operar alguma mudança em seu interlocutor, mudança essa no sentido de levar o destinatário a aderir ao seu ponto de vista.

A decisão de se escolherem títulos jornalísticos para a constituição do *corpus* desta pesquisa não foi aleatória; justifica-se pelo fato de que se considera o título como texto de apelo fundamental para despertar o interesse pela leitura da matéria. E, ao contrário do que preconizam alguns manuais sobre textos jornalísticos, a propósito da existência de

um distanciamento entre o redator - representado na teoria da Semântica Argumentativa ducrotiana pelo locutor - e o relato, o que invariavelmente se verifica é que, ao fazer ouvir variadas vozes no enunciado-título, concordando com umas, opondo-se a outras e assumindo outras em particular, o locutor revela seu ponto de vista e direciona o leitor/destinatário para determinada conclusão e não para outra.

O sentido, assim, não preexiste à enunciação, mas se constrói a partir da combinação de uma série de aspectos, entre os quais se destacam a seleção lexical (as palavras são providas de força argumentativa e permitem ou não alguns encadeamentos), a sequência discursiva, os implícitos e as pressuposições, entre outros.

Dessa forma, após a observação de alguns enunciados constituídos pelo operador *ainda*, conclui-se nesta pesquisa que:

- 1) nem sempre o operador *ainda* é pressuposicional, como em enunciados com *ainda mais*, em que a pressuposição é dada pelo *mais*, cabendo ao *ainda* o papel de marcador de excesso;
- 2) em língua portuguesa, quando pressuposicional, o *ainda* nem sempre direciona para a conclusão de que alguma alteração ocorrerá, num momento posterior à enunciação, no estado de coisas descrito: às vezes o *ainda* remete ao momento passado, descreve presente, mas não se reporta ao futuro;
- 3) aparentemente, o operador *ainda*, posposto ao verbo, em enunciados negativos, orienta para o sentido de que, possivelmente, o estado de coisas de que se fala sofrerá alteração no futuro; e, finalmente,
- 4) é por meio do operador argumentativo *ainda* que o locutor assinala o seu ponto de vista sobre o assunto de que trata e direciona o interlocutor à adesão a esse ponto de vista.

O operador argumentativo *ainda* revela-se, desse modo, um potencial elemento marcador de subjetividade e suprime o caráter de objetividade de qualquer texto, jornalístico ou não.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucimar de. *Análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários*. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

AZEVEDO, T. M. de. *Os Conceitos de Texto e Discurso em três momentos da teoria de Ducrot*. Letras de Hoje: Estudos e debates de assuntos de linguística, literatura e língua portuguesa, Porto Alegre: Edipuc-RS, 2002.

BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. *Organon*. Porto Alegre, v. 16, nº 32 e 33. pp. 161-180. 2002.

_____. Por uma abordagem argumentativa da linguagem. In: GIERING, M. E.; TEIXEIRA, M. (Org.). Vale do Rio dos Sinos: Ed. UNISINOS. pp. 57-77. 2004.

_____. A definição argumentativa do léxico no discurso. In: VI Congresso Latinoamericano de Estudios del Discurso, 2005, Santiago. América Latina en su discurso, 2005.

_____. (Org) A construção do sentido no discurso. *Cadernos de Pesquisas em Linguística*. Porto Alegre, v.2, n.1, nov/2006.

BENVENISTE, Émile. A linguística comporta a enunciação. In. Flores. V. do N.; Teixeira. M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semântica Argumentativa: Una introducción a la teoría de los bloques semânticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CORACINI, Maria José. R. F. *Uma Unidade Subjetiva (Caracterização e aprendizagem)*. Uberlândia: Letras & Letras, 1988.

CUNHA, C.; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUCROT, Oswald. *Dizer e não dizer: Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Provar e dizer: Linguagem e Lógica*. São Paulo: Global, 1981.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Polifonia y Argumentacion*. Cali: Colômbia: Universidade del Valle, 1988.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In. Eduardo Guimarães (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, p. 13-39, 1989.

Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. Foco e Pressuposição. In: _ _ _ (Org.) Foco e Pressuposição. Uberaba: Instituto de Letras das Faculdades Integradas São Tomás de Aquino. 1978, p. 25.

KOCH, Ingedore G. Villaça. (1989). A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. A Inter-Ação pela Linguagem. (1992). São Paulo: Contexto, 2001.

_____. (1984). Argumentação e Linguagem. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Desvendando os segredos do texto. (2003). São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Rocha. (1972). Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

MARTINS, Eduardo. Manual da Redação: *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001.

Nomenclatura Gramatical Brasileira. In Buarque de Holanda Ferreira, Aurélio. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1986.

NEGRONI, M.M.G. Lengua, argumentación y polifonia. signoeseña. Revista Del Instituto de Linguística. Buenos Aires, n.9, 1998.

PAULA, Orlando de. Operadores Lógicos e Operadores Discursivos: emprego e leitura em textos jornalísticos. Revista de Ciências Humanas. Taubaté, v.9, n.2, p.165-171, jul-dez 2003.

PAULINO, Graça et al. Intertextualidades: teoria e prática. 2 ed. Belo Horizonte: Lê, 1997.

SILVA, Adilson V. da. A poesia em Ducrot. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP, Campinas: 2006.

SILVA, Soeli Schreiber da. Argumentação e polifonia na linguagem. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

VOGT, Carlos. O intervalo semântico. São Paulo: Ática. 1977.

_____. Linguagem, pragmática e ideologia. Campinas: HUCITEC, 1980.

TRADUÇÃO E ENSINO-APRENDIZADO DE LÍNGUA INGLESA: LEITURA E ANÁLISE CONTRASTIVA COMO EXERCÍCIOS DE CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS

Tatiany Pertel Sabaini Dalben

RESUMO

A partir de pressupostos defendidos pelos Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental (PCN) verificamos a necessidade de abordar o ensino-aprendizado de língua inglesa no Brasil de uma forma mais pragmática, considerando objetivos mais simples de serem alcançados. Para tanto, este trabalho consiste em reunir implicações positivas relacionadas ao uso de atividades de leitura, tradução e análise contrastiva no ensino-aprendizado de língua inglesa no ensino regular, nível fundamental, para alcançar este ensino mais pragmático.

Palavras-chave: Ensino-Aprendizado de língua inglesa; Leitura; Tradução; Análise Contrastiva.

Deslocar-se, e contudo, permanecer. Lançar, e ao mesmo tempo receber. Desenvolver. A tradução, como atividade de produção textual, linguística, cultural, interdisciplinar, analítica, e até mesmo ideológica, vem se tornar uma ferramenta de grande utilidade no contexto de sala de aula de língua inglesa. Essa atividade pode significar um grande passo para que o sujeito assuma uma condição de grande importância no mundo globalizado e interdisciplinar de hoje: tornar-se um sujeito receptor, mas ao mesmo tempo doador de saber.

Essa atividade interdisciplinar de desenvolvimento, crescimento, é o tema central deste artigo, que constitui o segundo de oito capítulos

(incluindo introdução, considerações finais e referências) que formam nossa dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2008. A partir de uma conjuntura linguística, mas também identitária, que vê o sujeito/aluno como globalizado, interdisciplinar, receptor e doador de saber, buscamos defender implicações pedagógicas sobre o uso de leitura, de tradução e de análises contrastivas no ensino de língua inglesa em nível de educação fundamental. Além disso, buscamos também analisar consequências de um ensino mais pragmático (MOITA LOPES, 1996), levando em conta os motivos que nos levam a incluir esses exercícios (leitura, tradução e análise contrastiva), na sala de aula de língua inglesa.

Começamos essa discussão abordando um fato que merece nossa atenção: a frustração de professores e alunos de língua inglesa ao final de um ano letivo quando percebem que o trabalho de um ano inteiro não resultou em quase nada do que esperavam. Temos verificado esse sentimento brotar em muitas e muitos de nossos colegas de trabalho que lecionam em escolas de ensino regular, nível fundamental. Essa frustração dos professores, acreditamos, é fruto de uma gama de atitudes que surgem a partir da desinformação, mas, acima de tudo, atitudes que ignoram fatos que deveriam ser considerados para que possa haver sucesso no ensino-aprendizado de língua inglesa em escolas de ensino regular, nível fundamental.

Um dos motivos que levam a essa frustração nos professores de língua inglesa é o fato de que a maioria deles busca aplicar, em sala de aula de língua inglesa das escolas regulares, a mesma metodologia utilizada pelos cursos particulares de línguas. Porém, não percebem, ou ignoram o fato de que se trata de um ambiente diferente, cujas limitações não permitem que essa metodologia cumpra com o seu intento.

Nota-se, por exemplo, nas escolas de ensino fundamental, uma extrema preocupação para com as quatro habilidades comunicativas (a saber: ouvir, falar, ler e escrever – *listening, speaking, reading and writing*), mesmo se sabendo das limitações existentes, como explicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental:

...deve-se considerar o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático, etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas (PCN, 1998, p. 21).

Os PCN já estão fazendo aniversário de 10 anos, mas seu texto parece bastante atual, pois, na grande maioria dos casos, essas condições precárias para o ensino de língua inglesa continuam a existir. Devido a essas limitações, levando em conta o critério de relevância social da língua inglesa no contexto brasileiro, a leitura parece ser a atividade que deva ser mais explorada pelos professores em sala de aula de língua inglesa¹. Novamente seguindo os PCN, “a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu contexto social imediato” (PCN, 1998, p. 20).

Moita Lopes, em seu consagrado artigo “Um Estudo Sobre a Alienação e o Ensino de Inglês como Língua Estrangeira no Brasil” já havia destacado essa necessidade quando afirma que um ensino mais pragmático seria mais pertinente, ou seja, ter em vista “[...] objetivos mais simples e possíveis de serem alcançados” segundo a realidade brasileira (1996, p. 36-40). Assim, continua Moita no mesmo artigo, o professor deveria enfatizar um ensino instrumental, onde “[...] o professor teria um objetivo mais claro e único – ensinar a ler, que parece ser mais relevante – para ser realizado e provavelmente com sucesso nas condições existentes” (MOITA LOPES 1996, p. 36-40).

Além disso, o destaque dado à leitura em língua estrangeira possui outra vantagem: a responsabilidade por trazer o aluno de volta para casa (DUFF, 1989, tradução nossa), colaborando em seu desempenho como leitor em sua língua materna (PCN, 1998, p. 20).

¹ Não obstante, o que propomos não é decretar a morte de atividades envolvendo as outras habilidades comunicativas. Ao contrário, a leitura, e concomitantemente o exercício de tradução seria o carro-chefe do ensino-aprendizado, como um procedimento responsável por permear cada uma das habilidades comunicativas (*listening, speaking, e writing*).

Para tanto, sugere-se o uso de atividades de tradução interlingual² e análises contrastivas como exercícios textuais altamente corroborativos da língua e da cultura materna. Para Alan Duff (1989),

A atividade de tradução pode ser introduzida no programa de ensino-aprendizado de língua de forma intencional e imaginativa. Lá, acredito, ela merece atenção – juntamente com outras abordagens (DUFF, 1989, p. 6, tradução nossa).

No importante artigo “Tradução e Ensino de línguas”, publicado no final da década de oitenta, Walter Carlos Costa já havia proposto a utilização da atividade de tradução em ensino de língua inglesa:

[...] o uso da tradução, desde o início e de forma sensata (ou seja de forma a auxiliar e não a prejudicar o aprendizado da estrangeira) significa deslocar o ponto de vista do ensino de língua, da cultura estrangeira para a cultura do aluno. Não se trata de mero nacionalismo inócuo mas de dirigir o ensino segundo os objetivos práticos e culturais de quem está aprendendo (COSTA, 1988 p. 290).

Essa consciência linguística desenvolvida através de atividades de tradução se dá na medida em que a percepção das diferenças e semelhanças existentes entre as duas línguas em questão vem naturalmente despontar no decorrer dessas atividades. Dentro dessa perspectiva, sugere-se o uso de exercícios de análises contrastivas, com o intuito de fomentar ainda mais a consciência linguística desenvolvida através de atividades de tradução. Duff (1989, p. 6, tradução nossa) corrobora esse fato afirmando que “ao envolver contraste, a tradução nos permite explorar o potencial de ambas as línguas – seus pontos fortes e fracos.” Não obstante, o que se propõe está longe de cumular o

² Em seu clássico ensaio sobre os aspectos linguísticos da tradução em 1969, Jakobson distingue três tipos diferentes de tradução: a tradução intralingual (interpretação dos signos dentro da mesma língua); a tradução interlingual ou *tradução propriamente dita* (interpretação dos signos entre línguas distintas) e a tradução inter-semiótica ou *transmutação* (interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais). Neste trabalho nos ateremos a questões concernentes à tradução interlingual.

aprendiz de exercícios complexos que compõem a Análise Contrastiva clássica, mas sim, segundo James e Garrett

[...] uma análise contrastiva realizada por alunos que são aprendizes de uma língua estrangeira para aumentar sua consciência dos contrastes e semelhanças que existem entre as estruturas da língua materna e da língua estrangeira (JAMES; GARRET, 1991 *apud* RIDD, 2005, p. 3).

Para envolver o aluno no processo de construção de significados de natureza sociointeracional, como apresentado pelos PCN para o Ensino Fundamental, tanto em língua inglesa quanto em língua materna, essas atividades podem representar atividades textuais indispensáveis, uma vez que, ao fazer progredir a cognição desafiando a memória, o raciocínio, a organização mental, a utilização precisa do léxico, a flexibilidade no processamento linguístico e a criatividade na solução de problemas (RIDD, 2003, p. 98), elas ativam os três conhecimentos que compõem a competência comunicativa de todo aprendiz, ou seja, o *conhecimento sistêmico* (conhecimento que envolve níveis de organização linguística), o *conhecimento de mundo* (envolve o conhecimento convencional sobre as coisas do mundo, ou seja o pré-conhecimento do mundo), e o *conhecimento da organização textual* (conhecimento que engloba convenções sobre a organização da informação em textos orais e escritos) (PCN, 1998, p. 29-30).

Focalizar a leitura através de exercícios de tradução e análises contrastivas é uma forma de transformar o ensino-aprendizado de língua inglesa naquele ensino mais pragmático a que se refere Moita Lopes. Esse tipo de atividade pode fazer aflorar no aprendiz – *inter alia* – uma percepção que é característica típica de quem pratica e contrasta traduções: é a percepção “[d]as sutis camadas de inferência entre o que se diz e aquilo que se pretende dizer” (FILGUEIRAS, 1996, p. 18). A tradução e a atividade de cotejar um texto e sua tradução fazem aflorar um “[...] espaço interlimiar, uma terceira margem”. É nessa *terceira margem* onde podemos ganhar maior entendimento dos códigos em jogo (FILGUEIRAS, 2005, p. 59). Rose (1977) chama esse ato de cotejar textos originais e suas traduções de leitura estereoscópica, onde usamos “[...] o texto na língua original com uma ou mais traduções enquanto se lê e ensina”

(ROSE, 1977 *apud* FILGUEIRAS, 2005, p. 53). Filgueiras complementa afirmando que “pode-se dizer que existe um outro texto – aquele que jaz entre um original e suas traduções – aguardando menção, aguardando leitores de páginas que só se tornam visíveis via reflexão, via detida estada no discurso entre-textos” (FILGUEIRAS, 2005, p. 60).

A leitura estereoscópica faz aflorar não só a percepção das diferenças lexicais, morfológicas, semânticas, ou ortográficas existentes entre as línguas, mas acima de tudo uma compreensão da função pragmática da língua, responsável por despertar a percepção de que as línguas diferem quanto à expressão da realidade. O achado de Sapir e Whorf de que cada comunidade linguística recorta a realidade de acordo com seus próprios recursos lexicais, sintáticos e semânticos que são próprios de sua cultura e língua (ARAÚJO, 2007, p. 5), vem se mostrar claramente numa análise contrastiva entre línguas. Porém a análise estrutural não pode, sozinha, fornecer conceitos que permitam semiotizar a realidade. Deve-se também, portanto, levar em conta o usuário, os atos do discurso, o contexto, o gênero textual, as interações verbais, juntamente com a estrutura (ARAÚJO, 2007, p. 6). Os fatores semânticos e pragmáticos, devem ser, ambos, levados em conta:

[...] semântica e pragmática podem e devem ser analisadas em seus próprios termos; os recursos típicos a cada uma, permitem cumprir diferentes funções linguísticas. Significação, sinonímia, inteligibilidade de uma frase, e contexto de uso, recursos do discurso, são particularidades, respectivamente, de cada um dos níveis. Porém no uso linguístico, esses níveis caminham juntos, por vezes se imbricam; a compreensão do dito (semântica) e a leitura do que é dito (pragmática) a alguém, através de um ato de fala, são duas faces da mesma moeda [...]. Ou seja, semântica e pragmática são complementares e imprescindíveis para significar algo pela linguagem, e para a comunicação linguística (ARAÚJO, 2007, p. 2).

O exercício de analisar contrastivamente textos em língua materna, ou seja, em português, e os traduzidos para o inglês desperta no aluno a percepção das potencialidades de cada uma delas individualmente, tanto em seu nível semântico quanto no pragmático. A partir da experiência com o diferente, o aprendiz perceberá que não era assim tão íntimo

do conhecido. Na contramão, está o fato de que, através da tradução e da análise contrastiva, se compreendem as sutilezas semânticas e pragmáticas da língua-mãe que se desnudam, e lhes apresentam o diferente.

Esse embate, que mais parece um piquenique, pois o aprendiz acaba por degustar do que ambas as línguas dispõem em sua toalhinha xadrez (o texto em ambas as versões), pode ser percebido por Walter Benjamin em seu importantíssimo ensaio “The task of the translator” (2000), quando afirma que existe uma relação íntima entre as línguas que consiste no fato de que elas, as “[línguas] não são estrangeiras umas às outras, mas, *a priori*, e sem contar com todas as relações históricas, possuem uma inter-relação quanto ao que querem dizer” (BENJAMIN, 2000, p. 17, tradução nossa, grifo nosso). E mais adiante completa dizendo que “enquanto todos os elementos individuais das línguas estrangeiras – palavras, orações, estrutura – são exclusivos a cada uma delas, essas línguas compensam umas às outras em suas intenções” (BENJAMIN, 2000, p. 18, tradução nossa, grifo nosso).

Esse pressuposto fora também discutido por Jakobson em seu famoso artigo “Aspectos Linguísticos da Tradução”, quando afirma que “[...] as línguas diferem essencialmente naquilo que **devem** expressar, e não naquilo que **podem** expressar” (JAKOBSON, 1969, p. 69). Através desses exercícios relacionados à tradução, o aprendiz perceberá que as línguas possuem muito mais em comum do que ele imaginava, e que aprender uma língua estrangeira não é assim tão difícil.

No mundo globalizado de hoje, onde nossa realidade é extremamente marcada por fenômenos e tendências decorrentes dessa globalização e da interação entre as culturas, provocando mudanças diretas no cotidiano linguístico das pessoas (RAJAGOPALAN, 2003, p. 25), não podemos nos esquecer que no mundo pós-moderno inserido nesse contexto globalizado não existe mais aquele conceito de língua atrelada a povo, nação, cultura. Com respeito a isso, Rajagopalan apresenta argumento sobre uma visão crítica a respeito dos estudos linguísticos: “O que torna o conceito clássico de língua cada vez mais difícil de sustentar é que ele abriga não só a idéia de auto-suficiência, mas também faz vistas

grossas às heterogeneidades que marcam todas as comunidades de fala” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 27).

E mais adiante completa:

Ao fazer vista grossa às mudanças geopolíticas em curso no mundo inteiro, mudanças com resultados concretos plenamente visíveis a olho nu, a linguística de hoje mostra sinais de querer se enclausurar numa torre de marfim, contemplando, com saudade, o mundo perdido de identidades fixas e delineadas uma vez por todas (RAJAGOPALAN, 2003, p. 27).

Essa heterogeneidade linguística de que fala Rajagopalan, que no mundo de hoje é marcada pelas trocas de informação, cultura, conhecimento, etc., é um fator irremediável – não que precise de cura – que nos leva a crer ser um dos maiores responsáveis pela constituição desse sujeito miscigenado inserido neste mundo, um sujeito Bakhtiniano cujo “[...] enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 1992, p. 272).

A heterogeneidade linguística pode ser claramente observada durante uma atividade de análise contrastiva simples entre a língua inglesa e a língua portuguesa – tanto na língua inglesa quanto na língua portuguesa. Porém, para alunos do ensino regular, nível fundamental, essa percepção pode se fazer mais clara na língua portuguesa (língua materna), onde reconhecerá características como o uso de estrangeirismos, por exemplo.

A partir de tal perspectiva, cumpre-se mais uma vantagem do ensino de leitura através de exercícios de tradução e análise contrastiva, uma vez que o enfoque não se concentra somente na língua estrangeira, mas sobretudo na língua-mãe, onde o aprendiz firmará sua pilastra de sustentação. O ensino-aprendizado de língua inglesa se dá a partir da língua-mãe, e não apesar dela.

O que realmente espera de seus alunos um professor de língua inglesa de nível fundamental? Acreditamos que, apesar das condições que,

na maioria das vezes, se mostram desfavoráveis para uma completa proficiência da língua inglesa (conhecimento das quatro habilidades e o desenvolvimento da competência comunicativa em língua inglesa), o professor – e pressupomos também os alunos – busca alcançar algum resultado ao final de um ano letivo.

O que discutimos aqui consiste numa tentativa de analisar como seria possível alcançar tal objetivo. O enfoque em pelo menos duas das habilidades comunicativas (leitura e escrita) através de atividades de tradução e análise contrastiva, pode significar o início dessa busca, que sabemos não acaba aqui. Porém, o exercício de traduzir e contrastar textos em línguas distintas pode proporcionar uma leitura estereoscópica, um processo hermenêutico, no qual podem se apresentar mais perguntas do que respostas, mas enfatizam-se situações que demonstram as possíveis maneiras de ir de uma língua a outra, de uma cultura a outra.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. Por uma concepção semântico-pragmática da linguagem. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. [Paraná], ano 5, n. 8, p. 1-26, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. (1979) Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992. p. 261-306.
- BENJAMIN, Walter. (1923) *The Task of the Translator: An introduction to the translation of Baudelaire's Tableaux Parisiens*. Translated by Harry Zohn. In: VENUTI, Lawrence (Ed.). *The Translation Studies Reader*. London and New York: Routledge, 2000. p. 15-25.
- COSTA, Walter Carlos. Tradução e ensino de línguas. In BOHN H. Inácio, Vandresen, P. *Tópicos de Linguística Aplicada ao ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988. p. 282-291.
- DUFF, Alan. *Translation*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- ENSINO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental*. 1998.

FILGUEIRAS, Lillian DePaula. *Sobre a Tradução e Sua Utilização no Ensino de Língua Estrangeira*. Dissertação não publicada. São Paulo: USP, 1996.

_____. Uma pedagogia da tradução. *Tradução e Comunicação*. São Paulo: UNIBERO, n. 14, p. 57-65, 2005.

JAKOBSON, Roman. Aspectos Linguísticos da Tradução. In: *Linguística e Comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 63-72.

MOITA LOPES, L. P. "Yes, Nós Temos Bananas" ou "Paraíba não é Chicago Não". Um Estudo Sobre a Alienação e o Ensino de Inglês como Língua Estrangeira no Brasil. In: *Oficina de Linguística Aplicada*. São Paulo: Mercado de Letras, 1996. p. 37-51.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística Crítica: Linguagem, Identidade e a Questão ética*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RIDD, Mark David. Tradução, consciência crítica da linguagem e relações de poder no ensino de línguas estrangeiras. I *Simpósio Internacional de Análise de Discurso Crítica*. Denize Elena Gracia da Silva (Org.). Brasília, 2005. p. 1-8.

A IRONIA COMO PRODUÇÃO DE HUMOR E CRÍTICA SOCIAL: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DAS TIRAS DE MAFALDA

Mônica Lopes Smiderle de Oliveira

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o humor e a ironia veiculados através da linguagem de Mafalda, personagem das tiras em quadrinhos de Quino. Partindo da noção de ironia como uma afirmação de algo diferente do que se deseja comunicar, na qual o emissor deixa transparecer uma afirmação contrária por meio do contexto situacional ou entonação e observando três teorias da Pragmática: as máximas conversacionais do Princípio da Cooperação (Grice, 1975), a Teoria da Relevância (Sperber e Wilson, 1986, 2005) e Atos de Fala (Austin 1990, e Searle 1969), serão analisadas dezesseis tiras de quadrinhos, protagonizadas por Mafalda, para mostrar como a estratégica irônica produz humor e crítica social. **Palavras-chave:** Ironia, humor, quadrinhos, pragmática.

1. INTRODUÇÃO

Há duas perguntas que nortearam todo o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa: O que faz com que um enunciamento irônico seja produtor de humor e ao mesmo tempo de crítica social? Com que propósito alguém faz uso desse recurso?

O presente estudo teve, então, por objetivo mostrar como a ironia se torna um importante veículo para a produção de crítica e humor nas tiras de quadrinhos. Para isso, foram analisadas 16 tiras de Mafalda para mostrar como a fala irônica é construída na intenção comunicativa da personagem ao fazer uma ironia.

Sabe-se que o humor irônico tem por característica provocar não só o riso, mas também a crítica; pois, quando se ironiza algo, o riso surge porque há a crítica, a ridicularização do outro, tornando-o inferior em relação ao produtor da crítica. Então, para entender melhor o funcionamento do humor, no primeiro capítulo, foram descritos alguns estudos conhecidos acerca desse tema. Diferentes são as perspectivas e as abordagens sobre o tema, porém todos têm um objetivo comum: o motivo do homem ser o único animal capaz de rir e provocar o riso de forma consciente. Nessa perspectiva, serão resenhados os estudos de seis autores: Bergson (1983 [1900]), Freud (1969 [1905]), Raskin (1944), Propp (1992[1976]), Possenti (1998) e Lins (2002) para melhor explicar o processo de construção do humor.

Após verificar o que Bergson, Freud, Raskin, Propp, Possenti e Lins afirmam sobre o humor, é possível perceber que o humor é próprio do ser humano, ou seja, só o homem pode ri e fazer o outro ri. Não há humor fora do ser humano.

Outro ponto defendido pelos autores é a dificuldade de se traduzir efeitos cômicos de uma língua para outra, na medida em que o riso se relaciona aos costumes e às idéias de certa sociedade. Por isso é que às vezes, é complicado traduzir o humor, pois o que pode ser risível para uma cultura pode não ser para outra, podendo ser até ofensivo.

Eles também asseguraram que o humor provoca uma sensação de alívio que pode amenizar a tristeza e também pode ser uma voz que critica camufladamente. Por isso, Rosas (2002, p. 33) sugere que “[...] o discurso humorístico não é simplesmente uma negação da comunicação ‘séria’: ele se apóia num princípio de cooperação particular, cuja base está na mudança do modo de comunicação”.

No caso das tiras de quadrinhos de Mafalda acontece o humor do tipo de comunicação *não bona fide* (Raskin, 1985), em que o ouvinte já espera a piada e não vai interpretar do modo *bona-fide*. Imediatamente, busca fazer as inferências para entender o texto satisfatoriamente. O autor de tiras de quadrinhos proporciona a quebra na expectativa, que gera a graça e leva à crítica. Também, ocorre o que Bergson denomina de *mundo às avessas*.

2. A IRONIA

No segundo capítulo, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a ironia, partindo dos estudos feitos por Kierkegaard (2006 [1841]) acerca do conceito de ironia clássica desenvolvida por Aristóteles e Sócrates, também será feita menção à ironia romântica e à ironia freudiana, definida como o resultado de um conjunto de procedimentos discursivos que podem revelar-se via um chiste, uma anedota, uma conversa. Não se pode deixar de mencionar que Brait (1996), foi de grande auxílio na construção desse capítulo, pois realiza uma abordagem da ironia nas áreas da filosofia, psicologia, sociologia, literatura e da linguística.

Após verificar o que Kierkegaard (2006), Freud (1905) e Brait (1996) afirmam sobre ironia, é possível afirmar que ela passou de figura de linguagem à estratégia discursiva e argumentativa. Como figura de linguagem, a ironia é vista como uma contradição de algo que se queira dizer. Como estratégia discursiva e argumentativa, a ironia não se dá apenas no nível do enunciado, do dito, mas do ambiente situacional e discursivo nos quais interlocutores e enunciações se relacionam, passando de um dito a outro, às vezes menos ou mais implícito ou explícito no produto enunciado. Buscam-se as marcas, as pistas de indicação de uma ironia pelo falante, sobre a qual não se tem garantia de reconhecimento pelo ouvinte.

3. A PRAGMÁTICA

No terceiro capítulo, foram explicitadas as noções da Pragmática que serão utilizadas na análise do *corpus* selecionado. Para isso, foram apresentadas três teorias contempladas pela disciplina: as máximas conversacionais e a noção de implicatura de Grice (1975), os pressupostos teóricos da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986), e a noção de ato de fala elaborada por Austin (1990) e Searle (1969).

A ironia presente em Mafalda foi analisada a partir de três teorias da Pragmática. Para isso, serão explanados os conceitos de Austin (1990[1962]) e Searle (1969), que desenvolvem a noção de atos de fala,

que consistem em analisar as ações praticadas via enunciados, pois como afirma Austin, a comunicação não é composta apenas de palavras e estruturas gramaticais, mas também de ações, ou seja, dizer é fazer, é agir. Outro autor a ser estudado é Grice (1982[1975]) que mostra que, por trás de uma afirmativa quase sempre há algo “encoberto” (implicatura), e para avaliar essas implicaturas, o autor analisa as afirmativas por meio de quatro máximas conversacionais: Quantidade, Qualidade, Relevância e Modo; e será finalizado com os conceitos da Teoria da Relevância (TR), de Sperber et Wilson (2005[1986]), que demonstram que a TR está baseada na suposição de que o receptor fará esforço para processar uma afirmação se ele a achar relevante.

4. O GÊNERO QUADRINHOS

No quarto capítulo, foram expostas algumas considerações sobre o gênero quadrinhos, uma vez que são tiras de quadrinhos que compõem o *corpus* desse trabalho. Os quadrinhos são pequenas narrativas que interligam texto escrito com imagem, ampliando, assim, a compreensão do fato ocorrido (Rama e Vergueiro, 2004). Além disso, serão analisados os outros componentes que constituem os quadrinhos, como balões, os tipos diferentes de letras, as onomatopéias e as linhas de movimento. E, também, foi observado o contexto sócio-político-ideológico da época em que as tiras de Mafalda foram publicadas.

É por isso que os quadrinhos foram escolhidos como *corpus* deste trabalho, porque a HQ tem a vantagem de poder, ao mesmo tempo, mostrar a cena e fazer as personagens falar, pronta a fazer com que o dito contrarie a imagem, trabalhando, assim, com o humor e também com a ironia.

Assim, Melo (2003) expõe que uma das características marcantes dos quadrinhos é seu caráter lacunar, uma vez que, por trás do dito, há toda uma instância do dizer, a evidenciar que a significação da tira vai muito além da simples manifestação verbal. Desse modo, uma das funções do leitor é o preenchimento do que não foi dito pela recuperação dos implícitos e pela percepção dos efeitos de sentido desejados pelo autor.

As inferências são processos mentais de decodificação, enriquecimento, reconhecimento, pressuposição, processamento, validação e conclusão de uma palavra e/ou enunciado, em um contexto. “Sempre podemos fazer muitas inferências a partir dos elementos de um texto, uma vez que os textos mostram uma quantidade mínima de coesão formal, abrindo muitas linhas de possíveis inferências” (Melo, 2003), o que normalmente requer que o leitor faça quantas inferências forem necessárias para obter a compreensão do texto.

O leitor é sempre responsável pela projeção do sentido que melhor lhe convier, a partir da posição política, social, econômica e pessoal que ocupe. Portanto, a interpretação de uma piada depende também das inferências, ou seja, das conexões que as pessoas fazem, quando tentam estabelecer a compreensão do que lêem. Os textos dúbios, como são os textos de humor exigem que o leitor realize várias inferências para construir o sentido, e o resultado dessas inferências leva ao riso.

5. METODOLOGIA

No quinto capítulo foi explicitada a metodologia utilizada para a análise das tiras, como também serão informadas a natureza do *corpus* e a seleção dos dados. Então, para explicitar como o humor irônico é realizado, foram selecionadas quinze tiras da publicação *Toda Mafalda* e uma tira do livro *Mafalda Inédita* de autoria do argentino Quino, da editora Martins Fontes – 1991 e 2001, respectivamente. As tiras escolhidas tentam descrever as estratégias que o autor utiliza para produzir a ironia interligada ao humor para mostrar crítica social. Essas críticas estão ligadas ao governo que são feitas de modo camuflado, pois a Argentina estava em plena ditadura, e quem ousasse falar contra o sistema seria punido. E, também, versam sobre o mundo e sobre a condição feminina.

6. A ANÁLISE

No capítulo sexto, foram analisadas dezesseis tiras de autoria do argentino Quino, com vista a explicar como se processa a produção do humor e da ironia.

As tiras de Quino têm a preocupação com a discussão de certos temas que sugerem críticas sociais. Dessa forma, o humor e a ironia estão presentes nessas narrativas. Pode-se dizer, então, que Quino mostra aos seus leitores suas análises do contexto social-histórico-político do momento, levando os mesmos a verem a triste realidade da América Latina bem como de outros países em conflito.

A personagem Mafalda, ciente desses conflitos sociais, políticos, culturais, demonstra desejo de discutir essas situações, a fim de que, de alguma forma, possa participar efetivamente das discussões, contribuindo, talvez, para o entendimento dos povos, bem como a modificação dos problemas que a preocupam.

Assim, a análise das tiras selecionadas teve por objetivo mostrar como a ironia é usada para produzir humor e crítica social. A ironia será discutida tomando-se por base três teorias da Pragmática: pela violação das máximas conversacionais, pelo percurso de busca da relevância e pela execução dos atos de fala.

A seguir um exemplo de como as tiras foram analisadas:



Tira 1

A ditadura era muito brutal e usava de táticas cruéis para conseguir informações sobre as atividades de grupos e pessoas ligadas à oposição durante esse período. Quando não conseguia “arrancar” nenhuma informação, dava-se início ao processo de tortura, indo de tapas, sessões de choque elétrico, mutilação até a morte. Silva (2002) afirma que as sequelas deixadas pela tortura eram de tamanha dimensão que muitos presos

desejaram ser levados à morte para se livrar delas. E dessa forma, Quino faz uma crítica sobre o modo que a ditadura tratava seus informantes.

O desfecho dessa tira se dá com a mudança de um *script* para outro (Vale lembrar que, num texto humorístico há, normalmente, a presença de dois *scripts* opostos). A mudança de *scripts* se dá por meio do que Raskin chamou de *trigger*, isto é, o “gatilho”, que faz com que o conteúdo semântico da interação passe de um *script* a outro. Na tira em análise, dois *scripts* podem ser identificados: um *script* é a reforma de uma rua e outro *script* é sobre a forma como os ditadores agiam, como pode ser observado na fala de Mafalda.

Após analisar o contexto em que as tiras foram elaboradas, como o humor foi produzido e as marcas paralinguísticas presentes nas tiras, será mostrado como se processa a ironia por meio de três teorias da pragmática: Princípio da Cooperação, Teoria da Relevância e Teoria dos atos de fala.

Então, nessa tira a máxima da qualidade é violada, pois é possível perceber que Quino não poderia falar a verdade, porque o país estava vivendo em ditadura e ele poderia sofrer trágicas consequências se ousasse opinar claramente, por isso, viola a máxima da qualidade. Ele espera que o leitor entenda o enunciado como irônico e não como mentiroso.

A tira 1 também foi analisada à luz da teoria da Relevância:

Assim, pela parte visual é possível perceber:

- (i) Há alguns homens trabalhando com britadeira e compactador manual;
- (ii) A expressão facial de Mafalda;
- (iii) As letras do balão de fala escritas em letras maiores do que o tamanho normal e todas em caixa alta.

Analisando as partes visuais e linguísticas, o leitor deverá resgatar de sua memória as seguintes informações:

1. Quando a tira foi publicada, a Argentina estava em um período ditatorial.
2. A ditadura usa de táticas cruéis para conseguir informações.
3. Nos quadrinhos, as letras escritas em caixa alta representam que alguém está gritando ou com raiva.

Após essas informações, é possível supor que:

- S1 Os ditadores torturavam os informantes para que eles delatassem possíveis planos e pessoas envolvidas nas militâncias.
- S2 As pessoas já estavam a par do que acontecia com os presos políticos e não estão satisfeitas com o modo que elas eram tratadas.

Assim, apesar do autor não ter condições de exercer sua cidadania plenamente, ele tenta, através da tira, fazer com que os leitores consigam perceber o que está acontecendo no país para que eles busquem a redemocratização.

E pela teoria dos Atos de fala, na tira 1, houve o ato de fala irônico, pois a personagem ironizou ao criticar a ditadura. Além de haver tanto o ato de fala assertivo/representativo, quanto o ato de fala diretivo. Assertivo porque o falante se compromete com a verdade. A verdade foi dita, mas de modo camuflado, e o ato de fala diretivo (fazer com que o ouvinte realize algo), pois o autor espera que o leitor compreenda a crítica feita e queira que o país saia do regime ditatorial e volte para a democracia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo sete, foram apresentadas as considerações finais e no oitavo as referências.

Este trabalho teve o propósito de analisar como Quino utiliza o recurso da ironia para produzir humor e crítica. Os resultados revelam que a ironia é um mecanismo presente nas tiras de Mafalda, muito utilizado pelo autor, para expressar uma idéia ou sentimento através das palavras, que, aparentemente, exprimem o contrário. Ler uma tira de Mafalda é perceber as sutilezas textuais e inferir, a partir delas, os enunciados irônicos e sua funcionalidade nas tirinhas. As personagens, em geral, ou dizem aquilo que não acreditam ser, violando as máximas propostas por Grice; ou utilizam o recurso da inferência, que permite que o leitor perceba as pistas linguísticas que levam a conclusões sobre os implícitos textuais, ou, ainda, empregam os atos de fala.

É interessante notar que a grande parte dos autores estudados afirma que a ironia se faz quando há uma afirmação contrária sendo pronunciada, porém esta afirmação contrária não é uma afirmação falsa. O locutor quer deixar bem claro que faz uso da ironia para pronunciar um discurso que deve ser entendido pelo leitor como contrário ou para gerar riso ou crítica, pois, às vezes, as críticas devem ser feitas “encobertas” para não causar represálias ao enunciador. No entanto, a ironia só vai ser bem sucedida se o ouvinte for capaz de entender o que está sendo proposto pelo falante.

É o que ocorre quando há quebra de máximas conversacionais, o enunciado problematiza o dito e o leitor talvez não consiga perceber o que está implícito naquele texto. Se o ouvinte, ou leitor, neste caso, falha em relacionar o dito e o implícito, automaticamente inicia uma série de cálculos mentais a fim de buscar uma interpretação para tal enunciado, e pode ser que a ironia via implicatura não surja com o devido efeito proposto. Mafalda utiliza, muitas vezes, das máximas para proferir suas falas, ou para produzir humor ou crítica.

Os dados mostram que o humor pela ironia ocorreu devido aos seguintes mecanismo: ambiguidade (tira 10), inferência (tiras 1, 8, 12, 11 e 16), quebra das máximas (tiras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 14), conhecimento prévio (tiras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10), quebra de expectativa (tiras 5, 6, 14 e 16), mudança de *scripts* (tiras 4, 5, 10) e representação do mundo às avessas (tiras 1, 3, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15 e 16).

Desse modo, puderam ser respondidos os dois questionamentos feitos no início desse trabalho: O que faz com que um enunciamento irônico seja produtor de humor e ao mesmo tempo de crítica social? Com que propósito alguém faz uso desse recurso? É possível responder que quem faz um pronunciamento irônico o faz para se afastar do discurso proposto, para não ser a voz que fala. No caso das tiras analisadas, Quino utiliza essa estratégia para transmitir um juízo de valor, pois pretende avaliar e criticar, mas sem se comprometer com o que está sendo dito. Assim, ele não seria “culpado” pelos comentários feitos nas tiras, principalmente naquelas que versam sobre política.

8. REFERÊNCIAS

ADORNO, Camilo Tellaroli. *A ironia no romance Quase memória, de Carlos Heitor Cony*. Dissertação de mestrado: Universidade Estadual Paulista. 2006. disponível em: www.biblioteca.unesp.br/bibliotecadigital/document/?view=3939 – Visitado em 07 de maio de 2007

ARAÚJO, Denise Castilhos de. *A questão do gênero nas histórias em quadrinhos de Mafalda (Quino)*. 2003. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/5095/1/NP16ARAUJO.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2007.

ARMENGAUD, Françoise. *A Pragmática*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

ATTARDO, Salvatore. Violation of conversational maxims and cooperation: The case of jokes. *Journal of pragmatics*. n. 19, 1993.

AUSTIN, Jhon. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BERGSON, Henri. *O Riso: Ensaio Sobre a Significação do Cômico*. Trad. Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar. (1983[1900])

BORGES, Eliana Maria. *Discursos de identidades em tiras de humor*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Outubro 2006. Dissertação de Mestrado.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: UNICAMP. 1996.

BROWN, Gillian e YULE, George. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1983.

CAVALCANTI, Ronaldo A. *O mundo dos quadrinhos*. São Paulo: Símbolo. 1977.

CIRNE, M. *Para ler os quadrinhos: da narrativa cinematográfica à narrativa quadrinizada*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

DA SILVA, Nadilson M. *Elementos para a análise das Histórias em Quadrinhos*. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação - Campo Grande /MS - setembro 2001

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. Trad. Luis Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FEIJÓ, Mario. *Quadrinhos em Ação: Um Século de História*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

FERNANDES, Miriam Munhoz. *O papel da mulher na sociedade brasileira: da sociedade colonial aos dias atuais*. 2005. Disponível em: http://www.monteirolobato.com.br/material/palestra_miriam.doc

- FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: *Introdução à Linguística*. São Paulo: Contexto. 2002
- FOGAÇA, Adriana Galvão. A contribuição das histórias em quadrinhos na formação de leitores competentes. In: Souza, Santinho de Souza. *Olhares e perguntas sobre ler e escrever*. Vitória: Florecultura. 2002
- FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago. V.VIII. 1969- (1905)
- GREEN, Georgia. What is Pragmatics and why do I need to know, anyway? In: _____. *Pragmatics and natural language understanding*. 2ª ed. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.
- GRICE, Paul H. *Lógica e conversação*. (Trad João W. Geraldí). In: DASCAL, Marcelo (org). *Fundamentos Metodológicos da Linguística (vol IV): Pragmática - Problemas, críticas, Perspectivas da Linguística*. Campinas: UNICAMP. 1982. (1975)
- GUYOT, Didier Quella. *A história em quadrinhos: 50 palavras*. (trad. Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral). São Paulo: Edições Loyola. 1994.
- Herculano. Dionísio. A ironia romântica na obra novelística de Alexandre Disponível em <http://www.duo.uio.no/roman/Art/RF-16-02-2/por/Mathiassen.pdf>. Visitado em 28 de março de 2007.
- IANNONE, Leila R. & IANNONE, Roberto A. *O mundo das histórias em quadrinhos*. 5.ed. São Paulo: Moderna. 1994.
- KIERKEGAARD, S., *O Conceito de Ironia Constantemente Referido A Sócrates*, trad. br. de Valls, Petrópolis, Vozes, (2006[1841])
- KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990
- _____. *Texto e coerência*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, (1999[1989]).
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *Desvendando os segredos do texto*. 5ed. São Paulo: Cortez, (2006[2002]).
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Trad. Luis Carlos Borges e Anibal Mari. São Paulo: Martins Fontes. 2007.
- LINS, Maria da Penha P. *O humor nas tiras de quadrinhos: Uma análise de alinhamentos e enquadres em Mafalda*. Vitória: Grafer. 2002.
- MACHADO, Ida Lúcia. A ironia como fenômeno linguístico-argumentativo. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. 1995. v.2

MARCUSCHI, Luis Antônio, Gêneros Textuais: definição e funcionalidade, In. Org. DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora, *Gêneros Textuais e Ensino*, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2003.

MELO, *Marise de Cássia Soares de*. Há alegria no saber: um estudo sobre a coesão e a coerência na promoção da comicidade nas histórias em quadrinhos. 2003. Disponível em <http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/doc/39.doc>. Acesso em 19 de novembro de 2007.

MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Considerações acerca de aspectos discursivos da ironia. In: Machado, Ida Lúcia. *Analisando discursos*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. 1994.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: Org. DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora, *Gêneros Textuais e Ensino*, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2003.

MUNIZ, Kassandra da Silva. *PIADAS: Conceituação, Constituição e Práticas- um estudo de um gênero*. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem. Abril/2004. Dissertação de mestrado

PEREZ, Joubert Castro, RAMOS, Cristina Maria Chaves e OLIVEIRA, Maria Eunice de. *A polifonia em textos de humor*. 2002. Disponível em: <http://www.unasp-ec.edu.br/biblioteca/tcc/arquivos-conteudo/arquivos-indice/tcc-letras%5Ctccmariaecristina.doc> Acesso em: 11 de novembro de 2007.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (orgs). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vol. II. São Paulo: Cortez, 2001.

PROPP, Vladimir. *Comicidade e riso*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ática. 1992.

POSSENTI, Sírio. Os humores da língua: análises linguísticas de piadas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

_____. *Mafalda Inédita*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

RAMA, Ângela & VERGUEIRO, Waldomiro (orgs). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto. 2004.

RASKIN, Victor. *Semantic mechanisms of humor*. Boston, D.Reidel Publishing Company. 1985. p. 1-139.

ROCHA, Décio Orlando Soares da. *Polifonia em enunciados negativos: vozes que habitam o dizer "não"*. *Delta.*, São Paulo, v. 14, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000100004&lng=pt&nr=1>. Acesso em: 16 Maio 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *As dimensões da pragmática na comunicação*. Rio de Janeiro: Diadorim. 1995

ROSAS, Marta. *Tradução de humor: transcribando piadas*. Rio de Janeiro: Lucerna. 2002.

SAURET, Marie-Jean. Lógica da ironia. *Psicol. USP.*, São Paulo, v. 10, n. 2, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000200005&lng=pt&nr=iso. Acesso em: 06 Maio 2007. Pré-publicação.

SCHLEGEL, Friedrich, *Conversa sobre poesia e outros fragmentos*, Tradução, prefácio e notas: Victor-Pierre Stirnimann, São Paulo, Iluminuras, 1994.

SEARLE, J. R. – *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: CUP, 1969.

SILVA, Nilson Roberto Barros da. *Um estudo sobre a recepção do humor*. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 2006. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://www.uece.br/cmlanovo/disserta/nilsonrobertobarrosdasilva>. Acesso em 11 de novembro de 2007.

SILVA, Victor Hugo Alves. A matança de Ezeiza. In: *Cadernos de História. Memorial do Rio Grande do Sul, nº 14 Voltaire Schilling*. 2002. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/argentina.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2007.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. 3ª ed. Caxias do Sul: Educs; Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.

SOUZA, Jamille Militão. *Graus de explicitação em reescrita de produção textual: Análise, uma base na teoria da Relevância, dos efeitos da intervenção oral docente*. Tubarão: Universidade do Sul de Catarina: 2006. Dissertação de Mestrado. Disponível em: http://busca.unisul.br/pdf/84920_Jamile.pdf. Acesso em: 18 maio de 2007.

SPERBER Dan & WILSON Deirdre. *Rhetoric and relevance*. Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 5, número especial, 2005. Disponível em <http://www.dan.sperber.com/rhetoric.htm>. Visitado em 20 de abril de 2007.

_____. *Posfácio da edição de 1995 de "relevância: comunicação & cognição"* Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 5, número especial, 2005. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0503/09.htm>. Visitado em 20 de março de 2007.

STALNAKER, Robert. Pragmática. In: DASCAL, Marcelo (org). *Fundamentos Metodológicos da Linguística (vol IV): Pragmática - Problemas, críticas, Perspectivas da Linguística*. Campinas: UNICAMP. 1982.

A IRONIA COMO PRODUÇÃO DE HUMOR E CRÍTICA SOCIAL:
UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DAS TIRAS DE MAFALDA
Mônica Lopes Smiderle de Oliveira

VOESE, Ingo. *O contexto refletido: vozes sobrepostas de um diálogo*. Tubarão:
UNISUL. 2007.

YULE, G. *Pragmatics*. Oxford: Univ. Press. 1996.

A TEORIA DO DIALOGISMO DE BAKHTIN E A POLIFONIA DE DUCROT: PONTOS DE CONTATO

Elaine Cristina Medeiros Frossard

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor uma aproximação entre as teorias de dois estudiosos da linguagem, Mikhail Bakhtin e Oswald Ducrot. Levando em conta que esses autores se situam em postos teóricos distintos, já que a abordagem de um ultrapassa a consideração da forma linguística, e o trabalho desenvolvido pelo outro prioriza o estudo da língua, busca-se levantar os pontos em que essas teorias, a princípio, tão distintas, se aproximam. Para tanto, foram consideradas a Teoria do Dialogismo, desenvolvida por Bakhtin (1929/1999, 1929/2005, 1979/2003), e algumas noções da Semântica Enunciativa, postuladas por Ducrot (1980, 1984/1987), a fim de evidenciar a possibilidade de um diálogo entre tais teorias. Trata-se de um trabalho interpretativo e qualitativo em que os parâmetros levantados a partir da proposta dos dois autores parecem confirmar a existência de pontos de contato entre o dialogismo bakhtiniano e a teoria polifônica de Ducrot.

Palavras-chave: Polifonia, dialogismo, aproximação.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da diversidade de vozes presentes em um discurso tem sido desenvolvido por diversos pesquisadores de áreas, muitas vezes, bastante distintas. A tese que pregava a unicidade do sujeito da enunciação ganhou, em especial nas últimas décadas, muitos contraditores, os quais defendem que não se pode conceber um único sujeito em um discurso, mas uma multiplicidade de vozes é constitutiva de todo e qualquer discurso.

Este trabalho¹ se propõe a pôr em evidência dois desses estudiosos cujos postulados contribuíram de forma inigualável para o estabelecimento, nos estudos linguísticos, de uma visão que concebesse a pluralidade enunciativa. Esses teóricos são Mikhail Bakhtin, pensador russo cujos trabalhos só foram divulgados e conhecidos no Ocidente décadas após terem sido escritos, e Oswald Ducrot, linguista francês que, apesar de ter base estruturalista, estudou os enunciados a partir de um ponto de vista dialógico.

Ambos os autores rejeitam a tese da unicidade do sujeito, já que argumentam a favor de um entrecruzamento de vozes na constituição do discurso, todavia, Bakhtin lançou essa idéia décadas antes de Ducrot, o qual, a saber, buscou respaldo no pensador russo para desenvolver sua teoria polifônica da enunciação.

Leva-se em conta, porém, que, mesmo apresentando uma visão dialógica com relação ao estudo do discurso, Bakhtin e Ducrot trabalham com perspectivas um tanto quanto distintas, já que um promove um estudo que considera fatores externos à língua, enquanto o outro estuda aspectos estritamente linguísticos a fim de analisar as diferentes vozes presentes em um mesmo enunciado.

O que este breve estudo busca investigar são os pontos que, em meio a tantas diferenças, acabam por aproximar o dialogismo bakhtiniano e a teoria polifônica de Ducrot, tornando possível um diálogo entre essas teorias e, quem sabe, até o desenvolvimento de pesquisas que levem em consideração um trabalho conjunto entre as mesmas.

Para o desenvolvimento deste estudo, conceitos referentes à Teoria do Dialogismo de Bakhtin (1929/1999, 1929/2005, 1979/2003)² e algumas

¹ As reflexões apresentadas neste estudo constituem parte do texto elaborado para fins de exame de qualificação e apresentado ao programa de pós-graduação *stricto sensu* em estudos linguísticos do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em 2007

² Durante todo este trabalho, são apresentadas duas datas na referenciação das principais obras que dão sustentação a este estudo. A primeira data refere-se à edição original da obra, e a segunda corresponde à edição consultada e da qual as citações presentes no texto foram retiradas.

concepções postuladas por Ducrot (1980, 1984/1987) dentro do quadro da Semântica Enunciativa foram aproveitados.

Constam neste trabalho uma breve exposição da concepção dialógica de linguagem de Bakhtin, além da apresentação de alguns pontos importantes da teoria polifônica de Ducrot. Expõe-se, ainda, o modo como esses autores, mesmo situados em postos teóricos distintos, desenvolvem teorias que abrem espaço para uma possível aproximação, fator, aliás, que motivou o desenvolvimento deste estudo, uma vez que as atuais pesquisas linguísticas têm privilegiado tanto elementos internos como externos à língua, e um trabalho conjunto entre os postulados bakhtinianos e ducrotianos vem ao encontro dessa direção tomada pelos estudos de linguagem.

2. BAKHTIN E SUA RELAÇÃO COM A LINGUÍSTICA

A partir do momento em que os postulados de Mikhail Bakhtin³ e seu círculo passaram a ser conhecidos por estudiosos da linguagem no Ocidente, os estudos linguísticos, tal como eram realizados, sofreram grandes modificações. As idéias do pensador russo foram responsáveis pela ampliação de noções há décadas estabelecidas e inalteradas. É certo que muitos conceitos já estavam em processo de transformação, no entanto, o acesso às obras bakhtinianas serviu de respaldo àqueles que já vinham lançando um olhar diferente sobre muitas questões relacionadas ao estudo da linguagem.

A visão inovadora dos trabalhos de Bakhtin pode ser observada desde seus primeiros textos, visto que, desde suas primeiras obras, o autor deixa claro que o modo como entende a língua é bastante distinto da forma como esta vinha sendo concebida nos estudos linguísticos. Recusando-se, então, a definir a língua como um sistema estruturado, exterior ao indivíduo e perfeitamente analisável isoladamente, como o

³ Estudioso russo que desenvolveu seus primeiros textos na década de 1920 e que entendia como princípio fundamental da linguagem o dialogismo. Devido à dificuldade de divulgação de textos na União Soviética no início do século XX, as obras desse autor só foram conhecidas no Ocidente após a década de 60, atingindo grande prestígio da década de 1980 aos dias atuais.

faziam os seguidores de Saussure, Bakhtin estabeleceu que seus estudos não estavam situados no campo da Linguística, mas se encontravam no interior de uma nova ciência, a Metalinguística/Translinguística⁴.

O objeto dessa nova ciência era o discurso, *a língua em sua integridade concreta e viva*. E, levando em conta que a concepção de língua de Bakhtin está relacionada à noção de interação verbal, já que *a interação verbal constitui [...] a realidade fundamental da língua* (Bakhtin, 1929/1999, p.123), pode-se entender que um estudo que conceba a língua como estrutura não é, de fato, apropriado para o desenvolvimento de um trabalho que leve em conta relações dialógicas, relações entre o *eu* e o *outro*. Sendo assim, Bakhtin deixa claro que:

[...] a Linguística estuda a "linguagem" propriamente dita com sua lógica específica na sua *generalidade*, como algo que *torna possível* a comunicação dialógica, pois ela abstrai conseqüentemente as relações propriamente dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isto, tais relações devem ser estudadas pela Metalinguística, que ultrapassa os limites da Linguística e possui objeto autônomo e metas próprias. (BAKHTIN, 1929/2005, p.183, grifos do autor)

Dessa forma, o autor apresenta a Metalinguística/Translinguística como a ciência apropriada para dar conta de um estudo do discurso, baseado em relações dialógicas.

Com efeito, para Bakhtin, a concepção dialógica de língua, linguagem e, até mesmo de vida, é fator essencial para o desenvolvimento de qualquer estudo no campo da linguagem. Para esse autor, participa-se constantemente de um diálogo; e a interação com o outro é inevitável, já que o *eu* constitui esse outro e é por ele constituído, ou seja, o dialogismo é o princípio básico da existência humana.

⁴ Entende-se que o termo Translinguística é mais apropriado para referir a um estudo da linguagem que ultrapasse o objetivo da Linguística Estruturalista. Entretanto, como na maioria das traduções das obras de Bakhtin a designação dada à nova ciência na qual o teórico russo insere seus estudos é Metalinguística, busca-se empregar, neste trabalho, ambos os termos.

Baseado, então, nesse princípio dialógico, o teórico russo desenvolveu uma série de investigações, apresentando uma variedade de definições que tinham como pano de fundo a dialogia. Dentre essas definições, é importante destacar a *polifonia*.

Após uma série de investigações, Bakhtin chegou à conclusão de que todo texto apresenta, de fato, um caráter dialógico. Todo texto resulta, de acordo com o pensador russo, do encontro de várias vozes, embora alguns produzam um efeito de polifonia, enquanto outros parecem ser monofônicos. Segundo Barros (2003, p.6), tanto a monofonia, quanto a polifonia de um texto são “efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição dialógicos”, ou seja, são efeitos gerados em decorrência das estratégias discursivas acionadas. Assim, os textos caracterizados como polifônicos são aqueles em que as várias vozes que os constituem se explicitam, deixam-se perceber e falam sem que uma dentre elas necessariamente prevaleça. Por outro lado, os textos “monofônicos” são dessa forma caracterizados pelo fato de que as vozes que os compõem não se mostram, mas *se ocultam sob a aparência de uma única voz*. Desse modo, o que Bakhtin defende é que qualquer discurso é permeado por palavras ou idéias de outrem, mas essas outras vozes podem ser assimiladas, citadas ou refutadas em um discurso de forma explícita, como acontece nos romances de Dostoiévski; ou podem ser disfarçadas sob o aspecto de um discurso monológico. (Bakhtin, 1979/2003, p. 199-201)

Exatamente na obra em que trata dos textos polifônicos de Dostoiévski, Bakhtin propõe, pela primeira vez, uma abordagem dialógica do discurso, como podemos observar no seguinte trecho:

Intitulamos este capítulo “O discurso em Dostoiévski” porque temos em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da Linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela Linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por este motivo as nossas análises subsequentes não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas

na Metalinguística, subentendendo-a como um estudo – ainda não-constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da Linguística. As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a Linguística e devem aplicar os seus resultados. A Linguística e a Metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se. Na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência. (BAKHTIN, 1929/2005, p.181)

Mais do que sua proposta de uma “análise” dialógica do discurso, chama atenção, nas palavras de Bakhtin, o fato de que, mesmo não inserindo seus estudos no campo da Linguística propriamente dita, o autor sugere que as pesquisas metalinguísticas/translinguísticas, dentre as quais situa suas análises, não podem ignorar os resultados da Linguística, ou seja, o teórico russo não descarta os fundamentos linguísticos, mesmo trabalhando com a linguagem em uso, objeto inimaginável no interior da Linguística de base estruturalista, que predominava à época.

É interessante essa ressalva de Bakhtin com respeito aos resultados da Linguística, uma vez que sua análise toma o exterior linguístico como aspecto a ser considerado nos estudos que têm como matéria-prima a linguagem. Dizendo de outro modo, Bakhtin propõe uma aproximação teórica, pois, mesmo defendendo uma abordagem dialógica do discurso, sugere que se apliquem resultados conseguidos num referencial teórico distinto de seu posto de observação, os resultados da Linguística.

Ora, o que Bakhtin parece querer explicitar é que se o discurso (ou a língua em sua integridade concreta e viva) não pode ser estudado de forma exclusivamente interna, numa perspectiva unicamente intralinguística, tampouco pode prescindir dela, uma vez que as relações dialógicas

[...] são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irreduzíveis a estas e têm especificidade própria. Para tornarem-se dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, passar para outro

campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa. (BAKHTIN, 1929/2005, p. 184)

Bakhtin trabalha, então, com a noção de discurso como campo de manifestação das relações dialógicas, mas também admite a idéia de que, apesar de não poder ser entendido como objeto inteiramente linguístico, o discurso não é um objeto exclusivamente social.

Entende-se, dessa forma, que Bakhtin tanto leva em conta, para conceber e estudar a linguagem, aspectos contextuais e, portanto, que não estão internamente inseridos na língua, uma vez que, para ele, *as relações dialógicas são extralinguísticas*, como reconhece a legitimidade do estudo propriamente linguístico cujos resultados devem ser “aproveitados na análise dialógica”. A respeito dessa proposta de estudo de Bakhtin, Brait (2006, p. 13) declara:

O enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em conta, portanto, as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralinguístico aí incluído. O trabalho metodológico, analítico e interpretativo com textos/discursos se dá [...] herdando da Linguística a possibilidade de esmiuçar campos semânticos, descrever e analisar micro e macroorganizações sintáticas, reconhecer, recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o(s) discurso(s) e indiciam sua heterogeneidade constitutiva, assim como a dos sujeitos aí instalados.

De qualquer modo, o que não se pode negar, é que, considerando fatores externos ou internos à língua, o que interessa ao teórico russo é a constituição dialógica do discurso. E, é necessário admitir que, instituindo o dialogismo como princípio constitutivo da linguagem, Bakhtin engendrou uma nova maneira de estudar o discurso, abrindo espaço para a consideração da voz alheia, do *outro* que perpassa inevitavelmente o discurso do *eu* e, desse modo, contribuiu de forma imensurável para o encaminhamento de diversos estudos linguísticos que passaram a levar em conta o caráter dialógico da linguagem.

3. DUCROT E O DIALOGISMO BAKHTINIANO

De acordo com Bakhtin, a Linguística não poderia desempenhar com êxito a tarefa de estudar a linguagem levando em conta sua constituição dialógica, uma vez que fatores extralinguísticos deveriam ser levados em conta para o desenvolvimento desse estudo. Todavia, contrariando as hipóteses do introdutor do princípio dialógico no campo da linguagem, Oswald Ducrot, inspirado no princípio dialógico de Bakhtin, desenvolveu uma teoria polifônica da enunciação, tomando por base traços linguísticos do enunciado.

O linguista francês, que tem raízes epistemológicas fincadas no estruturalismo saussuriano, entendeu que é possível haver mais de um sujeito em um discurso, como asseverava Bakhtin e, mais do que isso, afirmou ser perfeitamente possível estarem presentes em um único enunciado vários sujeitos. Desse modo, Ducrot desenvolveu a noção bakhtiniana de polifonia dentro do campo teórico da Linguística.

O conceito de polifonia está presente na teoria de Ducrot desde suas primeiras obras, especificamente, desde *Les Mots du Discours* (1980). Nessa época, o teórico distinguia dois tipos de sujeito, o locutor e os enunciadorees, sendo que o primeiro era entendido como o responsável pelo que é dito e os últimos como os autores dos atos ilocutórios.

De fato, desde que começou a trabalhar com a noção de atos ilocutórios, a teoria de Ducrot já aponta para uma perspectiva interativa, uma vez que, para ele, os atos ilocutórios são entendidos como atos jurídicos, já que, ao serem produzidos, criam, para o interlocutor, uma obrigação socialmente normatizada. Assim, uma pergunta, por exemplo, obriga a produção de uma resposta, ou, ainda, uma ordem, obriga a execução do que foi ordenado. É, então, notável, nessa concepção de ato jurídico, um direcionamento interativo, visto que sempre há, na produção desse tipo de ato, uma interação entre indivíduos distintos, uma interação entre o produtor e o destinatário do referido ato.

Com o desenvolvimento de seus estudos, porém, Ducrot reformula suas concepções, e desloca o foco de interesse que estava na questão

interacional, como tratada na noção de ato jurídico, para um estudo semântico no interior do enunciado, a fim de investigar as vozes aí presentes.

A noção de locutor, então, é ampliada, e duas subdivisões são estabelecidas no interior dessa noção: o locutor enquanto responsável pela enunciação (*L*) e o locutor enquanto ser do mundo (λ), como melhor explica o próprio autor:

L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa “completa”, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que *L* e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado, e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante [...]. (DUCROT, 1984/1987, p. 188)

A concepção de enunciadores também sofreu alterações no desenvolvimento da teoria polifônica de Ducrot. Esses sujeitos não são mais caracterizados como sendo os autores dos atos ilocutórios, até mesmo porque, nesse momento de suas formulações, Ducrot (1984/1987) entende que os enunciadores não expressam palavras, mas são vozes implícitas que expressam pontos de vista, os quais são organizados pelo locutor. A respeito dessa reformulação de conceitos desenvolvida por Ducrot, Barbisan e Teixeira (2002) declaram:

Na concepção de 1984, o autor diz que as vozes veiculadas através da enunciação expressam pontos de vista que o locutor organiza para identificar-se com os mesmos ou para se opor a eles. Essas vozes não são explicitadas. Sua existência é decorrente da imagem que delas oferece a enunciação produzida por [*L*]. Os enunciadores são seres considerados com se expressando através da enunciação, sem que para tanto lhe sejam atribuídas palavras precisas. Diz-se que eles *falam*, mas somente no sentido em que a enunciação expressa seu ponto de vista, sua posição, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. Portanto, eles não podem produzir atos ilocutórios. (BARBISAN; TEIXEIRA, 2002, p. 168)

Desse modo, entende-se que Ducrot reformula suas concepções e deixa mais clara a distinção entre locutores e enunciadore, uma vez que atribui a esses últimos a propriedade de veicularem pontos de vista diversos, mas não de produzirem efetivamente palavras.

Parece óbvio que esse desdobramento de interlocutores postulado por Ducrot tornou possível estudar o fenômeno polifônico à luz da Linguística, entretanto, para isso, o conceito de Linguística teve que incluir uma visão dialógica da linguagem, ou seja, o trabalho desenvolvido pelo teórico francês trabalha de fato com a língua, não se prendendo a aspectos exteriores, mas considera a alteridade como fator constitutivo da atividade linguística.

Levando, então, em conta a pluralidade enunciativa, Ducrot lança um novo olhar sobre temas como a pressuposição, o estudo da negação, da ironia, da argumentação, dentre outros. E, pode-se dizer que é analisando tais temas por um aspecto dialógico que Ducrot percebe que ao dar voz a diferentes enunciadore, o locutor pode assumir posições distintas com relação a esses pontos de vista expressos no enunciado. A respeito dessas posições, Barbisan e Teixeira (2002, p.170), baseadas nos postulados ducrotianos, afirmam:

Há três posições possíveis: aquela em que o locutor se identifica com um dos enunciadore, como é o caso da asserção; aquela em que ele o aprova, como no exemplo da pressuposição; finalmente aquela em que há oposição entre locutor e enunciadore, como acontece no humor.

Entretanto, o posicionamento assumido por *L* depende, segundo Ducrot, das intenções do locutor, o qual tanto pode organizar perspectivas diferentes a fim de reforçar sua posição, dando, assim, voz a certo ponto de vista a fim de mostrar sua falibilidade, por exemplo; como pode fazer ouvir uma voz que representa certo grupo ou classe social com a qual concorda. Entende-se que, nesse ponto, Ducrot está muito próximo do dialogismo bakhtiniano, só que de um dialogismo perscrutado “de dentro”, enquanto o de Bakhtin é perscrutado “de fora”. Contudo, fica a questão: é viável distinguir, nos atuais estudos de linguagem, o que é “de dentro” e o que é “de fora”?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entrelaçamento de aspectos intralinguísticos e extralinguísticos tem sido uma perspectiva frequente nos atuais estudos de linguagem, visto que, buscando investigar cada vez mais profunda e audaciosamente, a fim de abranger o maior número de sentidos possíveis em um texto, linguistas e outros estudiosos da linguagem têm lançado um olhar atento tanto para a forma linguística, quanto para aspectos que, apontados pela própria língua, são externos ao texto, como contexto enunciativo e história, dentre outros.

Estando Bakhtin e Ducrot situados em postos teóricos, à primeira vista, opostos, o presente texto buscou explicitar o fato de que, mesmo priorizando um trabalho que aproveita fatores extralinguísticos, tais como cultura, história, ideologia, contexto social, etc., o pensador russo admite o aproveitamento de aspectos estritamente linguísticos para o desenvolvimento de um estudo cuja matéria-prima é a linguagem. E, de igual modo, o linguista francês, apesar de deixar claro que emprende um estudo especificamente centrado na língua, também abre espaço para uma questão impensável nos moldes da Linguística *stricto sensu*: a polifonia

O que este breve estudo buscou apresentar, portanto, foi o fato de que a teoria do dialogismo de Bakhtin e a teoria polifônica de Ducrot podem ser trabalhadas de forma conjunta, visto que há, entre elas, pontos de contato que permitem tal aproximação. É certo, porém, que há diferenças notáveis entre as mesmas, contudo é possível identificar traços comuns que as tornam assimiláveis, o que permite a asserção de que ambas podem ser convocadas com proveito para que estudos linguísticos atinjam um maior grau de explicação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud et al. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 196p.

_____. (1929). *Problemas da poética de Dostoievski*. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 181 – 275.

_____. (1979). *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476 p.

BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. *Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot*. In: *Organon*, Porto Alegre, v. 16, n. 32/33, p. 161-180, 2002.

BARROS, D. L. P. de. *Dialogismo, polifonia e enunciação*. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L.(Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 1-9.

BRAIT, B. *Análise e teoria do discurso*. In: _____. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-31.

DUCROT, O. et al. *Les mots du discours*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980. 241 p.

_____. (1984) *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161-218.

A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO IR E A VARIAÇÃO DE FORMAS PARA EXPRESSAR O FUTURO DO PRESENTE: UMA FOTOGRAFIA CAPIXABA

Marcela Langa Lacerda Bragança

RESUMO

Esta pesquisa verifica o estágio do processo de gramaticalização do verbo IR, que tem assumido a função de auxiliar em construções perifrásticas para expressar tempo. Para isso, investiga-se a variação entre as formas sintética e perifrástica com IR para expressão do futuro do presente. Temos por hipótese que a forma perifrástica já atinge todos os gêneros das duas modalidades da língua, uma vez que já se especializou para codificar tempo. São examinados dois gêneros, tomando-os como prototípicos do contínuo oral/escrito: entrevistas com informantes universitários e editoriais de jornal. Partindo de uma orientação teórica Funcionalista, num quadro mais geral, concebe-se a língua como flexível ao uso, passível de influências cognitivas, sociais e também individuais, embora haja nela forças que atuam no sentido de regularizar a estrutura. Seguindo algumas pesquisas que têm se mostrado frutíferas, o modelo funcionalista estará em diálogo com outro modelo que procura dar conta da heterogeneidade estruturada da língua e de seus processos de mudança: a Teoria Variacionista. Num quadro mais específico, os fundamentos que orientam a pesquisa são os da Gramaticalização. Os dados extraídos dos gêneros selecionados serão submetidos ao programa computacional GOLDVARB 2001 e, em seguida, interpretados à luz das teorias linguísticas que fundamentam esta pesquisa.

Palavras-chave: Funcionalismo, Variação, Verbo IR.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende analisar o processo de gramaticalização do verbo IR e a variação entre as formas *sintética* e *perifrástica com IR* para a expressão do futuro do presente.

Sobre a gramaticalização de IR, convocaremos a discussão sobre a mudança estrutural (verbo principal – verbo auxiliar) e semântica (espaço – tempo) desse verbo. Sobre a variação entre as formas para expressar o futuro do presente, investigaremos a modalidade oral e a escrita da língua a fim de identificar os fatores que motivam o uso de uma forma ou de outra nesses contextos.

Como representantes das modalidades da língua, dois gêneros foram selecionados: *entrevistas*, representando a modalidade oral, e *editorial* de jornal, representando a modalidade escrita. As entrevistas compõem o banco de dados do projeto “O português falado na cidade de Vitória”, desenvolvido pela Universidade Federal do Espírito Santo. Os editoriais, do ano de 2006, são retirados do jornal *A Gazeta*, publicado no Estado do Espírito Santo.

O cerne desta pesquisa, portanto, é a comunidade capixaba, considerando os falantes com maior grau de educação formal, a partir de dois gêneros prototípicos das duas modalidades.

OBJETO

Consideraremos, num quadro mais geral, duas possibilidades para a expressão de futuro do presente: forma conservadora ou sintética (cantarei) e forma inovadora ou perifrástica (vou cantar/irei cantar).

Inicialmente com noção espacial (Vou à faculdade), uma mudança semântica provoca um rearranjo estrutural na cadeia linguística, e IR passa a funcionar contiguamente a outro verbo. Cristalizado nessa posição, a construção tem se especializado para expressar tempo (Vou sair), uma noção mais gramatical.

Estamos, assim, lidando, concomitantemente, com dois processos distintos, mas que se entrecruzam: a gramaticalização de IR para codificar tempo, e a implementação da construção perifrástica com IR para expressar o futuro do presente.

Mais especificamente, analisaremos três formas: (1) a sintética, (2) a perifrástica com IR no presente e (3) a perifrástica com IR no futuro. As formas aqui analisadas são representadas a seguir:

- (1) Deputados que não comparecerem hoje à sessão da Câmara terão o ponto cortado. (Editorial, 13 de fevereiro de 2006).
- (2) (Sobre anabolizantes) – Cê vai começar a malhar e não vai tomar nada. (Cel. 37, Mulher universitária).
- (3) (Sobre Lula declarar que não cumpre a lei eleitoral e faz campanha 365 dias por ano) – Na direção do PFL alardeia-se que o partido irá apelar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (Editorial, 24 de fevereiro de 2006).

O embasamento teórico para o estudo do fenômeno assenta-se em considerações advindas de dois modelos: Sociolinguística Variacionista, que entende que a variação não é aleatória nem arbitrária, mas é resultado de usos sistemáticos e regulares (Labov, 1983, p. 30); e Funcionalismo, que defende a relação entre gramática e uso (Traugott e Dasher, 2005, p. 6), sendo as formas motivadas de acordo com as funções comunicativas que exercem.

Se para os sociolinguistas a língua reflete a realidade, no sentido de que há uma correlação entre as variações linguísticas e as diferenças sociais, para os funcionalistas

[...] a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura linguística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou das propriedades da mente humana (CUNHA *et al.*, 2003, p. 30).

Visto por esse prisma, podemos inferir que as formas para a expressão de futuro do presente são motivadas por fatores diversos, sendo alguns deles aqui investigados.

Ao longo da pesquisa, identificaremos as formas *sintética*, *perifrástica com IR no presente* e *perifrástica com IR no futuro* como S, P e F, respectivamente.

METODOLOGIA

As 46 células do banco de dados do projeto “O português falado na cidade de Vitória”, com entrevistas do tipo *semidirigida*, proporcionaram a coleta de dados que caracterizaram a fala natural ou espontânea.

Desses dados, selecionamos apenas as relativas aos informantes universitários, totalizando 12 entrevistas. Temos por hipótese que as ações normatizadoras da escola não bloqueiam a forma nova (perifrástica), uma vez que não parece haver estigma sobre ela e isso faz com que se implemente na língua portuguesa, começando pela oralidade até atingir os contextos mais formais da escrita.

Em busca da confirmação desta hipótese, selecionamos, então, o segundo gênero a ser analisado, que são editoriais de jornais. Esse gênero, representativo da modalidade escrita, caracteriza-se pela seleção de estruturas condizentes com a variedade padrão da língua. Nesse procedimento, não só os níveis lexical, morfosintático e semântico são filtrados, mas todas as escolhas discursivas parecem passar pelo crivo da homogeneização da variedade padrão. Temos, portanto, dois pólos do continuum oral/escrito para a análise da expressão de futuro: na oralidade, temos a expressão de futuro selecionada por informantes universitários em contextos orais informais; na escrita, temos o contexto formal expresso pelos editoriais.

Mantendo o interesse de investigar a comunidade capixaba, selecionamos os editoriais publicados no jornal capixaba *A Gazeta*, durante todo o ano de 2006. Esse jornal é o mais tradicional do Estado do Espírito Santo, tendo sua primeira publicação em 11 de setembro de 1928.

A partir da análise dos corpora acima, esperamos obter um número significativo de dados, requisito para uma análise segundo os procedimentos metodológicos da Sociolinguística Variacionista na investigação da sistematicidade no uso das formas analisadas.

Yacovenco (2002, p. 107) considera que esse tipo de pesquisa

baseia-se em dados controlados, que refletem a sistematicidade da estrutura linguística e evita a análise de casos isolados, e se fundamenta, também, na quantificação dos dados, que decorre do pressuposto de que o uso de determinada forma linguística reflete diferentes atualizações das regras variáveis.

Dessa forma, os dados coletados nos dois gêneros analisados serão submetidos à codificação. Para a análise estatística dos dados, utilizaremos o aplicativo Goldvarb 2001, que faz um estudo multivariacional a partir de cálculos estatísticos e probabilísticos (Scherre, 1996).

ANÁLISE

A pesquisa considerou um total de 1.182 dados, sendo 827 ocorrências de futuro do presente no gênero escrito e 355 ocorrências no gênero da oralidade. As formas pesquisadas encontram-se assim distribuídas nos gêneros:

Tabela 1: Distribuição geral das formas analisadas nos *corpora*.

Variantes	Gêneros	
	Editorial	Entrevistas
Forma Sintética	622 (75,21%)	4 (1,12%)
Forma perifrástica - IR no futuro	124 (15%)	1 (0,38%)
Forma perifrástica - IR no presente	81 (9,79%)	350 (98,5%)
Total	827 (100%)	355 (100%)

Os resultados acima sugerem que, na escrita formal, a forma sintética é mais frequente (75,21%) e, em percentuais bem menores (15%), a forma perifrástica com IR no futuro é a que ocupa a segunda posição em frequência de ocorrência. A forma *perífrase com IR no presente* aparece em percentuais baixos, embora consideráveis (9,79%).

Nas entrevistas, a forma sintética apresenta índices apenas residuais (1,12%); a forma perifrástica com IR no presente é a mais frequente (98,5%), e a forma perifrástica com IR no futuro é fortemente inibida nesse contexto.

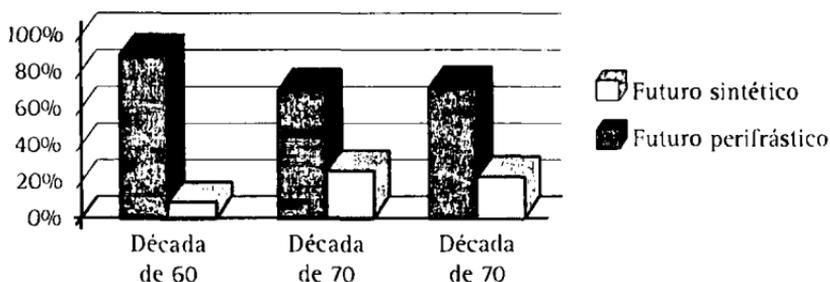
Por esses resultados, confirmando nossa hipótese, observamos que a perífrase é favorecida em textos mais informais e a forma sintética ainda predomina em contextos mais formais.

Já em relação aos editoriais, embora a morfologia de prestígio, a da forma sintética, seja a preferida nesse gênero, a diferença entre os valores percentuais de ocorrência de F e de P não é tão distante (apenas 5,11%).

Por isso, se amalgamarmos, nos dois gêneros, as ocorrências perifrásticas e compararmos esse percentual com as ocorrências de forma sintética, é possível verificar que, se nas entrevistas o percentual de ocorrência da variante perifrástica quase não se altera (passa de 98,02% para 98,87% dos dados), nos editoriais ele se eleva para 24,6%.

Comparando nossos resultados de frequência de ocorrência das formas sintética e perifrástica com os resultados de Oliveira (2006, p. 153), que analisou essas mesmas formas em editoriais da década de 70 e de 90, é possível perceber a evolução do ingresso da forma nova na variedade padrão. O gráfico 1 ilustra a comparação:

Gráfico 1: Comparação dos resultados da frequência de ocorrência de forma perifrástica e sintética nos editoriais da década de 70, 90 e do ano de 2006.



Os resultados acima sugerem que, da década de 70 para a de 90, a forma nova teve um acentuado ingresso nos editoriais. De 90 para o ano de 2006, no entanto, os índices das duas formas praticamente se mantiveram.

É preciso considerar, porém, que o espaço de tempo de 70 a 90 é maior que de 90 para o ano de 2006 e que as mudanças sociais nesse primeiro intervalo podem ter sido mais significativas, o que justificaria também o ingresso da forma nova de maneira mais acentuada nos editoriais.

Destacando a importância da frequência das formas, retomamos Bybee (2003), que considera a *frequência* um fator que exerce papel fundamental no processo de gramaticalização.

A linguista destaca que para os planos morfológico e sintático a forma mais frequente torna-se a forma não-marcada e, por isso, mais resistente à mudança, pois seu processamento é imediato, automático, representando menos esforço cognitivo.

Para o plano fonológico, no entanto, o item mais frequente está mais sujeito a desgastes, a mudanças. Como nossa análise contempla dados das duas

modalidades, pode ser que muitas diferenças encontradas na implementação dessa forma nova na oralidade e na escrita se deva a esse aspecto.

E nosso estudo constatamos que o futuro sintético é menos frequente, logo marcado, na modalidade oral. Entretanto, na modalidade escrita a situação é invertida: a forma perifrástica é menos frequente. Percebemos, então, que é preciso considerar a modalidade da língua e os gêneros para definir as formas mais ou menos frequentes.

Assim, é preciso entender que o funcionamento de uma estrutura linguística pode ser motivado pela própria estrutura do gênero em que aparece. Em relação às formas analisadas, concluímos que, enquanto nos editoriais a forma marcada é a perifrástica e a não-marcada a sintética, nas entrevistas ocorre o contrário, a forma marcada é a sintética e a não-marcada a perifrástica.

Uma explicação para a possível resistência encontrada no editorial quanto à forma inovadora seria a relativa estabilidade dos gêneros. Conforme define Marcuschi (2005, p. 29),

Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares.

Por esse motivo a forma mais conservadora apresenta-se arraigada nesse gênero representativo do polo mais à direita do *continuun* oral/escrito.

Outro motivo da resistência pode ser o gênero analisado. Para Mollica (2006, p. 05)

variantes inovadoras “preferem” textos, digamos, “mais vulneráveis” que, no *continuun* fala/escrita, carregam traços de oralidade em função de características de gêneros discursivo e de nível de formalidade discursiva assim como de tipo de veículo de informação.

Um dos objetivos desta pesquisa era verificar o grau de gramaticalização de IR na construção perifrástica, com a hipótese de que quanto mais gramaticalizado, mais a perífrase concorreria com a forma sintética,

atingido seus contextos mais canônicos. Por isso escolhemos o editorial como representante desse grupo.

Afirmamos, entretanto, não que o editorial seja a “porta de entrada” para a forma perifrástica nos textos escritos, visto que, como considerou a autora acima, as formas inovadoras devem atingir primeiramente os gêneros híbridos, mais suscetíveis a influências da oralidade.

Essas considerações foram gerais e a partir de agora especificaremos cada grupo de fatores e seus resultados. O primeiro que consideraremos, abaixo, será *perífrase com verbo modal*.

1. *Perífrase com verbo modal*

A consideração dos verbos modais em nossa pesquisa se faz necessária pelo fato de o futuro verbal, relacionado ao *irrealis*, requerer modalização, já que o falante apenas pode projetar sua expectativa para os fatos que vão acontecer. O traço [modalidade] estará, portanto, presente nas construções de futuro, ora mais perceptível, ora mais implicitamente.

A forma mais frequente nos editoriais para futuro do presente, a sintética, não apresenta esse traço, a não ser quando a tomamos historicamente. A forma perifrástica, apesar de ser uma estrutura que emerge da necessidade de evidenciar modalidade, parece seguir o mesmo rumo, ou seja, o de ter cada vez mais implicitamente a modalidade à medida em que se gramaticaliza.

Os dados da pesquisa nos levaram a inferir que a forma perifrástica migra para os textos mais formais da escrita após adquirir, na oralidade, um matiz mais temporal, daí o traço modal estar, mais uma vez, a exemplo do que ocorre com a forma sintética, implícito.

Apesar disso, não podemos dizer que, no contexto da escrita, a forma está totalmente gramaticalizada na função temporal, como ocorre com a forma sintética. Uma prova disso parece ser o fato de não termos nenhuma ocorrência **vai ir* nos editoriais, construção fortemente inibida em contextos mais formais.

Considerando, no entanto, que, como a perífrase não está totalmente gramaticalizada para a noção temporal, construções perifrásticas com matiz modal nos editoriais não nos surpreendem.

Aliás, tomamos por hipótese que são nesses contextos em que o produtor do editorial assume, menos veladamente, seu ponto vista, que a construção perifrástica encontra a possibilidade de migrar para esses textos mais formais.

Outro motivo para considerarmos que a perífrase não exerce apenas função temporal nos editoriais é o comportamento dos verbos modais, uma vez que esses auxiliares também rejeitam fortemente “unirem-se” ao verbo IR, na estrutura IR + modal + verbo principal.

2. Extensão lexical do verbo principal

Costa (2003, p.102) observou que o uso da forma perifrástica, relativa ao futuro do pretérito, é favorecido quando o verbo principal possui três ou mais sílabas, pois, ao utilizar a perífrase, o falante distribui o peso fonológico de um vocábulo muito extenso.

Seguindo o que essa pesquisadora constatou, nossa hipótese é a de que quanto maior a extensão lexical do verbo principal, mais o uso da forma perifrástica será favorecido. Verbos de uma ou duas sílabas, ao contrário, tendem a manter a forma sintética.

2.1 - Resultados

Considerando a frequência de ocorrência dos verbos de uma, duas e três ou mais sílabas nos dados da oralidade, temos o seguinte resultado:

Tabela 4: Frequência de ocorrência de construções perifrásticas nas entrevistas, considerando o grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL DO VERBO PRINCIPAL.

FATORES	Aplicação	Freq. (%)
1 sílaba	79	23%
2 sílabas	187	52%
3 ou + sílabas	89	25%
Total	350	100%

A maior frequência de ocorrência nas entrevistas foi com verbos de duas sílabas (52%), seguido dos verbos de 3 sílabas (25%) e, por último, verbos de 1 sílaba (23%).

Como a diferença percentual entre os verbos de 1 e 3 sílabas não foi muito significativa (2%), atribuímos aos verbos de duas sílabas o ambiente mais favorável para se espalhar nessa modalidade.

Já em relação aos editoriais, os resultados para esse grupo de fatores são:

Tabela 5: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL na escolha das variantes de futuro do presente nos editoriais.

Fatores	1 Sílaba		2 Sílabas		3 ou + Sílabas	
	Aplic./total	Freq.	Aplic./total	Freq.	Aplic./total	Freq.
S	265/306	86%	156/206	75%	200/315	63%
P	11/306	5%	23/206	12%	47/315	15%
F	30/306	9%	27/206	13%	68/315	22%

A partir da tabela acima, é possível perceber que, confirmando nossa hipótese, verbos de maior extensão lexical favorecem o uso da forma perifrástica, enquanto verbos menos extensos favorecem o uso da forma sintética.

Assim como ocorreu a implementação da forma perifrástica nos gêneros orais, os gêneros escritos e mais formais parecem já ter sido atingidos nos níveis mais “inacessíveis”, já que até os verbos gramaticais (*ser*, *estar*) estão “funcionando” nos textos de acordo com o modelo do novo paradigma:

(39) Agora, a extinção do subteto de R\$ 22.111,25 mensais para os promotores e a equiparação salarial aos ministros do STF, no valor de R\$ 24.500, vai ser contestada judicialmente (Editorial, 06 de dezembro de 2006).

O fator *extensão lexical* foi selecionado pelo *Goldvarb* para a ocorrência de perífrase no futuro, conforme verificamos com os seguintes resultados:

Tabela 7: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL, nos editoriais, para a escolha de perífrase com IR no futuro

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
1 sílaba	30/306	9%	.50
2 sílabas	27/206	13%	.35
3 ou + sílabas	68/315	21%	.59

A partir da tabela acima, podemos comprovar que, para a escolha de perífrase no futuro, esse fator exerce grande influência, conforme assegura o peso relativo de .59 com os verbos mais extensos. Já os verbos de duas sílabas desfavorecem o uso dessa forma na escrita e os de uma sílaba parecem não exercer efeito sobre a escolha.

3. Paradigma verbal

Temos por hipótese que, para este fator, a forma perifrástica, ao encaminhar-se para ocupar o lugar da forma sintética para expressar o futuro do presente, atinge primeiramente os verbos regulares e só posteriormente os irregulares (Oliveira, 2006, p. 116).

3.1 - Resultados

Para as entrevistas, a frequências de ocorrência da forma perifrástica considerando esse grupo de fatores foi de:

Tabela 8: Frequência de ocorrência de construções perifrásticas nas entrevistas, considerando o grupo de fatores PARADIGMA VERBAL.

FATORES	Aplicação	Freq. (%)
Regular	237	67%
Irregular	118	33%
TOTAL	355	100%

Por esses dados, os verbos regulares são mais frequentes na oralidade (67%) e, portanto, são por eles que, provavelmente, a mudança tenha começado

a ocorrer. Os verbos irregulares, por sua vez, são menos numerosos, sendo os mais frequentes *ser, ter, vir, fazer, querer, dizer, dar e ver*.

O nível fonológico também parece ser importante aqui, pois a alta frequência de verbos regulares e a recorrência de poucos verbos irregulares na oralidade pode ter facilitado a mudança morfossintática nos dois grupos de verbos, permitindo a consolidação da forma nova nessa modalidade.

Em relação aos dados dos editoriais, esse grupo de fatores foi selecionado pelo programa *Goldvarb* para a ocorrência de perífrase no presente e de forma sintética. Os resultados, abaixo, também confirmam a hipótese de que verbos regulares favorecem o uso da forma nova, enquanto os irregulares são mais resistentes:

Tabela 9: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de perífrase com IR no presente

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Regular	66/450	14%	.65
Irregular	15/377	3%	.34

Conforme a distribuição dos dados acima, os verbos irregulares são mais resistentes à forma de futuro perifrástico, já que, num total de 377 ocorrências, apenas 15 são com a forma nova.

Embora a frequência da forma sintética tenha sido maior que a da perifrástica, notamos que o peso relativo marca o paradigma dos verbos regulares como o contexto mais favorável para o uso da perífrase com o verbo IR no presente, conforme o índice de .65 exposto.

Conforme podemos observar nos pesos relativos da tabela abaixo, verbos irregulares preservam a forma mais conservadora na escrita:

Tabela 10: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de forma sintética

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Regular	297/450	66%	.43
Irregular	324/377	85%	.58

Mollica (2006), ao trabalhar com “processos sintáticos que migram da fala para a escrita”, ressalta a influência de “filtros” normativos que podem impedir a exportação dessas marcas.

A formalidade do editorial, a tradição de seu modo de construção e a força conservadora da escrita podem ser consideradas condições que retardam a definitiva mudança nesse paradigma verbal. Apesar disso, a autora observa que filtros impeditivos ao processo de mudança podem apresentar “grau razoável de falibilidade” (Molica, 2006, p. 167).

4. Conjugação verbal

Conforme definido na Gramática Tradicional, os verbos são classificados em 1ª (os terminados em -ar), 2ª (terminados em -er e -or) e 3ª (terminados em -ir) conjugação. Os mais recorrentes na língua portuguesa são os de 1ª conjugação. Assim, a exemplo da hipótese do fator anterior, esperamos que a forma perifrástica atinja primeiramente os verbos mais abundantes e, gradativamente, os de 2ª e 3ª conjugação (Tesch, 2007, p. 91).

4.1 - Resultados

Embora esse grupo de fatores não tenha sido selecionado como relevante pelo programa computacional *Goldvarb*, os resultados percentuais estão relacionados abaixo.

Tabela 13: Influência do grupo CONJUGAÇÃO VERBAL na escolha da forma de futuro do presente nos editoriais.

Fatores	1ª Conjugação		2ª Conjugação		3ª Conjugação	
	Aplic./total	Freq.	Aplic./total	Freq.	Aplic./total	Freq.
S	206/295	70%	341/414	82%	74/118	63%
P	40/295	14%	26/414	7%	15/118	13%
F	49/295	16%	47/414	11%	29/118	24%

Conforme nossa hipótese, os dados dos editoriais comprovam que a forma nova é favorecida por verbos da 1ª conjugação, apesar de a diferença percentual entre a forma perifrástica no presente na 1ª conjugação (14%) e na 3ª (13%) não ser significativa (apenas 2%).

Para a escolha de perífrase no futuro, o maior percentual esteve com os verbos da 3ª conjugação (24%). Ao investigarmos o porquê dessa alta frequência, notamos que grande parte dessas ocorrências era composta por auxiliares modais (*deverá* atingir, *poderão* aderir), sendo, portanto, o alto índice de F, com verbos dessa conjugação, atribuído ao verbo auxiliar das construções e não aos principais.

Com os verbos de 2ª conjugação, as formas perifrásticas no presente e no futuro tiveram uma queda considerável, pois, como vimos, entre eles estão os verbos *ter* e *ser* que tendem a ser resistentes à forma nova. A alta frequência desses dois verbos também pode ter provocado o maior percentual de ocorrência de S entre os verbos de 2ª conjugação (82%).

Confirmando o que esperávamos, os dados das entrevistas demonstram que os verbos mais frequentes são os de primeira conjugação, seguidos dos de segunda e, por último, os de terceira:

Tabela 14: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator CONJUGAÇÃO VERBAL

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
1ª conjugação	220	62%
2ª conjugação	108	30%
3ª conjugação	27	8%
Total	355	100%

A implementação da forma nova na oralidade parece ter seguido também esse rumo, atingindo primeiramente os verbos mais abundantes.

5. Natureza semântica do verbo principal

“A tarefa de se estabelecer categorias semânticas de verbos é sempre complexa” (Costa, 2003, p. 95). Dentre as diversas classificações que poderíamos adotar, escolhemos nesta pesquisa a dos linguistas Vilela e Koch (2001, p. 66 - 67) pela preocupação/intenção dos teóricos em considerar a gramática um arcabouço que contempla questões que vão

da palavra ao discurso. A pesquisa considerou a seguinte classificação: 1) Verbos de ação/atividade; 2) Verbos de processo; 3) Verbos de estado.

A hipótese que adotamos é a de que os verbos são gradativamente atingidos pela forma nova, começando pelos verbos que denotam ação/atividade, passando pelos verbos de processo até atingir os de estado.

5.1 - Resultados

Os resultados das entrevistas foram os seguintes:

Tabela 16: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO PRINCIPAL

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
Ação/Atividade	227	64%
Processo	34	10%
Estado	94	26%
Total	355	100%

A tabela acima demonstra que os verbos mais frequentes na oralidade são os de ação (64%). Em segundo lugar, ocorreu um alto índice de verbos de estado, sendo muito recorrente os verbos *ficar*, *ser*, *ter*. Os verbos que denotam processo foram os mais variados, mas também os menos frequentes nessa amostra.

Se verbos de ação são mais frequentes, talvez seja por eles que a forma nova tenha implementado na oralidade. Os verbos de estado, ocupando segunda posição na frequência de ocorrência, podem ter sido atingidos antes dos de processo, embora nossa pesquisa não tenha pretensão de assegurar esse dado.

Em relação aos dados dos editoriais, embora esse fator não tenha sido selecionado pelo programa *Goldvarb*, a frequência de ocorrência das formas apresentou um resultado relevante, pois diferentemente dos dados da oralidade, o menor percentual para a forma perifrástica ocorre com verbos que indicam estado, e não processo.

Consideramos, porém, que esse dado não contraria nossa hipótese, pois ainda assim sugere que, na construção em que há forma sintética, a presença de outras marcas para codificar o futuro, além da morfologia verbal, torna-se redundante.

Já para as entrevistas, os percentuais de frequência de ocorrência da forma nova em relação a cada fator desse grupo sugerem que a perífrase com IR está bem gramaticalizada, pois 66% das ocorrências já não possuem outras marcas de futuro. Os percentuais estão abaixo descritos.

Tabela 21: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO.

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
Presença de advérbio	33	9%
Presença de oração temporal	7	2%
Presença discursiva	81	23%
Ausência de marca	234	66%
Total	355	100%

Assim como a forma sintética, a perifrástica, na oralidade, assegura a expressão de futuro em contextos com *presença* discursiva de outras marcas. Nos contextos em que há *presença de advérbio* ou de *oração temporal*, no entanto, a frequência de perífrase diminui consideravelmente (9% e 2%, respectivamente), confirmando a especialização da forma nova na oralidade para expressar tempo.

7. Paralelismo

O fator *paralelismo* é um dos que mais têm motivado o uso de uma forma linguística quando falamos em expressão de futuro. A influência desse fator tem sido tão notória em diversas pesquisas que ele passou a ser tratado como um *princípio* linguístico, o que significa que pode ser um mecanismo universal no processamento da linguagem.

Esse fator, ou princípio, consiste em uma “tendência à repetição de uma forma anteriormente utilizada” (Omena, 2003, p. 65). Assim, já adaptando à nossa pesquisa, uma ocorrência da forma perifrástica desencadearia outra ocorrência dessa mesma forma e, de igual modo, uma ocorrência da forma sintética desencadearia outra forma sintética. Já as ocorrências isoladas têm sido consideradas, pela literatura linguística, formas “neutras” quanto à escolha de uma forma ou outra.

Os tipos de paralelismo considerados foram: a) Ocorrência isolada; b) Primeira ocorrência de uma série; c) Ocorrência em cadeia precedida de forma sintética; d) Ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica, com IR no presente; e) Ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica com auxiliar no futuro¹.

7.1. Resultados

Na análise geral dos dados dos editoriais, esse grupo de fatores foi selecionado como relevante pelo programa *Goldvarb* apenas para a escolha de P. Apesar disso, consideramos importante também os percentuais de frequência de ocorrência desse grupo de fatores para as ocorrências de S e de F, conforme os resultados abaixo:

Tabela 22: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de forma perifrástica no presente, nos editoriais

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Ocor. isolada	41/376	10%	.54
Primeira ocorrência de uma série	19/171	11%	.55
Ocor. em cadeia precedida de S	14/205	6%	.42
Ocor. em cadeia precedida de P	6/31	19%	.72
Ocor. em cadeia precedida de F	1/44	2%	.17

¹ Nesse mesmo grupo, consideramos também as construções perifrásticas com auxiliares modais. E nas entrevistas, esse paralelismo não ocorreu.

Consideramos, porém, que esse dado não contraria nossa hipótese, pois ainda assim sugere que, na construção em que há forma sintética, a presença de outras marcas para codificar o futuro, além da morfologia verbal, torna-se redundante.

Já para as entrevistas, os percentuais de frequência de ocorrência da forma nova em relação a cada fator desse grupo sugerem que a perífrase com IR está bem gramaticalizada, pois 66% das ocorrências já não possuem outras marcas de futuro. Os percentuais estão abaixo descritos.

Tabela 21: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO.

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
Presença de advérbio	33	9%
Presença de oração temporal	7	2%
Presença discursiva	81	23%
Ausência de marca	234	66%
Total	355	100%

Assim como a forma sintética, a perifrástica, na oralidade, assegura a expressão de futuro em contextos com *presença* discursiva de outras marcas. Nos contextos em que há *presença de advérbio* ou de *oração temporal*, no entanto, a frequência de perífrase diminui consideravelmente (9% e 2%, respectivamente), confirmando a especialização da forma nova na oralidade para expressar tempo.

7. Paralelismo

O fator *paralelismo* é um dos que mais têm motivado o uso de uma forma linguística quando falamos em expressão de futuro. A influência desse fator tem sido tão notória em diversas pesquisas que ele passou a ser tratado como um *princípio* linguístico, o que significa que pode ser um mecanismo universal no processamento da linguagem.

Esse fator, ou princípio, consiste em uma “tendência à repetição de uma forma anteriormente utilizada” (Omena, 2003, p. 65). Assim, já adaptando à nossa pesquisa, uma ocorrência da forma perifrástica desencadearia outra ocorrência dessa mesma forma e, de igual modo, uma ocorrência da forma sintética desencadearia outra forma sintética. Já as ocorrências isoladas têm sido consideradas, pela literatura linguística, formas “neutras” quanto à escolha de uma forma ou outra.

Os tipos de paralelismo considerados foram: a) Ocorrência isolada; b) Primeira ocorrência de uma série; c) Ocorrência em cadeia precedida de forma sintética; d) Ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica, com IR no presente; e) Ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica com auxiliar no futuro¹.

7.1. Resultados

Na análise geral dos dados dos editoriais, esse grupo de fatores foi selecionado como relevante pelo programa *Goldvarb* apenas para a escolha de P. Apesar disso, consideramos importante também os percentuais de frequência de ocorrência desse grupo de fatores para as ocorrências de S e de F, conforme os resultados abaixo:

Tabela 22: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de forma perifrástica no presente, nos editoriais

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Ocor. isolada	41/376	10%	.54
Primeira ocorrência de uma série	19/171	11%	.55
Ocor. em cadeia precedida de S	14/205	6%	.42
Ocor. em cadeia precedida de P	6/31	19%	.72
Ocor. em cadeia precedida de F	1/44	2%	.17

¹ Nesse mesmo grupo, consideramos também as construções perifrásticas com auxiliares modais. E nas entrevistas, esse paralelismo não ocorreu.

Tabela 23: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de forma sintética nos editoriais

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)
Ocor. isolada	275/376	73%
Primeira ocorrência de uma série	130/171	76%
Ocor. em cadeia precedida de S	164/205	80%
Ocor. em cadeia precedida de P	21/31	67%
Ocor. em cadeia precedida de F	31/44	70%

Tabela 24: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de perífrase no futuro nos editoriais

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)
Ocor. isolada	60/376	15%
Primeira ocorrência de uma série	22/171	12%
Ocor. em cadeia precedida de S	27/205	13%
Ocor. em cadeia precedida de P	4/31	12%
Ocor. em cadeia precedida de F	12/44	27%

Os resultados acima confirmam a influência desse fator na escolha das variantes e reforça a hipótese de que o uso de uma forma desencadeada em contexto imediatamente posterior a ocorrência de forma idêntica (S leva a S, P leva a P e F leva a F).

Para a ocorrência de P, por exemplo, o maior peso relativo (.72), conforme a tabela (22), ocorre com o fator *ocorrência em cadeia precedida de P*, comprovando que o paralelismo linguístico é um importante mecanismo para a implementação da forma inovadora.

Talvez possamos afirmar que o espriamento da forma nova em contextos mais resistentes pode ser explicado também por esse fator, pois a partir de um contexto favorável ao longo de um texto (considerando a influência de outros fatores), contextos mais resistentes podem ser afetados pelo processo de mudança graças a esse mecanismo de tendência à manutenção da forma utilizada.

A mudança, a depender dos resultados já obtidos no gênero mais oral analisado, parece caminhar para substituir a forma conservadora por P e não por P e/ou F. Uma prova disso pode ser, além do fato de F inibir a ocorrência de P, a ausência de F nas entrevistas.

A frequência de ocorrência dos fatores desse grupo nas entrevistas é exposta abaixo:

Tabela 25: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator PARALELISMO.

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
Ocorrência isolada	110	31%
Primeira ocorrência de uma série	63	18%
Ocorrência em cadeia precedida de P	182	51%
Total	355	100%

No entanto, é preciso destacar, que

(...) a influência do paralelismo sobre a escolha das variáveis só está relacionada ao aumento de ocorrências de uma ou outra forma na dependência do incremento de uma delas por outros fatores favorecedores, não constituindo, portanto, um condicionamento que acelere ou retarde a mudança diretamente. (OMENA: 2003, p.73)

CONCLUSÃO

Constatamos que as modalidades oral e escrita da língua parecem ter sido atingidas pelo fenômeno da gramaticalização da estrutura perifrástica com IR de formas diferentes.

Nas entrevistas, gênero característico da modalidade oral, não houve variação entre as formas, tendo sido eleita, em (quase) 100% das ocorrências, a forma perifrástica com IR no presente.

Esperávamos que a forma nova estivesse bem arraigada na modalidade oral mais informal, mas não que a variação já tivesse sido eliminada desses contextos. Esse resultado sugere que, nesta modalidade, estamos diante de um caso de mudança (forma simples > forma perifrástica) no paradigma verbal para a expressão do futuro do presente.

Em consequência, o verbo IR aparece bem gramaticalizado nesses ambientes. Se no início do processo surge com matiz mais aspectual (do que vai acontecer) e modal (intenção de fazer algo) para se opor à noção puramente temporal da forma sintética, nas ocorrências aqui analisadas a forma perifrástica encontra-se mais gramaticalizada para expressar tempo, à medida que ocupa os contextos antes favorecidos pela forma conservadora.

Com os resultados da análise dos editoriais, por outro lado, a pesquisa comprovou a preferência do gênero ainda pela forma conservadora. O maior percentual de ocorrência nesse gênero foi o da forma sintética, seguido da forma perifrástica com o auxiliar aparecendo com morfologia de forma sintética.

Contudo, como a frequência da forma inovadora foi considerada significativa nos editoriais (25%), representantes de textos mais formais da modalidade escrita, consideramos, inicialmente, que estávamos diante de uma mudança em progresso.

Ao compararmos nossos resultados com os de Oliveira (2006), no entanto, notamos a necessidade de pesquisas mais amplas, com análise em variados gêneros distribuídos ao longo do *continuun* das modalidades, pois a frequência das formas sintética e perifrástica, nos editoriais, manteve-se quase a mesma da década de 90 até o ano 2006.

Para a escrita, portanto, outras pesquisas devem ser feitas, pois, se de um lado, tendemos a acreditar que ocorrerá também uma mudança na escrita para a expressão de futuro do presente, a exemplo do que ocorre na oralidade e também considerando a frequência da forma nova nos editoriais, não podemos, por outro lado, negar que a comparação dos resultados acima pode sugerir no momento atual um caso de variação estável.

Concluimos também que a motivação discursiva para o uso de uma forma ou de outra pode relacionar-se a alguns aspectos textuais, como a formalidade do texto. Gêneros mais formais, mais sujeitos à norma pedagógica tradicional parecem ainda preferir a forma sintética ou, quando usam a forma nova, selecionam a morfologia de prestígio para o auxiliar.

A forma mais conservadora parece conferir a esses textos um tom de solenidade e impessoalidade, assegurando teor preditivo e formulaico à produção (Barbosa, 2007, p. 7), em consonância com os objetivos dos textos jornalísticos.

Outro aspecto discursivo que parece motivar a seleção das formas refere-se à modalização. Nesses contextos, a atitude do falante/ produtor frente aos fatos comentados ganha evidência, por isso os textos mais orais e informais selecionam as formas que expressam mais nitidamente esse conteúdo, que são as construções perifrásticas.

Pelo mesmo motivo, os editoriais são mais resistentes à forma nova e somente quando o monitoramento da produção escapa ao produtor ou quando a construção utiliza outras marcas da oralidade é que a perífrase encontra condições favoráveis para penetrar na escrita formal.

Esta pesquisa confirma a gramaticalização de IR para expressar tempo e a consequente emergência da construção perifrástica com IR para concorrer com a forma sintética na expressão do futuro do presente.

A implementação da forma nova atinge a variedade padrão, mas fatores linguísticos e discursivos ainda condicionam os contextos favoráveis para seu uso. O elemento decisivo para a determinação da mudança nessa expressão verbal da língua portuguesa do Brasil pode ser o funcionamento da modalidade escrita da língua.

Se estamos diante de um processo de mudança, para as duas modalidades, ou de variação estável, para a escrita, apenas pesquisas mais amplas poderão assegurar.

REFERENCIAS

BARBOSA, Juliana Bertucci. A expressão do futuro no português brasileiro contemporâneo (2007) Disponível em: <[http:// www.filologia.org.br/ivcnlf/analiscaderno07 - 11htm](http://www.filologia.org.br/ivcnlf/analiscaderno07-11htm). Acesso em 03 de março de 2008.

BYBEE, Joan *et al.* The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

_____. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard (eds). A handbook of historical linguistics. Blackweel, 2003.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. A variação entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1997. Dissertação de mestrado em Linguística.

_____. O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: Um estudo diacrônico. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2003. Tese de Doutorado em Linguística.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA *et al.* Pressupostos Teóricos Fundamentais. In: _____ (orgs). Linguística funcional: teoria e prática. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

LABOV, William. Modelos Sociolinguísticos. Tradução: José Miguel Marinas Herrerias. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983. (Primeira versão publicada em 1972)

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Da fala para a escrita: Atividades de retextualização. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva *et al* (orgs). Gêneros textuais Et ensino. 4 ed. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação Teórica: conceituação e delimitação. In: _____; BRAGA, M. L. Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Sobre processos sintáticos que migram da fala para a escrita (2006). Disponível em: <[http:// www.lingref.com/cpp/hls/8/abstract1263.html](http://www.lingref.com/cpp/hls/8/abstract1263.html). Acesso em 11 de novembro de 2007.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2006. Tese de doutorado em Linguística.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Semântica*. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana, Cristina (orgs). *Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

OMENA, Nelize Pires de. *A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança*. In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

SANTOS, Josete Rocha dos. *A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*. Faculdade de Letras - UFRJ, 2000. Dissertação de mestrado em Linguística.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Pressupostos Teóricos*. In: _____ & SILVA, Giselle Machline de Oliveira. *Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1996.

_____. *Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

TESCH, Leila Maria. *A variação no âmbito do irrealis entre as formas do futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo na fala capixaba*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2007. Dissertação de mestrado em Linguística.

TRAUGOTT, E; DASHER, R. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: University Press, 2005.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

YACOVENCO, Lilian Coutinho. *O Projeto "O português falado na cidade de Vitória": coleta de dados*. In: _____ & LINS, Maria da Penha (orgs). *Caminhos linguísticos*. Vitória: NUPLES, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006. (Primeira versão publicada em 1968).

Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos. Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central. Vitória, ES: A Biblioteca, 2006.

LÓGICA, ENUNCIÇÃO E COGNIÇÃO: TRÊS MOMENTOS NO ESTUDO DA PRESSUPOSIÇÃO

Karen Muniz Feriguetti

RESUMO

A nascente do fenômeno da pressuposição está na Filosofia, inicialmente na Lógica, com Frege (1892). Desde então, esse autor tem sido associado a correntes tanto filosóficas quanto linguísticas, e, ainda no século passado, participa de um grande desenvolvimento tanto da Semântica quanto da Pragmática. Sob o enfoque da Lógica e sob a perspectiva da Linguística Formal, embora haja um diferencial nos estudos de Ducrot (1977, 1981, 1987), sob a ótica da Semântica Argumentativa, a pressuposição é percebida em termos de imanência. Diferentemente, com o desenvolvimento dos estudos em Linguística Cognitiva, com Lakoff (1980 e 1987) e Fauconnier (1994, 1997), a pressuposição passa a tomar parte no processamento cognitivo da produção de sentido, com suas intenções e com seus usos comunicativos, a ser compreendida em termos de “gatilhos”, ativadores de Modelos Cognitivos Idealizados e introdutores de Espaços Mentais. Palavras-chave: Pressuposição, Linguística Formal e Linguística Cognitiva.

1. INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que há tempos duas grandes correntes de pensamento dominam os estudos linguísticos: o formalismo e o funcionalismo. Pode-se repetir a metáfora que Salomão (1997) tomou a Piatelli-Palmarini (1983) “(...) de um lado o cristal (imagem da invariância e da regularidade de estruturas específicas); do outro, a chama (imagem da constância de uma forma global exterior, a despeito da incessante agitação interna) (...)” (PIATELLI-PALMARINI (1983) apud SALOMÃO, 1997, p. 23). De um lado, língua/linguagem como produto acabado, lapidado, portadora dos sentidos; de outro lado, língua/linguagem em seu uso, tendo em

vista as complexas operações cognitivas que subjazem ao seu uso, encarada como processo. No entanto, a despeito do embate formalismos/funcionalismos, pode-se observar que muitos fenômenos de sentido, engendrados pela língua, dentre eles a pressuposição, foram tratados dentro da filosofia clássica e formalista, como uma espécie de tradição intelectual dominante. Assim, para sua estruturação e cristalização, do modo como o conhecemos contemporaneamente, teve contribuições de Frege (1892 [1978]) e de Russel (1905 [1989]), dentro da Filosofia Lógica. Já na Escola de Oxford, recebeu contribuição de Strawson (1950 [1975]) e Austin (1962 [1990]).

Desse modo, desde suas origens, na filosofia, com o próprio Frege (1892 [1978]), a pressuposição esteve invariavelmente e abrangentemente relacionada aos denominados estudos do sentido. Entretanto, o fato mais interessante, sem embargo os estudos filosóficos, é que a pressuposição dentro das fronteiras da Linguística está, também, invariavelmente, relacionada tanto à Semântica quanto à Pragmática, disciplinas opositivas entre si. Dentro dos limites da linguística formalista, nos estudos pressuposicionais, a proeminência de Ducrot (1977, 1981, 1987) conduz a se pensar num diferencial nos estudos pressuposicionais, pois defende para o seu estudo aliar Semântica e Pragmática, o que já se constitui em um avanço significativo. (DUCROT, 2005) Contudo, na contramão dos estudos formalistas sobre pressuposição não de estar os estudos de base cognitivista. Uma vez que esse terceiro enfoque, a abordagem da Linguística Cognitivista, apontará prioritariamente para os processos pelo qual a pressuposição se manifesta, com suas intenções e usos comunicativos; em detrimento da abordagem ou centrada meramente nos dados linguísticos ou ainda o linguístico meramente agregado aos usos e às intenções, premissas ligadas ao enfoque formalista clássico e ao enfoque de determinado tipo de funcionalismo (vide Salomão 1997). Dentro dessa perspectiva, reveste-se de importância autores tais como Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987), Fauconnier (1994, 1997) e Marmaridou (2000).

Assim, na pesquisa que resultou na dissertação descrita neste artigo, contrapôs-se essas três abordagens distintas dos estudos pressuposicionais: a Abordagem Filosófica, a Abordagem da Linguística Formal e a Abordagem da Linguística Cognitiva, presentes, respectivamente, as duas

primeiras no formalismo e a terceira no cognitivismo de base realista experiencial. O objetivo foi demonstrar a abrangência de uma abordagem centrada nos postulados cognitivistas, diferentemente do tratamento formalista, que oscila entre aspectos semânticos e pragmáticos da pressuposição linguística ou meramente os reúne. Para tanto, resenhou-se autores significativos por sua contribuição ao tema e se empreendeu uma análise contrastiva de uma propaganda da 58ª SBPC, presente na revista *Ciência Hoje*, mês de julho.

2. ABORDAGEM FILOSÓFICA

A pressuposição teve início na lógica com os estudos de Frege, ele separou o pressuposto com a sua famosa proposição:

- (1) Aquele que descobriu a órbita elíptica dos planetas morreu na miséria.

Essa descoberta auxiliou na percepção de duas instâncias que se encontram imbricadas no que está linguisticamente expresso, um deles vem na superfície do que está dito e o outro emerge a partir dela, pois "Que o nome Kepler designa algo é uma pressuposição tanto da asserção (afirmativa) [...] quanto da asserção contrária (sua negação) [...]" (FREGE, 1892 [1978], p. 75). Assim, o pressuposto nesse caso é a expressão:

- (2) Alguém descobriu a órbita elíptica dos planetas.

A discussão girará em torno do pressuposto sob uma perspectiva verificacionista, Frege (1892 [1978]) trata a pressuposição em termos da referência. Segundo ele, para que a asserção possa ser verdadeira, isto é ter sentido, é preciso que tenha condição e valor de verdade. Propõe então o teste de negação, em que tanto:

- (3) Aquele que descobriu a órbita elíptica dos planetas não morreu na miséria; quanto:
- (4) Aquele que não descobriu a órbita elíptica dos planetas morreu na miséria.

Pressupõem (2). Nota-se que a pressuposição, no caso da negação, se mantém tanto na proposição (1) quanto nas proposições (3) e (4), expressa em (2). Em face disso, o filósofo propõe que a negação seja um dos testes para se aferir o dado pressuposto.

Russel (1905 [1989]), então, retoma Frege (1892) para refutá-lo no que concerne às condições de verdade e no que diz respeito ao sentido, com vista à pressuposição e erige a sua famosa Teoria das Descrições Definidas. Desse modo delinea a pressuposição em termos de denotação e subdivide o que pode ser pressuposto em duas possibilidades: um pressuposto de existência e um pressuposto de unicidade. Com a seguinte frase:

(5) O atual rei da França é sábio.

propõe que a possibilidade de sentido vem circunscrita a uma existência pressuposta do suposto rei. Desta feita, tendo em vista o pressuposto de existência, tem por assente o seu valor de verdade, mas tendo em vista um pressuposto de unicidade, não se atende às condições de verdade. Segundo Levinson (1983), a Teoria das Descrições Definidas, ajudou a resolver um problema denominado *ambiguidades de escopo* (scope ambiguities), concernentes ao alcance da negação. Russell (1905 [1989]), com esse postulado, refuta o teste de negação proposto por Frege (1892 [1978]). Assim, nas sentenças (6) e (7):

(6) *O Rei da França é sábio.*¹

(7) O Rei da França não é sábio.

a verdade do pressuposto se mantém ou se anula, caso se opere com um escopo amplo ou com um escopo restrito. Assim, a negação de escopo amplo “[...] permite que usemos [...] [O rei da França não é sábio] para negar que o rei da França exista [...]” (LEVINSON, 1983, p. 215), anulando o pressuposto da existência real; ou, de outro modo, se a negação for de escopo estreito, “[...] apenas nega que o predicado se aplique a ele”,

¹ Exemplo que consta em Levinson (1983) e assim traduzido por Luis Carlos Borges e Anibal Mari.

ou seja, nega a sapiência real (LEVINSON, 1983, p. 215), o que mantém o pressuposto existencial.

Opondo-se a Russel (1905 [1989]) e se aproximando de Frege (1892 [1978]), encontra-se Strawson (1950 [1875]). No raciocínio de Strawson (1950 [1975]) o pressuposto existencial não pode se fazer logicamente, sem ter atendido valor e condições de verdade. Na verdade ele encontra uma nervura na teoria russeliana, que tenta se livrar da condição de verdade, que se constitui, para ele, em um problema para a falta de referentes expressos no mundo. Leva mais longe as questões concernentes ao uso, propondo que há a sentença, a utilização da sentença e a elocução da sentença. No que concerne, por exemplo, ao Rei da França, haveria duas possibilidades que mudariam radicalmente o sentido, e o que se pode pressupor, quando do uso dela, pois uma situação é a sua elocução e o seu uso no reinado de Luís XIV, outra, a sua elocução nos dias atuais. Separa, de modo particular, implicar de pressupor, pois o que se tem é uma pressuposição de crença e uma implicação de existência, que pode se realizar ou não.

Se em Strawson (1950 [1975]) se encontra uma forte inclinação pragmaticista da linguagem, em Austin (1962 [1990]) essa inclinação se reverbera com mais intensidade, pois falar, de um modo muito próprio, é fazer. Assim, pressupor não tem relação direta com a verdade ou falsidade do que se afirma, mas com as condições de felicidade relativas ao ato, diga-se, a possibilidade de o ato se realizar (KOCH, 1984). Propõe o seguinte exemplo:

(8) Os filhos de João são calvos.

que pressupõe que João tenha filhos, seja mantida ou não a relação de calvície. Entretanto, se João não tiver filhos e mesmo assim eu afirmar algo desses supostos filhos, instaura-se o mesmo tipo de relação quando se diz batizo sem ter a condição legal para fazê-lo, ou quando prometo sabendo que não vou cumprir, nesse caso o ato proferido não é nem falso, nem verdadeiro, mas vazio, em pragmática, infeliz. Desse modo, Austin (1962 [1990]) dá sustentação à pressuposição com o postulado das condições de felicidade. Se os pressupostos falham, o que significa

colocá-los nivelados como falsos, o ato não se realizará, mas se forem verdadeiros, o ato terá atendido as condições para ser um ato feliz com a manutenção dos pressupostos. E isso está colocado em termos de atos de fala, não somente em termos assertivos.

3. ABORDAGEM DA LINGUÍSTICA FORMAL

Dentro dos limites da Linguística Formal, duas perspectivas opostas se digladiam em torno dos estudos sobre a pressuposição, a Semântica e a Pragmática. Para Ilari (2000), esse contraste existe porque “[...] semântica e pragmática como disciplinas [...] tratam, respectivamente, de aspectos da interpretação que são em princípio calculáveis [no caso da Semântica], e de aspectos não-redutíveis a um cálculo [caso da Pragmática]” (ILARI, 2000, p. 152). Não obstante o mais comum seja que os pontos de vista pendam ora para Semântica, ora para a Pragmática, há que se destacar os estudos de Ducrot (1977, 1981, 1987) sobre a pressuposição². Ilari (2000) revela que muito embora Ducrot (1977) “[...]caracterize o pressuposto como uma propriedade semântica de certas palavras ou construções [...] também entende que o pressuposto representa um certo tipo de ação verbal do locutor, e por isso invade a pragmática” (ILARI, 2000, p. 156, ver nota explicativa 3). Ducrot (1977, 1981, 1987) busca fazer interagir Semântica e Pragmática, pois “Certamente, o sentido se constrói por empréstimo do contexto, mas essa construção ‘pragmática’ do sentido é dirigida pelo valor propriamente linguístico [leia-se semântico - comentário meu] das palavras que se devem interpretar” (DUCROT, 2005, p. 11).

Inicialmente, para desenvolver o conceito semântico de pressuposição, assenta sua teoria na concepção de implícito e em pares dicotômicos, ao modo estruturalista. Expõe que existem dois expedientes para a implicação: o implícito do enunciado e o implícito fundado na enunciação. O implícito do enunciado “assinala linguisticamente” os fatos que se deseja expor de maneira não explícita (pressupor) e o implícito fundado na enunciação ocorre quando se faz intervir o próprio fato

² Segundo Koch (1984) uma das noções basilares de sua obra.

da enunciação junto ao conteúdo linguístico (subentender). Segundo Ducrot (1977), as pessoas se servem da língua para dizer coisas de modo a poderem se eximir, dizer sem dizer, dizer e não dizer, dessa maneira o implícito é instaurado basicamente por duas razões: os tabus linguísticos e a polêmica. Afirma a tese de que a pressuposição instaura um quadro, emoldura as possibilidades discursivas e de continuidade de diálogo. Um exemplo, proposto por Ducrot (1977) e frequentemente explorado na literatura especializada, ratifica esses postulados:

- (9) Pedro parou de bater em sua mulher.
- a. Posto: Pedro atualmente não bate na mulher.
 - b. Pressuposto: Pedro tinha o hábito de surrar sua mulher.
 - c. Ato ilocucional: informar um determinado comportamento de Pedro em relação à esposa.
 - d. Instaura-se um quadro de diálogo onde se tem por central as homéricas surras de Pedro na mulher.

Ducrot (1977, 1981) percebe que a pressuposição está no jogo de fala. Presume a existência de um ato de pressupor, um ato ilocucional de pressupor, que, além de instaurar o quadro discursivo, muda a situação jurídica dos participantes do diálogo, cria um inescapável universo de discurso. Em uma fase mais tardia, Ducrot (1987), segue reiterando seus postulados básicos, não obstante se encontrarem reformulações embrionárias, como a oposição pressuposto e subentendido, e em momentos precedentes, quanto aos procedimentos de implicação. A essa concepção oposicionista denomina de “concepção antiga”, e em sua reformulação, não opõe mais pressuposto a subentendido, colocando inclusive que a pressuposição que interessa mais de perto ao linguista é a quem vem circunscrita ao enunciado, no entanto, frisa que ela pode vir circunscrita à situação de enunciação. Defende as relações intrínsecas entre pressuposto, significação e frase, em face de outras relações entre subentendido, sentido e enunciado. Nesse momento alça o pressuposto ao *status* de parte integrante do sentido do enunciado e relaciona o subentendido ao modo como o sentido deve ser decifrado pelo interlocutor.

No tratamento do fenômeno pressuposicional empreendido por Ducrot (1977, 1981, 1987), pode-se notar que algumas regularidades, dentre elas: (a) a pressuposição cria um universo inescapável de discurso e o quadro

se estabelece pela crença na verdade do que se encontra pressuposto, instaurando a possibilidade ou impossibilidade de continuidade de diálogo; (b) a pressuposição é um procedimento de implicitação, que propicia encobrir os tabus linguísticos e a polêmica. Constitui, ainda, mérito de Ducrot desenvolver a pressuposição sob uma perspectiva puramente linguística, imprimindo uma marca estrutural aos estudos semânticos, sem desprezar seu valor pragmático.

4. ABORDAGEM DA LINGUÍSTICA COGNITIVA

A Linguística Cognitiva opõe-se diretamente à corrente formalista em todas as suas instâncias, pois prevê a linguagem e a cognição constituindo-se mutuamente. Os elementos da gramática têm uma base conceptual e, portanto, não retiram o seu sentido de algum dado objetivo, mas do conjunto dos elementos constitutivos do sentido. Nessa medida, não se entende a existência de um sentido literal, mas se entende os sentidos se formando a partir de uma base conceitual capaz de relacionar expressões diversas entre si e cuja diversidade se funda no modo como se apresentam construídas. Significa: diferentes construtos, diferentes sentidos. Os construtos, por sua vez, estão relacionados aos domínios cognitivos, responsáveis pela emergência dos significados. Na base da formação dos significados, refinados processos se identificam, tais como, o processo de categorização, as relações metafóricas e metonímicas, as inferências, a distinção dado-novo, a própria pressuposição, dentre outros. Nessa perspectiva, então, a pressuposição é constitutiva da linguagem/cognição humanas e pode-se dizer que os significados se constroem com base em intrincados processos mentais concomitantes aos fenômenos gramaticais. (SALOMÃO, 1997) Então o significado não é algo que se faça com base na referência ou na condição de verdade como o queria Frege, ou é apenas relativo a um fazer com a linguagem, como o preconizou Austin, ou ainda se constrói apenas no jogo da linguagem, contextualmente, como o faz Ducrot, mas é produto do próprio funcionamento da mente/linguagem, como o defendem Lakoff, Johnson e Fauconnier. O sentido se estabelece por mapeamento de domínios, os denominados domínios cognitivos. Os domínios cognitivos dividem-se em domínios estáveis e em domínios locais de conhecimentos.

Os domínios estáveis são domínios estruturados de experiência que dizem respeito a estrutura de memória social ou pessoal. Dentre esses domínios, pode-se destacar os Modelos Cognitivos Idealizados, modelos que não se ajustam objetivamente à realidade, doravante MCIs. Os MCIs são conhecimentos estruturados por nossa experiência, socialmente produzidos e culturalmente disponíveis.³ Esse conhecimento é compartilhado por todos os membros de determinada comunidade e se encontram na base da formação dos significados das formas linguísticas, que são entendidas porque provém acesso aos domínios por eles compreendidos. (LAKOFF, 1987; MARMARIDOU, 2000) Fazem parte dos domínios estáveis, além dos MCIs, os esquemas genéricos e as molduras comunicativas. Os esquemas genéricos são esquemas constituídos culturalmente e que se organizam em termos de noções, tal como as noções de orientação alto/baixo. Desse modo, são configurações muito abstratas, que desempenham relevante papel tanto na aquisição da linguagem quanto nas projeções (basicamente metafóricas) que deles surgem. As Molduras comunicativas referem-se às diversas informações constantes na configuração das variadas experiências comunicativas que vivenciamos ao longo da vida numa dada sociedade, tais como tipos diferenciados de eventos: jogos, aulas, passeios, festas, congressos, etc., amplamente relacionadas às diversas culturas e aos diversos eventos que dela fazem parte, e cada qual desses eventos tem um feixe de informações que o identifica como tal. (MIRANDA, 1999)

³ A Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados assenta-se, dentre outras teorias, na Teoria dos Protótipos de Eleanor Rosch, que postula que as tradicionais categorias aristotélicas não são estanques, mas fluidas, e que dentro delas existem exemplos representativos, os denominados protótipos. Assim, um exemplo clássico de MCI, que vem tomando outros contornos com o passar do tempo, nas diferentes culturas em que está inserido, postulado por Lakoff (1987), levando-se em conta a Teoria de Rosch, é o modelo de mãe. Esse modelo, conforme se faz notar, já sofreu mudanças e têm sofrido outras, de uma época para outra e até de uma região para outra. Em lugares menos cosmopolitas e desenvolvidos, mais frequentemente, tem-se no Modelo Cognitivo Idealizado de mãe, dona-de-casa, progenitora, casada, o que estaria mais próximo do modelo prototípico do ser mãe, do que o de mãe que trabalha fora, ou adotiva, ou solteira ou de aluguel, já distantes do protótipo. Com isso, pode-se notar que os significados não se encontram exclusivamente na forma ou simplesmente na realização da forma em contexto, pois as diversas instâncias de experiências com e no mundo, mais precisamente na realidade sensível, são constitutivas dos sentidos.

Os domínios locais são representados pelos Espaços Mentais, estruturas cognitivas representativas de noções lógicas e de noções inferenciais, que são construídas durante o discurso, estruturas extremamente efêmeras, portanto, visto que são erigidas no decorrer do discurso, operando no momento mesmo em que falamos, construindo os referentes (FAUCONNIER, 1994). Os espaços mentais, propostos por Fauconnier (1994), são constructos mentais ligados aos processos de referenciação e se constroem por intermédio dos introdutores de espaços mentais, os denominados gatilhos. Nessa perspectiva qualquer item linguisticamente expresso pode ser denominado gatilho, assim, os itens linguísticos realizados são os responsáveis por construir ou introduzir o espaço mental. Fazem-se representar por sintagmas adverbiais, sintagmas preposicionais, sentenças ou mesmo expressões inteiras, tais como, as descrições definidas. Retorne-se à célebre frase russelliana, por exemplo, tratada em termos de espaços mentais, fica disposta como na figura 1:

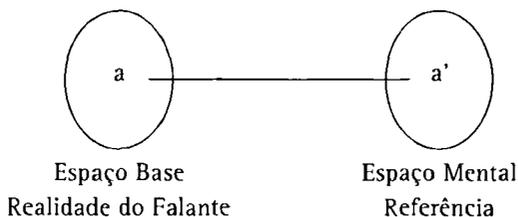


FIGURA 1 - Projeção da referência O rei da França
EB.....O rei da França é calvo (perspectiva do sujeito discursivo)
EM.....o rei = Referência
Gatilho.....A descrição definida *O rei da França*

Tais espaços representam uma das complexas operações mentais linguístico-cognitivas instanciadoras da expressão comunicativa. No entanto, tais expressões são apenas o que se tem de mais visivelmente apresentável em relação ao conjunto dos processos envolvidos na atividade de linguagem. Do mesmo modo, as pressuposições, tomadas à noção de gatilho, podem ser responsáveis por abrir os espaços mentais, assim, verbos factivos, clivadas, pseudo-clivadas e até mesmo as descrições definidas, são considerados acionadores pressupositionais, podem ser introdutores de espaços mentais. Certas expressões, além de terem a função de fazerem surgir os espaços mentais, estruturam, ainda, domínios estáveis de conhecimento, projetando e enquadrando a referência.

5. ANÁLISE

Tome-se à propaganda da 58ª SBPC, publicada na revista *Ciência Hoje* de junho de 2006, o texto principal, aquele que de fato foi alvo da análise na pesquisa: **Participe do maior evento científico da América Latina**. Para submeter tal proposição imperativa a um tratamento que identifique e confirme a existência dos implícitos reconhecidos como pressuposições, serão aplicados, em primeiro lugar, os tradicionais testes lógicos⁴, inicialmente propostos em Frege (1892 [1978]), o teste de negação⁵ e o teste de interrogação. Tais testes têm por finalidade demonstrar que a pressuposição resistirá em face das modalidades aplicadas, subsistindo aos testes como elemento linguístico. Então, a partir da assertiva, agora tomada à peça propagandística:

(10) Participe do maior evento científico da América Latina.

Aplicando-se os testes lógicos:

- (a) Não participe do maior evento científico da América Latina. (teste de negação)
- (b) (Teste de interrogação: *não se aplica ao caso do imperativo*)⁶

⁴ Para Cançado (2005) a pressuposição envolve uma família de implicações tendo em vista a oração acabada: a declarativa, a negativa, a interrogativa e a condicional antecedente, afirmando que Frege (1892) sustentou esse raciocínio. Koch (2002), não obstante, revela que o referido trabalho utilizou apenas dois critérios: o da negação e o da interrogação. A posição tomada neste trabalho em face da resenha de Frege (1892) aqui empreendida entra em concordância com Koch (2002).

⁵ É interessante dizer que o teste de negação pode ser feito tanto por intermédio do advérbio *não*, como pela paráfrase *É falso que*. No caso dessa peça publicitária aplicar-se-á a declarativa negativa, ou seja, *não*....

⁶ Para Cançado (2005) a pressuposição envolve uma família de implicações tendo em vista a oração acabada: a declarativa, a negativa, a interrogativa e a condicional antecedente, afirmando que Frege (1892 [1978]) sustentou esse raciocínio. Não obstante, Koch (1984) revela que o referido teórico utilizou apenas dois critérios: o da negação e o da interrogação. A posição tomada neste trabalho, em face da resenha de Frege (1892 [1978]), entra em concordância com Koch (1984). Embora, para esse caso, em especial, só se aplique o teste de negação, devido ao fato de não se poder superpor um modo oracional sobre outro, no caso o interrogativo sobre o imperativo.

Verificam-se então os seguintes pressupostos:

- (pp1) Pode-se participar de eventos científicos de todo porte na América Latina; (pp2) - Participar da SBPC é participar do mais importante dos eventos da América Latina; (pp3) - Pode até haver outros eventos maiores na América Latina, mas não científicos.

Assim, diante da negação, observa-se que os três pressupostos, (pp1), (pp2) e (pp3) se mantêm, ou, na linguagem da semântica lógica, resistem. Significa dizer que de (10) inferem-se (pp1), (pp2) e (pp3). Em face da aplicação do teste de negação e da resistência de determinados conteúdos, expressos em (pp1), (pp2) e (pp3), podem-se considerá-los conteúdos semânticos de (10). Com isso encontra-se pressuposta a referência – SBPC, tomando-se por assente o referente e a verdade desse acontecimento, do evento, ou seja, a sua existência. Abordando-se, ainda, as questões relacionadas à verificabilidade e à referência, o artigo *o*, parte integrante de expressões consideradas inicialmente por Russell (1905 [1989]) como descrição definida (RUSSELL, 1905 [1989]; STRAWSON, 1950 [1975]), presente na expressão analisada, conduz à inferência de um pressuposto particularizado, ou seja, infere-se, já num momento inicial, que se trata de um evento em particular, em especial. Também os determinantes maior e científico fazem parte desse caráter restritivo do componente designativo, presente na asserção, que o torna individualizado e específico. Pressupõem-se, então, além da existência, realizada em face da referência, a unicidade e a particularização, visto que não se trata de mais um evento e nem de qualquer outro evento e sim daquele evento específico. Embora os outros tenham sua existência evocada, a existência de um evento em particular está expressa, que se constitui no maior evento, que se constitui num evento científico e, ainda, que se constitui no maior evento científico. Para os objetivos perseguidos pela peça publicitária, é a descrição que resume adequadamente o que seja a SBPC. Ainda é possível esmiuçar e apontar o pressuposto, sob o ponto de vista da filosofia, com uma perspectiva diferenciada, inclusive em termos *do que* se está pressuposto, ao se tomar o direcionamento austiniano, é mister abordar dois pontos: o estatuto ilocucional dessa proposição, ao ser proferida enquanto ato, e as condições de felicidade, condições para que o referido ato se faça, de

fato, valer. No que tange ao ato ilocucional, do ponto de vista de Austin (1962 [1990]), estão pressupostos no texto em foco: o ato de convidar/ordenar (presença do imperativo), e o ato de informar (que se desdobra do primeiro); nessa perspectiva o ato de convidar e o de informar compõem o conjunto de pressuposições exaradas pelo texto propagandístico em foco. Do ponto de vista das condições de felicidade e da manutenção dos pressupostos, observa-se que as propagandas têm um estatuto social constituído para estabelecer determinados atos, tais como, o de convencer, o de comparar, o de convidar, o de informar, dentre outros, com amplas possibilidades de emprego.

Se do ponto de vista da lógica, o emprego normal de um enunciado estava pautado em determinadas condições para o seu emprego lógico, e, sob a perspectiva da filosofia analítica, sustentava-se ainda por essas condições de emprego, sob um direcionamento embrionariamente pragmático (KOHLE, 1984); do ponto de vista linguístico, tomado a Ducrot (1977, 1981, 1987), a pressuposição terá um tratamento que utilizará o método que privilegia a estrutura, no que concerne à apreensão dos elementos e às relações opositivas (sintáticas e semânticas) que possa engendrar, não enfatizará, portanto, um tratamento, a priori, nem verificacionista nem referencial. Desse modo, as inferências serão analisadas da mesma forma que os elementos presentes na estrutura da língua, engendrando desde distinções discretas entre os elementos (caso do posto e do pressuposto) até oposições (caso do pressuposto e do subentendido, a qual Ducrot (1977) opõe como duas formas de implícitos, e para o trabalho dissertativo importou o primeiro, com vistas à análise). A pressuposição será tratada como elemento semântico, na verdade terá estatuto linguístico e pragmático, dentro de um modelo estruturalista, mas que se quer também semântico argumentativo. Destaque-se novamente o enunciado e depreenda-se dele, à moda de Ducrot, posto e pressuposto:

- (10) Participe do maior evento científico da América Latina
- (10)(a)pp Acontecem eventos científicos menores na América Latina
- (10)(b)p Acontecerá o maior evento científico da América Latina

O pressuposto emoldura o quadro discursivo de modo tal que estabelece e regula o debate, mantendo tanto a continuidade de sentidos, quanto

a continuidade discursiva, se esse quadro for aceito pelo interlocutor (DUCROT, 1977, 1987). Ao seguir o fio enunciativo da sentença, para o estabelecimento do quadro discursivo, tem-se: o convite (com estatuto de ordem), a informação e o evento. Os atos, de convidar e de informar, suscitam no interlocutor uma forma de comportamento, a saber, aceitar o convite ou recusá-lo. No entanto, para a manutenção discursiva, para a continuidade do diálogo, é necessário que o pressuposto se mantenha, seja ele, na verdade, considerado particularmente um ato. Desse modo, nos moldes de Ducrot, não se poderia, em tese, refutar o pressuposto, pois fazê-lo tem por preço a interrupção do diálogo ou a instauração da polêmica.

No caso da peça propagandística em específico, faz parte do quadro discursivo, como pressuposto, a existência de outros eventos de pequeno porte, e isso é uma estratégia de desvalorização dos outros eventos e valorização do evento em questão. Note-se que o evento não é um dos maiores, mas o maior, não particularizá-lo seria menos direto, mas, ainda assim, suspeito. Na verdade, o enunciado engendrado está estabelecido de modo a capturar o interlocutor, colocá-lo numa situação discursiva praticamente constrangedora, num quadro discursivo com estatuto de quase imposição, pois, dependendo da forma de não aceitação do convite, isso implicará, direta ou indiretamente, estrangular o pressuposto. Essa perspectiva assinala a primazia da forma linguística, da imanência, mas de um ponto de vista particular assinala também a sucumbência da forma a motivações pragmáticas⁷, quando toma a noção de ato de fala a Austin (1962 [1990]).

Autores como Ducrot (1977, 1981, 1987), Fauconnier (1994), Levinson (1983) e Marmaridou (2000), concordam que existem recorrências interessantes no que diz respeito à pressuposição: (a) a pressuposição é sensível à negação; (b) a pressuposição instaura o quadro discursivo,

⁷ Ducrot (1977), diferentemente de Austin (1962 [1990]), não aceita as condições subjetivas, significa dizer que a língua instaura, praticamente *per se*, os dados linguísticos e contextuais, engendrando uma forma particular de contexto, aos moldes ducrotianos. O caminho de uma análise linguística é o da língua para os dados pragmáticos (contextuais e discursivos) e não o dos dados pragmáticos (situacionais) para a língua.

sendo responsável pela dinâmica de distribuição dos papéis sociais entre os utentes e, finalmente, (c) a pressuposição surge de elementos possíveis de serem identificados, tais como, descrições definidas, verbos factivos, orações clivadas e pseudo-clivadas, verbos aspectuais e advérbios. No que concerne aos postulados da Linguística Cognitiva, além de se aplicarem conceitos tradicionais de análise da pressuposição, será também apresentada a descrição definida, considerando-a como gatilho capaz de disparar a pressuposição, acionando tipos específicos MCIs. Considera-se que a pressuposição seja responsável por disparar os MCIs. (MARMARIDOU, 2000)

Retorne-se à peça publicitária, alvo das discussões empreendidas na pesquisa. Tem-se aí o maior evento científico, expressão representada por uma descrição definida e que, sendo um gatilho disparador da pressuposição, aciona tanto um pressuposto de existência (a existência do evento), quanto um MCI de como compreender uma determinada situação social – o evento –, que pode ser assim constituído, conforme expresso na figura 2:

	MCI de evento	
	Pessoas reunidas	
	Data e local para essa reunião	
	Motivação	
	Agremiação	

FIGURA 2 - MCI de evento

Desse modo, nas experiências que temos com eventos, encontram-se estruturadas nas características de ordem básica que podem ser aplicadas a qualquer evento, o Modelo, diga-se, o protótipo da categoria. Isso é da ordem do cultural, e pode ser estabelecido também na ordem do linguístico. Nesse caso, enquanto as suposições de *background*, em segundo plano, realizam a referência (o próprio evento), no primeiro plano, as suposições de *foreground*, enquadram a categoria, delimitando o tipo de evento e as diferenças no enquadre de tal acontecimento com vistas à perspectiva do falante. Assim, nas suposições de figura, o MCI é especificado ((re) enquadrado), descrito na figura 3 a seguir:

MCI de evento científico	
Pessoas reunidas	
Data e local	
Apresentação de trabalhos científicos	
A comunidade acadêmica daquele local	

FIGURA 3 – MCI de evento científico

Enquadrando-se, têm-se pessoas reunidas, em determinada data e em determinado local, do tipo científico, que prevê circulação de idéias e de saberes específicos socialmente valorizados. No entanto, a especificação do Modelo só pode ser compreendida pelas experiências que nós, seres humanos, temos com os vários tipos e tamanhos de eventos ao longo da vida; enquadramos fatos, situações, acontecimentos, porque a experiência corporal e cultural no meio em que estamos inseridos propicia isso. Note-se que o Modelo não se transforma em outro Modelo, mas pode-se determiná-lo e (re)enquadrá-lo. Já no caso do intensificador, o maior evento científico, tem-se um valor motivado pela cultura e metaforicamente estabelecido (LAKOFF, 1987; LAKOFF e JOHNSON, 1987). Nessas condições, o que é maior pode ser tomado por melhor e o que é menor pode ser tomado por pior.

Tal acontecimento, qual seja, a participação no maior evento científico da América Latina, pode também ser descrito em termos da Moldura Comunicativa que evocam. Pressupõe-se de início o evento científico, que estará estruturando um determinado MCI, mas ao mesmo tempo enquadrado numa cena, num *script*, com papéis delimitados e algumas expectativas: eventos exigem, pressupõem, em sentido lato, convites, divulgação, apelos à participação, formulados via peça publicitária, o que pode ser assim estruturado:

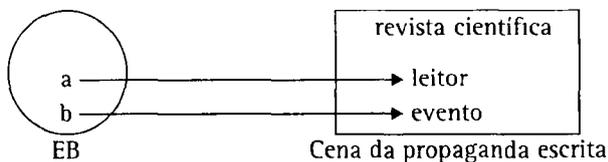


FIGURA 4 - Moldura Comunicativa da Propaganda escrita – adaptado de Miranda (1999)

Se numa oração do tipo *Joaninha vai à reunião anual da SBPC*, *Joaninha* e *reunião anual da SBPC* terão valores circunstanciais dentro de um esquema generalizado, diga-se um esquema maior de expectativa, em que (a, b) são projetados em um espaço mental de base (EB). No caso da propaganda em análise, estruturam-se os valores (a, b), ligando-se às funções leitor e evento, projetados num espaço base (EB) que representa a moldura comunicativa da cena *Propaganda escrita*. De modo bem simples, tem-se a revista, o leitor e o evento, acomodados numa ocorrência linguística que vem expressa em (10).

Dado esse esquema emergente, emoldurado pela cena, ora estruturada pelo MCI do maior evento científico, é que o referente será enquadrado. Nesse caso tem-se o evento num espaço base no qual o referente, já individualizado (o maior evento científico), já enquadrado, será projetado num espaço de referência, agora sem enquadramento.

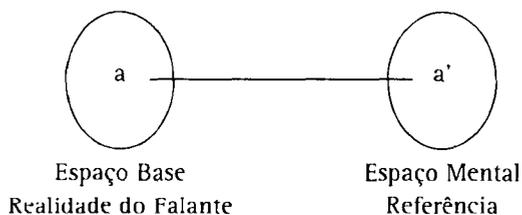


FIGURA 4 - Projeção da referência *o maior evento*
EB.....*o maior evento* (perspectiva do sujeito discursivo)
EM.....*o evento = Referência*
Gatilho.....*A descrição definida o maior evento científico*

Na perspectiva do falante, tem-se o evento enquadrado, pelos seus determinantes: maior, científico e da América Latina. Ao fazer o mapeamento dos domínios, pelo pressuposto de existência: o evento. Como nesse caso o referente não tem opacidade, e vem descrito da perspectiva discursiva do falante, é projetado do Espaço Base para o Espaço Mental. Com base no Princípio de Acesso um elemento em um espaço pode ser acessado por meio de uma descrição (ou nome) por alguma de suas contrapartes em outro espaço, usualmente um espaço serve de contraparte naquele estágio da construção do discurso. Nesse

caso, o pressuposto constrói o referente via espaço mental, no momento mesmo em que ocorre o discurso. Para Fauconnier (1997), descrições e nomes dados do ponto de vista do falante são referencialmente transparentes, não oferecendo grandes problemas em sua projeção.

6. CONCLUSÃO

Pressupor é realizar a referência, conduzido pela verificabilidade, defende Frege (1892 [1978]). Para Russell (1905 [1989]), pressupor tem o mesmo estatuto de afirmar, de atestar a existência, radicalmente, e nesse sentido próprio, a proposição deve atestar a realidade, particularizar, referenciar. Pressupor é unicizar, particularizar e também referenciar, mais do que a língua, *os falantes* é que pressupõem, afirma Strawson (1950 [1975]). Num sentido próprio de Austin (1962 [1990]), dizer a verdade, mais do que uma inferência, é uma atitude, é um ato ético, investido de condições felizes e infelizes, que tornam o ato realizável. Nesse direcionamento, pressupor é inferir dos atos de fala, com o valor atestado pelas condições de felicidade, na esfera do realizável. Pressupor é, vez por todas, implicitar, afirma Ducrot (1977, 1981, 1987), um procedimento que está inscrito na língua e dela se depreende, em níveis que se vão desdobrando dicotomicamente. Entrelaçado a esse fio, uma discussão pertinente: é a pressuposição um fenômeno eminentemente semântico, um fenômeno especialmente pragmático ou, ainda, um fenômeno tanto semântico quanto pragmático? Sob essa perspectiva, a discussão se concentra em ou conceder atenção aos dados linguísticos ou perceber as pressões exercidas pelo contexto. Percebe-se um sensível avanço promovido pela linguística diante das elucubrações filosóficas, o debate se avoluma em torno do fenômeno pressuposicional e outros detalhes são percebidos nas ocorrências pressuposicionais. Pressupor, então, inexoravelmente, compõe fundamentalmente o sentido.

Em meio ao surgimento de um outro paradigma de estudo da linguagem, a Linguística Cognitiva, sustentada pelo realismo experiencial, propõe-se, ainda, uma possibilidade de estudo da pressuposição, na defesa de uma abordagem que considere os aspectos cognitivos e encare a pressuposição como um processamento da mente. A Linguística Cognitiva, que pensa a

língua/linguagem como parte do aparato cognitivo geral humano, tem por assente que os sentidos são motivados e o signo linguístico está permanentemente subdeterminado, pois intrincados processamentos mentais subjazem à estrutura linguística quando do uso da língua. A produção de sentido é, de modos particulares, conduzida pela língua, a ponta aparente que faz-nos submergir nos complexos processamentos (MCIs e Espaços Mentais) operacionalizados pela mente para realizar as inferências, dentre elas o pressuposto. Chega-se à conclusão de que pressupor, desde a perspectiva da Linguística Cognitiva, desenvolvido na dissertação de mestrado aqui apresentada, é ativar Modelos Cognitivos Idealizados, por meio de gatilhos (triggers), e mapear domínios cognitivos por meio dos Espaços Mentais, tratando-se a pressuposição de modo unificado, considerando-o, junto com outros fenômenos de linguagem, um processamento mental e cognitivo, em que pese que aspectos semânticos e pragmáticos estejam integrados. Sem a pretensão de solucionar todas as questões, considera-se que desde esse ponto de vista teórico, pode-se ter uma saída, uma terceira via às vicissitudes do estudo da pressuposição.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Artes Médicas: Porto Alegre, 1990.
- CANÇADO, Márcia. Manual de Semântica: Noções básicas e exercícios. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- DUCROT, Oswald; ANSCOMBRE, J. C. Provar e Dizer: linguagem e lógica. Trad. Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Nova Global, 1981.
- DUCROT, Oswald. Princípios de Linguística Semântica: Dizer e não dizer. Trad. Rodolfo Ilari, Carlos Vogt, Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. O dizer e o dito. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. A pragmática e o estudo semântico da língua. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Mental Spaces*. Disponível em: <[www.http://terpconnect.umd.edu/~israel/Fauconnier-MentalSpaces.pdf](http://terpconnect.umd.edu/~israel/Fauconnier-MentalSpaces.pdf)> Acesso em 15 mai 2008.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cutrix, 1978.

ILARI, Rodolfo. *Semântica e Pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação*. *Revista de Estudos da Linguagem*, ano 9, v. 9, p. 109-162, jan./jun. 2000.

KOCH, Ingedore Villaça Grunfeld. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Contexto, 1984.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coord. Trad. Maria Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Trad. Luís Carlos Borges; Anibal Mari. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARMARIDOU, Sophia S. A. *Pragmatic meaning and cognition*. Philadelphia: John Benjamins B. V., 2000.

MIRANDA, Neusa Salim. *Domínios Conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais*. *Veredas, Juiz de Fora*, ano 2, v. 3, n.1, p. 81-95, jan./jun. 1999.

Propaganda da 58ª SBPC. CIÊNCIA HOJE: Revista de Divulgação Científica da SBPC, São Paulo, ano 38, jul. 2006.

RUSSEL, Bertrand. *Ensaio escolhido: da denotação*. In: LACEY, Hugh Matthew. (Org.) *Os pensadores*. Trad. Pablo Rubén Mariconda. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. *Gramática e Interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem*. *Veredas, Juiz de Fora*, ano 1, n. 1, v. 1, p. 24-39, jul./dez. 1997.

STRAWSON, P. F. *Escritos Lógico-Linguísticos: sobre referir*. In SILVA, Osvaldo Porchat de Assis Pereira da Silva. (Orgs.) *Os pensadores*. Trad. Balthazar Barbosa Filho. 1 ed. São Paulo: Editora Abril, 1975.

DISCURSOS ESCOLARES SOBRE A ESCRITA: A ESCRITA EM QUESTÃO

Celi Maria de Souza

RESUMO

O presente artigo constitui um resumo de nossa dissertação cujo propósito foi refletir acerca do prestígio social da escrita no âmbito restrito da instituição que se caracteriza por ser a mais importante agência de letramento: a escola. Queríamos saber como se constituem os discursos escolares sobre a escrita, que influências teóricas sua urdidura pressupõe e que estereótipos são-lhes mais frequentes. Para realizar nossos objetivos adotamos uma perspectiva teórica interdisciplinar que teve em Barthes seu ponto de confluência. A análise dos dados mostrou que os discursos escolares sobre a escrita, notadamente aqueles dos PCNs e do Manual do Professor, têm como principal característica a ausência de qualquer referência aos conflitos que se dão na/pela língua.

UMA VISÃO PANORÂMICA

Vivemos numa sociedade marcada pela hegemonia da escrita, sociedade na qual não saber escrever constitui um importante fator de discriminação (MATÊNCIO, 1995) enquanto a proficiência na escrita é fator de aceitação e de inclusão social. Quem a domina pode, legitimamente, participar dos rituais da sociedade letrada. Se o prestígio simbólico de que goza a escrita nessa sociedade é inegável, é comum, entretanto, ouvirmos da boca de pessoas alfabetizadas, muitas vezes com nível universitário, aquela frase que parece já ter se tornado uma máxima para uma ampla camada da população: "eu não sei escrever". Nas escolas, os alunos de há muito egressos da alfabetização fazem uso dela como de um escudo a protegê-los quando atividades de escrita são solicitadas. Situações como essa, testemunhadas cotidianamente por professores de todos os níveis de ensino,

permitem-nos constatar que a escrita, quando praticada no ambiente escolar, parece provocar um pavor generalizado cujas consequências têm sido evidenciadas pelos resultados pífios de quaisquer exames que meçam a proficiência dos estudantes nacionais nessa prática social.

Sendo nossa sociedade grafocêntrica por excelência, a escrita não poderia ter deixado de inquietar estudiosos dos mais variados campos do saber. Entretanto, se já foram inúmeros os estudos produzidos sob os mais diversos enfoques teóricos, por que a problemática do ensino da escrita continua na ordem do dia? Se vivemos em uma sociedade em que o prestígio simbólico da escrita é grande, se nessa sociedade o acesso aos bens culturais legitimados não prescinde da escrita, então por que os fracassos em seu domínio são mais frequentes que o sucesso?

As questões que constituíram nossa motivação para este trabalho encontram suas raízes na problematização, proposta por Gnerre (1998), da concepção de escrita como um bem em si. A partir dessa problematização, consubstanciada na afirmação deste mesmo autor de que “a linguagem é o arame farpado mais eficaz para impedir o acesso ao poder” (GNERRE, 1998, p.22) e da constatação de que o domínio da escrita tem constituído, de fato, um problema no contexto educacional brasileiro, decidimos verificar se os discursos escolares acerca da escrita explicariam essa situação de generalizada exclusão de seu domínio efetivo.

Assim, este trabalho de pesquisa teve como meta analisar os discursos sobre a escrita nos PCNs de Língua Portuguesa, num Manual do Professor do livro didático *Português Linguagens* e em três entrevistas realizadas com professores de Língua Portuguesa da rede pública de ensino, com o intuito de conhecer: a) como se dá o diálogo entre esses discursos; b) quais as influências teóricas presentes nos discursos escolares acerca da escrita; c) quais os estereótipos mais frequentes nas concepções de escrita presentes em nosso corpora.

Pudemos, ao longo de nossa pesquisa, perceber que há vários pontos de vista sob os quais se pode contar a história da escrita. Aquele ponto de vista – ainda atualíssimo entre nós – que vê a escrita segundo uma perspectiva evolutiva encontra suporte em autores como Higounet (2003),

segundo o qual, a escrita é “[...] o fato social que está na base de nossa civilização. Por isso que a história da escrita se identifica com a história dos avanços do espírito humano” (HIGOUNET, 2003, p.10).

O ponto de vista segundo o qual a escrita é vista a partir da concepção de linguagem que deu suporte à sua invenção e disseminação é aquele que embasa a perspectiva de Kristeva (1969); para essa autora, as visões acerca da escrita dos mais diferentes povos, ao longo de diferentes períodos históricos, além de revelarem a concepção de língua/linguagem que suas respectivas escritas mobilizavam, mostram também o que a escrita e o significado que ela assume em cada sociedade desvelam sobre a própria sociedade em termos de suas formas de organização, de suas formas de distribuição do poder e de sua cosmologia.

A mirada de Gnerre (1988) sobre o tema tem um caráter demolidor que vale a pena destacar. Seus argumentos desestabilizam pela base a unanimidade acerca do prestígio “inegável” da escrita. Em *Escrita, linguagem e poder*, o autor desvela o processo de legitimação por que passou a escrita e, desvela também, a própria constituição histórica da visão segundo a qual ela é um bem e signo de evolução. Seu estudo traz, sobretudo, o *poder* à cena, mostrando em primeiro plano suas estratégias de atuação na constituição do grafocentrismo de hoje e, faz-nos, assim, mais atentos para os conflitos de poder sempre reatualizados em cada situação de ensino da escrita. Advém de sua perspectiva de análise, a concepção de que o caráter hegemônico atual da escrita consiste na materialização de um processo de apagamento de todas as variedades rechaçadas durante um longo período dedicado ao esforço de vincular uma determinada variedade ao sistema gráfico alfabético.

Observamos, ainda, a escrita segundo a visão de duas correntes de estudos linguísticos: a Sociolinguística e a Linguística Textual. A seleção dessas duas correntes justifica-se pela ampla presença de seus respectivos conceitos e categorias de análise – notadamente os da Linguística Textual – nos discursos por nós analisados.

A Sociolinguística não apresenta um enfoque estrito da escrita como objeto de investigação. O que interessa a essa corrente de estudos são

as variedades linguísticas que se manifestam tanto na fala quanto na escrita. Com relação à Linguística Textual, podemos perceber que, embora a materialidade linguística tenha constituído o suporte dos estudos textuais, a prática social da escrita como objeto específico, delimitado, só passa a fazer parte das preocupações da Linguística Textual em seu estágio atual com os estudos que enfocam o *continuum* oral/escrito.

BARTHES: ESTABELECENDO CONFLUÊNCIAS

A escrita não é um artefacto como os outros: parece constituir, ao mesmo tempo em que uma prática simples de comunicação, um objecto reflexivo que remete, de forma quase imediata, para uma interrogação sobre o sujeito. A questão da escrita, de Platão a Lacan, é ainda um pôr em causa, se não em crise, da subjectividade (BARTHES, R. e MARTY, E. *Escrita*, p.146-147)

Destaquemos dois pontos dessa citação: *a) os autores afirmam que a escrita não é um artefato como os outros; b) afirmam também que ela é ao mesmo tempo uma prática simples de comunicação e uma interrogação sobre o sujeito.* Tomemos a primeira afirmação em sua implicação “a escrita é um artefato de natureza diferente dos demais”. Ora, a escrita é, portanto, um artefato e isso implica pensar em seu caráter de produção manual ou, num sentido mais amplo, de produção que necessita de um trabalho corporal, pois ela é “em primeiro lugar, o resultado material de um gesto físico que consiste em traçar, regularmente, signos, seja usando a mão, seja (actualmente) de forma mecânica” (BARTHES e MARTY, *Escrita*, p.146). Por outro lado ela agrega duas outras características: ser uma prática de comunicação e ser uma interrogação sobre o sujeito. Como prática de comunicação do tipo “visual, silencioso e estável” é possível traçar percurso histórico de suas formas ou como dizem Barthes e Marty (*Escrita*, p.146) uma “morfologia histórica das escritas”. Como interrogação acerca do sujeito ela põe em evidência sua face de “prática significativa de enunciação, através da qual o sujeito se coloca na língua de uma forma específica” (BARTHES e MARTY, *Escrita*, p. 146).

De acordo com Barthes (1981) *escrito* é aquilo que na escrita diz respeito ao traço, à grafia e *escrita* diz respeito à prática de produção de textos. Assim, podemos afirmar que a escrita na sua face de artefato gráfico, ou seja, o escrito, corresponderia a uma forma de submissão ao mito do referente, corresponderia àquela escrita concebida apenas como instrumento através do qual um sujeito uno, senhor de si e apartado da linguagem e da *escrita como prática linguageira* (produtora de textos) comunicaria o seu pensamento. Portanto, para que a escrita exista apenas como instrumento, para que ela realize apenas sua face de artefato é preciso que se conceba o pensamento e o sujeito como preexistentes à linguagem, é preciso também que se conceba seriamente a possibilidade da existência de sujeito e pensamento sem linguagem.

O questionamento acerca da escrita segundo Barthes leva-nos às questões relativas à língua e à linguagem no âmbito de seu pensamento. Quando falamos de língua de acordo com esse autor, quer seja ela a língua nacional, quer seja a língua de determinada classe social, quer tenha ela enfim o lugar de emergência que tiver, será sempre um todo sem exterior, uma força de coerção, lugar maior de inscrição do poder.

[...] o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua.(BARTHES,1987, p.12)

A língua é para Barthes um lugar de combate pelo poder, mas não o poder político – embora a relação com a língua seja política –, a luta é pelo poder do significado e ela se dá em todos os níveis das relações e em todas as esferas da vida dos homens. Assim é que Barthes, como combatente dos estereótipos, das posições estabilizadas, afirma:

[...] Interesse-me senão pelo significante, pelo menos por aquilo a que se chama significância; a significância é um regime de sentidos, é certo, mas que nunca se fecha num significado, e em que o sujeito quando escuta, fala, escreve,e mesmo ao nível dos seu texto interior, vai sempre de significante em significante, através do sentido, sem nunca o encerrar. (BARTHES,1981, p.205-206)

Barthes empreende também uma discussão sobre a divisão das linguagens – aqui como sinônima de discursos – inserindo-a no âmbito de sua discussão sobre a cultura. Segundo o autor, o advento dos meios de comunicação de massa reduziu as sociedades, a eles submetidas a um espaço cultural uno, sem contornos definidos, sem elemento de oposição, pois “[...] a cultura não é apenas aquilo que se repete, é também e, sobretudo aquilo que se mantém no lugar, como um cadáver indeteriorável: é um brinquedo estranho que a *História nunca parte*” (BARTHES, 1984, p.87 grifos do autor).

Mas se a cultura é esse lugar de conforto, de aparente ausência de conflitos, onde estariam suas fissuras, suas contradições? Barthes o responde dizendo que a cultura é um campo de dispersão das linguagens, estamos sujeitos à cultura e, sob a aparente paz cultural, vivemos uma intensa e acirrada guerra de linguagens. A língua nacional, “a linguagem da *comunicação*”, nas palavras de Barthes, recobre uma parte ínfima de nossas relações, através dela trocamos informações, trivialidades e nada mais. O resto é o espaço da divisão, da guerra. E, considerando que não há quem esteja fora da linguagem, que o sujeito é constituído de cima abaixo pela linguagem,

[...] a separação das linguagens é um luto permanente: e esse luto não se produz apenas quando saímos de nosso “meio”(onde toda a gente fala a mesma linguagem), não é só o contato material com outros homens, provenientes de outros meios, de outras profissões, que nos dilacera,é precisamente essa “cultura” que, em boa democracia, se supõe termos todos em comum: é no presente momento em que, sob efeito de determinações aparentemente técnicas, a cultura parece unificar-se (ilusão bastante estupidamente reproduzida pela expressão “cultura de massa”), é então que a divisão das linguagens culturais atinge o seu auge. (BARTHES, 1984, p.88)

E essa divisão não se dá apenas entre homens, mas também em cada homem, que em si vive dilacerado pelas diversas linguagens isoladas que acumula. Mais: não é uma guerra que se faça no nível da língua nacional – segundo Barthes, compreendida por todos – mas no nível dos discursos,

"[...] a incomunicação não é, a bem dizer, de ordem informacional, mas de ordem interlocutória" (BARTHES, 1984, p.94). Não há igualdade, conforme pensam os linguistas, entre a língua que se fala e a língua que se escuta.

Barthes critica a desatenção com que a divisão social das linguagens tem sido tratada pelos estudos científicos. Considera-se a divisão das linguagens de ordem geográfica, mas a social, embora postulada, é amenizada, diminuída em sua importância.

DISCURSOS ESCOLARES SOBRE A ESCRITA

1. PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 5ª a 8ª séries, publicados em 1998, surgiram como uma proposta de se construir referências nacionais que enfatizassem elementos comuns ao processo educacional de todo o território nacional, considerando, concomitantemente, as diferenças de ordem regionais, culturais e políticas que caracterizam um país de dimensões continentais como o Brasil. Da idéia básica de tentar apontar direcionamentos comuns sem deixar de atentar para as diferenças é que advém, portanto, o termo "parâmetro". É levando em conta exatamente o caráter aberto e flexível pleiteado pelos documentos – já inscritos no título – que Rojo (2000) defende o avanço por eles representado em relação às políticas educacionais de modo geral e, de modo mais específico, no que diz respeito aos PCNs de Língua Portuguesa, em relação às "[...] políticas linguísticas contra o iletrismo e em favor da cidadania crítica e consciente" (ROJO, 2000, p.27).

De início, os princípios que estão na base da formulação dos PCNs parecem-nos perfeitamente adequados. Como pôr em causa a necessidade de formar cidadãos autônomos e competentes? Isso é possível, segundo Nunes (2007), se desnaturalizamos esses princípios de base, conferindo-lhes historicidade e, portanto, lugar e contexto de emergência, retirando deles o caráter de "significados para sempre estabelecidos".

Segundo Barthes (1984), a língua é um lugar de combate pelo poder do significado, ou, mais precisamente, pelo poder de estabelecer o significado último, definitivo. Lugar, portanto, de luta pelo estabelecimento da verdade. Assim, considerando o percurso que viemos traçando até aqui, nossa primeira indagação em relação aos PCNs, será sobre o significado, por eles atribuído à escrita. Em relação a esse ponto específico os documentos afirmam:

[...] espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas [...] *de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania.* (PCNs, p. 32 grifos nossos)

[...] um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para *garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania.* (PCNs, p. 19, grifos nossos)

Depreende-se, a partir do primeiro fragmento grifado, que a entrada no mundo da escrita é condição possibilitadora do exercício da cidadania. Exercício este cuja efetivação depende de alguns “saberes linguísticos necessários”, não acessíveis – conforme o fragmento seguinte sugere – àquelas comunidades com menor grau de letramento. Desse modo, “assumir a palavra”, “como cidadão” implica ser capaz de produzir textos que serão eficazes na medida em que estiverem acordados com esses “saberes linguísticos necessários”.

Dada a imensa diversidade de gêneros existentes, os documentos operam uma seleção que leva em conta as esferas de uso público da linguagem. Assim, são sugeridos para o trabalho com produção de textos, aqueles de maior circulação nessas esferas.

[...] *Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada.* (PCNs, p.24, grifos nossos)

O trecho destacado acima dialoga com um velho discurso, segundo o qual, mesmo que se possa admitir a existência dentro de um idioma nacional de “um certo número de espécies” (BARTHES, 1984, p. 91), essas espécies, ou variedades na terminologia sociolinguística, tendem a ser minimizadas, naquilo que têm de profundamente ligado à divisão das classes sociais, e, assim, são reduzidas à “‘maneiras’ de se exprimir”, constituindo não mais que “estados intermédios, flutuantes, ‘divertidos’” (BARTHES, 1984, p. 92) da língua nacional. Parece-nos evidente que o trabalho com a produção de textos, conforme os PCNs de Língua Portuguesa o explicitam no trecho em destaque, pressupõe uma eleição clara da variedade de prestígio. Não nos parece residir aí, porém, o nó problemático. Esse nó da questão reside, sim, é na afirmação de que os textos produzidos segundo os padrões estabelecidos por essa variedade são – em detrimento de outros, produzidos segundo outras ‘espécies’ ou variedades linguísticas – aqueles que “podem favorecer a reflexão crítica”, “o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas” (PCNs, p.24). Existe, isto não se nega, a “variação intrínseca ao processo linguístico” (PCN, p. 60), entretanto ela dever ser vista como um objeto de estudo, por conseguinte, o aluno deve ser capaz de observá-la, analisá-la e classificá-la (cf.PCN, p.60) e, deve ser capaz de fazê-lo investido de uma pretensa unidade subjetiva, que lhe caracterizaria como o sujeito pensante da filosofia idealista (BARTHES, 1984), apartado da linguagem e, não nela se constituindo, desapossado de seu grupo e, conseqüentemente, de sua linguagem. Tarefa fadada ao fracasso, pois

[...] os falares diferem de grupo para grupo, e cada homem é prisioneiro de sua própria linguagem: fora de sua classe, a primeira palavra o aponta, o situa inteiramente e o expõe com toda a sua história. (BARTHES, 2000, p.73)

E, somente no caso de admitirmos um sujeito apartado da linguagem é que poderíamos adotar, sem restrições, a assepsia, proposta no documento, para o ensino da modalidade escrita da língua. Proposta que contraria a própria concepção de língua postulada, segundo a qual:

[...] língua é um sistema de signos específico, histórico e social, que possibilita a homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. Aprendê-la é aprender [...] os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. (PCN, p. 20)

2. Manual do Professor (coleção Português Linguagens)

Abordaremos aqui o Manual constante da 2ª edição da coleção *Português: Linguagens* editada primeiramente em 1998. A nova edição revista e ampliada chegou ao mercado em 2002 e veio com a proposta, explicitada no Manual, de “confirmar e aprofundar os rumos traçados na 1ª edição” (CEREJA e MAGALHÃES, 2002, p. 2).

O Manual do Professor obedece à mesma estrutura em todos os volumes e em cada um deles ocupa 32 páginas com texto idêntico da página 1 até a página 21. Vale notar que já à página dois, é explicitada a concepção de língua assumida pelos autores “*a perspectiva da língua como instrumento de comunicação, de ação e de interação social*” (CEREJA e MAGALHÃES, 2002, p. 2 grifos dos autores).

A produção de textos é assunto de destaque em muitos momentos no Manual. O primeiro deles ocorre na descrição da estrutura dos volumes da obra, quando é explicada a organização da seção “Produção de texto”. Segundo os autores, essa seção está presente em todos os capítulos e é dividida em duas partes: uma mais teórica e outra de cunho mais prático. A parte teórica é destinada ao exame de um texto representativo de um gênero textual específico e a outra oferece ao aluno a oportunidade de aplicar os aspectos teóricos desenvolvidos. Outro momento de destaque para a produção de textos está numa seção do Manual denominada “Produção de Texto”. Nessa seção, os autores justificam e fundamentam sua opção “pelas teorias de gêneros textuais ou discursivos” (CEREJA e MAGALHÃES, 2002, p.10), definem a noção de gênero, dizem de que maneira os gêneros podem contribuir para a construção do sujeito e da cidadania além de explicarem de que maneira o ensino que tem como objeto os gêneros contribui para a democratização do texto. Dois pontos merecem destaque especial em relação às propostas de trabalho com produção de textos no livro *Português Linguagens*: o primeiro deles refere-se à concepção de língua como instrumento de comunicação e o segundo refere-se ao aporte teórico utilizado, ou seja, a “teoria dos gêneros textuais ou discursivos”, considerando como equivalentes a perspectiva textual e a discursiva.

3. Discursos docentes

A importância atribuída ao trabalho com a escrita e a interferência da variação linguística no trabalho com produção de textos

- E1 [...] *é:: você verificar se houve ou não aprendizagem é através da produção de texto que você consegue ver isso.*
- E2 *É importante porque leva o aluno a colocar o seu modo de pensar, a sua vivência... porque antigamente nós éramos muito condicionados[...] Hoje não, as nossas produções de texto dão liberdade pra que o aluno coloque a sua vivência.*
- E3 *Ela é importante... eu acho que ela é importante porque é a forma como você vai se... vai saber colocar o que você pensa [...]*
- E1 *Ah, eu acho que não há dificuldade não... não... não interfere... essa questão... em... muitas vezes... [...]*
- E2 *Não, não interfere porque eu procuro respeitar a individualidade, eu procuro respeitar o meio onde o aluno vive, o que ele traz, né? A bagagem que ele tem, a sua bagagem própria.*
- E3 *Não até hoje eu não senti essa... não senti isso não. Eu acho que pelo contrário, né? Quando a gente tem uma sala de uma diversidade linguística, né, grande, a gente vê que há uma troca aí, eu de forma nenhuma eu não acho que isso aí seja um empecilho de forma nenhuma... [...]*

Os três primeiros fragmentos mostram escrita tomada por um lado como algo exterior ao sujeito que dela se serve para expressar um pensamento que é, portanto, anterior à linguagem e, nesse sentido, é um instrumento capaz de propiciar a exteriorização do pensamento individual.

Os três últimos fragmentos evidenciam a negação da variação como um fator a ser considerado na produção de textos. Entretanto, apesar dessa negação, em outros momentos das entrevistas, os mesmos docentes afirmam que o professor precisa fazer “*um discurso mais próximo do aluno pra que ele entenda*” (E1); que a diversidade linguística pode ser um fator enriquecedor “[...] *as produções ficam mais ricas, você consegue explorar muito mais.*” (E2), “*Quando a gente tem uma sala de uma diversidade linguística né grande a gente vê que há uma troca aí [...]*” (E3). E1 e E3 ressaltam a necessidade de o professor oferecer ao aluno

um vocabulário “*privilegiado*” que não aquele aprendido “*com o pai e com a mãe*”, como forma de o aluno não vir a sofrer preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo gesto de escrita acontece em condições específicas que ligam essa prática enunciativa tanto às circunstâncias estritas em que ela se dá quanto às circunstâncias mais amplas do contexto sócio-histórico e ideológico. Por isso, ao mesmo tempo em que a escrita é “[...] o resultado material de um gesto físico [...], seja usando a mão, seja (actualmente) de forma mecânica” (BARTHES e MARTY, *Escrita*, p. 146) ela é também “[...] uma prática significativa de enunciação, através da qual o sujeito se coloca na língua de forma específica” (BARTHES e MARTY, *Escrita*, p. 146). Contudo, o sentido de escrita, como artefato isento, tem ainda atualidade e eficácia nos discursos sobre a escrita.

Ao apontarem a escrita como expressão do pensamento, os discursos docentes colocam em evidência uma elaboração discursiva que a toma como instrumento. Isso aparece também no Manual do Professor do livro didático indicado pelas docentes entrevistadas. Segundo seus autores, o livro adota uma abordagem da leitura, da produção de textos e dos estudos gramaticais acordada com “a perspectiva da língua como *instrumento* de comunicação, de ação e de interação social” (CEREJA e COCHAR, 2002, p.2). Posição semelhante observa-se também nos PCNs quando apontam a escrita como instrumento necessário ao exercício da cidadania.

Mesmo que os PCNs afirmem propor uma perspectiva discursiva da língua centrada basicamente no eixo do uso, mesmo que o livro didático usado por nossas entrevistadas assumam as propostas teórico-metodológicas dos PCNs e mesmo que os discursos dos professores defendam um ensino da escrita enriquecido pela diversidade linguística e, portanto – ainda que focado no objetivo de ensinar a norma padrão – erigido a partir do universo linguístico do aluno, os resultados de todo esse empreendimento não corresponde, em termos de eficácia, a toda essa harmonia pretendida e, de fato, engendrada no discurso do sistema escolar. No entanto, é preciso frisar, o discurso docente é aquele que anuncia e denuncia as fissuras existentes em toda essa arquitetura discursiva.

Assim, se a guerra linguística de que nos falam Gnerre (1998) e Barthes (1984) é completamente neutralizada no âmbito da formulação do discurso escolar das instâncias oficiais, ou seja, nos discursos dos PCNs e do livro didático, pois esses, imbuídos da crença de que a escrita constitui um bem neutro, artefato puro, erigem-se totalmente desvinculados do homem e de sua guerra cotidiana pelo estabelecimento do significado; o discurso docente, embora não assuma a existência dessa guerra em todas as suas implicações, é aquele que, por sua tessitura, nos apresenta a possibilidade de entrevê-la a se insinuar por toda a trama bem engendrada do conjunto do discurso escolar.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Aula*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1987.
- _____. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- _____. *O grão da voz*. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 9-13.
- BRASIL. MEC. SEF. 1998. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*. 2. ed. São Paulo: Atual, 2002. 4. v.
- ESCRITA. In: BARTHES, Roland; MARTY, Eric. *Enciclopédia Einaudi*. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987. v. 11. p. 146-171.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.
- KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Leitura, produção de textos e a escola*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1994.

NUNES, Cássia Olinda. *Análise discursiva dos PCNs de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª série: a relação documento e o projeto de governo*. 2007. 206f. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, USP, São Paulo, 2007.

ORAL/ESCRITO. In: BARTHES, Roland; MARTY, Eric. *Enciclopédia Einaudi*. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987. v. 11. p. 32-57.

ROJO, Roxane. *Modos de transposição dos PCNs às práticas de sala: progressão curricular e projetos*. In: _____. *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 27-38.

O EDITORIAL NA SITUAÇÃO DE REDAÇÃO DE VESTIBULAR

Kátia Regina Franco

RESUMO

A proposta central deste artigo é analisar como o gênero discursivo Editorial funcionou em uma situação de redação de vestibular. Por se tratar de um processo discursivo que envolve uma atividade complexa, recorreu-se a diversas teorias (textuais, discursivas, enunciativas, interacionistas), para discutir e pôr em evidência elementos que pudessem fundamentar a análise da inserção e adaptação do gênero Editorial no contexto do vestibular. A partir do pressuposto de que a redação de vestibular constitui um gênero textual-discursivo, investigou-se como o Editorial se realizou em um lugar diferente de sua esfera de atuação. A compreensão dos movimentos dialógico-discursivos para a adaptação genérica operada pelos sujeitos-candidatos foi investigada a partir de *corpus* constituído por redações produzidas no vestibular da Ufes 2006. A análise indicou que a maioria dos candidatos, no processo de adaptação, recorreu ao modo de organização de gêneros opinativos, o que os levou a estruturarem seus textos na forma dissertativo-argumentativa. Palavras-chave: gêneros textual-discursivos, editorial, vestibular.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de pesquisa de Mestrado realizada por nós, que buscou investigar como os candidatos do vestibular da Ufes/2006 responderam à proposta de elaborar um Editorial de Jornal solicitado na prova de redação do concurso. Partindo da hipótese de que os candidatos não dariam conta de elaborarem um Editorial de Jornal, nossas questões eram: Que mecanismos os candidatos acionariam para dar conta da proposta? De que forma eles adaptariam os conhecimentos de outros gêneros apropriados ao gênero editorial e, principalmente, numa situação de vestibular?

1. ELEMENTOS INTRÍNSECOS DA INTERAÇÃO VERBAL NO CONTEXTO DA PROVA DE REDAÇÃO DO VESTIBULAR

Com a intenção de continuar a investigar as marcas deixadas pelo autor/ produtor do texto e os movimentos articulatórios de seus argumentos na construção reformulada do gênero de que precisa fazer uso, serão examinados neste capítulo alguns elementos constitutivos da interação verbal no contexto da prova de redação do vestibular.

1.1 - Competências necessárias à produção e à interpretação de textos

Na perspectiva sócio-interacionista da linguagem, conhecer os textos que circulam na sociedade, as suas características e os efeitos que produzem na interação social entre os interlocutores, é condição indispensável para o desenvolvimento da competência discursiva dos usuários/falantes de uma dada língua (BALTAR, 2006). Isso equivale a dizer que, à medida que os usuários da língua constatarem que em cada ambiente discursivo circulam determinados gêneros textual-discursivos, e se apropriam das estruturas relativamente estáveis em suas reais condições de produção como leitores e produtores responsivos, terão sua competência discursiva ampliada.

Para Baltar (2006, p. 34), o indivíduo, entendido como ser socializado, utiliza no domínio da língua fórmulas não-gramaticais já prontas, mas geradas pelas situações de emprego na comunicação.

O manejo dessas fórmulas já prontas pode ser comparado, de uma maneira mais abrangente, com o que Bakhtin (1997) nomeia de estruturas relativamente estáveis da língua. Assim, o domínio do uso de determinados enunciados ou gêneros textuais/discursivos, de acordo com a situação de uso, vai determinar o nível de competência de um indivíduo em uma determinada língua. Essa associação de fórmulas já prontas, enunciados ou discursos permite utilizar o termo *competência discursiva* para se falar desse domínio de um indivíduo sobre a língua. [BALTAR, 2006, p. 37]. (grifo do autor).

Baltar (2006) atribui competência discursiva à capacidade que o falante (usuário da língua, de modo geral) tem de inserir-se numa situação

discursiva estabelecida por instituições que compõem a vida social da comunidade linguística da qual faz parte, manejando os diversos gêneros textuais, conforme a necessidade de interação social do momento.

Maingueneau (2005) considera que “o domínio das leis do discurso e dos gêneros de discurso (a competência genérica) são os componentes essenciais de nossa competência comunicativa” (op. cit. 2005, p. 41). As *leis de discurso* às quais o autor se refere dizem respeito a um conjunto de normas contratadas mútua e tacitamente pelos usuários de uma língua em dada comunidade. O que “entra em ação é um saber *mutuamente conhecido*: cada um postula que seu parceiro aceita as regras e espera que o outro as respeite”. Dentre essas regras (“não obrigatórias e inconscientes como as da sintaxe e da morfologia”), estão os subentendidos, que veiculam conteúdos implícitos exigindo que o interlocutor infira uma implicatura; e os pressupostos, cujos conteúdos estão inscritos nos enunciados, exigindo que o interlocutor capte o dito, o evidente, sem possibilidades de contestação. (op. cit. 2005, p. 31-34).

Tomando a posição e alguns passos analíticos de Rodrigues (2005), que afirma ter se orientado de modo a não apagar a essência da teoria de Bakhtin, buscou-se uma análise dos textos que não os pretendesse como modelos de um gênero, mas que investigasse características recorrentes na constituição de um gênero *nesta* situação de comunicação: a redação de vestibular.

Os gêneros veiculados em um jornal apresentam certos traços em comum, tais como: a interação entre o autor e o leitor não ocorre no mesmo espaço e tempo físicos, nem face a face, mas é mediada ideologicamente pela esfera jornalística; a validade dos gêneros é prevista para um dia; a periodicidade é variável de acordo com cada gênero e cada jornal.

O editorial, por meio do seu autor, tem função avaliativa, a respeito de acontecimentos sociais noticiados no jornal, reconhecida e assumida pelos participantes da interação. O leitor varia de acordo com a classe social, sendo que os jornais cujo público-alvo pertence a classes populares não veiculam editorial.

A perspectiva temática do editorial refere-se a acontecimentos sociais próprios do universo da comunicação jornalística. Os acontecimentos da atualidade motivam a escrita do editorial, sendo esses acontecimentos desencadeadores de crítica e questionamento por parte do editorialista; de anuência e comentário positivo; de recurso argumentativo para o seu discurso; ou de apropriação como ponto de partida na constituição do seu discurso. Com esses elementos de textualização do evento motivador, o gênero editorial de jornal configura-se como uma reação-resposta a esses enunciados da atualidade (o já-dito) e, simultaneamente, busca a reação-resposta ativa do seu interlocutor (BAKHTIN, 1990).

Os outros discursos que o editorialista associa ao seu delineiam a posição de autor que vai se construindo pelo modo de incorporação e interpretação que confere às variadas vozes presentes no seu enunciado, com diferentes valorações. O processo de articulação do discurso do outro com o discurso do autor perpassa todo o editorial, deixando traços estilístico-composicionais que permitem mapear as estratégias da inter-relação de ambos.

Rodrigues (2005) identificou em sua análise dois movimentos de incorporação do discurso de outro. Denominou *Movimento Dialógico de Assimilação*, quando o autor incorpora outras vozes avaliando-as positivamente. No outro modo de incorporação, *Movimento Dialógico de Distanciamento*, percebe-se apagamento, distanciamento, isolamento, desqualificação das vozes às quais o autor se opõe.

Rodrigues (2005, p.178-179) aponta que a relação dialógica entre autor e interlocutor é construída com três movimentos dialógicos básicos: “o movimento de engajamento do leitor ao discurso do autor, o movimento de refutação da possível contra-palavra do leitor e o movimento de interpelação do leitor ao horizonte axiológico do autor”.

Percebe-se o que o leitor é elevado à posição de co-autor do texto, quando o autor usa o movimento de engajamento, tornando o leitor um aliado seu. Já no movimento dialógico de refutação, o autor encobre, antecipadamente, as prováveis reações-resposta de contestação que o leitor poderia contrapor a seu discurso. O autor incorpora ponto de vista contrário ao seu e enquadra-o

de modo refutativo, com o intuito de silenciar os discursos que divergem das suas concepções. No movimento de interpelação, um determinado ponto de vista, o do autor, é apresentado com a única verdade a que o leitor pode aderir. (RODRIGUES, 2005).

Para falar sobre autoria, primeiramente é necessário considerar que a palavra é orientada para um interlocutor, a enunciação é vista como um produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, o locutor e o ouvinte, ainda que o interlocutor não seja real. Sendo assim, o papel do ouvinte/leitor passa a ser considerado.

Do ponto de vista retórico, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a relação interlocutiva que se estabelece em um gênero como o Editorial é a relação orador/auditório. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) admitem que

Todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito frequente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito. Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se. [PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.7].

Concebendo esta inter-relação entre orador e auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 7-9) concordam com a posição da retórica clássica de que “o orador é obrigado a adaptar-se a seu auditório”. No entanto, põe em questão o fato de algumas argumentações poderem “ser dirigidas a toda espécie de auditório”. Então, como definir o auditório a que se dirige? Em primeiro lugar, é necessário definir a concepção de auditório. Perelman (2005, p. 22), define “auditório como o *conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*”.

Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam três tipos de auditório:

O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório *universal*; o segundo formado, no diálogo, unicamente pelo *interlocutor* a quem

se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo *próprio sujeito*, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos. [op. cit. 2005, p.33-34]. (grifos dos autores).

A importância do auditório universal é respaldada pelos elementos que o constituem e pelo acordo em aprovarem unanimemente certas opiniões. “*O acordo de um auditório universal não é, portanto, uma questão de fato, mas de direito.*” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 35) [grifos dos autores]. Os autores realçam a presença de um auditório particular, “ouvinte ativo do diálogo ou um ouvinte silencioso a quem o orador se dirige”. A visão de um auditório particular constitui-se pela encarnação de um único ouvinte que representa “um grupo do qual é o delegado, o porta-voz, em cujo nome ele poderá tomar decisões” ou, ainda, quando é “considerado uma amostra de todo um gênero de ouvintes” [grifos nossos]. (op. cit. 2005, p. 44).

2. ANÁLISE DE UMA AMOSTRA DE REDAÇÕES SOB O GÊNERO EDITORIAL

No trabalho de pesquisa de mestrado, tomou-se o Vest/2006, da Ufes, para selecionar as redações que compuseram o *corpus* de análise. Inicialmente foram analisadas 45 (quarenta e cinco) redações, sendo 09 (nove) de cada um dos 5 (cinco) cursos - Letras-Português, Comunicação Social-Jornalismo, Medicina, Engenharia da Computação e Física - todos do turno diurno, com notas variando em baixas, médias e altas. Após essa análise inicial, foram selecionados 10 (dez) textos como amostra para uma análise mais detalhada. Em relação à nota, cabe lembrar que a nota divulgada é global, isto é, somam-se os pontos resultantes das avaliações feitas sobre as 03 (três) propostas respondidas pelos candidatos. Neste estudo, não nos preocupamos com a quantidade de textos a serem analisados, visto tratar-se de uma pesquisa qualitativa. Para este artigo, foi selecionado um exemplar de cada uma das três categorias encontradas e distinguidas para fins de análise.

A proposta de redação da Ufes/2006 teve peso máximo de 10,0 (dez) pontos, distribuídos pelas três propostas apresentadas no processo seletivo, a saber: um relato (3,0 pontos) e um cartão-postal (3,0 pontos).

A 3ª questão, a escrita de um editorial de jornal (4,0 pontos), abaixo transcrita, teve um breve análise:

3ª QUESTÃO (4,0 pontos)

Haiti

Quando você for convidado para subir no adro,
da Fundação Casa Jorge Amado

Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos
pretos, dando porrada na nuca de malandros
pretos, de ladrões mulatos e outros quase
(E são quase todos pretos)

E aos quase brancos pobres como pretos

Como é que pretos, pobres e mulatos

E quase brancos quase pretos de tão pobres

São tratados (...).

Não importa nada:

Nem o traço do sobrado,

Nem a lente do Fantástico,

Nem o disco de Paul Simon

Ninguém, ninguém é cidadão.

(Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1994)

“Lançada pelo IBGE em junho de 2003, a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante, - indo-europeus e outras *etnias brancas* -, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres.”

(Mir, Luis. *Guerra Civil: estado e trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004, p.81.)

A orientação para a escrita do texto é dada pelo enunciado da questão:

Imagine a seguinte hipótese: você está inaugurando um jornal de uma Organização Não Governamental – ONG – voltada para a questão da injustiça social no Brasil.

Tendo em vista a canção Haiti, de Caetano Veloso e de Gilberto Gil, e a citação estatística de Luis Mir, escreva o editorial de inauguração do referido jornal.

(Caderno de Redação, VestUfes 2006, 3ª questão).

Observamos que o tema a ser desenvolvido nos é apresentado em conexão dialógica entre gêneros distintos, pois os textos – música e excerto de um livro – possuem um mesmo eixo temático; este, no nível objetivo e estatístico/informativo; e aquela, no nível subjetivo e artístico. Ambos com a função de subsidiar a abordagem do tema, considerando-os como domínios bem mais próximos da realidade dos vestibulandos em oposição ao gênero solicitado – editorial – para o atendimento da proposta.

Propusemos como metodologia para análise a observação da elaboração da imagem e do lugar social ocupados pelo Autor institucional que o vestibulando deverá representar, e dos movimentos dialógicos que orientam seu interlocutor ao seu horizonte axiológico.

No próximo tópico, apresentaremos um exemplar de cada uma das categorias de redações analisadas.

Exemplo nº 1- Categoria Dissertação Escolar

A segregação populacional e a violência são apenas algumas marcas de um problema mais amplo que aflige a sociedade brasileira: a injustiça social. De um lado, a elite detentora de privilégios; de outro, uma enorme parcela de indivíduos excluídos do direito de exercer, de fato, a cidadania brasileira. Um cenário como esse, atros, só nos pode levar à análise das causas desse entrave, como forma de propor soluções adequadas.

Não há muita dúvida de que a história do Brasil foi inicialmente construída em torno de um colonialismo escravista, tão responsável por polarizar a população, sobretudo no contexto da busca pelo lucro. O problema dessa situação, cabe ressaltar, foi que o desenvolvimento das relações capitalistas não colocou fim à injustiça oriunda do período colonial, somente a intensificou. Inclusive, é importante destacar que o advento da república foi responsável por criar uma falsa noção de democracia, na medida em que o Brasil ainda sofre com impasses, tais como a descrença na representatividade política e a falência das instituições públicas, no

combate aos problemas sociais. Como consequência, aumenta o número de “falsos cidadãos”, pessoas incapazes de perceber, por exemplo, que a compra dos seus votos e que a crença em mecanismos paliativos, como forma de solucionar a crise social, constituem barreiras do exercício da democracia plena e à erradicação da injustiça.

Em últimas palavras, é essencial que a população brasileira enxergue no andamento político nacional a chave para a resolução de quaisquer problemas que afligem a esfera pública. Afinal, somente por meio da luta pelos direitos humanos conseguiremos pôr fim à desigualdade que tanto limita a liberdade do cidadão brasileiro.

Num sentido mais amplo, na redação de número 1, o autor assume explicitamente a responsabilidade pelo intuito discursivo e pelo estilo do todo do texto, ao se apropriar de uma postura de autoria sócio-histórica e culturalmente pré-construída. De modo mais específico, a marca de autoria e o acento de valor são percebidos na adjetivação atribuída ao “cenário atrás” (1º parágrafo). A postura ideológica é representada na visão de uma sociedade bipartida em “elite detentora de privilégios” e “uma enorme parcela de indivíduos excluídos” (1º parágrafo). Esse paradoxo reforça o argumento de que a escravidão forjou uma cultura de explorados-exploradores que, num editorial inaugural de uma ONG, deveria ser explorado em termos de transformação como “a chave para a resolução de quaisquer problemas que afligem a esfera pública” (último parágrafo).

As expressões “cabe ressaltar”, “é importante destacar” e “é essencial” (3º parágrafo) orientam, por meio do movimento dialógico de interpelação (RODRIGUES, 2005), para o convencimento da verdade defendida, complementada pelo verbo na 1ª pessoa do plural “conseguiremos” no acabamento do discurso, pelo qual o Autor busca a concordância e a co-autoria de seu interlocutor.

Do ponto de vista retórico, o Autor criou a imagem do seu interlocutor com base na noção de auditório universal (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005), na medida em que se volta para questões históricas como verdades universais aceitas por um grupo seletivo, seus interlocutores, para aferir confiabilidade em seus argumentos.

A autoria é marcada pelo processo de impessoalização do sujeito, em que não há marcas linguísticas que denunciem a presença de um “quem” fala, como os pronomes *eu* ou *nós*. A marca de autoria, no entanto, é percebida nos comentários, nas avaliações do Autor, na seleção do vocabulário, no interdiscurso.

Em suma, esse exemplar do primeiro bloco de redações, apresentou textos do tipo dissertativo-argumentativo, nos moldes da dissertação escolar: o auditório é universal, o Autor-orador é racional e os modos de organização textual-discursivo é mais argumentativo.

Exemplo nº 2

Categoria Híbrida (Dissertação escolar e Editorial de Inauguração)

O quadro de injustiça social no Brasil, atrelado a divisão de classes que se acentua mais e mais, está envolto a questões enraizadas e mascaradas na cultura brasileira, como o racismo.

Segundo dados do IBGE, lançados em junho de 2003 a qual a Síntese dos Indicadores Sociais de 2002 apresenta o quadro em que de 1% da população mais rica 88% são de etnia caucasiana e em contrapartida, dos 10% mais pobres, 70% se declaram negros ou pardos revelam a segregação racial existente.

Mas essa análise exige abordagens mais profundas. Não pode ser compreendida apenas pelos parâmetros econômicos e conjunturas atuais. A desigualdade social atrelada a segregação racial é fruto de um processo histórico, a tardia abolição dos escravos e a nenhuma estrutura oferecida a estes o que provocou uma distinta separação não só de ricos e pobres, mas junto a isso, brancos e negros que neste aspecto raramente se juntam.

Não há como, diante das perversidades que o sistema vigente apenas aumenta, manter intacta algumas “verdades” já enraizadas e é com o intuito de um processo de desmitificação. Da pornografia não denunciada, que são as desigualdades sociais assim como o racismo, mascaradas por uma ideologia que nos faz crer sermos todos iguais é que inaugura-se este jornal.

De modo geral, uma primeira leitura da redação nº 2 demonstra a tentativa de desqualificar um discurso vigente, conhecido coletivamente, mas não

explicitamente citado no texto do candidato. Isso pode ser observado, por exemplo, no uso de adjetivos (“enraizadas”, “mascaradas”, “intactas”, “tardia”), dos substantivos com conotação negativa (“perversidades”, “pornografia”), nas expressões valorativas (“se acentua mais e mais”, “questões enraizadas e mascaradas”, “mascaradas por uma ideologia”) e o uso de aspas em “verdades” acusando o descrédito do discurso implícito que perpassa todo o texto.

Num olhar mais atento, o movimento dialógico de distanciamento (RODRIGUES, 2005) é voltado para um discurso indiretamente contestado, que poderia ser resgatado no 3º parágrafo “não pode ser compreendida (a segregação racial) pelos parâmetros econômicos e conjunturas atuais.”

O movimento de refutação é marcado pelo operador argumentativo “mas”, introdutório do 3º parágrafo (“mas essa análise exige abordagens mais profundas”) e nos enunciados opostos, ao final do mesmo parágrafo, (“não só de ricos e pobres, mas junto a isso, brancos e negros que neste aspecto raramente se juntam”).

O intuito discursivo é construído ao longo do texto e acabado no último parágrafo exigindo a co-autoria do interlocutor, pelo movimento de interpelação (RODRIGUES, 2005), compelido a aceitar como verdade única o fato de que “não há como, diante das perversidades que o sistema vigente apenas aumenta, manter intactas algumas “verdades” já enraizadas”.

O movimento de engajamento do leitor (RODRIGUES, 2005) encerra o discurso com leitor e autor co-autores do horizonte axiológico marcado pelos pronomes *nos*, *todos* e pelo verbo na 1ª pessoa do plural *sermos*.

A tentativa de simulação da proposta é marcada ao final do texto com a expressão verbal de que se trata de uma inauguração de jornal. No entanto, o objetivo do jornal fica implícito, pois o Autor ocupou-se em opinar sobre o tema e arregimentar dados estatísticos fornecidos no texto-base e fatos históricos de conhecimento partilhado entre os interlocutores para sustentar seus argumentos.

Para concluirmos a análise desse exemplar do segundo bloco de redações, observamos que o texto se aproxima muito do primeiro bloco: o auditório



é universal, o Autor é racional e o modo de organização (as sequências) é mais argumentativo. A diferença é que, nesse segundo bloco, momentaneamente o autor é institucionalizado e o texto se situa em um contexto de introdução de um veículo jornalístico. Estruturalmente, eles são muito parecidos, com a introdução da questão problemática, a apresentação de uma tese, desenvolvimento e uma conclusão. As sequências são basicamente descritivas, explicativas e argumentativas.

Exemplo nº 3

Categoria Editorial de Inauguração (ou de Apresentação)

Caro leitor,

Nada seria mais correto do que abrir este jornal tratando da desigualdade. Ela, que nos faz seres peculiares, capazes de reagir de diferentes formas a situações adversas; ela, que nos torna únicos, ao mesmo tempo em que explicita nossa capacidade de se deixar levar, de fazer tudo igual aos demais. É inconcebível que, no início do século XXI, em nossa sociedade continuem existindo as mesmas distinções de dois, três séculos atrás, quando se julgava uma pessoa pelo seu tom de pele. Esse julgamento errôneo gerou, além do preconceito, a má distribuição de renda que se configura hoje, não só no Brasil, como também em outros países da América Latina e da África.

O *Áurea* está sendo lançado como um meio de discussão de todas essas questões; também, como uma porta para todas as iniciativas, que, muitas vezes, acabam se perdendo por falta de recursos, instruções, ou até mesmo apoio. E é para garantir esse apoio que existem instituições como a Zumbi, ONG responsável por diversos programas de inclusão social em comunidades carentes.

Sinta-se à vontade para discutir, debater, questionar, agir. Porque, para nós, não importa se você é branco, preto, pardo ou amarelo. Muito menos se tem dinheiro ou não. Aqui, o mais importante é a vontade de lutar, de modificar essa situação. Sua liberdade já foi garantida, e você pode ir muito mais além do que imagina.

A construção do discurso da redação de nº 3 teve como pano de fundo o movimento dialógico de assimilação (RODRIGUES, 2005) por, implicitamente, concordar com o acento valorativo dos textos-base. Ao

mesmo tempo, explora a “desigualdade” como positiva na afirmação de cada cidadão.

Por todo o texto perpassa a idéia de preconceito, má distribuição de renda e indignação com julgamentos baseados na cor da pele. No entanto, a maior sustentação do argumento (a desigualdade é importante para a identidade) é feita pelo movimento de engajamento (RODRIGUES, 2005).

Já no início do texto, o Autor se dirige ao leitor como se estivesse falando específica e unicamente para ele, só com ele. E, como se falassem de uma mesma posição valorativa, em uma relação de concordância, usa as expressões “nos faz”, “nos torna”, “nossa capacidade”, “nossa sociedade” visando à adesão de seu interlocutor ao seu discurso. (1º parágrafo).

No tocante à estrutura, o Autor imprimiu ao texto as marcas linguístico-sintáticas que caracterizam o Editorial como um texto opinativo e argumentativo. Em termos de autoria, não imprimiu marcas que denunciassem uma pessoa, ou seja, utilizou a terceira pessoa.

A conclusão dá voz ao leitor, tendo como estratégia discursiva o movimento de engajamento (RODRIGUES, 2005), para “discutir, debater, questionar, agir”, como se todas as opiniões desiguais pudessem ser aceitas como verdades e o leitor pudesse ser um autor com “liberdade (foi) garantida”. Os pronomes “nós” e “você” reforçam a posição de aliado, de concordância entre interlocutores, bem como o advérbio de lugar “aqui”, marca espaço-temporal comum a ambos, leitor e Autor.

A estrutura do gênero apresenta uma organização mais próxima do expositivo do que do editorial, o que permite situá-lo em uma forma de editorial de apresentação. A marca mais visível desse flagrante é a saudação inicial “Caro leitor”, que explora a familiaridade com seu auditório particular.

Em oposição aos blocos primeiro e segundo, esse terceiro bloco apresenta uma configuração diversa do protótipo da dissertação tipicamente escolar. O auditório é particular, o Autor é sempre institucionalizado e, talvez o aspecto mais importante, o texto é menos argumentativo, mais expositivo-descritivo, configurando-se como uma apresentação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, consideramos o pedido de elaboração de Editorial de Jornal para avaliação em um concurso de vestibular uma proposta bastante sofisticada, por exigir do candidato a transformação de dois gêneros (literário e informativo) em um terceiro gênero (Editorial de jornal). O agravante nessa sofisticação, a nosso ver, é que, conforme já mencionada na análise da proposta, os dois gêneros que compuseram a coletânea, a música *Haiti* e o fragmento do texto informativo com a apresentação de dados estatísticos são gêneros familiares aos candidatos. Em contrapartida, o gênero que eles deveriam construir, não é.

Em segundo lugar, pensamos que alguns gêneros padronizados como editorial e laudo médico são de domínios profissionalizados que requerem conhecimentos técnicos específicos adquiridos no Ensino Superior. O Ensino Médio deve colocar seus alunos em contato com a maior diversidade possível de gêneros, o que não é garantia de que darão conta de escreverem qualquer gênero.

Conforme as análises realizadas, os candidatos, na maioria das vezes, não faziam referência à proposta de forma plena. Uns ignoravam-na completamente e outros se referiam a ela parcialmente.

Outro ponto importante foram os esquemas de adaptação do gênero à situação de vestibular acionados pelos candidatos. A ânsia de atender à proposta fez com que outros modelos de editoriais emergissem. Textos iniciados com “Caro leitor”, característica típica de editorial de revistas, e outros textos que expõem o trabalho de dada instituição ou de partido político, de um político, como os editoriais constantes em boletins informativos.

Esses dados revelam haver, neste caso, uma distância entre a proposta de redação elaborada pela Banca – o que ela tenta construir, simular – e os textos produzidos. Os candidatos não seguem exatamente à proposta, mas à orientação escolar de produção de um texto dissertativo.

Concluimos, diante desse quadro, que a solicitação específica de um gênero (cartão-postal, editorial de jornal, artigo de opinião, conto, etc.)

nas propostas de redação de vestibular parece centrada na tendência atual de apreensão dos gêneros textual-discursivos que circulam socialmente. Pensamos que importância maior deveria ser dada à competência discursiva que o candidato possa demonstrar no trabalho linguístico-discursivo empreendido.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira, Martins Fontes, São Paulo, 2000 [1953].

BALTAR, M. A. *Competência discursiva e gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique, *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha, 3. ed. – São Paulo: Cortez: 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: Org. DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora, *Gêneros Textuais e Ensino*, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação*. In: *Gêneros textuais: reflexões e ensino / Acir Mário Karwoski, Beatriz Gaydeczka, Karim Siebeneicher Brito (orgs.)* – 2 ed. Ver. E ampliada. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

PERELMAN, Chäim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. - 2ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1992].

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: *Gêneros: teorias, métodos, debates / J.L. Meurer, Adair Bonini, Desirée Notta-Roch, organizadores*. – São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SCHWENEULY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: *Gêneros orais e escritos na escola/ tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro*. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.